

Momade Amisse Ali

**Bibliotecas Públicas e Construção da Cidadania:
Desafios no âmbito da Sociedade da Informação em
Moçambique**

**Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**

Belo Horizonte (MG)
fevereiro de 2011

Momade Amisse Ali

**Bibliotecas públicas e Construção da Cidadania:
Desafios no âmbito da Sociedade da Informação em
Moçambique**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito obrigatório para obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação.

Linha de Pesquisa: Informação, Cultura e Sociedade

Orientadora: Profa. Dra. Maria Guiomar da Cunha Frota

Universidade Federal de Minas Gerais

Escola de Ciência da Informação

Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

Belo Horizonte (MG)

fevereiro de 2011

Ali, Momade Amisse.

A398b Bibliotecas públicas e construção da cidadania [manuscrito] : desafios no âmbito da sociedade da informação em Moçambique / Momade Amisse Ali. – 2011.
241 f. il. : enc.

Orientadora: Maria Guiomar da Cunha Frota.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.
Bibliografia: f. 158-174.
Inclui apêndice e anexo.

1. Ciência da Informação – Teses. 2. Sociedade da Informação – Teses. 3. Bibliotecas públicas – Teses. 4. Cidadania – Teses. 5. Moçambique – Teses. I. Título. II. Frota, Maria Guiomar da Cunha. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

CDU: 027.4(679)



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

FOLHA DE APROVAÇÃO

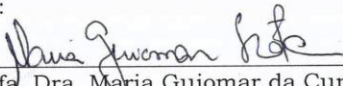
"BIBLIOTECAS PÚBLICAS E CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA: DESAFIOS NO
ÂMBITO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO EM MOÇAMBIQUE"

Momade Amisse Ali

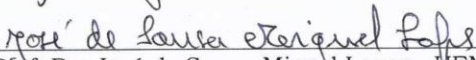
Dissertação submetida à Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos à obtenção do título de "**Mestre em Ciência da Informação**", linha de pesquisa "**Informação, Cultura e Sociedade - ICS**".

Dissertação aprovada em: 23 de fevereiro de 2011.

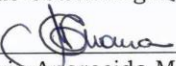
Por:



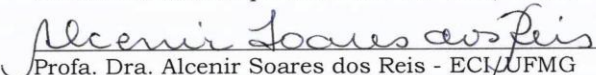
Prof.ª. Dra. Maria Guiomar da Cunha Frota - ECI/UFMG (Orientadora)



Prof. Dr. José de Sousa Miguel Lopes - UFMG

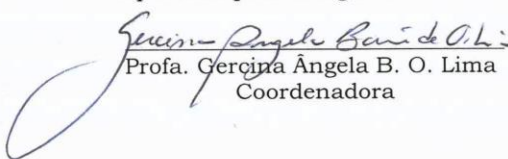


Prof.ª. Dra. Maria Aparecida Moura - ECI/UFMG



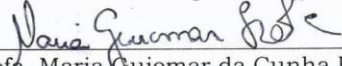
Prof.ª. Dra. Alcenir Soares dos Reis - ECI/UFMG

Aprovada pelo Colegiado do PPGCI



Prof.ª. Gercina Ângela B. O. Lima
Coordenadora

Versão final Aprovada por



Prof.ª. Maria Guiomar da Cunha Frota
Orientadora



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE **MOMADE AMISSE ALI**, matrícula: 2009703019

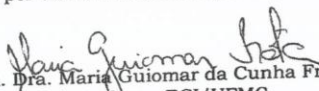
Às 9:00 horas do dia 23 de fevereiro de 2011, reuniu-se na Escola de Ciência da Informação da UFMG a Comissão Examinadora aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação em 09/02/2011, para julgar, em exame final, o trabalho intitulado **Bibliotecas públicas e construção da cidadania: desafios no âmbito da Sociedade da Informação em Moçambique**, requisito final para obtenção do Grau de MESTRE em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, área de concentração: Produção, Organização e Utilização da Informação, Linha de Pesquisa: Informação, Cultura e Sociedade - ICS. Abrindo a sessão, a Presidente da Comissão, Profa. Dra. Maria Guiomar da Cunha Frota, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra ao candidato para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa do candidato. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença do candidato e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

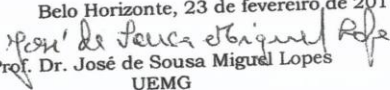
Profa. Dra. Maria Guiomar da Cunha Frota - Orientadora	APROVADO
Prof. Dr. José de Sousa Miguel Lopes	APROVADO
Profa. Dra. Maria Aparecida Moura	APROVADO
Profa. Dra. Alcenir Soares dos Reis	APROVADO

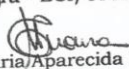
Pelas indicações, o candidato foi considerado APROVADO. A Banca ressaltou a relevância da temática e o rigor científico na condução do trabalho em termos teóricos e metodológicos. A Banca enfatizou também a importância da retomada do tema biblioteca pública para agenda de pesquisa em ambos os contextos brasileiro e africano e recomenda a publicação da dissertação.

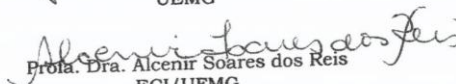
O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ATA que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 23 de fevereiro de 2011.

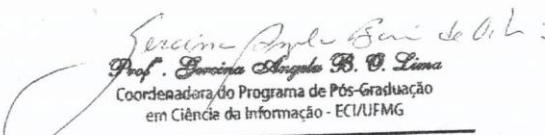

Profa. Dra. Maria Guiomar da Cunha Frota
Orientadora - ECI/UFMG


Prof. Dr. José de Sousa Miguel Lopes
UEMG


Profa. Dra. Maria Aparecida Moura
ECI/UFMG


Profa. Dra. Alcenir Soares dos Reis
ECI/UFMG

Obs: Este documento não terá validade sem a assinatura e carimbo da Coordenadora.


Prof.ª Geraciene Angélica B. O. Lima
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação
em Ciência da Informação - ECI/UFMG

DEDICATÓRIA

À memória da minha mãe, Gueda Machude; meus avós, Ali Amisse e Zainabo Ali Faque; meu tio, Vulai; e dos meus irmãos, Fátima e Saíde (Didinho). Que Deus os tenha em Paz!

À Gueda e ao Muqtad, meus filhos queridos, minha fonte de inspiração.

À Juvenália “Nelly” Laquene Ali, minha esposa querida e companheira, pela paciência e constante encorajamento.

Aos meus ex-alunos, pelo constante encorajamento.

AGRADECIMENTOS

À Deus, pela vida e pelas oportunidades.

À minha família, minha esposa Nelly, e meus filhos Gueda e Muqtad, por terem se permitido o sacrifício, a privação do calor merecido.

Ao meu pai, Amisse Ali, pelo constante encorajamento.

À Profa. Dra. Maria Guiomar da Cunha Frota, quem me alertou sobre a possibilidade de vir estudar no Brasil, e orientou com muita dedicação a presente pesquisa.

Ao Ministério da Ciência e Tecnologia de Moçambique (MCT), por todo o apoio.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil (CNPq), pelo financiamento.

À Profa. Dra. Maria Aparecida Moura, como coordenadora, pela calorosa recepção no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação (PPGCI/ECI/UFMG), e pela constante colaboração ao longo do mestrado.

À Profa. Dra. Alcenir Soares dos Reis, pela constante colaboração.

Ao coletivo de professores e funcionários do PPGCI/ECI/UFMG, pelos valiosos conhecimentos e experiências transmitidas ao longo da minha formação.

Ao Prof. Dr. José de Souza Miguel Lopes, pela constante colaboração, desde a qualificação do projeto de pesquisa até a defesa da presente dissertação. Agradeço a honra e o privilégio de ter compartilhado com ele, um conterrâneo na diáspora, o presente trabalho.

Ao Prof. Dr. Manuel Valente Mangué, pelos ensinamentos e constante colaboração, quer a nível acadêmico, quer profissional.

À Dra. Wanda do Amaral, pela carta de recomendação e pelo encorajamento.

Aos Prof. Dr. Arlindo Chilundo e Prof. Dr. David Hedges, pelas cartas de recomendação e pelo encorajamento.

Ao Prof. Dr. Jorge Ferrão, Magnífico Reitor da Universidade Lúrio, por ter autorizado a licença para continuação dos meus estudos e pelo constante encorajamento.

Ao Prof. Dr. Abdulcarimo Ismael, por todo apoio e constante encorajamento.

Ao Prof. Dr. Camilo Cuna, pelo constante encorajamento.

Ao Adélio Dias, pela experiência e ensinamentos transmitidos.

Ao senhor Boaventura Mucage, diretor da Biblioteca Pública Provincial de Nampula, pela disponibilidade e colaboração na coleta de dados para a presente pesquisa.

À Janeth Tapiua, amiga incansável e fundamental no processo de coleta de dados para esta pesquisa. Muito obrigado!

Ao Evélio Banze, por todo apoio e constante encorajamento.

Ao Emerson Porfírio, por todo apoio e constante encorajamento.

Ao Darik Júlio Setimane, meu colega, com quem muito aprendi profissionalmente.

À todos os colegas da Universidade Lúrio (Moçambique), pelas experiências partilhadas.

Ao Serafim Adriano Alberto, “achimwene”, pela calorosa recepção e encaminhamento em Belo Horizonte (MG). Um exemplo de pessoa acolhedora!

Ao Zeca Ali, meu amigo, meu irmão postiço. Quisera Deus que fosse de sangue. Agradeço todo apoio e encorajamento!

Aos demais amigos e colegas, especialmente João Manguê, Leonel Simango, Inês Sumbana, António Cipriano, João Sixpence, Alessandra Alves, Ana Márcia, Adolfo Porto, Virgínia Macaba, Dário Nhabetse, Olinda Muguande, Rogério Paiva, Taibo Abibo, Vanilo Chitsontso, Carmen Vontade, Munga Chemba Meque, Alessandra Rodrigues, Esperança Guimarães, e Deivid Ramos, pelas experiências e convívios.

À dona Maria Goreti, pela acolhida e a pronta disponibilidade para ajudar. Fez, muitas vezes, a vez de uma mãe que muito cedo Deus levou de mim.

A todos, que direta ou indiretamente apoiaram este projeto. À Deus, sempre!

Se o meio for generoso e oferecer oportunidades, o individuo poderá, com a educação formal [e informal], as leituras e demais fontes de informação, ter mais autonomia para pensar e agir (Milanesi, 2002, p.35).

RESUMO

Analisa o papel e os desafios da biblioteca pública provincial na construção e desenvolvimento da cidadania em Moçambique. A biblioteca pública provincial é pensada como uma instituição com grande potencial para propiciar condições adequadas de acesso e uso da informação e das novas TIC, e, por conseguinte, capaz de contribuir para a participação e reforço da cidadania no âmbito da sociedade da informação em Moçambique. Por outro lado, longe de consagrar a mera adoção das novas TIC, a construção da sociedade da informação em Moçambique é pensada na perspectiva da integração e valorização dos aspectos socioculturais e políticos da informação aos econômicos e tecnológicos predominantes na sua prescrição em Moçambique. Em termos metodológicos, adotou-se uma abordagem qualitativa, que envolveu uma pesquisa bibliográfica e um estudo de caso exploratório-descritivo. A biblioteca pública provincial de Nampula foi escolhida como estudo de caso. Os dados da pesquisa empírica foram coletados através da observação não estruturada do ambiente da biblioteca, e uma entrevista em profundidade com o diretor da mesma. Foram realizadas, igualmente, entrevistas simples com dirigentes de algumas instituições domiciliadas na província de Nampula, onde se buscou identificar relações institucionais com nosso objeto empírico de pesquisa. A coleta de dados foi feita preliminarmente entre janeiro e fevereiro de 2010, e foi sendo aprofundada através de correspondências por e-mail para questões de esclarecimento. Os resultados da pesquisa bibliográfica-documental apontaram para a prevalência de critérios tecnológico e econômico no processo de implementação da sociedade da informação em Moçambique. Os resultados do estudo de caso revelaram que a biblioteca pública provincial de Nampula privilegia, em larga medida, as atividades de (i) apoio aos processos de ensino-aprendizagem e investigação; (ii) promoção do livro e do hábito de leitura; e (iii) disseminação da informação jornalística. Assim, os principais desafios colocados a essa biblioteca no âmbito da sociedade da informação em Moçambique referem-se ao alargamento do escopo de seus usuários (envolvendo os usuários potenciais), e à dinamização de outras suas atribuições, mormente contribuir para a disseminação da informação de domínio público e organizar palestras e debates sobre temas relevantes para a cidadania nesse contexto.

Palavras-chave: Sociedade da Informação – Bibliotecas Públicas – Cidadania – Moçambique.

ABSTRACT

Examines the role and challenges of provincial public libraries in the building and development of citizenship in Mozambique. Provincial public library are intended as institution with great potential for providing adequate conditions of access and use of information and new ICT, and thus able to contribute to the strengthening of citizenship and participation in the information society in Mozambique. Moreover, far from devoting a mere adoption of new ICTs, building the information society in Mozambique is thought from the perspective of integration and optimization of the sociocultural and political aspects of information to economic and technological predominate in their prescription in Mozambique. In terms of methodology, was adopted a qualitative approach, which involved a literature search and a case study exploratory and descriptive. The Nampula provincial public library was chosen as a case study. Empirical research data were collected through unstructured observation of the environment of library, and an in-depth interview with the director of that. Equally were performed simple interviews with leaders of some institutions domiciled in Nampula province, to identify institutional relationships with our empirical object of research. Data was preliminarily collected between January and February 2010, and was being further developed through correspondence by e-mail to questions of clarification. The results of bibliographic and documentary search pointed to the prevalence of technological and economic criteria in the process of implementation of the information society in Mozambique. The results of the case study revealed that the Nampula provincial public library privileges in a large extent, the activities of (i) supporting the processes of teaching-learning and research, (ii) promoting books and reading habits, and (iii) dissemination of journalistic information. Thus, the main challenges to this library within the Information Society in Mozambique refer to extending the scope of its users (involving potential users), and boosting their other duties, mainly contribute to the dissemination of public domain information and organize lectures and discussions on topics relevant to citizenship in this context.

Keywords: Information Society – Public Libraries – Citizenship – Mozambique.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Antigo edifício da biblioteca pública provincial de Nampula:

Balcão de atendimento e depósito do acervo.....137

Figura 2: Antigo edifício da biblioteca pública provincial de Nampula:

Sala de leituras.....137

Figura 3: Novo edifício da biblioteca pública provincial de Nampula:

Vista frontal.....138

Figura 4: Novo edifício da biblioteca pública provincial de Nampula:

Sala de leitura.....138

LISTA DE TABELAS, QUADROS E GRÁFICOS

Tabela 1: Distribuição da população moçambicana por regiões e províncias, segundo sexo e áreas de residência, Censo 2007.....	80
Tabela 2: Indicadores socioeconômicos básicos de Moçambique, 2007.....	91
Tabela 3: Indicadores socioeconômicos selecionados por região.....	92
Tabela 4: Evolução do <i>PIB</i> por regiões e províncias, 2001-2006.....	93
Tabela 5: Evolução da população nas principais cidades de Moçambique.....	95
Tabela 6: Alguns indicadores básicos de desenvolvimento socioeconômico Rural e Urbano.....	96
Tabela 7: Taxa de analfabetismo por sexo, segundo área de residência e província.....	97
Tabela 8: Acesso aos meios de comunicação de massa pela população moçambicana (mulheres) (%).....	102
Tabela 9: Acesso aos meios de comunicação de massa pela população moçambicana (homens) (%).....	103
Tabela 10: Nível de utilização de TIC pelos moçambicanos (2002/03).....	115
Tabela 11: Evolução do <i>BIP</i> na província de Nampula.....	130
Quadro 1: Divisão Administrativa da cidade de Nampula.....	149
Gráfico 1: Evolução da pobreza em Moçambique, 1996-2003.....	92

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AISI – *African Information Society Initiative*
AGP – *Acordo Geral de Paz*
ALA – *American Library Association*
ATAC – *African Technical Advisory Committee*
AWEPA – *Parlamentares Europeus para África*
BM – *Banco Mundial*
BNM – *Biblioteca Nacional de Moçambique*
BPP – *Biblioteca Pública Provincial*
BPPN – *Biblioteca Pública Provincial de Nampula*
CEDEAO – *Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental*
CHRI – *Commonwealth Human Rights Initiative*
CI – *Ciência da Informação*
CIDOC – *Instituto Médio de Ciências Documentais*
CIP – *Centro de Integridade Pública*
CNPq – *Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico*
CPRD – *Centro Provincial de Recursos Digitais*
ECA – *Comissão Econômica para África*
ECI – *Escola de Ciência da Informação*
FMI – *Fundo Monetário Internacional*
FRELIMO – *Frente de Libertação de Moçambique*
IDH – *Índice de Desenvolvimento Humano*
ICANN – *Internet Corporation for Assigned Names and Numbers*
IFLA – *Federação Internacional das Associações e Instituições Bibliotecárias*
INDE – *Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação*
INE – *Instituto Nacional de Estatística*
ITU – *International Telecommunication Union*
LDH – *Liga dos Direitos Humanos (Moçambique)*
MUSET – *Museu Nacional de Etnologia*
NICI – *National Information and Communication Infrastructure*
TIC – *Tecnologias da Informação e Comunicação*

ONU – *Organização das Nações Unidas*
OSISA – *Open Society Initiative for Southern Africa*
OUA – *Organização da Unidade Africa*
PARPA – *Programa de Acção para Redução da Pobreza Absoluta*
PEA – *Programa de Ajustamento Estrutural*
PIB – *Produto Interno Bruto*
PICTA – *Partnership on Information and Communication Technologies in Africa*
PNB – *Produto Nacional Bruto*
PNUD – *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento*
PPGCI – *Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação*
PRE – *Programa de Reabilitação Económica*
PRES – *Programa de Reabilitação Económica e Social*
Renamo – *Resistência Nacional de Moçambique*
RM – *Rádio Moçambique*
SADC – *Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral*
SNE – *Sistema Nacional de Educação*
SOICO – *Sociedade Independente de Comunicação*
TVM – *Televisão de Moçambique*
UA – *União Africana*
UCM – *Universidade Católica de Moçambique*
UEM – *Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique)*
UFMG – *Universidade Federal de Minas Gerais (Brasil)*
UMTIC – *Unidade Móvel de Tecnologias de Informação e Comunicação*
UNESCO – *Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura*
UniLúrio – *Universidade Lúrio*
UP – *Universidade Pedagógica*
USD – *Dólar norte-americano*
UTICT – *Unidade Técnica de Implementação da Política de Informática*
MT – *Meticais*
WIPO – *World Intellectual Property Organization*
WSIS – *World Summit on the Information Society*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO I	
BIBLIOTECA PÚBLICA: UMA ABORDAGEM SÓCIO-HISTÓRICA	
1.1 Conceitos e trajetória histórica da Biblioteca Pública.....	23
1.2 A Biblioteca Pública segundo o Manifesto da UNESCO.....	29
CAPÍTULO II	
BIBLIOTECA PÚBLICA, INFORMAÇÃO E CIDADANIA	
2.1 O Conceito de cidadania.....	35
2.2 A informação como fator para a cidadania.....	39
2.3 A Biblioteca Pública como um espaço público de informação.....	43
CAPÍTULO III	
A BIBLIOTECA PÚBLICA NO CONTEXTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO	
3.1 Abordagem histórico-conceitual da sociedade da informação.....	49
3.2 A Cúpula Mundial sobre a sociedade da informação.....	58
3.3 A sociedade da informação na África: dilemas e paradoxos.....	63
3.4 A Biblioteca Pública no contexto da sociedade da informação.....	71
CAPÍTULO IV	
A CONSTRUÇÃO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO EM MOÇAMBIQUE	
4.1 Contextualização da República de Moçambique.....	78
4.1.1 Transição democrática e extensão dos direitos de cidadania.....	87
4.1.2 Pobreza, analfabetismo e desigualdades sociais.....	89
4.1.3 Espaços públicos, acesso à informação e participação cidadã.....	98
4.2 A Construção da sociedade da informação em Moçambique.....	105
4.2.1 Política de Informática e sua estratégia de implementação.....	105
4.2.2 Críticas ao determinismo tecnológico.....	111

CAPÍTULO V

POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS E BIBLIOTECAS PÚBLICAS EM MOÇAMBIQUE: UM ESTUDO DE CASO DA BIBLIOTECA PÚBLICA PROVINCIAL DE NAMPULA

5.1 Políticas Governamentais e Bibliotecas Públicas em Moçambique.....	119
5.2 Impactos do Decreto 46/2007.....	125
5.2.1 A ampliação das funções das Bibliotecas Públicas Provinciais.....	125
5.2.2 A Biblioteca Pública Provincial de Nampula à luz do Decreto 46/2007.....	127
5.2.2.1 Contexto sócio-político, econômico e cultural da província de Nampula.....	127
5.2.2.2 A Biblioteca Pública Provincial de Nampula: atuação e desafios.....	134
5.2.2.2.1 Estrutural organizacional, recursos humanos e materiais da BPPN.....	134
5.2.2.2.2 Atuação informacional da BPPN: um desafio no contexto da sociedade da informação em Moçambique.....	143

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	152
----------------------------------	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	159
--	------------

ANEXOS E APÊNDICES

INTRODUÇÃO

Considerando o atual contexto de construção da sociedade da informação em Moçambique, a presente dissertação analisa o papel e os desafios da biblioteca pública provincial na construção e desenvolvimento da cidadania nesse contexto.

Aprovada em 2000, pelo Conselho de Ministros, a Política de Informática é o instrumento através do qual o Governo moçambicano se propõe a implementar os preceitos da sociedade da informação no país. A referida política, que tem como eixo central o amplo acesso e uso das novas tecnologias da informação e comunicação (TIC) como variável imprescindível para o desenvolvimento científico, tecnológico e sócio-econômico nacional foi estabelecida com objetivos de i) proporcionar a todos os cidadãos moçambicanos o acesso universal à informação e os benefícios das novas TIC; ii) reforçar a participação dos cidadãos no exercício democrático; e iii) elevar a eficácia e eficiência das instituições do Estado e de utilidade pública na prestação dos seus serviços.

Uma das condições previstas para a persecução e aplicação dos referidos objetivos, segundo o Governo moçambicano é a ativa participação de todos os interessados e potenciais beneficiários da mesma, ou seja, os órgãos do Estado e/ou governamentais, as instituições de ensino, de pesquisa e culturais, o setor privado, as Organizações não governamentais (ONG), Organizações da Sociedade Civil (OSC), em geral, de todos os cidadãos.

Paradoxalmente, a estratégia de implementação da Política de Informática, aprovada em 2002, foi estabelecida com uma abordagem considerada tecnológica determinista¹, ou seja, a referida estratégia limita o quadro institucional para a construção da sociedade da informação em Moçambique apenas a uma dimensão tecnológica (Centros Provinciais de Recursos Digitais - CPRDs, extensão da infraestrutura tecnológica e um conjunto de aplicações para a governança eletrônica); exclui de suas prioridades espaços públicos de acesso informação, entre eles, a biblioteca

¹Sobre o determinismo tecnológico veja-se, por exemplo, Werthein (2000); Webster (2006); Mangue (2007).

pública provincial marginalizando, assim, os aspectos socio-políticos e culturais da informação.

Essa abordagem e/ou estratégia de implementação da sociedade da informação em Moçambique tem sido alvo de inúmeras críticas de autores que relacionam as condições institucionais de acesso público à informação com o exercício da cidadania no país², e consideram a fraca estrutura e cobertura institucional de unidades de informação como um fator que limita os processos de inclusão sócio-política, e a possibilidade dos moçambicanos exercerem seus direitos e deveres de cidadania.

Em relação ao acesso à informação, um relatório do Banco Mundial³, apresentado em 2005, indicava que em Moçambique de cada 1.000 habitantes apenas três (3) tinham acesso a jornais; 14 tinham aparelhos de televisão; e 44 tinham rádio. Relativamente à dimensão institucional do acesso à informação, em 2009, foi publicado um artigo que denunciava a fragilidade de recursos, práticas e estruturas de informação, e a concepção excludente de políticas públicas de informação, bem como a concepção de unidades de informação apenas na sua dimensão de instituições culturais⁴.

Não obstante, existe no país a instituição biblioteca pública provincial, que configura o espaço público de acesso à informação com a mais ampla cobertura institucional no país, ou seja, praticamente todas as provinciais de Moçambique possuem uma biblioteca pública.

Assim, considerando a informação como um instrumento de imprescindível para a inserção sócio-política dos sujeitos enquanto cidadãos, e a biblioteca pública como um espaço público de informação indispensável para o desenvolvimento da cidadania, a presente dissertação propôs as seguintes questões:

- Que papel a biblioteca pública provincial desempenha no campo da informação e cidadania em Moçambique?
- Quais são os desafios da atuação dessa instituição no contexto da construção da sociedade da informação no país?

²Ver, por exemplo, os trabalhos de Mattes e Shenga (2005), Nharreluga (2006; 2009).

³(*apud* Mattes; Shenga, 2007, p.2).

⁴Nharreluga (2009, p.35).

A opção pela biblioteca pública provincial como objeto de investigação empírica surgiu da constatação da falta e/ou escassez de estudos sobre essa unidade de informação em Moçambique, não obstante constituir o mais amplo espaço público de acesso à informação ao nível das províncias do país. Por outro lado, pela importância e papel que a literatura e os organismos internacionais como a UNESCO lhes atribuem enquanto instituição social capaz de garantir o acesso público à informação e apoiar na formação de sujeitos cidadãos: tanto pela amplitude do seu campo de ação (educativa, cultural, recreativa e de lazer, e informacional) como pela diversificação de seus usuários⁵.

Em termos da ação política governamental sobre a biblioteca pública provincial em Moçambique, a dissertação considerou especialmente a aprovação do Decreto no. 46/2007, de 10 de outubro –, um instrumento que estabelece o quadro legal, ou seja, as regras organizacionais de funcionamento de que careciam essas instituições –, e incorpora no quadro dos objetivos e atribuições das mesmas a missão de contribuir para disseminação da informação.

Desse modo, considerado o exposto acima, a presente dissertação teve como objetivo geral analisar e discutir o papel e os desafios da biblioteca pública provincial no campo da informação e construção da cidadania em Moçambique. Em termos específicos, a pesquisa visou:

- Analisar e discutir as dimensões política e institucional da construção da sociedade da informação em Moçambique;
- Analisar e discutir a política e a atuação da biblioteca pública provincial em Moçambique;
- Descrever e analisar as relações e/ou articulações entre a biblioteca pública provincial e outras instituições relevantes no campo da inclusão informacional e da cidadania em Moçambique; e
- Contribuir para uma reflexão sobre a biblioteca pública provincial enquanto espaço público de informação e desenvolvimento da cidadania em Moçambique;

⁵Veja-se: UNESCO (1994); Suaiden (1995, p.20-21; 2000); Milanesi (1986; 2002); Almeida Jr. (2003); IFLA (2009)

A biblioteca pública provincial é pensada na presente pesquisa como uma instituição com grande potencial para propiciar condições adequadas de acesso e uso da informação e das novas TIC, e, nesse sentido, capaz de contribuir para a participação e reforço da cidadania no contexto da sociedade da informação em Moçambique.

A construção da sociedade da informação é pensada e discutida numa perspectiva de valorização dos aspectos sócio-culturais e políticos da informação e da sua integração aos aspectos económicos e tecnológicos usualmente associados à sua prescrição. Na prática, busca-se partilhar da visão assente na necessidade de “colocar à disposição do cidadão caminhos para uma participação ativa” no processo de construção e o/ou implementação da sociedade da informação (Werthein, 2000, p.71).

Os pressupostos acima justificam, assim, a relevância dos objetivos propostos. Em termos metodológicos, foi adotada uma abordagem qualitativa, que envolveu uma pesquisa bibliográfica e um estudo de caso exploratório-descritivo. A pesquisa bibliográfica, pela sua natureza, constituiu a primeira etapa do estudo, onde foi mobilizada e analisada a bibliografia pertinente (livros, artigos de periódicos, dissertações e teses e outros documentos em formato convencional e eletrónico) sobre o tema proposto, o que serviu para a compreensão e apropriação de alguns conceitos inerentes ao mesmo (biblioteca pública, informação e cidadania), e sua articulação com o contexto da sociedade da informação em Moçambique.

Como estudo de caso foi eleita a biblioteca pública provincial de Nampula, uma realidade já conhecida pelo autor da pesquisa, tanto como sua província de origem, quanto como usuário da referida biblioteca. Outras especificidades que tornaram o caso da biblioteca pública provincial ainda mais relevante para a pesquisa referem-se ao fato de Nampula ser a província mais populosa de Moçambique, e ser objeto de vários projetos-pilotos inseridos mesmo no âmbito da construção da sociedade da informação, mormente relacionados com a implementação do Governo eletrónico no país.

Os dados sobre a biblioteca pública provincial de Nampula foram coletados através da observação não estruturada do ambiente da biblioteca; uma entrevista em profundidade com o diretor, e outras simples com o responsável da sala de atendimento dessa biblioteca.

A coleta de dados foi feita preliminarmente entre janeiro e fevereiro de 2010, e foi sendo aprofundada através de correspondências por e-mail para questões de esclarecimento. Durante a pesquisa de campo, nos meses de janeiro e fevereiro foram feitas, igualmente, entrevistas simples com os diretores do Museu Nacional de Etnologia (MUSET) e do CPRD, instituições que se julgava terem, no âmbito da construção da sociedade da informação em Moçambique, relações com a biblioteca pública provincial de Nampula⁶.

Após a coleta, análise e a interpretação dos dados, a dissertação ficou estruturada em cinco (5) capítulos. No primeiro capítulo busca-se a compreensão do substrato teórico que evidencia a influência de fatores sócio-culturais, políticos e econômicos na criação e desenvolvimento de bibliotecas públicas. Apresenta-se, nesse sentido, um breve histórico dessas instituições buscando apreender sua evolução ao longo do tempo. Na segunda parte do capítulo, a biblioteca pública é abordada segundo o Manifesto da UNESCO, um documento referenciado por praticamente toda a literatura consultada sobre a biblioteca pública.

O segundo capítulo apresenta a discussão em torno do papel da biblioteca pública nos processos de inclusão informacional e construção da cidadania. A informação é compreendida e analisada como um fator para a cidadania, e a biblioteca pública é pensada como um espaço público de informação, propício para o desenvolvimento de sujeitos cidadãos. O terceiro capítulo trata da biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. Composto por quatro partes, o capítulo aborda, num primeiro momento, a sociedade da informação numa perspectiva histórico-conceitual, apresentando alguns critérios de definição e histórico da mesma. Na segunda parte do capítulo, são apresentados os princípios e diretrizes da Cúpula Mundial para a sociedade da informação, de Geneve (2003) e Tunis (2005), respectivamente.

Na terceira parte do capítulo três, a sociedade da informação é discutida especificamente na perspectiva dos países africanos, onde são apontados alguns dilemas e paradoxos desses países nos esforços para a implementação

⁶Neste sentido, também estava prevista uma entrevista com o Delegado (a) Provincial da Liga dos Direitos Humanos de Nampula, fato que não foi concretizado por razões alheias a presente pesquisa.

da sociedade da informação. Finalmente, a quarta parte do capítulo três, aborda-se a biblioteca pública no contexto da sociedade da informação, sendo partilhada a literatura que considera essa instituição indispensável e de vital importância nos processos de disseminação, inclusão e mediação informacionais nesse contexto.

Em conjunto, os três capítulos acima mencionados constituem o corpo da discussão teórica sobre o nosso objeto de estudo. Nos capítulos IV e V, trata-se especificamente da contextualização, análise e apresentação dos dados da pesquisa empírica. O capítulo IV discute o processo da implementação da sociedade da informação em Moçambique, nesse contexto, os dados sobre a situação sócio-política, econômica e cultural desse país, mormente da ampliação dos direitos da cidadania, a pobreza, a exclusão e as desigualdades socio-econômicas, os espaços públicos de informação e as possibilidades de participação cidadã. Especificamente, o capítulo IV tece críticas em relação a visão tecnologicamente determinista que subjaz o processo de implementação sociedade da informação em Moçambique.

O capítulo V apresenta os resultados do estudo do caso da biblioteca pública provincial de Nampula. Este capítulo foi dividido em duas partes. Na primeira parte, analisa-se a concepção das bibliotecas públicas provinciais no âmbito das políticas governamentais. Além da Política de Informática e sua estratégia de implementação, foram identificadas e discutidas (i) a Política Cultural e sua Estratégia de implementação; e (ii) a Política e Estratégia de Informação.

Na segunda parte, do capítulo V, é demonstrada a situação empírica das bibliotecas públicas provinciais e seus desafios no contexto da sociedade da informação em Moçambique, a partir dos resultados do estudo de caso da biblioteca pública provincial de Nampula. A atuação da biblioteca pública provincial de Nampula foi analisada à luz do Decreto 46/2007 – de 10 de outubro.

CAPÍTULO I

BIBLIOTECA PÚBLICA: UMA ABORDAGEM SOCIOHISTÓRICA

A compreensão do substrato teórico que evidencia a influencia de fatores sócio-culturais, políticos e econômicos na criação e desenvolvimento das bibliotecas públicas é um ponto de partida importante para estimar o papel e a relevância dessa instituição na sociedade (Gomes, 1982). Esse é o objectivo perseguido no presente capítulo.

O capítulo está subdividido em duas partes: a primeira apresenta algumas definições de biblioteca pública e uma breve trajetória sócio-histórica dessa instituição. Na segunda parte, a biblioteca pública é analisada à luz do Manifesto da UNESCO (1994), instrumento que define as funções e diretrizes da biblioteca pública contemporânea.

1.1 Conceitos e trajetória histórica da biblioteca pública

A biblioteca pública é definida na literatura consultada como um instrumento de comunicação, mantedor e facilitador do acesso à informação, ao conhecimento e à cultura; um espaço de preservação e disseminação de conhecimentos gerados pela humanidade e, portanto, indispensável para a sociedade (Gomes, 1982; Reith, 1984; e Mueller, 1990).

É uma instituição com características sócio-culturais únicas em qualquer sociedade, afirma Reith (1984, p.6-7) argumentando que,

apesar de museus, galerias e os meios de comunicação de massa - jornais, rádio e televisão - também servirem a função de comunicação, a biblioteca [pública] sozinha entre essas instituições serve ambas funções de forma holística e histórica. [...] Atende a todas as instituições da sociedade e, portanto, pode ser reconhecida como uma força essencial de integração (tadução livre).

Não obstante, assim como Murison (1971, p.222), Gomes (1982, p.18), Araújo e Oliveira (2005, p.42), e Tello (2005), o autor citado acima partilha da compreensão de que o papel social da biblioteca pública é moldado e condicionado pela estrutura, valores e aspirações sócio-culturais e intelectuais da sociedade que a cria, conserva e à qual seus serviços são dirigidos.

Uma sociedade que tenha alcançado um alto nível de desenvolvimento sócio-cultural e intelectual, com uma estrutura política e econômica bem definida, segundo Gomes (1982, p.19), criará bibliotecas públicas com organização bem mais extensa, que sirva de instrumento de comunicação das suas experiências. Nesse sentido, a criação e o desenvolvimento das bibliotecas públicas dependem da forma como se desenvolvem os fatores que atuam no processo sócio-cultural, político, econômica e intelectual de uma sociedade.

As condições econômicas (excedentes de riqueza e de recursos econômicos), por exemplo, segundo Araújo e Oliviera (2005, p.31-32), jogam um papel muito importante por influenciarem na produção de conhecimentos, produção cultural e de unidades de informação, incluindo as bibliotecas. Relativamente às condições sociais, essas autoras destacam: (i) o aparecimento de grandes centros urbanos que, em suas atividades cada vez mais complexas produzem inúmeros registros e requerem sofisticados sistemas de informação; e (ii) o sistema formal de educação, que necessita tanto de registros de conhecimentos e sua conservação quanto de bibliotecas para participar e dar apoio ao processo de ensino-aprendizagem.

As condições políticas também são expostas em dois níveis: o primeiro diz respeito ao clima de tranquilidade política e social de uma sociedade, que pode propiciar e ampliar o crescimento de bibliotecas, ao contrário de ambientes de conflitos e crises políticas que as destroem e/ou destroem seus acervos⁷. Em outro nível, as bibliotecas, assim como toda a produção de conhecimentos, necessitam de políticas governamentais para seu estímulo e crescimento (ibidem).

Ballard⁸ (*apud* Garcia, 1957, p.12) também destaca como fatores para o surgimento da bibliotecas públicas contemporâneas, os excedentes de riqueza, o desenvolvimento e expansão das idéias políticas, o desenvolvimento da educação pública, incluindo nesses fatores, o aumento do tempo livre dos trabalhadores, e a utilidade dessas instituições para a educação de adultos.

⁷Veja-se, em Báez (2006), um interessante estudo sobre a história da destruição de livros e/ou bibliotecas.

⁸BALLARD, Llyod Bernor. *Public library*. Chicago: ALA, 1937.

Na prática, o percurso histórico da humanidade testemunha a influência desses fatores na criação e manutenção das bibliotecas públicas. Por exemplo, “as grandes bibliotecas da Antigüidade clássica de que se tem memória eram formadas por grandes conquistadores ou se localizavam em cidades que exerciam poder econômico e/ou político”. Dessa época, podemos citar, por exemplo,

- a Biblioteca de Nipur, na Babilônia, descoberta em um templo, com registros em tábuas de argila e em escrita cuneiforme. Em 1987 foram encontradas restos de outras duas conhecidas bibliotecas do império babilônico, em Shaduppum e Sippar. Segundo Báez (2006, p.37), a biblioteca de Sippar, hoje Abu Habba, foi o achado mais importante; a biblioteca foi descoberta no templo do deus solar de Sippar, construído no tempo de Nabucodonosor II;
- a Biblioteca de Assurbanipal, rei da Assíria, que viveu no século VII a.C. Essa biblioteca situava-se no palácio do rei na cidade de Nínive e contava com milhares de tabletas de argila com transcrições e textos sobre os mais variados assuntos, coletados sistematicamente pelo rei em outros templos do seu reino;
- a Biblioteca de Alexandria, no Egito, considerada a maior e a mais famosa biblioteca da Antigüidade. Foi criada pelo rei Ptolomeu Sóter, que “dera ordens ao encarregado dos edifícios para deixar no recinto real espaço conveniente para um centro cultural com uma Biblioteca e um Museu, nos quais os estudiosos pudessem ser inspirados pelas musas”. A fundação da cidade de Alexandria é atribuída a Alexandre Magno (356-323), que invadiu o Egito nos anos de 332-323 a.C. A Demétrio Falereo, um homem de letras e anfitrião do rei Ptolomeu Sóter I, é-lhe atribuída a responsabilidade pela organização inicial da Biblioteca de Alexandria. E, possivelmente, foi a nostalgia pelo tempo que passara no Liceu ou pela década em que conseguira se cercar dos principais filósofos, poetas e oradores de seu tempo que o levou a sugerir ao rei a criação de um centro de cultura e pesquisa em Alexandria que rivalizaria com os de Atenas, Pérgamo e Cirene, e transformaria a cidade no epicentro da erudição. O resultado foi a formação do que se tornaria a primeira grande biblioteca e centro de

pesquisa internacional (Flower, 1999, p.9-10; Batlles, 2003, p.23-26; Araújo; Oliveira, 2005, p.32).

Entretanto, como nos esclarece Batlles (*op.cit*),

a idéia de uma biblioteca pública parecida com as nossas foi invenção de [Júlio César, Imperador Romano], que havia planejado construir uma pouco antes de ser assassinado [em 44 a.C.]. Depois da morte de César, um de seus partidários, Asínio Pólio, e o escritor Varrão [...] levaram a causa adiante, construindo no Fórum a primeira biblioteca pública de Roma, em XXXIX a.C. Em consonância com o desejo de César, dotaram a biblioteca de dois salões de leitura, um para livros em latim, outro para livros em grego [...]. O padrão iria repetir-se em todas as bibliotecas de Roma construídas a partir de então, desde os grandes repositórios imperiais de Augusto e de Trajano até as bibliotecas públicas mais modestas e as pequenas coleções das cidades provincianas. Isso significava um desvio marcante no modelo grego, cujo protótipo era Alexandria, que não dispunha propriamente de salas de leitura. O bilingüismo das bibliotecas romanas expressava a herança mediterrânea reclamada por Roma, enquanto a ênfase na experiência na experiência do leitor dá provas de suas origens republicanas (p.52).

Contudo, a invasão e destruição de Roma, levaram consigo as grandes bibliotecas conhecidas da cidade, com a de Palatino e a de Ulpiano. Após a queda da capital (476 d.C), afirma Batlles (*op.cit.*), o papa Agapeto fundaria uma importante biblioteca e academia privada, transferindo o papel político e institucional sobre as bibliotecas para a Igreja (p.64).

Conseqüentemente, ao longo da Idade Média, as igrejas e mosteiros passaram a ser guardiões de enormes acervos das antigas bibliotecas, e a Igreja Católica passou a exercer um grande poder científico e econômico. Não só produzia, como também legitimava os conhecimentos. Silveira (2008, p.8) detalha o poder da Igreja Católica sobre as bibliotecas nos seguintes termos,

[...] durante toda a Idade Média, somente os monges designados como bibliotecários transitavam livremente entre os volumes e mistérios de uma biblioteca. Somente eles decidiam como e se outros monges poderiam acessá-los. Isto porque, até aquele momento, e como recurso para se manter a soberania sobre certos conhecimentos, as bibliotecas eram encobertas por uma aura mística e obscura, onde alguns homens devotados trabalharam durante séculos seguindo férreas regras.

Cassiodoro é um dos homens a quem é atribuído a responsabilidade pelo estabelecimento das tendências medievais não apenas no campo das bibliotecas mas também em tudo que diz respeito à vida monástica. “O paraíso de Cassiodoro era chamado de Vivarium”, afirma Battles (*op.cit.*), onde “foi desenvolvido um projeto de confecção de manuscritos que seria de fundamental importância para o cristianismo durante toda Idade Média”, e que transformou as bibliotecas europeias durante esse período, em “lugares bastante conservadores cujo interesse estava exclusivamente concentrado num conjunto exíguo de textos veneráveis” (p.63-64).

No Oriente, à mesma época, as bibliotecas também floresceriam com a ascensão do Islão. Quando, no século VII, os exércitos de Maomé varreram os territórios ao norte da Península Arábica, como narra Battles (*op.cit.*),

conquistaram uma Pérsia que ainda retinha o esplendor de sua cultura milenar. Ao longo de séculos de conflito com a Grécia, as bibliotecas persas haviam ficado repletas de toda a filosofia e ciência do mundo helênico. Agora, com a conquista árabe, esses tesouros foram postos à disposição de tradutores. Sob as mãos dos califas, a ciência grega, juntamente com a poesia persa, foi transportada para a língua árabe. Assim começou um período de construção de bibliotecas muçulmanas [...]. Em todas as regiões sob o domínio muçulmano foram criadas grandes bibliotecas (p.66-70).

Entretanto, afirma Battles (*op.cit.*), a grande efervescência de livros, cultura e de bibliotecas no mundo muçulmano teria um final abrupto. Em meados do século XIII, já no final da Idade Média, “o Oriente muçulmano estava praticamente destruído pelas invasões dos mongóis. Quando o imperador Carlos V, dos Habsburgo, tomou Túnis em 1536, ele ordenou que todos os livros escritos em árabe fosse queimados” (p.70).

De todo modo, voltando especificamente para o histórico das bibliotecas públicas, Battles afirma que, depois da trama de Roma, “foi em Florença que a biblioteca pública renasceu”. Segundo esse autor,

o título de primeira biblioteca ‘pública’ moderna talvez seja mais freqüentemente dado à biblioteca pública de São Marcos, fundada por Cosimo Médici em 1444. Na Florença do século XV, porém, o termo ‘público’ referia-se não à universalidade de acesso, mas ao palco sobre o qual a Igreja, a nobreza e as poderosas famílias mercantis desempenhavam seus papéis e exerciam sua autoridade. A biblioteca

de São Marcos era pública porque o trabalho dos estudiosos que a usavam beneficiaria a sociedade de um modo novo e importante, mas também era pública, porque ao construir a biblioteca e escolher os livros de sua coleção, os Médici tinham a oportunidade de exibí-los publicamente na qualidade de peritos, patronos, intelectuais e príncipes (p.72).

A aquisição privada de livros importantes por uma família poderosa significava, por si só, segundo Battles (*op.cit.*), o exercício de uma autoridade intelectual. Ao transformarem aquela coleção numa biblioteca, “os Médici faziam com que suas ações transcendessem o âmbito doméstico das exposições públicas medievais e se traduzissem numa tentativa de promover e influenciar uma ‘esfera pública’, na acepção moderna do termo” (p.74).

No século XVII, na Inglaterra e nos Estados Unidos, o movimento das bibliotecas públicas recebe uma influência também da ética cristã, agora, e particularmente na Inglaterra, do puritanismo. Nessa época, argumenta Allred (1972, p.15-16) o puritanismo significava liberdade de pensamento e sua ligação natural com as bibliotecas nas cidades inglesas é bastante clara na reflexão de Hill⁹ (*apud* Allred, 1978, p.16). O puritanismo inicia assim, um movimento de bibliotecas públicas fundado no princípio da universalidade, que viria a se replicar até aos nossos dias, sendo esse um dos princípios subjacente no Manifesto da UNESCO (1994).

No século XVIII, será a Revolução Francesa (1789-1799) a variável impulsionadora do desenvolvimento das bibliotecas públicas, devido ao seu lema de liberdade e igualdade entre todos os indivíduos, e servindo de suporte para o surgimento dos movimentos de massa, cuja luta passou a ter por objetivo a democratização da educação. Arruda (2000, p.6) argumenta que a Revolução francesa, propiciou a gratuidade da Instrução Elementar, como um direito de cada cidadão e as bibliotecas particulares passaram a ser repudiadas. Nessa época, na França, foi instituída a Bibliothèque Nationale, cuja coleção, ao final do século XVIII, tinha crescido para além dos 300 mil volumes, “graças à apreensão de bibliotecas da aristocracia e do clero em consequência da Revolução de 1793” (Battles, *op.cit.*, p.125).

No século XIX, uma das palavras de ordem do movimento por bibliotecas públicas que vigorou na Europa Ocidental e nos Estados Unidos,

⁹HILL, C. *Society and puritanism in pre-revolutionary England*. [s/l]: Panther, 1969.

era “um livro para cada pessoa”. Na prática, o mote anunciava a responsabilidade da biblioteca pública no apóio ao sistema educacional e aperfeiçoamento dos trabalhadores que já estavam fora do ensino formal. Num contexto mais amplo, essa responsabilidade seria o corolário da demanda por mão-de-obra qualificada provocada pelo desenvolvimento industrial (Almeida Jr., 2003, p.66-67).

No século XX, com a crise econômica dos anos de 1930 e da Segunda Guerra Mundial, “a imagem da biblioteca pública incorpora o conceito de atuar como instrumento para a paz e a democracia e identifica-se com a classe média e a população estudantil, cada vez mais numerosa” (Brasil, 2000). Será nesse contexto, que um dos organismos das Nações Unidas, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), criada em 16 de novembro de 1945, vai formular seu Manifesto em relação à biblioteca pública. O Manifesto da UNESCO, sobretudo o último, de 1994, é um documento que expressa o objetivo geral que a biblioteca pública deve seguir e os serviços que deve desenvolver para a comunidade.

No subitem seguinte, a biblioteca pública é tratada à luz do Manifesto da UNESCO, que é o ponto de partida da literatura que trata do papel dessa instituição na sociedade contemporânea.

1.2 A biblioteca pública segundo o Manifesto da UNESCO

A primeira versão do Manifesto da UNESCO¹⁰ sobre a biblioteca pública foi publicada em 1949, dando ênfase, principalmente a função educativa dessa instituição, e caracterizando-a como “centro de educação popular”. Como resultado desse Manifesto, “houve, em várias partes do Mundo, um grande movimento para [a sua criação e/ou] seu desenvolvimento” (Brasil, 2000; Vieira, 2003, p.24).

¹⁰O Manifesto da UNESCO foi elaborado com a colaboração da Federação Internacional de Bibliotecas e Instituições (IFLA). A IFLA foi fundada em Edimburgo (Escócia), em 1927, e constitui o principal organismo internacional dedicado às bibliotecas e serviços de informação, seus profissionais e usuários. Está sediada em Haia, na Biblioteca Nacional dos Países Baixos - Royal Library, e conta atualmente com cerca de 1600 membros em aproximadamente 150 países de todo o mundo (Tradução livre). Para mais detalhes consultar: <<http://www.ifla.org/>>.

Em Moçambique, segundo o Diretório dos Arquivos, Bibliotecas e Centros de Documentação e Informação existentes no país, publicado em 2003, pelo Fundo Bibliográfico de Língua Portuguesa (FBLP) as primeiras bibliotecas públicas foram criadas em 1965, nas províncias de Sofala e Inhambane. Poucos anos antes, em 1961, teria sido criada a Biblioteca Nacional de Moçambique, através do Diploma Legislativo no. 2116, de 28 de agosto. Portanto, como será referido com maiores detalhes no capítulo V, em Moçambique as bibliotecas públicas remontam do período colonial, e estiveram sempre vinculadas às atividades educativa e cultural (FBLP, 2003, p.27; 99).

Em 1972, entretanto, foi publicada a segunda versão do Manifesto do UNESCO, no qual são sintetizados, pela primeira vez, as funções educativa, cultural, lazer e informacional. É no quadro dessas funções que a literatura especializada tem analisado e discutido o papel da biblioteca pública ao longo do século XX. Almeida Junior (2003, p.69-76) detalha e discute essas funções nos seguintes termos:

- 1) **função educacional** - presente desde o surgimento da biblioteca pública moderna, no século XIX. Entendida, em seus primórdios como suporte, complemento e apoio, a biblioteca pública orientou essa sua função primeira para o âmbito da educação formal. Contudo, segundo Almeida Junior, a biblioteca pública deve nortear-se para a educação informal, continuada. Mas, continua esse autor, “por ser obrigada a fazer às vezes da biblioteca escolar, não sobra tempo e interesse para ações no âmbito da educação continuada”. A falta de preparo pedagógico dos profissionais e de uma política da biblioteca nesse sentido também contribuiu para essa situação;
- 2) **função cultural**, surgida no início do século XX, foi agregada à função educacional. Desde sua inclusão entre as funções exercidas pela biblioteca pública, afirma Almeida Junior, a função cultural foi entendida “como sinônimo de erudição”: propiciar à população materiais, em especial o livro, levar as pessoas à leitura dos “bons” livros, entendidos esses a partir de conceitos dos próprios bibliotecários e de análises mais ou menos sedimentadas e consensuais de critérios da literatura;
- 3) **função de lazer (ou recreacional)**, entende a biblioteca pública como um espaço que deve oferecer entretenimento através da leitura,

promovendo-a e intensificando o empréstimo de livros. “Ao lado do atendimento a alunos”, essa é, de acordo com Almeida Junior, “a função mais conhecida da biblioteca pública”; e

- 4) **função informacional** - foi acrescida no final dos 60 e início 70 do século XX. Para Almeida Junior, essa função, na verdade, é fruto não de um estudo de usuário que tenha detectado a necessidade da população por informações para atender e fazer face de problemas cotidianos, mas de um interesse da própria biblioteca: “lutar por uma fatia maior do orçamento destinado aos equipamentos culturais”. Contudo, “a partir da introdução da função informacional, e conseqüentemente dos serviços de informação utilitária¹¹, torna-se propício o desenvolvimento e implantação de propostas alternativas á atuação da Biblioteca pública tradicional”.

A atuação alternativa da biblioteca pública seria a de um espaço público informacional, que atua de maneira diversa da biblioteca pública tradicional, advogando e defendendo novas posturas e concepções de mediação da informação¹². As Bibliotecas públicas tradicionais, apesar de afirmarem categoricamente que sua atuação visa à democratização da informação, ou seja, oferecer e possibilitar o acesso de todos a qualquer tipo de informação que necessitem na prática esse objetivo não é alcançado. Pois, como argumenta Almeida Júnior (2003, p.77),

já a partir da formação da coleção, chegando até o atendimento, percebe-se que o trabalho e a preocupação dos profissionais [que atuam nas bibliotecas públicas tradicionais] estão voltados para uma ‘média de interesse e necessidade dos usuários’, levantada a partir de uma idealização do público, uma pré-concepção dos usuários. **Não são feitos estudos de usuários ou de comunidade para definir o perfil daqueles que utilizarão a biblioteca** (grifo nosso).

¹¹Por informação utilitária entende-se toda informação que auxilia na solução de problemas que aparecem no cotidiano das pessoas, desde os mais simples aos mais complexos. Aquela informação que abrange, por exemplo, assuntos ligados à educação, emprego, legislação, direitos humanos, saúde, segurança, e outros (Campello, 1998, p.35).

¹²Por mediação da informação entende-se um processo de interface entre instituições, profissionais e sujeitos sociais (usuários) na identificação de necessidades, fontes, seleção, busca e uso da informação em um contexto sócioeconômico, político e cultural adequado à realidade de determinado sujeito individual (cidadão) ou coletivo (comunidade), a partir de experiências e do momento históricos (Suaiden *apud* Takase, 2007, p.29).

As bibliotecas públicas alternativas, conforme afirma Almeida Júnior (*op.cit.*), por trabalharem e determinarem o público que servirão, podem focar suas ações especificamente para eles, inclusive introduzindo serviços diferenciados e direcionados para esses usuários. Estas distinções mostram uma perspectiva do desenvolvimento das bibliotecas públicas.

Em 1994, a UNESCO atualizou seu manifesto sobre a biblioteca pública, constituindo a terceira e última versão do mesmo. São contidos nele novas atribuições para as bibliotecas públicas, sendo consagrada a dimensão de um espaço público para cidadania, assente nos princípios de igualdade e universalidade, e incorporando as novas TIC no quadro da missão e objetivos a serem perseguidos por essas instituições (Vieira, 2003, p.25; Correia, 2005, p.12-13).

Assim, a biblioteca pública é, de acordo com o Manifesto da UNESCO (1994), o centro local de informação, que deve tornar prontamente acessíveis aos seus utilizadores o conhecimento e a informação de todos os gêneros. Seus serviços devem ser oferecidos com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social.

Dentre as missões atribuídas à biblioteca pública, destacam-se as seguintes:

- Promover o conhecimento sobre a herança cultural, o apreço pelas artes e pelas realizações e inovações científicas;
- Fomentar o diálogo intercultural e, em especial, a diversidade cultural;
- Assegurar o acesso dos cidadãos a informação;
- Facilitar o desenvolvimento da capacidade de utilização das novas TIC;
- e
- Apoiar, participar e, se necessário, criar programas e atividades de alfabetização para os diferentes grupos etários.

O Manifesto da UNESCO (1994) estabelece ainda, que a criação da biblioteca pública é da responsabilidade das autoridades locais e estatais. Deve ser objeto de uma legislação específica e financiada pelos governos nacionais e locais. Tem de ser uma componente essencial de qualquer estratégia em longo prazo para a cultura, o acesso à informação, a literacia e a educação (UNESCO, 1994).

Nessa perspectiva, de acordo com Milanese (1986, p.97-99) é impossível pensar a biblioteca pública hoje sem se considerar a liberdade de acesso à informação como um direito humano, uma das condições básicas para o exercício da cidadania. Contudo, como acautela Milanese (*op.cit.*), a biblioteca pública não é o consumo fácil da informação, pois, exige de seu público uma participação mais reflexiva, transformando-o num agente ativo no acesso à essa informação. A biblioteca pública é, por outro lado, segundo Milanese uma alternativa a todas as formas impositivas de saber, inclusive a escola, os mídias de massa, etc. quando assim eles se manifestam (p.97-99).

Essa dimensão da biblioteca pública só será efetiva na medida em que, segundo Milanese (*op.cit.*) forem atendidos dois requisitos básicos: (1) a não existência de qualquer forma de censura; e (2) a possibilidade de recursos para se organizar um serviço compatível com as expectativas da coletividade para a qual ela se destina. Em muitos casos, constata Milanese, a falta de recursos materiais e de pessoal funciona como uma mal disfarçada forma de censura. E, talvez esteja aí um dos motivos que levam a biblioteca pública a situação de precariedade material e humana extremada.

Dessa forma, “o esforço deverá ser no sentido de incrementar a biblioteca, transformando-a efetivamente num centro onde não apenas se tem acesso à produção cultural, [do conhecimento] da humanidade, mas onde também se produz a cultura [e conhecimento]”. Assim, a biblioteca pública deve ter a participação forte da coletividade, ainda que o Estado deva estar presente, dando apoio quer na parte material, quer na coordenação (p.100)

Seja economicamente rica ou pobre, rural ou urbana, afirma Suaiden (1995, p.20), a biblioteca pública terá de ser uma só em sua finalidade e em sua concepção, e tanto mais democrática quanto mais estenda seus serviços a todos seus potenciais usuários. Deve constituir-se, cada vez mais, em um centro convergente das aspirações comunitárias, ou seja, deve ter uma identificação muito grande com sua comunidade e contribuir para resolver os problemas que são próprios à mesma comunidade. E,

[...] à medida que a biblioteca pública se vincular adequadamente com a comunidade, ela passará a ser o caminho que possibilitará a participação efetiva na sociedade da informação. Isso é de extraordinária importância em um

país onde a desinformação atinge altas proporções, e, sem essa oportunidade, milhares de pessoas jamais terão oportunidade de entender e de ter noção dos seus direitos e deveres em uma sociedade globalizada, pois o acesso à informação, nos novos tempos, significa o investimento adequado para diminuir as desigualdades sociais e [novas] formas de dominação [...] (Suaiden, 2000, p.60).

Cabe, assim, à biblioteca pública, transferir informação útil e adequada aos diferentes segmentos de usuários, para que esse recurso se transforme em conhecimento capaz de conduzir às mudanças que necessitam o indivíduo, as organizações e a sociedade como um todo (Cunha e Santos, 2005, p.2). Daí, como frisam essas autoras, a necessidade da sociedade envolver essa instituição em ações sóciopolíticas, econômicas e culturais que lhe assegurem condições de oferta de produtos e serviços informacionais de qualidade e de exercer um papel social na formação e desenvolvimento da cidadania.

No capítulo seguinte, a biblioteca pública é analisada na perspectiva exposta por Milanesi (1986), Suaiden (1995; 2000) e Cunha e Santos (2005), ou seja, como um espaço público de informação, propício para o desenvolvimento de sujeitos cidadãos. É dentro dessa perspectiva que se concebe essa instituição na presente dissertação.

CAPÍTULO II

BIBLIOTECA PÚBLICA, INFORMAÇÃO E CIDADANIA

2.1 O conceito de cidadania

No seu ensaio intitulado *Cidadania, classe social e status*, T. H. Marshall (1967) apresenta um conceito de cidadania que se tornou o ponto de partida para muitos estudos sobre o assunto na contemporaneidade. A cidadania é, assim, segundo Marshall (*op.cit.*) “um *status* concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade”. Aqueles que possuem o *status*, argumenta Marshall, são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao *status*. Para esse autor, não há nenhum princípio universal que determine o que esses direitos e obrigações são¹³, mas as sociedades nas quais a cidadania é uma instituição em desenvolvimento criam uma imagem da cidadania ideal em relação à qual o sucesso pode ser medido e em relação à qual a aspiração pode ser dirigida. “A insistência em seguir o caminho assim determinado equivale a uma insistência por uma medida efetiva de igualdade, um enriquecimento da matéria-prima do *status* e um aumento do número daqueles a quem é conferido o *status*” (p.76)¹⁴.

Marshall divide o conceito de cidadania em três partes ou elementos, quais sejam:

- i) o *elemento civil*, composto pelos direitos necessários à liberdade individual – liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à justiça. Este último é o direito de defender e afirmar todos os direitos em termos de igualdade com outros e pelo devido encaminhamento processual. E, “as instituições mais intimamente associadas com os direitos civis são os tribunais de justiça”;
- ii) o *elemento político*, que diz respeito ao direito de participar no exercício do poder político, como um membro de um organismo investido de autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo.

¹³ O que torna o conceito de cidadania problemático, nunca univocal no tratamento lhe é dado em diferentes tradições (Steenbergen, 1994, p.1),

¹⁴ Veja-se também: Marshall (1965, p.92).

“As instituições correspondentes [a este elemento] são o parlamento e conselhos do Governo local”; e

- iii) o *elemento social*, que se refere a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por exemplo, na herança social e levar a vida social de acordo os padrões prevalentes numa sociedade. “As instituições mais intimamente ligadas [a este elemento] são o sistema educacional e os serviços sociais” (p.63-64).

Esses direitos (elementos) de cidadania, emergiram, segundo Marshall (*op.cit*), em uma seqüência histórica da evolução da humanidade, numa ordem específica em sua conquista e desenvolvimento. Assim, seriam os *direitos civis*, conquistados no século XVIII, os *direitos políticos*, alcançados no século XIX – ambos chamados de direitos de primeira geração – e os *direitos sociais*, conquistados no século XX – chamados direitos de segunda geração (Marshall *op.cit*, p.63; Vieira, 2001, p.34).

Contudo, apesar de ser referência para muitos autores, a concepção de cidadania de Marshall não está isenta de críticas e/ou reformulações. Alguns autores excluem os direitos sociais nela contidos, por entenderem que os mesmos não são direitos naturais e sim históricos. Outros não aceitam a idéia de os direitos sociais fecharem o ciclo de conquista e desenvolvimento dos direitos de cidadania, em virtude de novas demandas, mormente ligadas aos direitos culturais, ecológicos, de minoriais étnicas, raciais, sexuais, entre outros. Há, ainda, os que classificam a cidadania em *passiva*, a partir de cima, via Estado, e *ativa*, a partir de baixo, de instituições locais autônomas (Cranston¹⁵, 1983; Turner¹⁶, 1990 *apud* Viera, 2005, p.23; Steenbergen, 1994, p.3; Demo, 1995).

Para Cranston (1983) os direitos naturais não estão vinculados a coletividades nacionais, devendo, portanto, desvinculá-los da cidadania da nação, da comunidade. Os direitos naturais, segundo esse autor, seriam limitados à liberdade, segurança e à dignidade, ou seja, os direitos humanos que escapariam à regulamentação positiva por constituírem princípios universais. “Os direitos sociais, assim, não seriam considerados naturais, como

¹⁵

¹⁶

entendeu a ONU ao incluí-los no elenco de direitos humanos” (Cranston, 1983 *apud* Viera, 2005, p.24).

Por seu turno, Turner (1990) acusa Marshall de evolucionista e etnocentrista. Discorda da leitura de Marshall do caso inglês e refuta a colocação dos direitos civis no começo: “o Bill of Rights seria fruto de um processo político, de uma política pelas liberdades individuais”. Define, por outro lado, diferentes tradições de cidadania de acordo com dois eixos analíticos: o primeiro, indicando a direção do movimento que produz a cidadania: *de baixo para cima* (ativa) *ou de cima para baixo* (passiva).

Exemplos de cidadania construída de baixo para cima são as experiências históricas marcadas pela luta por direitos civis e políticos, afinal conquistados ao Estado absolutista. Exemplos de movimento na direção oposta são os países em que o Estado manteve a iniciativa da mudança e foi incorporando aos poucos os cidadãos à medida que ia abrindo o “guardachuva” de direitos.

O segundo eixo proposto por Turner tem a ver com a dicotomia público-privado. Nessa perspectiva, a cidadania pode ser adquirida dentro do espaço público, mediante a conquista do Estado, ou dentro do espaço privado, mediante a afirmação dos direitos individuais, em parte sustentados por organizações voluntárias que constituem barreiras à ação do Estado.

Os dois eixos de Turner dão lugar a quatro tipos de cidadania. No *primeiro*, em que a cidadania é conquistada de baixo para cima dentro do espaço público, seria representado pela trajetória francesa. A cidadania seria aí fruto da ação revolucionária (por exemplo, a Revolução Francesa de 1789-1799) e se efetivaria mediante a transformação do Estado em nação. No *segundo*, a cidadania seria também obtida de baixo para cima, mas dentro do espaço privado. O exemplo seria o caso norte-americano, 1776-1783.

O *terceiro* tipo refere-se a casos de cidadania conquistada mediante a universalização de direitos individuais (espaço público), mas com base em concepção do cidadão como súdito. Corresponderia ao caso inglês após o acordo de 1688 que restaurou a monarquia. Finalmente, o *quarto tipo* refere-se a uma cidadania construída de cima para baixo dentro de espaço privado poderia ser encontrada na Alemanha. Neste último caso, ser cidadão seria

quase sinônimo de ser leal ao Estado. O cidadão alemão teria sido criado pelo Estado e não teria a energia associativa do cidadão norte-americano (Turner 1990 *apud* Carvalho, 1996, p.1-2; Vieira, 2005, p.23).

Em Moçambique, contexto empírico do presente estudo, a conquista dos direitos de cidadania não seguiu a seqüência (direitos civis, políticos e sociais, respectivamente) apresentada por Marshall (*op.cit*). E, a forma de acesso a esses direitos, se considerarmos que a independência nacional foi corolário de uma luta armada, enquadra-se, num primeiro momento, no eixo analítico de Turner adstrito à cidadania ativa, aquela que é conquistada de baixo para cima. Assim, a luta armada de libertação nacional, mobilizou, no início, e ao mesmo tempo os direitos civis e políticos, reivindicados sob a liderança da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), então movimento unificado de luta contra a colonização portuguesa.

Com a independência nacional, em 1975, a FRELIMO transformou-se, em 1977, num partido-único, de orientação socialista marxista-leninista, afirmando-se como o “representante único e legítimo [do povo moçambicano], aglutinador de todas as aspirações e vontades, enfim, o único veículo para obtenção da cidadania” (Faite, 2003, p.4). Com efeito, o eixo de conquista dos direitos de cidadania inverteu-se, e passou a ser produzida num movimento de cima para baixo (cidadania passiva), sendo acessíveis e usufruídos pelo povo moçambicano apenas os direitos sociais. Como será referido no capítulo IV, alguns moçambicanos insurgiram-se com essa nova situação criada pelo Governo da Frelimo, “revoltaram-se e formaram a Renamo, que desencadeou uma guerra civil que durou dezasseis anos (1976-1992)”.

A guerra civil significou, segundo Faite (*op.cit*), uma ruptura com o sentido de cidadania que havia despontado no período pós-colonial. Assim, continua a autora, passaram existir cidadãos dentro do horizonte da Frelimo e outros que sendo moçambicanos reivindicavam sua cidadania pela força das armas. “Os moçambicanos que se encontravam dentro do território controlado pela Frelimo, sentiam-se cidadãos de acordo com os ideais da Frelimo e, a outra parte constituía uma espécie de não-cidadãos [para o Governo desse partido]” (p.5).

As conseqüências sócio-políticas e econômicas da guerra civil, assim como a extensão dos direitos de cidadania em Moçambique serão

apresentadas no capítulo IV. Retomamos, a seguir, a nossa discussão teórica, definindo o conceito de cidadania adotado na presente dissertação, e refletindo sobre a informação como fator para o exercício da mesma.

2.2 A informação como fator para a cidadania

Considerando toda a discussão anterior sobre o conceito e as formas de acesso aos direitos de cidadania, entendemos a mesma, na perspectiva do presente trabalho, como uma “competência humana de fazer-se sujeito, para fazer história própria e coletivamente organizada” (Demo, 1995, p.1). Para o processo de formação dessa competência, de acordo com Demo (*op.cit.*), “alguns componentes são cruciais como educação, organização política, identidade cultural, **informação** e comunicação”, destacando-se, acima de tudo, o processo emancipatório (bolde nosso).

Na presente dissertação, sem desconsiderar os outros componentes apresentados acima, é analisada a informação como fator para a cidadania. Nesse sentido, de acordo com Ferreira (200?), a informação¹⁷ é considerada

¹⁷Em seu artigo intitulado *information as thing* Buckland (1991) apresenta três significados diferentes da palavra informação: “informação como processo”; “informação como conhecimento” e; “informação como coisa”: (i) a “informação como processo” se refere ao ato de informar; comunicação do conhecimento; estar informado. “Quando alguém é informado, o que sabe é modificado”; (ii) a “informação como conhecimento” denota o que também é percebido em “informação como processo”: o conhecimento comunicado sobre algum fato particular, assunto ou evento. “A noção de informação que reduz a incerteza poderia ser visto como um caso especial de ‘informação como conhecimento’”, mas às vezes a informação também aumenta a incerteza; (iii) a “informação como coisa”: o termo “informação” é utilizado também em referência a objetos, tais como dados e documentos, que são referidos como “informação” porque são considerados como sendo informativos, como tendo a qualidade da transmissão de conhecimentos ou comunicação de informações; instrutivo (Buckland, 1991, p.351, tradução livre). Uma característica fundamental da “informação como conhecimento”, conforme Buckland (1991) é a sua intangibilidade: não se pode tocá-lo ou mensurá-lo de qualquer forma direta. “Conhecimento, crença e opinião é pessoal, subjetivo e conceitual”. Para comunicá-los, eles têm de ser expressos, descritos ou representados de alguma forma física de comunicação, como um sinal, texto. (ibidem). Le Coadic (2004) tem uma visão semelhante da exposta acima. Define informação como um conhecimento inscrito (registrado) em forma escrita (impressa ou digital), oral ou audiovisual, em um suporte. Ela (a informação) comporta um elemento de sentido, é um significado transmitido a um ser consciente por meio de uma mensagem inscrita em um suporte espacial-temporal: impresso, sinal elétrico, onda sonora, etc. Essa inscrição é feita graças a um sistema de signos (a linguagem); o signo é um elemento da linguagem que associa um significante a um significado: signo alfabético, palavra, sinal de pontuação. Le Coadic (2004) refere que, de uma forma geral, o objetivo da informação é a apreensão de sentidos ou seres em sua significação, isto é, o conhecimento; e o meio é a transmissão do suporte, da estrutura¹⁷. Para este autor, um conhecimento (um saber) é o resultado do ato de conhecer, ato pelo qual o espírito apreende um objeto. Conhecer é ser capaz de formar a idéia de alguma coisa; é tê-la presente no espírito. Isso pode ir da simples identificação (conhecimento comum) à compreensão exata e completa dos objetos (conhecimento científico). O saber designa um conjunto articulado e organizado de

um bem social e um direito humano tão importante quanto o direito à saúde, à educação, à justiça, etc; seu acesso e uso constitui condição fundamental para a conquista e exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, em suma, para a cidadania.

Reis (1999) define a informação como

um substrato da vida social, fundamental à compreensão dos fenômenos, requerendo daquele que a recebe submetê-la a um processo de análise, crítica e reflexão, para que, inserindo-o na historicidade dos processos sociais possa ser incorporada como conhecimento, norteador da ação (Reis, 1999, p.155).

A informação é, assim, um instrumento importante para a transformação da realidade política, socioeconômica e cultural dos sujeitos; um instrumento capaz de potencializar transformações tanto na esfera da liberdade individual (civil) quanto coletiva (social)¹⁸. Para tanto, de acordo com Reis (*op.cit*), torna-se necessário o desvelamento das articulações de poder bem como uma visão histórica da sociedade e das relações sociais que nela se engendram. Trata-se em outras palavras, de adotar uma postura crítica e não linear da compreensão da informação como instrumento fundamental para o exercício da cidadania. Trata-se, como afirma Reis, da necessidade de um questionamento de caráter ideológico¹⁹ no sentido de se contrapor à postura dominante que vem atribuindo um “caráter messiânico à informação”.

Portanto, de acordo com a autora citada acima, a informação se constitui em instrumento chave para a internalização e compreensão da realidade, e para o exercício da cidadania desde que pensada além de sua proliferação, entendendo-a como “instrumento de aproximação do real, que exige de quem a recebe um processo de crítica e reflexão, transformando-a em conhecimento”.

conhecimentos uma ciência – um sistema de relações formais e experimentais – poderá originar-se (Le Coadic, 2004, p.4-5; Capurro; Hjørland, 2007, p.149).

¹⁸ Veja-se também Araújo (1999, p.155); Cepik (2000, p.7); Silva (2005, p.43); Commonwealth Human Right Initiative (CRHI, 2007).

¹⁹ Segundo Mannheim, *ideologia* é um conjunto de concepções, idéias, representações, teorias, que se orientam para a estabilização, legitimação ou reprodução de uma ordem estabelecida. (Mannheim *apud* Lowy, 2006, p.13). Lowy (2006) propõe o conceito de *visão social de mundo* no lugar de ideologia. Nesse sentido, visão social de mundo seria todo o conjuntos estruturado de valores, representações, idéias e orientações cognitivas unificados por uma perspectiva determinada, por um ponto de vista social, de classes sociais determinadas. A visão social de mundo ideológica serviria para legitimar, justificar, defender ou manter a ordem social do mundo (p.13-14).

Apenas a disponibilidade da informação não é suficiente. É preciso garantir que os sujeitos possam confrontar as diferentes informações obtidas e divulgadas, com vistas a produzir uma síntese que os mergulhem na historicidade dos processos sociais.

Para Rojas (2005), a informação resulta de uma síntese, apresentada por esse autor na perspectiva kantiana de união de dois extremos opostos. Nesse sentido, seria a informação resultado de uma ação do sujeito de unir elementos objetivos (dados e estímulos sensoriais) aos subjetivos (estruturas interpretativas do sujeito), sendo estes últimos pertinentes para o processamento, organização, estruturação, e para dar forma aos dados que permitem extrair qualidades secundárias presentes potencialmente em símbolos, isto é, interpretá-los, enraizando-os com seu referente e sentidos ideais. Na prática, essa proposta converge na etimologia da palavra “informação”, que provém de informar, em latim *informare*, que significa literalmente “dar forma”, isto é, estabelecer limites à matéria, dotá-la de estrutura e organização.

Rojas (*op.cit.*) acautela, entretanto, para a questão da objetividade da informação, já que a mesma resulta, também, de uma atividade do sujeito. Ao mesmo tempo, esse autor afirma que se trata de uma questão pacífica, por um lado, pelo fato da informação ter origem em dados, que existem independentemente do sujeito e; por outro lado, porque as estruturas que se utilizam para organizar e dar significado aos dados empíricos também têm seu valor objetivo. Quer dizer,

as estruturas mencionadas são objetivas porque elas são o resultado de um processo psico-genético que tem sua base na natureza biológica e psicológica dos seres humanos, mas ao mesmo tempo, esse processo está inserido em contextos sócio-histórico-culturais. Assim, cada sociedade estabelece seus regimes de interpretação de símbolos, com base nas relações humanas no processo de produção material, espiritual e biológica (Rojas, 2005, p.53, tradução livre).

Rojas (2005) vai mais além, trata igualmente da produção de conhecimento, afirmando, nesse sentido, que a mesma depende não só da estruturação e interpretação de símbolos, mas também de outras atividades mais complexas, quais sejam, a decodificação dos símbolos; a memorização;

a análise, que permite identificar os elementos constituintes do que se está conhecendo e suas relações como partes de um todo; a síntese, na qual se devem reunir o todo com as partes; uma *visão dialética*, que permita descobrir a interconexão da informação nova com outras informações e conhecimentos do sujeito cognoscente; elaborar inferências de vários tipos, dedutivas, indutivas, adotivas e hermenêuticas; aplicar as novas idéias e visões de mundo obtidas, avaliar todo o processo e assimilar o construto cognoscitivo obtido. Em todo este processo é indispensável, afirma o autor, a utilização das capacidades intelectuais puras, imaginação e criatividade (Rojas, 2005, p.53-54, tradução livre; o itálico é nosso).

Destacando o papel social da informação, Simões (1996, p.83) sugere algumas categorias para a compreensão da informação enquanto conhecimento instituído no social e instituinte socializador. Em sua reflexão, essa autora parte de dois pressupostos epistemológicos básicos: (1) o conhecimento é gerado na prática, nas relações sociais concretas e (2) a realidade está constantemente em movimento e, portanto, construindo-se. De acordo com Simões (*op.cit.*),

a constatação de que a realidade está em movimento e o fato desse movimento conter muitas direções leva ao questionamento do alcance ou pertinência do raciocínio fundado na lógica da determinação, na lógica da causa e efeito, quando se procura compreender essa realidade em movimentos de múltiplas direções.

Portanto, como sugere Simões (1996), é necessário considerar as categorias de *veracidade*, *universalidade*, *historicidade* e *totalidade* com vistas à compreensão e apreensão do processo de produção de conhecimento.

A categoria de *veracidade* prevê que todo o conhecimento é verdadeiro, porque é adequado a uma prática social da qual decorreu; a categoria de *universalidade* decorre da veracidade: o conhecimento de classes com práticas distintas impossibilita o consenso de conhecimentos, impossibilita o universal, ou a verdade absoluta; a *historicidade* aponta que o conhecimento decorre de uma prática que se dá em um determinado contexto sócio-histórico, logo, “é preciso compreender cada conhecimento a partir da realidade sócio-histórica na qual ele foi construído”; por fim, a categoria de *totalidade* nos aponta para a

necessidade de analisar os fenômenos sociais em suas relações uns com os outros. Entretanto, “a busca da totalidade não passa pela soma das partes, mas pela relação entre o particular e o geral” (Simões, 1996, p.83-84)²⁰.

Cardoso (1994) acrescenta nas categorias acima expostas, a categoria de *tensionalidade*, que está presente na sociedade, determinando, segundo essa autora, as relações e a produção de sentido sobre tais relações, entre os diversos grupos, segmentos e classes sociais culturais (valores, crenças, práticas, informação/conhecimento).

Na perspectiva da presente dissertação, a informação é pensada no âmbito da sociedade da informação (sobre a qual falaremos no capítulo III), considerando-se decisivo para o desenvolvimento da cidadania nesse âmbito, um ambiente cultural, informacional e comunicativo aberto, crítico e criativo, no qual “se promovem sujeitos sempre atualizados com o conhecimento e capazes de [agir individual e coletivamente]” (Demo e Olvieira, 1995, p.31).

Assim, a biblioteca pública é pensada no presente trabalho como um espaço com potencialidade para se posicionar no centro desse ambiente cultural, informacional e comunicativo aberto e crítico de formação de sujeitos cidadãos.

2.3 A Biblioteca Pública como um espaço público da informação

Se o meio for generoso e oferecer oportunidades, o individuo poderá, com a educação formal [e informal], as leituras e demais fontes de informação, ter mais autonomia para pensar e agir (Milanesi, 2002, p.35).

Como espaço público a biblioteca pública é entendida como o *lócus* onde temas, idéias, informações se apresentam ao conhecimento geral; um domínio discursivo e de interação social aberto a todos, sem distinção de credos, ideologias e condições sócio-políticas e econômicas. Esta compreensão resulta, também, do Manifesto da UNESCO (1994) sobre essa instituição.

²⁰Veja-se também: Cardoso (1994, p.111-112).

De acordo com Correia (2005, p.12-13), ao proclamar que “os serviços da biblioteca pública devem ser oferecidos com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção de raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social”, a UNESCO “realça precisamente as características que [...] conferem [essa instituição] a dimensão de espaço público: a acessibilidade, a universalidade e a neutralidade”.

Nesse sentido, é possível incorporar a biblioteca pública no âmbito das instituições e/ou espaços públicos que se vinculam a um projeto de legitimação da *práxis* democrática²¹, através da disseminação, inclusão e mediação informacionais, processos através dos quais cidadãos conscientes, críticos, solidários e participativos são capazes de exercer e se apropriar dos seus direitos, incluindo o direito à informação²².

A idéia da biblioteca pública como espaço público traduz, assim, como nos faz perceber Webster (2006, p.163-164), a representação do papel da informação em uma sociedade democrática, onde recursos informacionais confiáveis são disponibilizados a todos os cidadãos, em processos abertos e acessíveis. A informação é um elemento central do espaço público, instrumento através do qual, os cidadãos expõem suas visões, representações de interesses pessoais do bem comum ao público.

O termo “público”, segundo Habermas (1984), se refere espaços e eventos que, em contraposição aos fechados e tratados reservadamente, são acessíveis a qualquer um – casas públicas, “poder público”, “coisa pública”, etc. O emprego mais freqüente desse termo, conforme Habermas (1984), assume o sentido de opinião pública, de uma esfera pública, significados correlatos a público, publicidade, publicar. “O sujeito dessa esfera pública é o público enquanto portador da opinião pública”; à sua função crítica é que se refere a “publicidade” como, por exemplo, o caráter dos debates políticos, judiciais, etc.

²¹ A *práxis* democrática é entendida aqui, do ponto de vista marxiano, segundo o qual as mudanças sociais só podem ser realizadas através da união da teoria à prática, da conjugação da compreensão teórica e da atividade sócio-política prática, o que exige a integração ao estudo das transformações históricas possíveis ou iminentes e um programa de ação prática que possa contribuir para a realização dessa transformação (Marx, 1984, p.27; Eagleton, 1999, p.7; Giddens, 2005, p.51).

²² Veja-se: Viera (2001, p.64); Eisenberg e Cepik (2002, p.308); Avritzer e Costa (2006, p.63-93).

“Público” e “esfera pública” são categorias e/ou espaços encontrados nas antigas cidades-estado da Grécia. Aí, segundo Habermas (*op.cit*) a esfera da *polis* que é comum aos cidadãos livres (*koiné*) é rigorosamente separada do *oikos*²³, que é particular a cada indivíduo (*idia*). O caráter público da vida constitui-se na conversação, que também pode assumir a forma de conselho e de tribunal, bem como a de práxis comunitária (*práxis*). Na conversação dos cidadãos entre si é que as coisas se verbalizam e se configuram; na disputa dos pares entre si, os melhores se destacam e conquistam a sua essência: a imortalidade da fama. Na esfera pública as virtudes encontram reconhecimento. A esfera pública assume uma expressão de liberdade e da continuidade, ao mesmo tempo da discriminação (economia escravista em forma patrimonial) (Habermas, 1984, p.15-16).

Ao longo de toda a Idade Média, as categorias de público e de privado passam a ter uma aplicação jurídica com o surgimento do Estado moderno e suas instituições burocráticas. O Estado de impostos (a administração financeira é o cerne de sua administração) e a esfera da sociedade civil separada dele: servem para a evidência política, bem como para a institucionalização jurídica, em sentido específico, de uma esfera pública burguesa (Habermas, 1984, p.17), que discute e defende seus interesses no âmbito daquele, do Estado.

No contexto do Estado liberal burgês, segundo Habermas (*op.cit*), a esfera pública burguesa passa a ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público, reivindicando a regulamentação do público pela autoridade, discutindo com ela (a autoridade), as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante -, as leis de intercâmbio de mercadorias e do trabalho social.

Nessa perspectiva, afirma Lubenow (2007, p.44-45),

[...] a esfera pública surgiu como um espaço de discussão e exercício da crítica, independente da (ou que não segue puramente a) lógica do mercado e do Estado, e que foi capaz de impulsionar, a partir de sua eficácia política, os desdobramentos necessários para a democratização [...] das formas pré-burguesas de dominação, racionalizando o poder

²³“casa” em grego.

[e] vinculando a dissolução da dominação à visão de uma “publicidade”, baseada no discurso crítico e racional.

Em sua origem, entretanto, a esfera pública burguesa encontra-se vinculada à sociedade aristocrática, sendo que o “grande” público que se constituía em teatros, museus e concertos (instituições da esfera pública) é um público burguês em sua origem social. Não obstante às diferenças no tamanho e na composição de seu público, no estilo de seu comportamento, no clima de raciocínio e na orientação temática, o espaço público/esfera pública, segundo Habermas (*op.cit*), tende sempre a organizar a discussão permanente entre pessoas privadas, dispondo para isso uma série de critérios institucionais em comum:

Em *primeiro lugar*, é exigida uma espécie de *sociabilidade* que pressupõe algo como a igualdade de status. “A paridade cuja base é tão somente que a autoridade do argumento pode afirmar-se contra a hierarquia social e, até se impor, para o espírito vigente à época, significa a igualdade do simplesmente ‘meramente humano’”;

Em *segundo lugar*, a problematização de setores que até então não eram considerados questionáveis. À medida que as obras filosóficas e literárias, as obras de arte em geral são produzidas para o mercado e intermediadas por ele, como mercadorias tornam-se acessíveis a todos – já não constituem o monopólio de interpretações de autoridades eclesiásticas e governamentais. “As pessoas privadas, às quais a obra se torna acessível enquanto mercadoria [...] conversam sobre ela e, assim, precisam verbalizar o que, até então, exatamente não tinham podido, desenvolver a sua autoridade”;

Em *terceiro lugar*, o não-fechamento do público: “todas as pessoas privadas que, como leitores, ouvintes [...], podiam, através do mercado, apropriar-se dos objetos em discussão”. As questões discutíveis tornam-se “gerais” não só no sentido de sua relevância, mas também de sua acessibilidade: todos devem *poder* participar. Onde o público se estabelece como grupo fixo de interlocutores, ele não se coloca como equivalente ao *grande* público, mas reivindica aparecer de algum modo como seu porta-voz, talvez até como seu educador. Aparecer em seu nome e até mesmo

representá-lo – eis a nova configuração da representação burguesa (Habermas, 1984, p.51-53);

Além de Habermas (1984), Hannah Arendt (1995) também tratou da evolução histórica da esfera pública desde a Grécia antiga até a modernidade. Para essa autora, o termo “público” denota dois fenômenos intimamente correlatos, embora não perfeitamente idênticos. Significa, por um lado, que tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem maior divulgação possível (sentimentos, paixões, pensamentos da mente, os deleites dos sentidos transformados, desprivatizados e individualizados, de modo a se tornarem adequados à aparição pública), através da narração de histórias e, da transposição artística de experiências individuais (Arendt, 1995, p.59-60).

Para Arendt (*op.cit*), uma vez que a nossa percepção da realidade depende totalmente da aparência, e, portanto da existência de uma esfera pública na qual as coisas possam emergir da treva da existência resguardada, até mesmo a meia-luz que ilumina a nossa vida privada e íntima deriva, em última análise, da luz muito mais intensa da esfera pública (p.61).

O outro significado do termo “público” proposto por Arendt (1995), diz respeito ao próprio mundo, na medida em que é comum a todos e diferente do lugar que nos cabe dentro dele. Este mundo tem a ver com o artefato humano, com produto de mãos humanas, com os negócios realizados entre os que, juntos, habitam o mundo feito pelo homem. Para Arendt (*op.cit*), “a esfera pública, enquanto mundo comum reúne-nos na companhia uns dos outros e, contudo, evita que colidamos uns com os outros”. A este respeito, a autora refere que somente quando as coisas podem ser vistas por muitas pessoas, numa variedade de aspectos, sem mudar de identidade, de sorte que os que estão à sua volta sabem que vêem o mesmo na mais completa diversidade, pode a realidade do mundo manifestar-se de maneira real e fidedigna (p.62).

As abordagens e conceitos de espaço público/esfera pública de Habermas e Arendt, não obstante as críticas e reformulações²⁴ assumem uma posição central na literatura que trata de espaços públicos como arenas de formação da vontade, reforço da consciência coletiva e da cidadania.

²⁴Veja-se, por exemplo, Avritzer (2000); Webster (2006). Sobre a crítica a Arendt, veja-se Viera (2001)

Viera (2001, p.59), partindo do *modelo discursivo* de espaço público de Habermas, afirma que “comparado a Hannah Arendt, [Habermas] não restringe o acesso ao espaço público nem determina a agenda do debate [...]”. Nessa perspectiva, afirma Viera, o modelo discursivo é o único compatível com as inclinações sociais gerais da sociedade contemporânea e com as aspirações da cidadania. Segundo este autor, espaço público é visto democraticamente, como a criação de procedimentos pelos quais todos os afetados por normas sociais gerais e decisões políticas coletivas possam participar de sua formulação e adoção.

De qualquer forma, na perspectiva da presente dissertação, como se fez referência no início deste subcapítulo, a biblioteca pública como espaço público é entendida como um *lócus* onde temas, idéias e informações se apresentam ao conhecimento geral; como um domínio discursivo, de debate e interação social aberto a todos, sem distinção de credos religiosos, ideológicos e condições sócio-políticas e econômicas; e, nesse sentido, uma instituição social relevante para a formação e desenvolvimento dos sujeitos enquanto cidadãos.

No capítulo III, a seguir, será discutida a biblioteca pública no contexto da sociedade da informação, sendo, igualmente, pensada como uma instituição central para os processos disseminação, inclusão e mediação informacionais nesse contexto. A sociedade da informação é pensada, na perspectiva da presente dissertação, especialmente em relação aos países africanos, onde, de acordo com Suaiden (2000, p.56), apesar das promessas de compartilhamento e inclusão sócio-informacional e digital, o acesso público à informação e às novas TICs continua muito abaixo, e os elevados índices de pobreza e baixos níveis de renda *per capita* refletem-se em altas taxas de analfabetismo, baixo acesso à educação formal, à informação, e aos direitos de cidadania. São estes aspetos que trataremos detalhadamente no capítulo IV, quando formos a discutir o processo de construção da sociedade da informação em Moçambique, contexto empírico do presente estudo.

CAPÍTULO III

A BIBLIOTECA PÚBLICA NO CONTEXTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Como foi referido anteriormente, neste capítulo será discutida a biblioteca pública no contexto da sociedade da informação, pensando a mesma como uma instituição central para os processos disseminação, inclusão e mediação informacionais nesse contexto. No subcapítulo 3.1, entretanto, a sociedade da informação é tratada numa perspectiva histórico-conceitual, onde serão apresentados alguns critérios de definição e breve histórico dessa sociedade. No subcapítulo seguinte, apresentam-se os princípios e diretrizes definidos na Cúpula Mundial para a Sociedade da Informação (WSIS, 2003; WSIS, 2005).

No subcapítulo 3.3, a sociedade da informação é discutida, especificamente, na perspectiva dos países africanos, onde serão abordados os dilemas e paradoxos com que se deparam esses países nos seus esforços de construção dessa sociedade. Por fim, no subcapítulo 3.4, discuti-se o papel da biblioteca pública no contexto da sociedade da informação, considerado-a instituição vital nos processos de disseminação, inclusão e mediação informacionais nesse contexto.

3.1 Abordagem histórico-conceitual da Sociedade da Informação

A literatura sobre a sociedade da informação cresceu muito desde os finais do século XX. O meio acadêmico vem efetivando e consubstanciando os discursos relacionados a essa sociedade em pesquisas, seminários, conferências e outras formas de comunicação científica. Ao mesmo tempo, governos de muitos países, no mundo inteiro, consignam orçamentos e constroem políticas públicas, ou seja, instrumentos de planejamento e intervenção em torno da sua implementação²⁵.

²⁵ Webster (2006); Aparício (2006). Sobre políticas públicas e/ou instrumentos de planejamento e intervenção em torno da implementação da sociedade da informação veja-se, por exemplo, "Sociedade da informação no Brasil – Livro Verde", organizado por Takahashi (2000); "Política de Informática", instrumento que trata da implementação da sociedade da informação em Moçambique. Sobre esta última política falaremos no capítulo IV, quando formos a tratar especificamente, da construção da sociedade da informação nesse país

Webster (2006) alerta, entretanto, para a necessidade de se prestar atenção às definições que são postas em jogo pelos participantes nessas discussões sobre a sociedade da informação. É especialmente útil, afirma Webster, analisar o que aqueles que se referem a uma sociedade da informação querem dizer quando evocam esse termo.

Na verdade, como constata Webster (*op.cit*), se por um lado, a literatura opera com definições parciais e/ou incompletas da sociedade da informação; por outro lado, evidencia distinções que expressam a divisão entre os teóricos dessa sociedade, especialmente na concepção do fenômeno que perpassa toda a discussão em torno do papel da informação no mundo contemporâneo.

Assim, segundo Webster, é possível distinguir cinco (5) definições de sociedade da informação, que não sendo mutuamente exclusivas enfatizam um ou outro critério de alterações que tornam a informação um elemento qualitativamente novo de sistema social. Como afirma o autor citado acima, “essas definições compartilham a convicção de que as alterações quantitativas da informação estão trazendo um tipo qualitativamente novo de sistema social, a sociedade da informação ” (tradução livre, p.9).

As cinco definições de sociedade da informação que Webster (*op.cit*) distinguiu têm os seguintes critérios: 1) *tecnológico*; 2) *económico*; 3) *ocupacional*; 4) *espacial*; e 5) *cultural*. O critério tecnológico, de acordo com Webster, centra-se em uma série de inovações tecnológicas surgidas na segunda metade do século XX. Tais inovações, que incluem as novas TICs (computadores, telefones celulares, TV a cabo e via satélite, serviços de informação em rede, processadores de textos, etc), tornaram-se “um dos indicadores mais visíveis dos novos tempos e, conseqüentemente, são freqüentemente tomadas para sinalizar [e caracterizar] a chegada de uma sociedade da informação” (*ibidem*).

Entretanto, acautela Webster, o problema de medição da TIC (quanta TIC é necessária para se identificar uma sociedade da informação?), e as dificuldades associadas de estipular um ponto na escala tecnológica em que uma sociedade é julgada ter entrado em uma era da informação, “é certamente fundamental para qualquer definição aceitável de um novo e distinto tipo de sociedade”. Webster apresenta, também, objeção a visão tecnologicamente determinista das mudanças sociais contemporâneas, uma visão que relega a

uma divisão completamente distinta as dimensões social, econômica e política da inovação tecnológica. Nessa visão, a tecnologia “vem de fora da sociedade como um elemento invasor, sem contato com o social no seu desenvolvimento, ainda que tenha enormes conseqüências sociais quando impacta na sociedade”, fato que demonstra que a tecnologia não é alheia ao domínio social, pelo contrário, é parte integrante do mesmo (tradução livre, p.11-12).

O critério econômico de definição da sociedade da informação sustenta-se no “crescimento do valor económico das atividades informacionais”; aumento da proporção do produto nacional bruto (PNB) contabilizado pelo setor de informação. Uma vez que a maior parte da atividade econômica é ocupada por serviços de informação (ao invés da agricultura e da indústria), afirma Jonscher²⁶ (*apud Webster*, 2006, p.12), podemos falar de uma sociedade da informação. Machlup²⁷ (*apud Webster*, *op.cit.*) é considerado o autor do trabalho pioneiro de identificação das indústrias da informação como a educação, direito, publicações, mídia e produção de computadores, e de uma tentativa de estimar seu valor económico na sociedade contemporânea. Um trabalho que, segundo Webster (*op.cit.*), foi aperfeiçoado por Porat (1977b)²⁸.

Neste critério encontramos, também, objeções. A principal delas, segundo Webster (*op.cit.*), é que atrás das tabelas de peso estatístico “há uma grande dose de interpretação e juízo de valor na construção de categorias e os elementos a incluir e excluir do sector da informação”. Tanto Machlup como Porat, afirma Webster, criaram categorias do setor de informações que exageram o seu valor económico. Machlup, por exemplo, inclui na sua ‘indústria de conhecimento’ a ‘construção de edifícios de informação’ na base de que, presumivelmente, a construção de uma universidade ou biblioteca é diferente de um edifício destinado a armazenagem de chá ou café. Webster questiona, entretanto, a alocação daqueles edifício construídos para um propósito, mas que servem para outro. Um exemplo interessante nesse sentido, é que, como bem constata Webster, “muitos departamentos de universidades

²⁶JONSCHER, Charles. *Wired Life*. New York: Bantam, 1999.

²⁷MACHLUP, Fritz. *The Production and Distribution of Knowledge in the United States*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1962.

²⁸PORAT, Marc Uri. *The Information Economy: Sources and Methods for Measuring the Primary Information Sector (Detailed Industry Reports)*. OT Special Publication 77-12 (2). Washington, DC: US Department of Commerce, Office of Telecommunications, 1977b

estão localizadas em antigas casas domésticas, e algumas salas de aula estão em um armazém convertido” (p.13).

Outra objeção e/ou dificuldade do critério económico de definição da sociedade da informação diz respeito ao fato de os dados agregados, inevitavelmente, homogeneizarem diferentes actividades económicas. Em conjunto, é possível dizer que o crescimento no valor económico da publicidade e da televisão é indicativo de uma sociedade da informação mas, assevera Webster, fica-se com o desejo de distinguir entre as actividades de informação elementos qualitativos. “O entusiasmo dos economistas da informação de colocar um preço em tudo, tem a infeliz conseqüência de não deixar conhecer-se a real dimensão do setor da informação”. E, “essa busca da diferenciação entre os índices quantitativos e qualitativos de uma sociedade da informação não é perseguida por Machlup e Porat” (p.14).

Nesse sentido, sugere Webster, podemos ter uma sociedade na qual, como medido pelo PIB, a atividade de informação é de grande peso, mas em termos de fonte da vida econômica, social e política é de pouca importância (ibidem).

O critério ocupacional (profissional) de definição da sociedade da informação, segundo Webster, é mais favorecido pelos sociólogos. É intimamente associado ao trabalho de Daniel Bell (1973)²⁹, considerado o teórico mais importante da "sociedade pós-industrial", termo que o próprio Bell preferia usar para se referir à sociedade da informação. A “sociedade pós-industrial”, segundo Bell (*apud* Aparício, 2006, p.60), caracteriza-se por cinco dimensões ou componentes, entre eles:

- 1) a mudança de uma economia de produção de bens para uma de serviços;
- 2) preeminência da classe profissional e técnica do setor da informação;
- 3) a centralidade do conhecimento teórico como fonte de inovação e de formulação de políticas para a sociedade;
- 4) controle da tecnologia e a distribuição tecnológica; e
- 5) a criação de uma nova ‘tecnologia intelectual’.

²⁹BELL, Daniel. *The Coming of Post-Industrial Society: A Venture in Social Forecasting*. Harmondsworth: Penguin, 1973.

Neste critério, entretanto, a sociedade da informação emerge em função dos padrões de mudança observados na estrutura ocupacional. A idéia é que alcançamos uma sociedade da informação à medida que a preponderância das ocupações profissionais é adstrita ao trabalho com a informação. “O declínio do trabalho industrial e o seu aumento no setor de serviços é interpretado como a perda de postos de trabalho manual e sua substituição pelo trabalho [com a informação ou intelectual]” (Webster, *op.cit.* p.14). A informação, e não as TICs, seria, assim, o agente transformador e de subordinação da natureza (mundo material) a favor do homem, da sociedade e seus propósitos de sobrevivência nos novos tempos.

Em *Living on Thin Air*, Leadbeater³⁰ (*apud Webster, op.cit*) proclama que ‘o pensamento inteligente’; a capacidade de invenção e/ou inovação; de desenvolver e explorar ‘redes’ sociais é a chave para a nova economia, uma vez que a produção da riqueza vem, não do esforço físico, mas a partir de ‘idéias, conhecimentos, habilidades, talento e criatividade’.

Essa visão é partilhada por outros teóricos influentes da sociedade da informação entre eles Robert Reich³¹, Peter Drucker³² (*apud Webster, 2006*) e Manuel Castells (2007), que sugerem que a economia e sociedade hoje são liderados e energizados por pessoas cuja principal característica é a capacidade de manipular a informação. “Termos preferidos variam, de ‘analistas simbólicos’, para ‘especialistas do conhecimento’, a ‘trabalhadores da informação’, mas uma mensagem é constante: os ‘motores’ de hoje são aqueles cujo trabalho envolve a criação e uso de informações.

A crítica a este critério de classificação da sociedade da informação diz respeito, igualmente, a diferenciação dos dados qualitativos e quantitativos nas ocupações profissionais. Como afirma Webster, trata-se, muitas vezes, “da falta de identificação das mais estrategicamente importantes profissões da informação”. Não obstante a possibilidade de a metodologia fornecer uma imagem do crescimento que o trabalho com a informação está tendo, a mesma “não oferece nenhuma forma de diferenciar as dimensões mais importantes desse trabalho” (Webster, *op.cit.* p.15-16, tradução livre).

³⁰LEADBEATER, Charles. *Living on Thin Air: The New Economy*. [s/l]: Viking, 1999.

³¹REICH, Robert B. *The Future of Success*. [s/l]: Heinemann, 2001.

³²DRUCKER, Peter F. *Post-Capitalist Society*. New York: HarperCollins, 1993.

O quarto critério de definição da sociedade informação apresentado por Webster é o espacial. Neste critério, segundo esse autor, a ênfase está nas redes de informação que conectam vários locais e, conseqüentemente podem ter efeitos profundos na organização do tempo e do espaço. As redes de informação tornaram-se características importantes da organização social contemporânea, e são um dos critérios mais populares de classificação da sociedade da informação. Atualmente, as conexões em redes de informação assumem uma posição de centralidade, ligando, em tempo real, diferentes locais a partir e/ou entre uma casa, um escritório, uma cidade, uma região, um continente – um mundo inteiro (p.17).

Barron e Curnow³³ (*apud Webster, op.cit.*) comparam a permeabilidade das redes de informação na sociedade atual com uma rede elétrica, afirmando que tal como esta última percorre um país inteiro, permitindo o usufruto dos cidadãos em conexões apropriadas, a primeira permite uma ‘sociedade conectada’ a nível nacional, internacional e mundial, proporcionando um ‘anel de informações’ para cada casa, loja, escritório, ou universidade – até mesmo para aparelhos móveis como celulares e modem em laptops. De acordo com Webster (*op.cit.*), muitos autores consideram estas mudanças e possibilidades de conexões em rede de informações, o anúncio de uma grande transformação social, que permite categorizar a sociedade atual como uma sociedade da informação.

A crítica de Webster sobre este critério de definição da sociedade da informação refere-se ao que o autor chama de imprecisão de definições do termo “rede”. E questiona: quando é que uma rede é rede? Quando duas pessoas falam ao celular ou um sistema de transmissão de dados por computadores através de uma comutação de pacotes de intercâmbio?

Para esse autor, a questão do que realmente constitui uma rede é séria e coloca problemas não só sobre como distinguir entre os diferentes níveis da rede, mas também sobre como estimar um nível e/ou ponto para afirmar que entramos em uma "sociedade da informação e/ou em rede ". Coloca-se também a questão de saber se está se falando de uma definição da sociedade

³³BARRON, Iann; CURNOW, Ray. *The Future with Microelectronics: Forecasting the Effects of Information Technology*. [s/l] Pinter, 1979.

da informação, ou seja, se as redes são definidas como sistemas tecnológicos, fluxos de informação ou sociais (p.18).

Ainda sobre este critério, Webster (*op.cit.*) afirma que pode-se argumentar que as redes de informação existem há bastante tempo, pelo menos desde os primeiros dias do serviço postal, através de redes de telegrama e telefone, e sempre foram indispensáveis na vida econômica, política e social portanto, não podem ser usados para anunciar a novidade da sociedade da informação. Castells (2007, p.64-65), autor que prefere usar a expressão “sociedade informacional”, também justifica a distinção analítica entre “sociedade da informação” e “sociedade informacional”, no fato da informação, como comunicação de conhecimentos, ter sido crucial a todas as sociedades: tribal, antiga, medieval, moderna. Braman (2006, p.41-54) assegura, também, que as práticas que se inserem no domínio da informação na sociedade contemporânea existem em todas as sociedades humanas, e aparecem, segundo essa autora, em formas que se assemelham à lei, às práticas institucionais de governança, ou de hábitos culturais da governabilidade. Em síntese, a informação sempre foi crucial à sociedade humana.

Entretanto, a importância da informação tal como é reconhecida atualmente, origina-se junto com o Estado moderno (século XV) e suas formas tornaram-se cada vez mais articuladas ao longo do tempo. Segundo Giddens³⁴ (*apud* Cepik, 2007, p.8), o poder administrativo instituído com o Estado-nação³⁵ na Europa Ocidental não seria exequível sem uma base de informações que desse sentido à sua própria auto-regulação reflexiva. No século XVII, com a aplicação do saber científico às técnicas de produção e o conseqüente

³⁴ GIDDENS, Anthony. *Nation-state and violence*. Berkeley-CA: University of California Press, 1987.

³⁵ O conceito de “Estado” refere-se a uma forma de organização político-administrativa que se desenvolveu na Europa ocidental a partir do século XIII até o início do século XIX. O elemento nuclear do Estado moderno é a centralização do poder, do âmbito das relações políticas e econômicas; e a soberania territorial, que se caracteriza pela unidade do mandato, a territorialidade e o exercício da soberania por intermédio do aparelho burocrático e pelo princípio normativo do direito formal. Por “nação”, entende-se uma comunidade marcada por uma raiz comum, com uma linguagem, uma cultura e uma história comuns, e a vontade de seus componentes de se configurarem como nação. A nação aparece como uma comunidade natural em que se nasce, como o conjunto de pessoas unidas pelo vínculo de conterraneidade, que une maior número de membros, que compartilham costumes, língua, o território, por natureza e não por coação (Bendix, 1996, p.109-110; Cortina, 2005, p.46-47).

desenvolvimento da tecnologia, aumentam o valor e a importância da informação.

A partir da segunda metade do século XX, a informação e as novas TICs penetram e ganham forma na vida diária da sociedade constituindo-se, assim, em indicadores do desenvolvimento da chamada sociedade da informação. Grande parte das tentativas de caracterização da sociedade contemporânea, veiculadas inclusive no campo da Ciência da Informação (CI,) fundam-se exatamente na idéia de que a informação, o conhecimento e as novas TICs constituem-se em elementos fundamentais para o desenvolvimento econômico, político e socio-cultural dos países sendo, portanto, “variáveis” imprescindíveis para o cidadão neste novo tempo (Saracevic, 1999, p.1053; Capurro; Hjørland, 2007, p.149).

O último critério de definição da sociedade da informação, apresentado por Webster (*op.cit.*), é o cultural. Diz respeito exatamente ao “modus vivendi” na sociedade contemporânea, caracterizado por um extraordinário e exponencial aumento da informação em circulação. É, em reconhecimento dessa explosão informacional, carregada de simbolismos próprios, que muitos teóricos concebem a entrada na sociedade da informação.

O desenvolvimento e a expansão da televisão e de outras formas de mídia, que passam a incorporar as novas tecnologias de vídeo e canais a cabo e satélite; a expansão do acesso e uso da Internet; as mudanças nos meios e formas de comunicação social; e o acesso cada vez mais rápido e amplo da produção artística, cultural e intelectual representada em livros, músicas, obras de arte, poesia no formato digital, parecem atestar a idéia de que estamos vivendo em uma sociedade da informação, uma nova e dinâmica cultura socio-informacional. A sociedade contemporânea, atesta Webster, “é manifestamente mais carregada de informação que as antecessoras” (Webster, *op.cit.*p.20).

De qualquer forma, este critério de definição da sociedade da informação é, também, alvo de algumas objeções apresentadas por Webster (*op.cit.*). Para esse autor, muitos teóricos se apegam apenas ao ambiente de alta saturação da mídia e das novas TICs, da enorme mediatização do mundo da vida (do eu e do outro) e do processo comunicativo, para inferir que estamos vivendo uma sociedade da informação, e “raramente avaliam essa transição em termos quantitativos”. Paradoxalmente, continua Webster, talvez

seja essa explosão informacional que leva alguns autores a anunciar, por assim dizer, “a perda do sentido”. Ou seja, como afirma Baudrillard³⁶ (*apud* Webster, *op.cit.*), “há cada vez mais informação, e cada vez menos sentido”. A artificialidade e a encenação da informação na mídia e na política são alguns dos fatores relacionados com a perda do sentido da sociedade da informação (p.20-21).

Para Morin (1989, p.36-39), “os progressos no sistema de informação – justamente nos mídia – [...] permitem e suscitam um formidável progresso na encenação da vida social e política”. Suscitam, igualmente, a fabricação de falsas informações para legitimá-las aos olhos dos incrédulos. Portanto, adverte o autor, “nao podemos ser totalmente receptivos a informação” (p.47).

De qualquer modo, e como afirmamos no início deste subítem, atualmente os discursos da sociedade da informação já se efetivam e se consubstânciam quer ao nível da comunidade científica, quer em políticas governamentais de diversos países e organismos internacionais. Nesse processo, algumas incitativas e políticas privilegiam as questões tecnológicas; outras, as regiões desprovidas de infra-estrutura de comunicação e serviços de informação (Suaiden, 2000). Os organismos internacionais têm contribuído com diretrizes e orientações relacionadas com a partilha da infra-estrutura tecnológica, democratização do acesso à informação e às novas TICs, e com a inclusão socio-informacional³⁷.

Algumas das organizações que tratam mais diretamente de temas relacionados com a sociedade da informação no cenário internacional são, de acordo com Sathler (2005, p.1), a International Telecommunication Union (ITU); a World Intellectual Property Organization (WIPO); a United Nations

³⁶Baudrillard, Jean. *In the Shadow of the Silent Majorities; or, The End of the Social and Other Essays*. Translated by Paul Foss, John Johnson and Paul Patton. New York: Semiotext(e), 1983a.

³⁷Na perspectiva da presente dissertação, o termo inclusão socio-informacional substitui e agrega o que a literatura denomina de inclusão digital. Evita-se, ao máximo, o uso do termo inclusão digital por se entender que o mesmo evoca e/ou está adistrito a uma dimensão exclusivamente tecnológica da sociedade da informação, de acesso ao computador, rádio, celular, televisão e outras TICs, e não necessariamente à informação como um recurso e fator para a cidadania. Trata-se, em outras palavras, de reafirmar a nossa oposição à visão determinista da tecnologia, por entendermos que a simples adoção ou expansão das ferramentas tecnológicas não é suficiente para superar as lacunas relacionadas com os processos de democratização, acesso e uso dos serviços de informação. Veja-se também: Werthein (2000); Mangue (2007); Winocur (2007); Massensini; Reis (2010).

Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO); e a Internet Corporation for Assigned Names and Numbers (ICANN).

Todavia, o evento mais importante do envolvimento da comunidade internacional no processo de construção da sociedade da informação foi a Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI), em inglês, World Summit on the Information Society (WSIS), que consistiu em dois (2) encontros convocados e/ou patrocinados pela Organização das Nações (ONU), sob a assistência técnica e logística da ITU para, segundo Sathler (*op.cit.*), “atender aos pedidos de várias nações, incomodadas com as perspectivas de aumento de concentração do poder nas mãos daqueles países que dominam os meios de produção, armazenamento, disseminação e uso da informação”.³⁸

No subitem seguinte serão apresentados os resultados dos encontros da WSIS (2003; 2005) em termos de princípios e diretrizes globais adotados para a construção da sociedade informação.

3.2 A Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação

O primeiro encontro da WSIS foi realizado em dezembro de 2003, em Genebra, e, pela primeira vez na história da ONU “foi introduzida uma abordagem com múltiplos atores, através da inclusão de todos os interessados, tanto do setor privado quanto da sociedade civil”, não obstante a suprema “ingerência” dos interesses políticos e econômicos nas discussões temáticas propostas por atores fundamentais (governos, setor privado, organizações da sociedade civil) convocados para esse encontro (Betancourt, 2004, p.31)³⁹.

Por exemplo, como afirma Selaimen (2004, p.22), “a discussão sobre os Direitos Humanos ao longo de todo o processo preparatório para a CMSI foi conturbada”, gerando, segundo essa autora, diversas manifestações por parte do caucus de Direitos Humanos (muito comuns em processos preparatórios para as conferências da ONU, são grupos de produção de consensos

³⁸ Veja-se também: BETANCOURT Valeria. A Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação: processo e temas debatidos. In: SELAIMEN, Graciela; LIMA, Paulo Henrique. *Cúpula Mundial da Sociedade da Informação: um tema de todos*. Rio de Janeiro: Rits, 2004. pp.29-41. Disponível em: <<https://acessoseguro.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/670130.PDF>>. Acesso em: 18.maio.2009.

³⁹Veja-se também: Fatheuer; Füks; Drossou (2004, p.1-8).

estratégicos, em constantes trocas e diálogo com as delegações dos governos e com as instâncias organizadoras das conferências) que expressavam preocupação com o modo como o tema estava sendo tratado nos esboços dos documentos oficiais – a Declaração de Princípios e o Plano de Ação. Até as vésperas da Cúpula, continua a autora, “havia dúvida sobre a inserção de menções aos compromissos firmados na Declaração Universal de Direitos Humanos e outros documentos relevantes”.

Outras várias divergências nas negociações multilaterais caracterizaram o primeiro encontro da WSIS. Segundo Lima (2004, p.9), o Fundo de solidariedade digital, privacidade e liberdade nas rede de informação, e gestão da Internet foram as principais dessas divergências. Os países ricos, afirma Lima (*op.cit.*), “negaram-se a aceitar compromissos financeiros que pudessem permitir a criação de um Fundo de solidariedade digital”, uma proposta dos países africanos. Foi, igualmente, manifestada a preocupação com o controle que exercem sobre a Internet muitos Estados não democráticos e, a partir do 11 de setembro de 2001, sob o pretexto da luta contra o terrorismo, a intromissão na vida privada dos cidadãos através da vigilância de sua atividade na Internet em muitos países democráticos, entre eles os Estados Unidos (EUA).

A terceira questão capital debatida durante o primeiro encontro da WSIS, segundo Lima (*op.cit.*), foi o modo de governança e gestão da Internet. Vale lembrar, a propósito, que desde sua criação, na segunda metade do século XX até ao momento, quem decide todo e qualquer problema nesse campo são os EUA. Assim, no primeiro encontro da CMSI foram apresentadas propostas para a inversão dessa situação que atribui e/ou reforça supremacia aos EUA, se considerarmos a importância da Internet no mundo contemporâneo. Entretanto, segundo o autor citado acima, O G8⁴⁰ negou todas as propostas apresentadas no encontro, entre elas as propostas das Organizações da Sociedade Civil (OCS) referente a necessidade de uma gestão multilateral da Internet, transparente e democrática, com a plena participação dos governos, do setor privado e da sociedade civil; e a de muitos Estados presentes no encontro,

⁴⁰Grupo dos oito países mais ricos do mundo, constituído pela França, os EUA, o Reino Unido, a Alemanha, a Itália, o Japão, o Canadá e a Rússia.

relativa a transferência da responsabilidade da governança da Internet a uma instância especial das Nações Unidas ou para a ITU (p.10).

Não obstante as divergências, algumas das quais pendentes (por exemplo, a questão da governança da Internet e do Fundo de solidariedade digital) no encontro, “a adoção por parte dos países membros da ONU de uma Declaração de Princípios e um Plano de Ação”, segundo Betencourt (*op.cit.*), “era o principal resultado que se esperava da primeira fase da Cúpula”.

A Declaração de Princípios⁴¹, de acordo com essa autora, expressou a vontade política dos governos para estabelecer condições que conduzam a sociedades inclusivas e eqüitativas e esboçar políticas para a coordenação global das TIC. O Plano de Ação⁴² constitui uma série de propostas operacionais e medidas concretas para a materialização dos princípios e objectivos expressados na Declaração. Vale destacar, nesse sentido, o fato de, em seu primeiro parágrafo, a Declaração de Princípios afirmar o compromisso dos países signatários para com o respeito à Declaração Universal dos Direitos Humanos e sua defesa plena como princípio fundamental para a construção da Sociedade da Informação centrada no ser humano.

A visão partilhada na presente dissertação assenta, exatamente na idéia segundo a qual a criação de uma sociedade da informação significa abrir espaço para a presença e o acesso dos sujeitos à informação, ao meio digital (Internet) e outros meios tradicionais de informação e comunicação (TV, rádio, jornal etc.), como cidadãos ativos, emissores de idéias e valores, produtores de conteúdo, e não apenas como consumidores” (Selaimen, *op.cit.* p.23).

Nesse sentido, a Cúpula declarou no encontro de 2003, que

a capacidade universal de aceder e contribuir com informações, idéias e conhecimento é essencial em uma Sociedade da Informação inclusiva. É possível promover o intercâmbio e o fortalecimento do conhecimento global em favor do desenvolvimento, eliminando as barreiras ao acesso eqüitativo à informação para as atividades económicas, sociais, políticas, sanitárias, culturais, educacionais e

⁴¹ Veja-se: WORLD SUMMIT ON THE INFORMATION SOCIETY (WSIS). *Declaration of Principles: building the Information Society: a global challenge in the new Millennium*. Geneva, 2003 (WSIS, 2003/GENEVA/DOC/9-E, 12 December 2003). Disponível em: <http://www.itu.int/dms_pub/itu-s/md/03/wsis/doc/S03-WSIS-DOC-0004!!PDF-E.pdf>. Acesso em: 16.out.2010.

⁴² WORLD SUMMIT ON THE INFORMATION SOCIETY (WSIS). *Plan of Action*. (WSIS-03/GENEVA/DOC/5-E, 12 December 2003). Disponível em: <http://www.itu.int/dms_pub/itu-s/md/03/wsis/doc/S03-WSIS-DOC-0005!!PDF-E.pdf>. Acesso em: 16.out.2010.

científicas, e facilitando o acesso à informação de domínio público⁴³. Um domínio público rico é um essencial para o crescimento da Sociedade da Informação, e cria vários benefícios como um público educado, novos empregos, inovação, oportunidades de negócios, e o avanço das ciências. A informação do domínio público deve estar facilmente acessível para dar suporte à Sociedade da Informação, e deve ser protegida da apropriação indébita. Instituições públicas, como bibliotecas e arquivos, museus, coleções culturais e outros pontos de acesso baseados na comunidade devem ser reforçadas de forma a promover a preservação dos registros documentais e o acesso livre e eqüitativo à informação (WSIS, 2003, p.4, tradução livre).

Apesar da primeira fase da WSIS ter sido avaliada por diversas organizações e membros da sociedade civil como um fracasso da intenção de gerar mecanismos concretos para a inclusão socio-informacional, como afirma Segundo Betencourt (*op.cit.*), a mesma se constituiu numa plataforma valiosa para a discussão e reflexão dos aspectos mais importantes que dão forma à Sociedade da Informação, integrando distintas regiões, ideologias e setores. Nesse sentido, afirma Betencourt,

foi tomada como uma oportunidade para contribuir para a formação de Sociedades da Informação baseadas nos direitos humanos, na justiça social e no desenvolvimento. O intenso e comprometido trabalho da sociedade civil se viu refletido na inclusão de alguns de seus temas prioritários no texto final da Declaração. As referências à Declaração Universal de Direitos Humanos, à eqüidade de gênero e ao software livre são exemplos a ressaltar (p.40).

A segunda fase da WSIS foi realizada em Tunis, capital da Tunísia, entre 16 a 18 de 2005. Esteve dirigida para temas de desenvolvimento, e constituiu uma ocasião para se reiterar o compromisso com a Declaração de Princípios de Genebra (2003), e para se avaliar os avanços da implementação do Plano de Ação adota nessa mesma ocasião, isto é, na primeira fase da WSIS.

Assim, a Cúpula reafirmou o seu compromisso e desejo de construir uma sociedade da informação inclusiva, baseada nas pessoas e orientada para o desenvolvimento. Uma sociedade da informação, segundo o compromisso de

⁴³Por informação de domínio público entende-se aquela “informação publicamente acessível, cuja utilização não infringe qualquer direito legal, ou qualquer obrigação de confidencialidade”. Refere-se a “dados públicos e informações oficiais produzidas e voluntariamente disponibilizadas por governos ou organizações internacionais” (Unesco, 2003, p.6-7). Segundo Uhler (2006, p.24) a “informação de domínio público” pode ser definida como aquela que é deixada de fora do escopo de qualquer forma de proteção estatutária, inclusive os direitos de propriedade intelectual, a proteção da segurança nacional ou da ordem pública, leis de privacidade e obrigações de confidencialidade.

Tunis, assente nos propósitos da Carta das Nações Unidas, do Direito Internacional e Multilateralismo, e no respeito a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de modo que todas as pessoas possam criar, acessar, utilizar e compartilhar informações e conhecimento, com vistas ao desenvolvimento do seu pleno potencial e ao alcance dos objectivos e metas internacionalmente acordadas, incluindo os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM)⁴⁴ (WSIS, 2005a).

A Cúpula reafirmou, igualmente, o reconhecimento de que o livre fluxo de informações, idéias e conhecimento entre os sujeitos cidadãos é um componente essencial e intrínseco à sociedade da informação e benéfico ao desenvolvimento sócio-político, económico e cultural nesse contexto. Para tanto, a Cúpula recomendou que os governos, o setor privado, as OSC, as Nações Unidas e outras organizações internacionais trabalhem conjuntamente para não somente melhorar as condições de acesso e partilha da informação e conhecimento, mas também na provisão da infra-estrutura das TICs, promoção de competências e princípios éticos, de respeito a diversidade, inclusão e segurança necessários (ibidem).

Reconhecendo a necessidade de se levar em conta o nível de desenvolvimento social e económico de cada continente, região ou país na aplicação dos princípios, compromissos e decisões tomadas pela Cúpula em Genebra (2003) e em Tunis (2005), e conforme descrito na Agenda de Túnis

⁴⁴Os ODM foram formulados durante a Cimeira do Milénio, realizada em Nova Iorque, entre os dias 6 e 8 de Setembro de 2000, e consolidados através do “Roteiro rumo à implementação da Declaração do Milénio das Nações Unidas: Relatório do Secretário Geral à Assembleia Geral” em 2001. A Declaração do Milénio reflecte as preocupações de 147 Chefes de Estado e de Governo – incluindo de Moçambique – e de 191 países, que participaram na maior reunião de sempre de dirigentes mundiais. a Declaração do Milénio consagrou oito ODM, entre eles: 1) erradicar a pobreza absoluta e a fome; 2) Alcançar o ensino básico universal; 3) Promover a igualdade do género e empoderamento da mulher; 4) Reduzir a mortalidade infantil; 5) Melhorar da saúde materna; 6) Combater o VIH/Aids, malária e outras doenças; 7) Garantir a sustentabilidade ambiental; e 8) Desenvolver de uma parceria global para o desenvolvimento. Para medir o progresso rumo ao alcance de cada ODM, especialistas do Secretariado da ONU, do Fundo Monetário Internacional (FMI), da Organização da Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e do Banco Mundial, estabeleceram consensualmente um quadro de 18 metas e 48 indicadores. Estes indicadores são instrumentos essenciais de orientação de Governos e Estados, do sector privado e de Organizações da Sociedade Civil (OCS) no processo de definição de estratégias e planos de acção nacionais visando erradicar a pobreza e promover o crescimento económico. Moçambique tem declarado activamente a sua adesão e comprometimento, quer a estes princípios políticos, quer aos ODM, através do PARPA, do Plano Quinquenal do Governo e da Agenda 2025 (PNUD, 2006, ii-iv).

para a Sociedade da Informação⁴⁵, a análise da situação do continente africano nesse processo parece-nos relevante. Trata-se da necessidade de se ter uma compreensão mais ampla das iniciativas do continente africano rumo à sociedade global da informação, considerando que contexto empírico do presente estudo (Moçambique) situa-se nesse continente.

3.3 A Sociedade da Informação na África: dilemas e paradoxos

O continente africano iniciou as discussões sobre a sociedade da global da informação em maio de 1995, quando a Conferência dos ministros da Comissão Econômica para África (ECA) adotou a resolução no. 795, denominada “*Building Africa’s Information Highway*” para estabelecer uma agenda para a sociedade da informação” no continente (Aparício, 2006, p.100). No ano seguinte, em 1996, a ECA lançou o *Africa Information Society Initiative* (AISI), considerada a primeira iniciativa para priorizar as questões das TICs na agenda de desenvolvimento socio-econômico africano. A iniciativa foi aprovada no mesmo ano (1996) na Cimeira dos chefes de Estado e Governo da então Organização da Unidade Africana (OUA) criada em Addis Abeba, capital da Etiópia, em 25 de maio 1963, e substituída em 9 de julho de 2002, pela União Africana (UA).

No âmbito dessa iniciativa, foram criados grupos de trabalho e apoio como o *African Technical Advisory Committee* (ATAC), com funções de prestar assistência e suporte técnico aos membros do AISI, assim como lidar com obstáculos na implementação dos planos ao nível de cada país; e o *Partnership on Information and Communication Technologies in Africa* (PICTA), um grupo orientado para encontros e discussões periódicas sobre o diversos aspectos do processo de desenvolvimento das TIC em África e seu impacto socio-econômico e cultural (Aparício, *op.cit.*).

Como se pode ver, no âmbito da AISI a ênfase é dada especialmente para as TIC, consideradas uma prioridade e critério “para levar [a] África rumo à sociedade da informação e acelerar o seu desenvolvimento socio-econômico”. (ibidem). Na verdade, considerando os critérios tecnológicos e

⁴⁵Veja-se: WORLD SUMMIT ON THE INFORMATION SOCIETY (WSIS). *Tunis Agenda for the Information Society*. Tunis, 2005b (WSIS-05/TUNIS/DOC/6(Rev.1)-E 18 November 2005). Disponível em: <<http://www.itu.int/wsis/docs2/tunis/off/6rev1.pdf>>. Acesso em: 16.out.2010.

econômicos de definição da sociedade da informação, conforme apresentado por Webster (*op.cit*), é compreensível que os países africanos priorizem as TIC e seu domínio, haja vista o papel e a crença nas mesmas como fator crucial de geração de conhecimento, riqueza e poder na contemporaneidade.

Por outro lado, de acordo com Castells (2007b, p.109),

não só cabe a África o título de região menos [informada] e informatizada do mundo como também o de continente privado das infra-estruturas mínimas necessárias à utilização [das TIC], tornando infrutíferos muitos dos esforços em fornecer equipamentos electrónicos a diferentes países e organizações. Com efeito, antes de entrar na Era [da informação], África necessita, em primeiro lugar, de uma rede eléctrica fiável: entre os anos de 1971 e 1993, a utilização comercial de energia aumentou de apenas 251 Kw para 288 kW *per capita*, enquanto nos países em desenvolvimento no seu conjunto o consumo foi o dobro do que se registou no início do período, de 255kW para 536kW [...]. Além disso, o principal aspecto da utilização dos computadores na Era da Informação é a sua capacidade de formar redes que, por sua vez, dependem das infra-estruturas das telecomunicações e do nível de conectividade. Comparadas com os padrões mundiais da actualidade, as telecomunicações, em África, são incipientes. Há mais linhas telefónicas em Manhattan ou Tóquio do que em toda a África subsaariana⁴⁶. Em 1991, havia uma linha telefónica para cada 100 pessoas no continente africano, contra os países em desenvolvimento⁴⁷ e 37,2 para os países industrializados. Em 1994, contava com apenas 2% das linhas telefónicas existentes no planeta.

Em 2002, “a presença e o benefício do acesso na África, na América Latina e no Caribe e na Oceania, somados, não chegava a 10% dos usuários da Internet”, considerando que, cerca de 12% da população mundial vive em

⁴⁶A África subsaariana corresponde à região do continente africano a sul do Deserto do Saara, ou seja, aos países que não fazem parte do Norte de África. O continente africano tem hoje cerca de 889 milhões de habitantes, dos quais 500 milhões (56,2%) vivem na África subsaariana. Essa população tem um crescimento populacional na ordem dos 2,5% ao ano. Fazem parte da África subsaariana os seguintes países: *África do Sul; Angola; Benin; Botswana; Burkina Faso; Burundi; Cabo Verde; Camarões; Chade; Comores; Congo; Costa do Marfim; Djibouti; Eritreia; Etiópia; Gabão; Gâmbia; Gana; Guiné; Guiné Equatorial; Guiné-Bissau; Lesoto; Libéria; Madagáscar; Malawi; Mali; Maurícia; Moçambique; Namíbia; Níger; Nigéria; Quênia; República Centro-Africana; República Democrática do Congo; Ruanda; São Tomé e Príncipe; Senegal; Serra Leoa; Seychelles; Somália; Suazilândia; Sudão; Tanzânia; Togo; Uganda; Zâmbia; Zimbábwe.* Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%81frica_subsaariana>; <<http://www.luventicus.org/mapaspt/afri ca/africasubsaariana.html>>. Acesso em: 17.out.2010.

⁴⁷Do ponto de vista da contextualização global e econômica padronizada, fazem parte dos países em desenvolvimento os que, apesar de diferenças em algumas características como a dependência externa, desenvolvimento científico-tecnológico (comparativamente aos dos países desenvolvidos), se deparam com consideráveis índices de analfabetismo, mortalidade infantil, pobreza e desigualdade social interna. Países com uma fraca participação no comércio internacional e com elevadas carências em termos de capacidade produtiva, tecnológica, etc. São países, em sua maioria, situados nos continentes africano, asiático e América Latina. Veja-se: (Mangue, 2007, p.23-25).

África e apenas 1% é usuária da Internet (Lima, 2004, p.13-15; Aparício, 2006, p.100). Esses são, portanto, alguns dos obstáculos, dilemas e paradoxos com que o continente africano se depara nos esforços para a sua integração na sociedade global da informação: fraca infraestrutura necessária à utilização das TIC; fraca conectividade e formação de redes de informação; além dos problemas sócio-políticos, econômicos e financeiros estruturais, quais sejam, a corrupção, pobreza, desigualdades sociais e econômicas, exclusão socio-política, a ausência de políticas e estruturais de acesso público à informação, entre outros.

Einsenberg e Cepik (2002, p.308) analisam exatamente essas ambigüidades e contradições que as novas TIC trazem para os países periféricos da economia global, na sua maioria situados no continente africano, “onde a integração à sociedade da informação coexiste com o subdesenvolvimento econômico e com enorme desigualdade social”.

Nesse contexto, os referidos autores constataram, igualmente, um déficit das instituições políticas no que respeita, por exemplo, às questões associadas a efetivação da democracia, questões que exigem um esforço permanente das instituições políticas para tornar mais participativos os processos de elaboração e implementação de políticas públicas (*empowerment*). Esse déficit de *empowerment* resulta, de acordo com estes autores, normalmente do fato dos cidadãos não disporem de informação e/ou canais abertos de participação nas tomadas de decisão, para exercer, desse modo, seu poder de construção e/legitimação da democracia⁴⁸.

O número de pessoas incapazes de tomar certas decisões e/ou exercer seus direitos e deveres de cidadania devido à falta de acesso à informação, ao conhecimento, e, atualmente, às TIC é muito grande no continente africano. Apenas em áreas urbanas, certa elite, pessoas com poder aquisitivo e algumas ONGs nacionais e internacionais que funcionam nesses países tem a

⁴⁸A democracia é entendida aqui como um regime de governo que inclui, de acordo com Dahl (2001, p.99-100), a liberdade de expressão; fontes de informação diversificadas; e cidadania inclusiva. Aos cidadãos deve-se reservar o direito de se expressar sem o risco de punições em questões políticas amplamente definidas, incluindo o governo, o regime, a ordem socioeconômica e a ideologia prevalecente; o direito de buscar fontes de informação diversificadas, jornais, revistas, livros, etc. A cidadania inclusiva, segundo Dahl (*op.cit.*) refere-se ao tratamento igualitário dos sujeitos relativamente ao conjunto de direitos de cidadania, que incluem o direito a ter acesso a fontes de informação necessárias a participação nas “instituições políticas da democracia em grande escala”.

possibilidade de acessar e fazer uso da informação e das TIC (Internet), pagando altas taxas por essas tecnologias, bem como o equipamento necessário para o seu funcionamento e as conexões a provedores excessivamente caras. Quanto mais se desloca para as áreas rurais adentro, menor se torna a possibilidade de se ter acesso à informação de domínio público e às TICs (Aparício, *op.cit.* p.98-99)⁴⁹.

Vale lembrar, entretanto, retomando a análise das iniciativas do continente africano rumo à sociedade global da informação, que no âmbito da implementação da AISI, a ECA, através do ATAC, é o órgão responsável pelo suporte técnico e apoio na formulação de políticas e planos estratégicos nacionais de implementação da sociedade da informação. Apoiar os países africanos na criação do que se convencionou chamar de Plano Nacional de Infraestruturas em Informação e Comunicação (*National Information and Communication Infrastructure - NICI*), considerando o nível de desenvolvimento e as prioridades de cada país. Encoraja a cooperação entre os países africanos, a troca de experiências e suportar o desenvolvimento continental no contexto das TICs. (*op.cit.* p.104).

Desde que a ECA começou a apoiar os países membros na formulação e implementação dessas políticas e iniciativas para a sociedade da informação, segundo Aparício (*op.cit.*), o número de países com políticas de tecnologia aumentou de 13 em 2000 para 16 em 2002; o de países em processo de desenvolver essas políticas passou de 10 em 2000 para 21 em 2002, fazendo com que o número de países sem política ou plano passassem de 30 para 16. Esse progresso, segundo a autora, deve-se muito ao aumento da consciência dos políticos africanos e dos participantes interessados sobre a importância das TICs, tendo resultado na sua integração em planos e programas a nível nacional e internacional (p.107).

Falando especificamente de Moçambique, e como veremos no capítulo IV, o Conselho de Ministros aprovou em 2000, a chamada Política de Informática, que é o instrumento através do qual o Governo está a implementar e/ou a construir uma sociedade da informação no país. Os detalhes dessa política, como já foi dito, serão apresentados no capítulo IV.

⁴⁹Veja-se também: Lima (*op.cit.*).

Entretanto, segundo Aparício (*op.cit.*), o NICI, acima referido, pode ser considerado a base da sociedade da informação em África, pois “visa preparar os países para o uso das TIC, considerando as especificidades africanas como as línguas nacionais, a cultura, a saúde, a educação, questões de pobreza, emprego, saneamento básico, criação de infraestruturas, assim como o uso das TIC em outras áreas que se considerem importantes em África” (p.106).

Na sua maioria, essas propostas não passam de uma miragem e retórica dos Governos nacionais, haja vista que, de acordo com Suiaden (*op.cit.*), enquanto há um crescimento de promessas de compartilhamento, de inclusão sócio-informacional na sociedade da informação, assumidas até na Declaração de Princípios da WSIS (2003), não há o mais importante, o crescimento do acesso público à informação e às novas TICs, principalmente em países economicamente pobres, que são, em sua maioria, africanos, e onde os baixos níveis de renda *per capita* refletem-se em alta taxa de analfabetismo, baixo acesso à educação formal e à informação (p.59). Onde, paradoxalmente, a ideia da construção da sociedade da informação se traduz, como temos estado a demonstrar, estritamente numa visão ingênua de determinismo tecnológico⁵⁰, segundo o qual as transformações em direção à essa sociedade resultam da tecnologia, “seguem uma lógica técnica e, portanto, neutra e estão fora da interferência de fatores sociais e políticos [da informação]” (Wertheim, 2000, p.72).

A Conferência Regional Preparatória Africana para a Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação, realizada entre 28 a 30 maio de 2002, no Palais des Congrès, em Bamako, capital da República do Mali, teve exatamente essa tônica.

Participaram da conferência representantes de 51 países africanos, ONGs africanas e internacionais, setor privado e OSCs. Alpha Oumar Konaré, então presidente da República do Mali, e Abdoulaye Wade, presidente da República do Senegal e ex-presidente da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)⁵¹, fizeram os discursos de abertura da

⁵⁰ Vejam-se, por exemplo, a Política e Estratégia de implementação da Sociedade da Informação em Moçambique (Moçambique, 2000; 2002).

⁵¹ **CEDEAO** é a organização de integração regional que engloba quinze países da África Ocidental, entre eles o Benin, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana,

conferência. Yoshio Utsumi, então secretário-geral da ITU e Abdul Waheed Khan, diretor-adjunto da UNESCO para Comunicação e Informação também estiveram presentes na conferência, e fizeram discursos de abertura. O Mali foi eleito para presidir o evento, juntamente com um gabinete composto por cinco funcionários de Governos de alguns dos países africanos que estiveram presentes na conferência, nomeadamente o Senegal, Tunísia, Camarões, África do Sul e Ruanda; três representantes das OSC; dois representantes do setor privado; e um relator geral da ECA (WSIS, 2002).

Entre os dias 25, 26 e 27 de maio, foram organizados 14 workshops pré-conferência, e praticamente todos abordando questões ligadas quase que exclusivamente às TIC, com exceção de alguns poucos, sobre comunidades e línguas locais (africanas), diversidade cultural e apropriação do conhecimento, iniciativas da NICI e participação dos países africanos na WSIS, mas sempre relacionados com a idéia de desenvolvimento estritamente tecnológico (ibidem).

Na Conferência Regional Africana propriamente dita, foram realizadas quatro oficinas sobre os benefícios, as contrapartidas e a visão do continente africano em relação a sociedade da informação. A mesa redonda discutiu o problema da exclusão digital e da imagem do continente africano na mídia. Com base nos resultados dessas atividades (a pré-conferência, as quatro oficinas e a mesa redonda), a Conferência Preparatória Regional Africana para a WSIS adotou uma declaração⁵². A declaração expressou, essencialmente a vontade e a esperança de integração e participação do continente africano no

Guiné Conacri, Guiné Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa, e Togo. A organização foi estabelecida pelo Tratado de Lagos, assinado em maio de 1975, com objetivos de promover o comércio, a cooperação e desenvolvimento ao nível regional. O tratado da CEDEAO foi revisto e assinado em julho de 1993, de forma a acelerar a integração econômica e aumentar a cooperação na esfera política, incluindo o estabelecimento dum parlamento oeste-africano, um conselho econômico e social e um novo tribunal para assegurar a execução das decisões da Comunidade. Este novo tratado dá formalmente à Comunidade a responsabilidade de evitar e resolver conflitos na região. Sete países desta região formaram uma união econômica e monetária chamada de União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA) sob o compartilhamento do franco CFA, a moeda comum desses países. A UEMOA foi criada por um tratado assinado em Dakar, Senegal, a 10 de janeiro de 1994 pelos Chefes de Estado e de Governo do Benim, Burkina Faso, Costa do Marfim, Mali, Níger, Senegal e Togo. A 2 de maio de 1997, a Guiné-Bissau tornou-se o oitavo estado membro da União. Disponível: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/CEDEAO>>; <http://pt.wikipedia.org/wiki/Uni%C3%A3o_Econ%C3%B4mica_e_Monet%C3%A1ria_do_Oeste_Africano>; <<http://www.ecowas.int/>>. Acesso em: 17.out.2010.

⁵²Veja-se: WORLD SUMMIT ON THE INFORMATION SOCIETY (WSIS). *Report of the African Regional Conference for WSIS*. Bamako, 28-30 May 2002 (WSIS/PC-2/DOC/4-E 15 January 2003). Disponível em: <http://www.itu.int/dms_pub/itu-s/md/03/wsispc2/doc/S03-WSISPC2-DOC-0004!!PDF-E.pdf>. Acesso em: 16.out.2010.

contexto global da sociedade da informação. Os presentes a conferência manifestaram, na declaração, o desejo de ver os interesses de todas as nações, mas particularmente os países em desenvolvimento atendidos; a necessidade de se mobilizar recursos a nível regional e global indispensáveis para garantir que os benefícios das TIC sejam partilhados por toda a humanidade; a necessidade do envolvimento de todos os interessados, setor público, privado e OSC de nível nacional, regional e internacional na construção da sociedade da informação (ibidem).

Por outro lado, alguns dos princípios sustentados na declaração da Conferência Regional Africana afirmam a necessidade de, no âmbito da sociedade da informação, os países assegurarem que todos os cidadãos disponham de meios necessários para a utilizar as redes de TIC como um serviço público; usufruam do direito e liberdade de acesso à informação de domínio público ao nível nacional, regional e global como parte de um direito humano. Os países devem, ainda, desenvolver bases de dados sobre experiências relativas à introdução de novas TIC, que atendam às necessidades das zonas rurais e sua capacidade de pagamento; e implementar estratégias de investimento e financiamento destinadas a favorecer a criação de conteúdos e a democratização do acesso às novas TIC, com particular ênfase nas mulheres e jovens. (ibidem).

Há, por um lado, como se pode observar, uma predominância da visão tecnológica de sociedade da informação na África. E, por outro lado, na prática, como será demonstrado no capítulo IV, sobre Moçambique, os princípios de democratização do acesso a tais TIC como um serviço público e direito dos cidadãos; de atendimento às necessidades dos estratos sociais desprovidos de condições mínimas de acesso à informação e às novas TIC não são levados em consideração nas políticas que visam a implementação da sociedade da informação nesses países. Excluem-se das prioridades espaços públicos de informação como bibliotecas públicas, arquivos, centros de informação e documentação públicos.

Entretanto, uma reflexão crítica que permita compreender as presentes transformações sociais e avaliar suas implicações com base em critérios éticos bem definidos, deverá permitir a integração e valorização de aspectos sócio-culturais aos econômicos, políticos e tecnológicos usualmente associados à

prescrição da sociedade da informação e, dessa forma, “colocar à disposição do cidadão caminhos para uma participação ativa na construção [dessa sociedade]” (Werthein (2000, p.71).

O determinismo tecnológico nesse processo, apenas produz e/ou reproduz a info-exclusão, marginalização e manipulação info-tecnológica. Em outras palavras, a prevalência da abordagem tecnológica, ao ignorar o contexto e as dimensões socio-culturais de onde é feita a inserção dessa tecnologia, exacerba, de forma sucessiva, a importância dela (da tecnologia), ao mesmo tempo em que distorce o sentido, a compreensão e a envergadura da sociedade da informação (Mangue, 2007, p.61). O apego exacerbado à tecnologia, por sua vez, continua Mangue (*op.cit.*), “leva à sua consagração, transformando-a em instrumento de hegemonia e de alienação⁵³”.

Longe da mera adoção e/ou subscrição de produtos e serviços tecnológicos, é necessário que o continente africano reforce seu empenho em transpor obstáculos e desafios estruturais com que se depara. Trata-se, antes de tudo, de dar prioridade à busca de soluções para os problemas sócio-políticos, econômicos e financeiros estruturais como a corrupção, pobreza, as desigualdades sociais e econômicas, a exclusão sócio-política, e no caso específico da construção da sociedade da informação, a ausência de políticas e estruturais institucionais de acesso público à informação em muitos países do continente.

Em outras palavras, de acordo com Aparício (*op.cit.*), as iniciativas e programas para a sociedade da informação nos países africanos devem, antes de tudo, criar políticas públicas de informação⁵⁴, sistemas de infra-estruturas e serviços públicos de informação, formação de recursos humanos qualificados e com competências necessárias aos processos de disseminação, mediação e

⁵³Marx usou o termo alienação para descrever as condições da classe trabalhadora na sociedade capitalista, na qual o operário se transformou em mercadoria e artigo de comércio, não tendo controle da distribuição daquilo que produz; e quanto mais produz, menos ele tem para consumir, quanto maior é o valor que cria, menos valioso ele se torna (Marx, 1984, 24; Giddens, 2005, p.40). Segundo Claude Lefort (*apud* Santos, 1982, p.32), a *alienação* é a própria realidade que o capitalismo cria e desenvolve, é indissociável dela. O capitalismo seria, então, um modo de produção que é o modo de produção da *alienação*, tornando assim impossível a separação entre o real e suas expressões imagináveis.

⁵⁴Por política pública de informação entende-se o estabelecimento de prioridades e condições que garantam uma infra-estrutura capaz de dar acesso e garantir a efetivação do direito à informação aos cidadãos (por exemplo, centros comunitários, bibliotecas públicas, rádios, jornais, televisão, internet, etc.) (Ferreira, 2000, p.5).

inclusão informacionais, capazes de dar sustento a criação e implementação desses programas (p.99).

É necessário, ao mesmo tempo, que os Governos africanos, em conjunto com o setor privado e as OSC mobilizem ações com vistas a eliminar a exclusão socio-informacioal a que muitos africanos ainda se encontra mergulhada. Ações que passam pela criação e/ou ampliação de espaços públicos de acesso à informação, conhecimento e às TIC para todos. E, nesse processo, a biblioteca pública é considerada uma instituição de vital importância. No subcapítulo seguinte, será discutido o papel dessa instituição no contexto da sociedade da informação.

3.4 A Biblioteca Pública no contexto da Sociedade da Informação

A Seção de Bibliotecas Públicas da IFLA publicou, em 2009, recomendações que complementam o Manifesto da UNESCO de 1994, relacionadas especialmente com a missão-chave da biblioteca pública de “facilitar o desenvolvimento da capacidade de utilizar a informação e a informática”. Com o título *10 ways to make a public library work / Update your libraries*, o documento contendo tais recomendações aponta os caminhos para colocar os serviços da biblioteca pública no século XXI, “através do recurso às novas tecnologias”.

Assinala, assim, o importante papel da biblioteca pública no universo digital em constante mudança, sublinhando a necessidade da mesma “criar uma sabedoria global – *World Wide Wisdom* –, conhecimento e entendimento capazes de transpor barreiras ao diálogo entre diferentes culturas”, e fazer da biblioteca pública “um espaço de encontro da comunidade, no qual coexistam os papéis de biblioteca, arquivo, museu e centro de cultura, criando a ‘biblioteca combinada’ “ (IFLA/UNESCO, 2009, p.1-2, tradução livre).

Embora rarefeita, a literatura que aborda a biblioteca pública no contexto da sociedade da informação também partilha dessa visão, ou seja, realça as novas TIC como um recurso imprescindível para a atuação dessa instituição na contemporaneidade. Em geral, as novas TIC são consideradas um recurso capaz de propiciar a criação e/ou o desenvolvimento de novos serviços e formas de relacionamento da biblioteca com a comunidade.

Com o advento das novas TIC, afirma Milanesi (1997, p.107-109), muda-se a configuração da biblioteca pública, ao mesmo tempo, “cria-se a possibilidade de organizar redes ou sistemas de bibliotecas, integrando-as numa ampla base de informação, “incorporando várias modalidades de registro do conhecimento, oferecendo serviços variados – sempre com o objetivo facilitar o acesso à informação”, haja vista que as carências informativas ainda são muitas no seio da população⁵⁵.

Por outro lado, há aqueles autores que entendem que no atual contexto da sociedade da informação, a biblioteca pública enquanto espaço físico de acesso à informação, isto é, “a biblioteca tradicional” pode ser substituída pela Internet, pelos Telecentros e/ou Centros múltimídia, um facto que evidencia, portanto, uma visão estritamente tecnológica da informação e ignora o importante papel dessa instituição na sociedade contemporânea. Sem dúvida, aponta Webster (*op.cit*), esses “são entusiastas da Wikipedia [ou do Google] que argumentam que as bibliotecas públicas não têm necessidade de estocar enciclopédias uma vez que hoje essas fontes alternativas de informação são livremente disponíveis online” (p.181, tradução livre)⁵⁶.

Os entusiastas das TIC continua Vieira (2003, p.41-42), pensando que os problemas do acesso à informação serão resolvidos de “uma penada com recurso à vontade exclusiva do mercado das TIC”, entendem que deixa de fazer sentido falar em biblioteca pública enquanto instituição e/ou espaço de acesso, mediação e uso da informação. Reservam-lhe, assim, segundo Vieira (*op.cit*), o simples “papel de guardar e disponibilizar livros [e enciclopédias], existindo apenas como uma curiosidade intelectual num mundo em que a informação circula electronicamente”.

Entretanto, contrariando essa visão tecnologicamente determinista, há outros autores e/ou mesmo países que no âmbito da sociedade da informação, atribuem à biblioteca pública a missão especial de assegurar a democratização do acesso à informação quer em formato de texto impresso, quer eletrónico; a oferta de produtos e serviços informacionais que contribuem para diminuir as desigualdades sociais e estimulam os usuários a utilizar a Internet como

⁵⁵Veja-se também: Cunha (2003); Vieira (2003)

⁵⁶Veja-se também: Dartnton (2001).

instrumento de ampliação de conhecimento e convivência (Suaiden, 2000; Cunha, 2003, p.72; Barreto; Paradella; Assis, 2008).

Portanto, não se trata de substituir a biblioteca pública pela Internet, centros e/ou produtos multimídia. Pelo contrário, trata-se de ajustar a organização e os serviços dessa instituição secular a novas demandas apropriadas pelas novas TIC. Pois, as TIC são, antes de tudo, um recurso que serve para acelerar “o processamento, o armazenamento e a comunicação” do “permanente objeto de trabalho” da biblioteca pública, a informação (Cunha, 2003, p.74).

O que se espera da biblioteca pública nestes novos tempos, de acordo com Cunha (*op.cit.*), é o reforço do seu importante papel de disseminação, mediação e inclusão informacionais, considerando as novas TIC, especialmente os serviços de informação em rede e a Internet, numa perspectiva que “reconheça sua importância como ferramenta para a ampliação do universo do conhecimento mas que não assuma um caráter hegemônico”. Uma perspectiva que reconheça, igualmente a utilização da Internet como um instrumento importante de democratização da informação, e que assegure a universalização do acesso, buscando a redução dos excluídos do acesso à informação e às TIC.

E, nesse sentido, à medida que a biblioteca pública se vincular adequadamente com a comunidade, afirma Suaiden (2000, p.60),

ela passará a ser o caminho que possibilitará a participação efetiva na sociedade da informação. Isso é de extraordinária importância em um país onde a [falta de acesso à informação e às TIC] atinge altas proporções, e, sem essa oportunidade, milhares de pessoas jamais terão oportunidade de entender e de ter noção dos seus direitos e deveres em uma sociedade globalizada, pois o acesso à informação, nos novos tempos, significa o investimento adequado para diminuir as desigualdades sociais e as formas de dominação que foram dominantes na história contemporânea

A Filândia, um país desenvolvido, cujo poder aquisitivo dos cidadãos é bastante elevado, destaca-se, mesmo assim, no que se refere ao papel atribuído às bibliotecas públicas no âmbito da sociedade da informação, um

processo em que essas instituições são consideradas pioneras. Segundo Uusi-Videnoja (2004, 1-6),

[...] a biblioteca pública é o serviço cultural mais usado na Finlândia: aproximadamente 80 por cento da população utilizam estes serviços. Todas as bibliotecas finlandesas estão totalmente informatizadas. Oferecem conexões gratuitas de Internet e têm suas próprias 'páginas web. Utilizando o serviço 'Pergunte ao bibliotecário', os usuários de Internet podem enviar perguntas para as bibliotecas e obter uma resposta especializada em poucas horas ou dias. **Na biblioteca pública da era da informação, serviços físicos e virtuais apóiam e reforçam um ao outro. A tradicional missão cultural e de ensino da biblioteca não desaparecerá, mas, vai surgir com serviços modernos de informação [...]** (bolde nosso).

Paradoxalmente, em Moçambique, como veremos nos capítulos IV e V, não obstante o fraco poder aquisitivo e de acesso à informação no seio da população, a biblioteca pública (instituição presente em todas as províncias do país) não faz parte das prioridades no âmbito da sociedade da informação em construção. E, quando se faz referência a ela, é no sentido de uma instituição estritamente cultural, cuja participação no processo de construção da sociedade da informação passa, apenas, pelo incentivo à “constituição de redes eletrónicas”. Ignora-se, portanto, outras funções tradicionais da biblioteca pública, especialmente a educacional e a informacional; funções de vital importância para a cidadania, principalmente num país como Moçambique. Essa é uma discussão que será desenvolvida nos capítulos IV (sobre a sociedade da informação em Moçambique) e V (sobre o papel e os desafios da biblioteca pública nesse contexto).

Voltando a análise do papel da biblioteca pública no contexto da sociedade da informação, Cunha (*op.cit.*) faz-nos entender que não obstante as TIC constituírem um instrumento fundamental para a atuação dessa instituição nesse contexto, é a existência de profissionais qualificados, “que assegura uma recuperação e disseminação de informação adequada à demanda do usuário” nesse contexto.

A biblioteca pública contemporânea, de acordo com Cunha (*op.cit.*), plena de perspectivas e desafios, necessita de um profissional da informação⁵⁷ com “formação adequada, sólida cultura geral e domínio do uso das atuais tecnologias de informação. Um profissional com perfil adequado à natureza da instituição e dos produtos e serviços que precisa oferecer” (p.73). Portanto, como afirma Silveira (2008, p.3), além das funções tradicionais ligadas à biblioteca, espera-se dos profissionais da informação um crescente envolvimento com as novas TIC e com os diversos procedimentos que permeiam sua produção, disseminação e usos.

Com o desenvolvimento tecnológico, e com ela todas as transformações no processo produtivo, armazenamento, disseminação e acesso da informação, o profissional da informação, especialmente o bibliotecário “deixa de ser encarado como um erudito que deve saber todos os segredos contidos nos vários acervos com que trabalha, [uma característica típica do bibliotecário da Idade Média], para se tornar um facilitador do acesso à informação” (p.10). Em outras palavras, ainda de acordo com Silveira (*op.cit.*), se antes as ações práticas e intelectuais do bibliotecário limitavam-se ao espaço físico de uma biblioteca,

os novos usos das tecnologias da informação fazem com que os serviços informacionais transponham os limites físicos e institucionais que cerceavam seu ofício. Mais do que nunca a globalização acena para crescentes níveis de competitividade local e global, valorizando e reestruturando as formas de acesso à informação, bem como a busca por se prover recursos humanos altamente qualificados para responder aos desafios que ora emergem.⁵⁸

Essas mudanças implicam, por um lado, que as instituições de ensino, especialmente aquelas que oferecem formação no campo da informação, incorporem em seus currículos novas dimensões e/ou conteúdos estruturais que demarcam o contexto atual, tendo-se em vista atender suas especificidades e criar cenários favoráveis para a satisfação das demandas sócio-informacionais (*ibidem*).

⁵⁷Além dos bibliotecários, consideram-se profissionais da informação os documentalistas, arquivistas, museólogos, cientistas da informação, arquitetos, analistas e gestores de sistemas de recuperação da informação, consultores da informação, dentre outros.

⁵⁸Veja-se também: Suaiden (2000, p.57).

E, por outro lado, como bem aponta Mangué (2007) em sua tese sobre o processo de informatização de bibliotecas universitárias no Brasil, África do sul e Moçambique, que no âmbito da adoção das TIC, as bibliotecas considerem a importância da qualificação de recursos humanos capazes de operar, gerir e mediar o uso dessas tecnologias. Em que pese a relativa autonomia dos usuários da informação nos novos tempos, proporcionada pelas TIC e/ou sistemas de recuperação automática da informação, sistemas de informação em rede, especialmente a Internet “o olhar humano, feito por profissionais da informação, ainda é imprescindível para promover o acesso à informação de uma ampla gama de usuários” (Moura, 2008b, p.3).

Isso se deve, de acordo com Moura (*op.cit.*), ao fato desses profissionais concentrarem seus esforços em todo o processo tentando compatibilizar, em termos de recuperação da informação, interesses altamente especializados e sofisticados com os interesses informacionais considerados, de certa forma, ainda pueris. Nesse contexto, acredita-se que, “é preciso garantir o livre acesso à informação em todas as etapas de amadurecimento intelectual do sujeito. E isso só pode ser feito com a participação permanente de profissionais especializados no apoio a condução de tais processos” (p.4).

O profissional da informação vinculado às bibliotecas públicas, em especial, é considerado na perspectiva da presente dissertação, como aquele que trabalha como disseminador e mediador da informação e novas TIC, elementos chave para a conquista e exercício da cidadania na sociedade contemporânea. É, ao mesmo tempo, de acordo com Morigi, Vanz e Galdino (2002), um educador, pois a biblioteca é um *locus* privilegiado de acesso e uso da informação, do debate, uma instituição e/ou espaço público privilegiado para a democratização da informação.

Em Moçambique, entretanto, a falta de profissionais da informação é um fator que interfere significativamente tanto nos processos de disseminação, inclusão e medição informacionais, quanto no de adoção e gestão das TIC (informatização) em bibliotecas. As bibliotecas, sejam elas públicas ou universitárias são, de acordo com Mangué (*op.cit.*), “forçadas” a contratar pessoal sem formação específica devido à escassez da mão-de-obra especializada nas áreas tanto de biblioteconomia e/ou ciência da informação, quanto de informática e outras relevantes para os processos acima referidos.

Como veremos no capítulo V, existem poucos profissionais da informação com formação técnica média e/ou superior nas áreas biblioteconomia, arquivos ou ciência da informação em Moçambique. A formação profissional de nível médio nessa área é dada apenas na capital do país (cidade de Maputo), pelo Instituto Médio de Ciências Documentais (CIDOC), uma instituição que funciona desde 1998, vocacionada na formação de “documentalistas”.

Parte significativa de profissionais, de acordo com Mangué (*op.cit*), cerca de 30, com formação superior nessa área fizeram seus cursos fora do país: Botswana, Espanha, e, com maior destaque, Brasil (de onde vem a maior parte dos profissionais, não só formados em Biblioteconomia, mas também em Arquivologia), sendo que parte significativa deles são funcionários da Universidade Eduardo Mondlane (UEM).

Em 2009, entretanto, como corolário de um projeto levado a cabo conjuntamente por professores e pesquisadores brasileiros e moçambicanos no âmbito do Projeto Pró-África, com o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento e Tecnológico (CNPq) iniciou, em Moçambique, um curso superior na área de Ciência da Informação. O referido curso funciona na Escola de Comunicação e Artes (ECA) da UEM, também na cidade de Maputo.

Essa é uma discussão que será retomada com detalhes no capítulo V, onde abordaremos os desafios da atuação informacional das bibliotecas públicas provinciais no âmbito da sociedade da informação em Moçambique. Entretanto, no capítulo IV, seguinte, é discutimos o processo de construção da sociedade da informação nesse país, com um enfoque para o determinismo tecnológico que caracteriza o mesmo.

CAPÍTULO IV

A CONSTRUÇÃO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO EM MOÇAMBIQUE

4.1 Contextualização da República de Moçambique

Moçambique é um país situado na costa oriental do continente africano. Possui uma superfície de 799.380 km², e faz fronteira com a Tanzânia (a norte), Malawi, Zâmbia, Zimbábue e a África do sul (a ocidente) e a Suazilândia e África do Sul (a sul). É banhado (a este do território) pelo Oceano Índico, numa extensão costeira de 2.515 km.

Em termos de divisão administrativa, o país está disposto em onze (11) províncias, distribuídas em três (3) regiões (norte, centro e sul): no norte estão as províncias do Niassa (a mais extensa), Nampula (a mais populosa), e de Cabo Delgado; no centro estão localizadas as províncias da Zambézia, Sofala, Manica e Tete; e no sul, as províncias de Inhambane, Gaza, Maputo província e Maputo cidade (a capital do país).

Nos escalões administrativos seguintes, Moçambique é composto por 128 distritos, 394 postos administrativos e 1.042 localidades. O país possui, igualmente, 43 municípios cujos órgãos (presidentes dos conselhos municipais e membros das respectivas assembleias), diferentemente dos governadores provinciais, são diretamente eleitos pela população local.

Os resultados definitivos do 3º. Recenseamento Geral da População, Censo 2007, indicam que o número total da população moçambicana é de 20.252.223 habitantes, dos quais 14.100.249 (69,62%) residem nas zonas rurais, e 6.151.974 (30,38%) nas zonas urbanas. Na tabela 1, abaixo, apresentam-se os dados sobre a distribuição da população moçambicana por regiões e províncias, segundo o sexo e áreas de residência.

Tabela 1: Distribuição da população moçambicana por regiões e províncias, segundo sexo e área de residência, Censo 2007.

Região/Província	População (em milhares)				
	Total	Homens	Mulheres	Rural	Urbana
Norte	6.762.964	3.319.921	3.443.043	5.020.643	1.742.321
Niassa	1,170,783	575,280	595,503	902,766	268,017
Cabo Delgado	1,606,568	777,755	828,813	1.271.715	334.853
Nampula	3,985,613	1,966,886	2,018,727	2.846.162	1.139.451
Centro	8.688.590	4.203.926	4.484.664	6.787.114	1.901.296
Zambézia	3,849,455	1,858,370	1,991,085	3.177.812	671.643
Tete	1,783,967	868,282	915,685	1,540,093	243,874
Manica	1,412,248	677,523	734,725	1.055.042	357.206
Sofala	1,642,920	799,751	843,169	1.014.167	628.573
Sul	4.800.669	2.222.843	2.577.826	2.292.522	2.508.123
Inhambane	1,271,818	565,484	706,334	989.747	282.071
Gaza	1,228,514	548,777	679,737	916.003	312.511
Maputo província	1,205,709	576,012	629,697	386.742	818.967
Maputo cidade	1,094,628	532,570	562,058	N/D	1,094,628
Total	20.252.223	9.746.690	10.505.533	14.100.249	6.151.974

Fonte: INE, 2010.

A região centro é a mais populosa, com um total de 8.688.590 de habitantes, seguida da região norte, que possui 6.762.964 habitantes. As províncias de Nampula e Zambézia, que ocupam $\frac{1}{4}$ da superfície territorial de Moçambique, possuem cerca de 39% da população total. Verifica-se, nos dados apresentados acima, que a província de Maputo cidade (a capital do país) possui o maior número da população urbana, e como veremos mais adiante, esta província dispõe, igualmente, dos melhores indicadores de desenvolvimento sócio-económico a nível nacional. A população feminina representa 52% da população total em Moçambique, correspondendo a uma razão de sexos de 92 homens para cada 100 mulheres.

Devido às boas condições de habitabilidade existentes e a localização dos maiores centros urbanos, a maioria da população moçambicana está

concentrada ao longo da costa. Igualmente, os principais fluxos de migração interna vão de oeste para leste, isto é, do interior para a costa, e do norte para o sul, neste caso, também “devido aos altos níveis de desenvolvimento social e econômico existentes na região sul”, principalmente nas províncias de Maputo e Maputo cidade, onde as taxas de imigração atingem cerca de 50 e 60% da população, respectivamente (Muanamoha, 1995⁵⁹ *apud* Arnaldo, 2007, p.33).

A estrutura etária da população moçambicana é bastante jovem, “com maior destaque para a população de 0 a 4 anos”. Em 2007, a população jovem menor de 15 anos representava 46,9% da população total do país. Outros 50,1% da população eram constituídos por adultos com idades entre 15 e 64 anos e apenas 3,1% da população situava-se na faixa etária de 65 anos e mais (Alberto, 2010, p.26; Moçambique, 2010).

Do ponto de vista sócio-cultural, a diversidade etno-lingüística é uma das principais características de Moçambique. Segundo Boléo⁶⁰ (1971 *apud* Lopes, 2004, p.647-648), o quadro étnico de Moçambique pode considerar-se dividido em quatro (4) grandes grupos, os quais, partindo de Sul para Norte do país são: (i) *o grupo dos tongas*, ocupando em especial o Sul do Save, com ramificações no distrito de Tete. Os seus principais subgrupos são os changans, chopes, tsuas e rongas; (ii) *o grupo dos caranga*, situado entre os rios Save e Zambeze; (iii) *o grupo nhanja*, que cobre o noroeste da província de Niassa e parte importante do vale do Zambeze, com subgrupos ajana, senga, maganja, anguro, vanhúnguès e atande; e (iv) *o grupo macua*, situado nas províncias de Nampula e Cabo Delgado e parte da província da Zambézia, tendo como subgrupos principais os lómuès, chacas, medos, macondes, podzos e achirimas.

Ainda segundo o autor citado acima, podem-se considerar os seguintes agrupamentos lingüísticos principais de Moçambique, do Norte a Sul:

- (i) *o grupo swahili*, língua franca da costa oriental africana, desde o norte de Moçambique até Somália, com o Catanga, bacia do lago Tana, etc. É falado principalmente na costa nordeste, tendo como

⁵⁹ MUANAMOHA, Ramos Cardoso. Tendências históricas da distribuição espacial da população em Moçambique. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1995.

⁶⁰BOLÉO, Oliveira. *Monografia de Moçambique*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1971.

- subgrupo o muani e como dialetos o m'vita, lamu, amuane, mavia e unguja;
- (ii) o *grupo maconde*, que cobre as áreas de Palma, Macomia e Mocímboa da Praia (Cabo Delgado), tendo como subgrupo andonde e os dialetos konde e muera;
 - (iii) o *grupo macua*, que cobre as regiões de Niassa, Nampula, Cabo Delgado e até parte da Zambézia. Tem como subgrupos macua-litoral (nahara), macua-macuana, macua-meto, macua-lómuè e macua-niassa, e os dialetos maganja e chirima;
 - (iv) o *grupo chuabo*, que cobre a área de Quelimane, Chinde, Pebane e Namacurra na Zambézia, sobressaindo o subgrupo maindo ou carundo;
 - (v) o *grupo nianja* ou maniamba, que cobre parte de Amaramba, Mopeia, Morrumbala (Niassa), sul de Mangaja da Costa (Zambézia), Angónia e Macanga (Tete). Possui os subgrupos manaja e mazarro e os dialetos peta e chena;
 - (vi) o *grupo sena* ou nesenga, que cobre parte da Mopeia, Tete, Marávia, Máguè, Mutarara, Zumbo e o Vale do Baixo Zambe (Chema, Cheringoma, Gorongosa, Marromeu e Sena). Pertencem-lhe os subgrupos chicunda e xi-sena, e os dialetos podzo e nhúnguè;
 - (vii) o *grupo tanara*, cobrindo parte do Zumbo, Marávia e Macanga, no Chimoio, Manica Mossurize e Sofala. Seu subgrupo é o manico, a-teve ou mateve e bárué e os dialetos nhassa, tumbua, hkonde, henga e camanga;
 - (viii) o *grupo shona*, que abrange largas áreas dos distritos de Vila Pery, Beira e sul de Tete, podendo considerar-se os subgrupos shona-ocidental, setentrional e oriental, karanga-ocidental e oriental e zezuro. Entre os muitos dialéto evidenciam-se o rozi, calanga, peri, shangue, tande, hera, nobua, zimba, tsenga, hungue, iena, ngava, ndua, danda, etc;

- (ix) o grupo *tsua* (ou *mutua*), cobre as áreas de Govuro, Homoíne, Massinga, Morrumbene e Vilanculos, salientando-se os dialetos dzibi, macuáqua, lengue e dzonga;
- (x) o grupo *thonga* ou *xi-thonga*, que cobre Gaza, Bilene, Chibuto, parte de Magude, Inharrime, bila, guambé e halangunu;
- (xi) o grupo *ronga*, *xironga* ou *jonga* que cobre arredores da cidade de Maputo (ex-Lourenço Marques), Manhiça, Marracuene e província de Maputo, salientando-se os dialetos nonduana, pfumo, calanga, nyissa e putio;
- (xii) o grupo *chope*, que cobre o conselho de Muchopes (Gaza), Zavala e Inharrime (Inhambane);
- (xiii) o grupo *bitonga* ou *tonga*, que cobre certas áreas do Bilene, Chibuto, Guijá, Limpopo, Inhambane e Homoíne, salientando-se o subgrupo changane; e finalmente,
- (xiv) o grupo *suazi*, que cobre a fronteira sul (Namaacha e Maputo), com o subgrupo anguni e o dialeto sibaha.

Contudo, a língua oficial de Moçambique é o português, falado por quase 40% da população, e utilizado diariamente por apenas 8.8%. O português é o idioma utilizado na relação entre as instituições da administração pública e a sociedade civil, no sistema educacional⁶¹ e nos meios de comunicação social. Das diversas línguas de origem bantu (africanas) faladas no país, as que cobrem um índice mais elevado de populações enquanto línguas utilizadas na comunicação diária são: emakhua (26.1% da população), xichangana (11.3% da população), e elómwè (7.6%). Estas línguas se restringem apenas aos domínios das relações domésticas familiares, à vida social tradicional, rituais religiosos, entre outros. Assim, de acordo com Buendía Gómez⁶² (*apud* Dias, 2007, p.35), o contexto sociocultural de Moçambique é polarizado por uma língua (o português) veiculadora da lógica e valores da modernidade e por línguas bantu, que expressam a lógica, a cosmovisão e os valores da sociedade tradicional (africana).

⁶¹No sistema educacional são também utilizadas, como disciplinas, as línguas inglesa e francesa. No seu conjunto, as línguas portuguesa, inglesa e francesa constituem o veículo de transmissão do conhecimento científico e técnico e da cultura escrita.

⁶²BUENDÍA GÓMEZ, Miguel. *Educação moçambicana: história de um processo: 1962-1984*. Maputo, Livraria Universitária, 1999.

De acordo com Lopes (2004, p.234), o poder saído da independência nacional de Moçambique adotou a língua portuguesa como língua de unidade nacional, procurando fazer dela ‘um instrumento de libertação’. Bogaert⁶³ (1985 *apud* DIAS, 2007, p.31-32) argumenta, dividindo em dois os fatores que estiveram na origem da escolha do português como língua oficial de Moçambique:

- (i) *Fator político*: perante a situação multilingüística em que se vivia na época da luta de Libertação Nacional, havia necessidade de escolher uma língua que não criasse conflitos e divisões no seio do povo. É neste sentido que se deve interpretar a expressão “o português é uma língua de unidade nacional”;
- (ii) *Fator pragmático*: a língua portuguesa estava minimamente divulgada em todo país; facilita (va) a comunicação com o exterior (é uma língua internacionalmente conhecida); as línguas africanas de Moçambique ainda não possuíam a terminologia técnico-científica e político-ideológica indispensável a uma sociedade que se estava a construir; os únicos quadros e os únicos materiais didáticos (manuais, dicionários, etc.) disponíveis, na altura, no país, eram os que tinham sido preparados para divulgação e ensino do português.

Para Lopes (*op.cit*), se é pacífico aceitar como correto esse argumento, dado que nenhuma das línguas autóctones tem uma cobertura territorial tão avassaladora que pudesse instituir-se como língua nacional, a política lingüística adotada para as línguas nativas foi controversa. “Com o argumento da falta de quadros e da incipiente codificação das línguas autóctones, o poder político acabou, por outras vias, dando continuidade à política lingüística colonial“, ou seja, ignorando e hostilizando as línguas autóctones “em nome da coesão nacional que era preciso criar e desenvolver” (p.235).

Entretanto, nota-se, atualmente, uma maior consciência e sensibilidade em relação à diversidade cultural da sociedade moçambicana, que se manifesta não somente pela valorização da sua pluralidade lingüística, mas também da diversidade social e religiosa. A introdução das línguas autóctenes

⁶³In: texto de apoio de Didática de Línguas. [s/l; 1985].

no sistema educacional de nível primário tem sido citada como um exemplo dessa relativa consideração das línguas nativas (Dias, 2007, p.34-35)

Com o apoio do governo moçambicano, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Banco Mundial (BM), o Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação (INDE) começou a desenvolver, desde 1993, um currículo bilíngüe para crianças não falantes do português à altura do ingresso na escola. A medida, conforme afirmam muitos autores, concorre para o reforço do 'estatuto de cidadania' dos falantes das diversas línguas nacionais. "Um caminho é aberto para uma prática lingüística mais democrática e à necessária preservação e desenvolvimento de um importante património cultural do país" (PNUD, 2000, p.53; Lopes, 2004, p.460).

No que diz respeito à diversidade religiosa, destacam-se as seguintes religiões professadas em Moçambique: Católica, cobrindo mais de 1/3 (31.9%) do total de crentes no país; Islâmica (24%); Siao/Zione (24%) (Moçambique, 2005, p.8).

Como Estado independente e soberano, Moçambique é um país muito novo. Ex-colónia de Portugal, o país alcançou a independência em 25 de Junho de 1975, após uma guerra de libertação nacional que durou de 1964 a 1974. Pouco tempo depois, em 1976, o país viu-se mergulhado numa guerra civil que durou 16 anos (1976-1992). A guerra civil foi movida pelo então Movimento de Resistência Nacional (MNR, hoje Residência Nacional de Moçambique, Renamo), que se opunha ao governo socialista marxista-leninista da Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique). Entretanto, as reais causas dessa guerra são ainda controversas.

Por um lado, ela (a guerra civil) é vista como tendo resultado das contradições político-ideológicas decorrentes da Guerra Fria (1974-1990) que se repercutiram na África Austral. Ou seja, "a guerra veio do exterior", a Renamo surgiu ou foi criada por procuração e iniciativa externas, envolvendo a ex-colónia (Portugal), a Rodésia do sul (hoje Zimbabwe) de Ian Smith, e a África do sul do *Apartheid* (Minter, 1998, p.369)⁶⁴.

Outros autores atribuem aos fatores internos, a causa principal da guerra civil em Moçambique. Na esteira dessa tese, a negação étnica, a imposição de

⁶⁴Veja-se também: Hanlon (1991); Hanlon e Smart (2008).

um centro de poder identificado como partido-Estado (a Frelimo), sem inserção sócio-cultural nos múltiplos espaços étnicos⁶⁵, e a adoção de um modelo tecnocrático de desenvolvimento “foram as causas mais importantes da guerra civil moçambicana”. Porém, se exclui deste argumento, a possibilidade da guerra civil no país ter sido uma guerra inter-étnica, não obstante a Renamo ter se aproveitado dos conflitos e da marginalização das autoridades tradicionais e de certas elites étnicas do centro do poder do Estado pós-colonial (Cahen, 1996, p.33).

Abrahamsson e Nilsson (1998, p.29) têm um posicionamento relativamente neutro sobre as causas do conflito armado em Moçambique. Segundo esses autores, as raízes da guerra civil não se encontram dentro da lógica dos fatores externos, nem da lógica dos fatores internos, mas, sim, no ponto de encontro entre os diferentes atores. Sem matéria prima local (a pobreza absoluta e a marginalização sócioeconômica das comunidades rurais), afirmam esses autores, o instrumento externo nunca podia ter sido introduzido nas comunidades locais; e, sem a intervenção ativa das forças inimigas externas (regimes inimigos na região e a Guerra Fria), as contradições locais e nacionais nunca se teriam desenvolvido até ao ponto de erupção violenta e generalizada em todo o país. Portanto, foi da conjugação dessas duas forças (externa e interna), que irrompeu o conflito armado no país, atingindo uma “extensão devastadora”.

E importante salientar, entretanto, que o custo do conflito armado foi, do ponto de vista sócio-econômico, bastante enorme para o país. Apesar de esta ter terminado em 1992, com a assinatura do Acordo Geral de Paz, os seus efeitos ainda são visíveis, sobretudo nas zonas rurais e peri-urbanas.

Segundo dados apresentados por Hanlon (1991, p.20) e Smart (2008, p.28), de uma população de 13-15 milhões em meados da década de 1980, um milhão de pessoas morreu (7% da população) e cinco (5) milhões foram deslocados ou fizeram-se refugiados em países vizinhos (1/3 da população). Um número considerável de escolas, lojas e postos de saúde foram destruídos,

⁶⁵Segundo Lopes (2010, p.75), “as mais de vinte etnias, com suas culturas e suas línguas, foram sistematicamente ignoradas em nome do discurso da unidade nacional”. Segundo esse autor, o receio da FRELIMO quanto à possibilidade de se vir a fracionar o país, constituindo-se comunidades étnicas totalmente desvinculadas do poder central, “levou-a a reforçar continuamente seu discurso face ao fenómeno do tribalismo”.

as zonas rurais ficaram seriamente afetadas pelas minas anti-pessoais. Os prejuízos econômicos do conflito são calculados em 20 bilhões de dólares americanos. Em contrapartida, o total da ajuda do pós-guerra foi de apenas 11 bilhões de dólares americanos.

Portanto, com a destruição de bens econômicos e sociais como lojas, estradas, ferrovias, escolas e hospitais, a guerra civil em Moçambique deixou um legado de pobreza e dependência da ajuda externa. Em relação a questão da ajuda, importa mencionar que “na década passada, o país recebeu de ajuda externa valores avaliados na ordem de US\$ 65.6 per capita por ano, o correspondente a cerca de 40% da renda nacional”. Em 2009, a dependência do Orçamento do Estado (estimado em 104.326 milhões de Meticais) na ajuda externa, foi de 55% (Arndt; Jones; Tarp, 2006, p.3; Nipassa, 2009).

Somam-se às conseqüências socioeconômicas da guerra civil, as resultantes da introdução, em 1987, do Programa de Reabilitação Econômica (PRE), que em 1989 passou a Programa de Reabilitação Económica e Social (PRES)⁶⁶, e cujo objetivo era a mobilização de recursos externos para o financiamento da produção nacional, distribuição dos rendimentos, a expansão do emprego e a estabilidade do salário real. Entretanto, como afirma Mole (1994, p.158-159), “a severidade do [PRE] nas camadas sociais de baixo rendimento, aliada aos efeitos da guerra e das calamidades naturais, aumentou a desigualdade social e a pobreza”. Para este autor, o PRES, ou seja, a integração da componente social no programa de ajustamento estrutural

⁶⁶ Na realidade, esses programas constituíram-se em versões moçambicanas de ajustamento estrutural. Os Programas de Ajustamento Estrutural (PAEs) foram introduzidos ou, para alguns autores impostos em países africanos na década de 1980. Tinham em vistas a amortização da dívida desses países em relação aos diversos bancos estrangeiros, e constituíam uma condição para o acesso a financiamentos das instituições de Bretton Woods, nomeadamente, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. O núcleo central dos PAEs consistiu na eliminação do controlo de preços de produtos de exportação e a liberalização comercial, a remoção dos subsídios do Estado em setores como a agricultura (então fator de desenvolvimento de muitos países africanos, especialmente, de Moçambique), privatização de empresas e indústrias estatais, e conseqüente, a redução de funcionários públicos. De uma maneira geral, a implementação dessas reformas teve um impacto social negativo no nível de vida da maioria das populações, já que a pressão e rigorosidade da sua implementação caracterizaram-se pela redução dos serviços sociais que eram da responsabilidade do Estado e, praticamente gratuitos, quais sejam, a saúde e a educação. Outro aspecto foi o aumento do desemprego, sobretudo no sector público. Veja-se: Wellmer (1999, p.40); Gentili (1999, p.381); Pavia (2000, p.50); Hanlon (2008, p.29).

resultou do reconhecimento dos seus efeitos negativos sobre as várias camadas sociais.

Mole (*op.cit*) afirma ainda, que antes da introdução do PRE a repartição da renda e o acesso aos serviços sociais eram relativamente igualitários, por causa da política social do governo praticada por intermédio da política fiscal (por exemplo, subsídios aos preços) e da despesa do Estado na saúde, educação e outros serviços de interesse público. Mas as medidas do PRE e a liberalização dos preços, o corte dos subsídios e da despesa social, o agravamento do impostos indiretos, agravaram o grau das desigualdades, da pobreza e exclusão sociais.

4.1.1 Transição democrática e extensão dos direitos de cidadania

Ao consagrar os princípios universais de igualdade de direitos e liberdades dos cidadãos, o pluralismo político-partidário, poderes, instituições e os valores de um Estado Democrático de Direito em Moçambique, a Constituição da República de 1990 pôs formalmente termo ao regime socialista-marxista de partido único até então vigente.

Em outubro de 1992, foi assinado o Acordo Geral de Paz (AGP), tendo se concretizado com a realização das primeiras eleições gerais e multipartidárias de 1994 (03 e 04 de outubro). De acordo com Tollenaere (2002, p.227), “as eleições de 1994 foram, ao mesmo tempo, o evento supremo da coroação do processo de paz e a fundação do processo de democratização”. As eleições de 1994 constituíram um grande marco da história de Moçambique, pois, foi a partir desse momento que se assumiu no cenário político nacional, “a importância das instituições democráticas como reguladoras da expressão de liberdade e igualdade de cada cidadão”. A partir daí, Moçambique passou a receber elogios da comunidade internacional, como uma história de sucesso de reconstrução pós-guerra, “estabilidade política” e da ‘recuperação económica” em África (Mbilana, 2006, p.21).

Em 2004, foi aprovada uma nova Constituição da República, que continua consagrando os princípios universais de igualdade de direitos e liberdades dos cidadãos, o pluralismo político-partidários e a valorização das instituições democráticas. O artigo 35 dessa Constituição estabelece que

“todos os cidadãos são iguais perante a lei, gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres, independentemente da cor, raça, sexo, origem étnica, lugar de nascimento, religião, grau de instrução, posição social, estado civil dos pais, profissão ou opção política” (Moçambique, 2004, p.11).

Em 2009, o país realizou a quarta eleição geral e multipartidária, e, pela primeira vez, eleição para as assembleias provinciais. Para as Nações Unidas (Moçambique), essas eleições, “pacíficas e democráticas”, expressam e reafirmam o compromisso do país com a “estabilidade política, governação democrática e reconciliação nacional” (Nações Unidas, 2010).

Entretanto, a participação política dos cidadãos nos momentos eleitorais (de votação) é expressamente decrescente, desde as primeiras eleições gerais de 1994. Segundo dados apresentados por Siteo (2006, p.155), nas eleições de 1994 a abstenção situou-se em 13%; nas eleições autárquicas de 1998, a abstenção esteve na ordem de 8.5%. Já nas segundas eleições gerais, de 1999, a abstenção subiu para 30.49%; nas eleições gerais realizadas em dezembro de 2004, a abstenção situou-se nos 63.58%. Nas eleições gerais de 2009, segundo o boletim do Centro de Integridade Pública (CIP) e Parlamentares Europeus para África (AWEPA) (2009, p.14), o nível de abstenções foi de 45%, praticamente igual ao de 2004. Há várias explicações para esta tendência decrescente de participação política dos moçambicanos, entre elas, a pobreza, o analfabetismo e o fraco acesso à informação, sobre os quais falaremos mais adiante.

De qualquer modo, Moçambique tem sido, também, considerado um dos países africanos que maiores êxitos logram no crescimento económico, desde finais da década 1990. Se em 1994, o país enfrentava um dos mais graves problemas de pobreza absoluta, caracterizando-se por uma economia maioritariamente de subsistência, devastada pela guerra civil, ausência de serviços públicos básicos, e um aumento crescente da dívida, no período de 1997-2003, o país registrou um crescimento económico ininterrupto na ordem de 6 a 8% ao ano, fato que tem sido confirmado, principalmente, pelos relatórios do Banco Mundial e do FMI, para além do próprio Governo.

Segundo alguns estudos e relatórios, “[esse] período de grande crescimento económico teve um efeito impressionante na redução do nível de pobreza absoluta, que passou de 69% da população em 1996-97 para 54% em

2002-2003” (Batley; Bjørnstad; Cumbi, 2006, p.7; Moçambique, 2006, p.57; Hanlon; Smart, 2008, p.131).

O Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano de 2008, refere que a redução da pobreza em Moçambique testemunha não só para a dinâmica da economia nacional, mas também para o impacto do investimento contínuo que tem sido realizado nos últimos 10 anos, em educação, saúde e acesso a serviços básicos. Na educação, por exemplo, a taxa de analfabetismo caiu de 60,5% em 1997 para 53,6% em 2003, e estima-se que diminuiu para 52% em 2006. No mesmo período, a privação de uma condição de vida decente para os moçambicanos, medida pela proporção da população sem acesso ao ensino e serviços básicos (água potável e cuidados de saúde) e pela percentagem de crianças menores de cinco anos de idade com baixo peso caiu consideravelmente, de 62,3% em 1997 para 50,6% em 2003 (PNUD, 2008, p.18, tradução livre).

4.1.2 Pobreza, analfabetismo e desigualdades sociais

Não obstante o sucesso no processo de transição democrática e de crescimento econômico, os enormes recursos que o país dispõe, e os “elogios” da comunidade internacional, a pobreza, o analfabetismo, as desigualdades e exclusão sociais continuam sendo, de acordo com um Relatório publicado em 2009, pelo AfriMAP em colaboração com a Open Society Initiative for Southern Africa (OSISA), “as principais barreiras ao exercício da cidadania em Moçambique”.

Moçambique continua sendo considerado um dos países mais pobres do mundo, vivendo em um contexto de elevados índices de pobreza e desigualdades sociais. A maioria da população, sobretudo nas zonas rurais, continua tendo como atividade principal a prática da agricultura de subsistência, e, em menor escala, atividades como a pesca, o turismo, comércio, exploração mineira, pequena indústria, transportes e comunicações, e a construção (Mazula, 2002; Valá, 2007; Hanlon, 2008).

Na tabela 2, abaixo, apresentam-se alguns indicadores básicos de desenvolvimento socioeconômico do país.

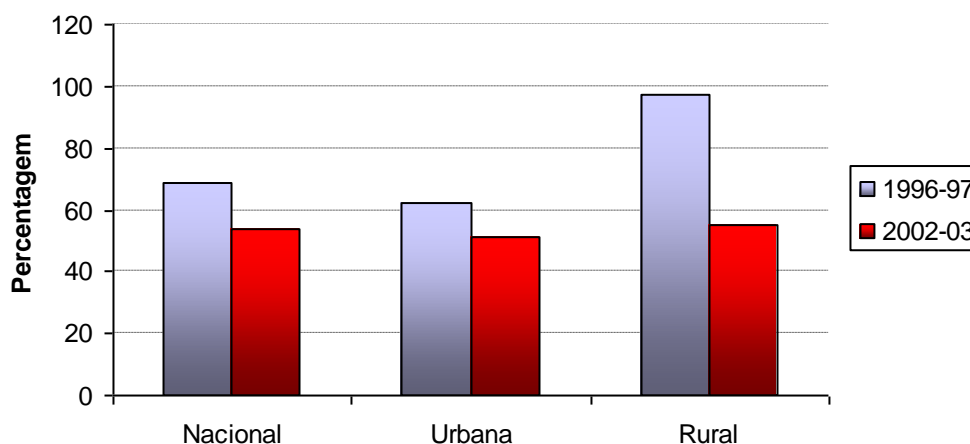
Tabela 2: Indicadores socioeconômicos de Moçambique, 2007.

Indicadores	Situação
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (2005)	0,384 172 ^a posição internacional
Esperança de vida à nascença	47,1 anos (INE) 42,8 anos (PNUD)
Taxa de mortalidade infantil (por 1000)	107,9
Taxa de Alfabetização de Adultos (15 anos e mais) (1995-2005)	38,7%
Taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior (2005)	52,9%
Produto Interno Bruto (PIB) <i>per capita</i> (Dólares PPC) (2005)	1,242 335
USD	
Índice de Pobreza Humana (2005)	50,6%
Pobreza Urbana	51%
Pobreza Rural	55%
Taxa de Urbanização	29.8 %
Desemprego, IFTRAB, 2004/2005	19%
Ajuda pública ao desenvolvimento, desembolsos líquidos, USD per capita	\$65 19,4% PIB

Fontes: PNUD (2007, p.234); Francisco et al (2007, p.17).

Segundo Paulo, Rosário e Tvedten (2007) e o PNUD (2007), Moçambique é o país com a mais larga proporção de pobreza urbana (51%) comparada com a pobreza rural (55%) a nível da África Subsaariana, e o país menos desenvolvido da África Austral. “Não obstante ter havido uma redução substancial na pobreza rural, de 71 para 55% entre 1996/7 e 2002/3, a pobreza urbana em Moçambique teve uma redução mais limitada de 62 para 51%”. Ao mesmo tempo em que na capital, cidade de Maputo, a taxa de pobreza subiu de 47 para 53%. A figura 1, abaixo, apresenta a evolução da incidência da pobreza nas zonas rural e urbano, no período de 1997 a 2003.

Gráfico 1: Evolução da Pobreza Absoluta em Moçambique, 1996/2003



Fonte: Chiconela (2004, p.8).

Para além das diferenças entre as zonas rurais e urbanas, nos níveis de desenvolvimento socioeconómico, existem também, em Moçambique, enormes diferenças regionais, destacando-se a região sul como a mais desenvolvida, e a norte, a mais pobre. Dados citados por Arnaldo (2007, p.25), indicam que em 1998, por exemplo, o IDH das Nações Unidas e do PIB *per capita* na região sul era duas vezes mais alto em relação aos das regiões centro e norte, enquanto que o IDH era pelo menos 20% abaixo do da região sul. Menos de 25% da população das regiões norte e centro tinha acesso a serviços básicos de saúde comparado com 50% da população. Na tabela 3, abaixo, são apresentados alguns indicadores de desenvolvimento sócioeconómicos regionais pré-selecionados, de 1998.

Tabela 3: Indicadores sócioeconómicos selecionados por região, Moçambique, 1998.

Região	IDH (1998)	Índice de Pobreza Humana (IPH, 1997)	PIB real <i>per capita</i> (1998)	% sem acesso aos serviços de saúde
Norte	0.212	64.3	159	77.6
Centro	0.266	60.0	185	81.0
Sul	0.427	39.8	460	53.6
Moçambique	0.282	56.8	237	76.2

Fonte: Moçambique, 1999⁶⁷ apud Arnaldo (2007, p.26).

⁶⁷MOÇAMBIQUE. *Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano, 1999*. Maputo: PNUD, 1999.

O Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano apresentado pelo PNUD, em 2008, revelou tendências de crescimento do *PIB* a nível das três (3) regiões do país (norte, centro e sul), incluindo as respectivas províncias, no período de 2001 a 2006, conforme mostra a tabela 6, abaixo.

Tabela 4: Evolução do *PIB* por regiões e províncias, Moçambique, 2001-2006

Regiões/Províncias	Taxas de crescimento em volume (%)					
	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Norte	8.7	10.1	9.0	7.0	8.6	9.4
Niassa	11.2	11.7	7.9	16.7	10.0	9.7
Cabo Delgado	10.3	10.4	9.7	7.1	7.8	10.9
Nampula	7.6	9.7	9.0	4.9	8.5	8.7
Centro	10.7	9.2	6.9	5.4	8.6	7.9
Zambézia	10.4	9.9	6.0	1.9	9.6	7.0
Tete	10.1	11.0	8.6	11.3	11.5	11.0
Manica	11.5	9.1	7.4	4.3	6.1	7.8
Sofala	11.0	7.7	6.5	6.6	7.0	7.1
Sul	15.3	8.8	5.0	10.2	8.2	8.5
Inhambane	6.0	12.1	5.9	16.5	13.0	13.2
Gaza	7.8	6.9	6.7	5.6	5.1	7.6
Maputo província	30.2	12.3	4.6	13.5	3.3	8.0
Maputo cidade	10.3	5.9	4.6	7.0	11.4	7.6
Moçambique	12.3	9.2	6.5	7.9	8.4	8.5

Fonte: PNUD (2008, p.13).

As regiões norte e sul tiveram taxas de crescimento (9,4% e 8,5%, respectivamente) superiores à média nacional, em 2006. Cabo Delgado (10,9%), no norte, Tete (11,0%), no centro, e Inhambane (13,2%), no sul são as províncias que se destacaram nesse ano. O crescimento econômico tem sido atribuído a um crescimento da produção agrícola, a base da economia nacional, ao crescimento do investimento estrangeiro, entre outros.

Entretanto, em termos de PIB real *per capita*, Moçambique continua a ser um dos países com o menor renda *per capita* do mundo, calculado em UDS \$335, e apresentando-se com significativas diferenças regionais e provinciais. Segundo dados apresentados pelo PNUD (2008, p.14), a cidade de Maputo, no sul do país, continua assumindo uma posição de liderança com um PIB *per capita* três vezes superior ao nacional média. A cidade de Maputo tem, igualmente, um PIB *per capita* cinco vezes maior que PIB *per capita* de Niassa, Cabo Delgado, Zambézia e Manica combinados, quatro vezes que o PIB real *per capita* das províncias de Nampula, Tete e Inhambane, e duas vezes que o PIB *per capita* da província de Sofala (PNUD, 2008, p.14).

Em parte, explica Arnaldo (*op.cit*), a diferença nos indicadores de desenvolvimento regionais e provinciais, além da concentração de grandes volumes de investimentos, pode estar relacionado com o desenvolvimento econômico dos países adjacentes às diferentes regiões e províncias do país. Por exemplo, enquanto a região sul está próxima da África do Sul, que é o país mais desenvolvido da África Austral, as regiões norte e centro estão próximas de países relativamente pobres: Malawi, Zâmbia, Zimbabwe e Tanzânia (p.25).

De todo modo, as desigualdades e desequilíbrios regionais, de acordo com a AfriMAP e Open Society Initiative (2009, p.7) proporcionam vantagens a certas regiões e respectivos grupos, “podendo ainda fomentar preconceitos e, inclusive, práticas discriminatórias contra moçambicanos de certas regiões e classes sociais”. Por outro lado, alguns autores tem apontado para a pobreza, em geral, como um dos fatores que explicam a fraca participação política dos cidadãos no país. Siteo (2006, p.157), por exemplo, valendo-se dos pré-requisitos da democracia postulados por Huntington⁶⁸, Lipset⁶⁹, entre outros autores, afirma que

[...] na sociedade moçambicana estão claramente ausentes as condições de pendor econômico [para o desenvolvimento da democracia], dados os níveis de pobreza prevalentes [...] e as fortes desigualdades entre os poucos moçambicanos que têm alguns recursos e a maioria que vive abaixo da linha de pobreza [...]

⁶⁸ HUNTINGTON, Samuel P. Will more countries become democratic, *Political Science Quarterly*, v.99, n.2, pp.193-218, 1984.

⁶⁹ Lipset, Seymour M. Some social requisites of democracy: economic development and political legitimacy, *The American Political Science Review*, v.53, p.69-105, 1959; Lipset, Seymour M. The social requisites of democracy revisited: 1993 Presidential Adress, *American Sociological Review*, v.59, pp.1-22, 1994.

Em face dessa realidade, o governo moçambicano tem estado a implementar, desde 2001, o Plano de Acção para Redução da Pobreza Absoluta (PARPA), cuja segunda fase (PARPA II, 2006-2009) visava alcançar o objectivo de “diminuir a incidência da pobreza de 54% em 2003 para 45% em 2009”. O PARPA é apresentado através de três pilares temáticos – *governança, desenvolvimento económico e capital humano* – e assuntos transversais que incluem Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Rural, Segurança Alimentar e Nutricional, Género e HIV/SIDA. O elemento comum dos três pilares, segundo o governo, “é a **construção da Nação Moçambicana**, consolidando a unidade nacional, desenvolvendo o potencial humano de cada cidadão e um sistema institucional funcional, fazendo também crescer a capacidade de criar riqueza nacional” (Moçambique, 2006, p.1-3, o bolde é do original).

Entretanto, as intervenções do governo no âmbito do PARPA orientam-se, quase que exclusivamente para as zonas rurais, ao mesmo tempo em que há indicações de uma rápida taxa de urbanização e, conseqüentemente, um aumento considerável da pobreza nas zonas urbanas do país. Se as estatísticas oficiais (INE, 2004) apresentam uma taxa de urbanização de 29.8%, “as Nações Unidas operam com uma taxa de população urbana de 34,5% e estimam que 50% da população Moçambicana viverá em 2025, em áreas urbanas”, o que concorre, caso não sejam tomadas medidas concretas de planificação e desenvolvimento territoriais, para uma crescente urbanização da pobreza no país, já que a tendência de redução desta é muito limitada nas zonas urbanas (Paulo, Rosário e Tvedten, 2007, p.1-2). A tabela 4, abaixo, apresenta a evolução da população nas principais cidades de Moçambique, de 1997 a 2007.

Tabela 5: Evolução da população nas principais cidades de Moçambique, 1997-2007

Cidade	População, 1997	População estimada, 2007
Maputo	989.386	1,094,628
Matola	440.927	579.469
Beira	412.588	542.226
Nampula	314.965	413.929
Chimoio	177.668	233.492

Nacala-porto	164.309	215.936
Quelimane	153.187	201.319
Mocuba	127.200	167.167
Tete	104.832	137.771
Xai-xai	103.251	135.693

Fonte: INE, 2004⁷⁰ *apud* Paulo, Rosário e Tvedten (2007, p.10).

A crescente urbanização no país tem sido considerada como “o resultado combinado do aumento natural [da população], da reclassificação das áreas rurais e urbanas e da migração”. Os fluxos de migração para zonas urbanas, isto é, do interior para a costa, como fizemos referência acima, deve-se ao facto destas terem características mais positivas do que as áreas rurais, em termos de níveis de educação, saúde, acesso a oportunidades de emprego, infra-estruturas, serviços, etc, o que é confirmado por alguns indicadores de desenvolvimento sócioeconômicos apresentados na tabela 5, abaixo.

Tabela 6: Alguns indicadores básicos de desenvolvimento sócioeconômico rural e urbano

Indicador	Nacional	Rural	Urbano
<i>Educação</i>			
Taxa de analfabetismo (15 anos ou mais) (%)	53,6	65,7	30,3
Escola primária ou acima (%)	27,9	14,6	53,2
<i>Saúde</i>			
Esperança de vida (anos)	47,1	45,7	50,8
Mortalidade abaixo dos 5 anos (por 1.000)	178	192	143
<i>Rendimento e Consumo</i>			
Rendimento mensal per capita (MT 000)	324	246	490
Despesa mensal per capita (MT 000)	324	231	523

Fonte: INE, 2004; Banco Mundial, 2007⁷¹ *apud* Paulo, Rosário e Tvedten (2007, p.13).

⁷⁰INE. *Inquérito Nacional aos Agregados Familiares sobre Orçamento Familiar 2002/03. Relatório Final*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística, 2004.

⁷¹BANCO MUNDIAL. *Beating The Odds: Sustaining Inclusion in a Growing Economy. A Mozambique Poverty, Gender and Social Assessment* Washington D.C.: Banco Mundial, 2007.

A educação é considerada um fator fundamental para a redução da pobreza, promoção do bem-estar social e para a cidadania. Entretanto, de acordo com Mário e Nandja (2006, p.7), Moçambique se depara com uma das mais baixas taxas de escolarização do Mundo, e, em particular, com as taxas mais baixas da África Subsaariana. Conforme apresentado na tabela 4, acima, a taxa média de analfabetismo entre a população adulta do país situa-se à volta de 53.6%, sendo mais elevada nas zonas rurais (65.7%) do que urbanas (30.3%). As taxas mostram ainda, que as mulheres são mais analfabetas (68%) do que os homens (36.7%).

Na tabela 6, abaixo, apresentam-se as taxas de analfabetismo por sexo segundo área de residência e províncias, de 1997 e 2002/03.

Tabela 7: Taxa de analfabetismo por sexo, segundo área de residência e províncias, Moçambique, de 1997 e 2002/03.

Áreas de residência e Províncias	Taxas de Analfabetismo (%)					
	1997			2002/03		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	60.5	44.6	74.1	53.6	36.7	68.0
Área de residência						
Urbana	33.0	19.4	46.2	30.3	18.1	41.7
Rural	72.2	56.4	85.1	65.7	47.2	80.8
Províncias						
Niassa	69.0	52.2	84.2	64.4	50.1	78.3
Cabo Delgado	75.0	60.0	88.5	68.4	52.4	83.0
Nampula	71.7	56.7	85.9	65.1	48.7	81.4
Zambézia	70.3	53.2	85.2	61.4	40.4	80.6
Tete	66.8	50.0	81.0	59.2	42.0	76.1
Manica	57.7	38.5	73.9	45.4	24.2	64.5
Sofala	56.2	35.9	74.8	52.7	28.4	72.2
Inhambane	54.2	35.1	66.4	46.5	27.0	57.9
Gaza	52.7	35.8	63.0	47.4	31.1	55.9

Maputo	34.3	20.2	45.9	28.6	16.6	38.0
Maputo Cidade	15.0	7.1	22.6	15.1	7.5	22.0

Fonte: INE (2004, p.66).

Há diferenças relativamente acentuadas entre províncias no que diz respeito às taxas de analfabetismo, sendo a província de Cabo Delgado, a norte do país, a que apresenta taxas de analfabetismos mais elevadas, tanto em 1997 (75.0%) como em 2002/03 (68.4%), enquanto que Maputo Cidade tem as menores taxas, 15.0% em 1997, e 15.1% em 2002/3. Por outro lado, ao contrário das restantes províncias, e conforme os dados acima, Maputo Cidade registrou um ligeiro aumento da taxa de analfabetismo de 1997 a 2002/3.

Estas diferenças educacionais tem sido apontadas, também, como tendo sérias implicações na participação política e/ou cidadã⁷² em Moçambique. De facto, e de acordo com a AfriMAP e a Open Society Initiative for Southern Africa (2009, p.48), “sem educação formal, indivíduos têm mais dificuldades para informarem-se acerca dos assuntos que afectam o país, assim como para apresentarem suas posições às autoridades políticas e administrativas”.

Constata-se que, apesar das garantias de direitos civis, políticos, sociais e económicos constantes na Constituição da República, o contexto de pobreza, de desigualdades de distribuição da renda e riqueza e de baixos níveis de penetração do sistema de educação formal, se constitui num obstáculo a efetiva participação e exercício de direitos de cidadania de grande parcela da população moçambicana (*op.cit*, p.6).

⁷² Por *participação cidadã* entende-se, de acordo com Teixeira (2001, p.30-32), um processo social com demandas específicas de sujeitos e grupos sociais, e que contempla dois elementos: o *primeiro*, o ‘fazer ou tomar parte’, no processo político-social, por indivíduos, grupos, organizações que expressam interesses, identidades, valores que poderiam se situar no campo do ‘particular’, mas atuando num espaço de heterogeneidade, diversidade, pluralidade; o *segundo* elemento, a ‘cidadania’, no sentido ‘cívico’, enfatizando as dimensões de universalidade, generalidade, igualdade de direitos, deveres e responsabilidades. A participação cidadã implica “o controle social do Estado e do mercado, segundo parâmetros definidos e negociados nos espaços públicos pelos diversos atores sociais e políticos”.

4.1.3 Espaços públicos, acesso à informação e participação cidadã

Não obstante a garantia do direito à informação pelo artigo 48 da Constituição da República, o fraco acesso a esse recurso no seio da população moçambicana constitui, igualmente, um obstáculo para a democracia e o exercício efetivo da cidadania no país. Entretanto, o Governo reconhece que

[...] o direito à informação constitui um dos elementos fundamentais para o exercício da cidadania e participação na construção de um Estado Democrático. Uma vez que governação democrática envolve o debate público e tomada de decisões abertas [aos cidadãos e] às organizações de grupos de interesses e a livre circulação de idéias e opiniões, **a informação objectiva e isenta é crucial**. De modo que, **o Governo considera [...] o acesso à informação, por exemplo, sobre as contas públicas, [planos e programas de governo] bem como o diálogo regular com os Governos locais e a Sociedade Civil, estimulam a transparência e reforçam a Boa Governação**. Esta estratégia de actuação será consolidada em contextos onde já foram dados passos significativos como, por exemplo, as instituições participativas locais [...], e encorajada onde permanecem ausentes. (Moçambique, 2006, p.84-85, grifo nosso).

De acordo com a Commonwealth Human Rights Initiative (CHRI) (2007, p.14), o acesso à informação assume um duplo benefício sobre a cidadania. Primeiro, ele estabelece as bases de um direito de conhecer toda uma gama de políticas governamentais, decisões e atividades do Estado e do Governo. Segundo, capacita as pessoas para se posicionarem e participarem do diálogo sócio-político num Estado Democrático de Direito, como é o caso de Moçambique.

A garantia do acesso à informação se traduz, assim, numa ação de empoderamento aos cidadãos, transparência dos atos governamentais, e de respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais. Implica, por outro lado, na formulação e implementação de políticas públicas de informação, constituição de espaços públicos e/ou estruturas e recursos institucionais capazes tornar efetivos o acesso e uso da informação.

Entretanto, Moçambique ainda se depara com alguns limites nessa matéria. A questão da informação é “omissa” e “parcial” em termos de sua extensão e conteúdo, tanto na Constituição da República quanto em diferentes políticas e programas governamentais. Dito de outro modo,

os [...] textos constitucionais e programas governamentais têm sido omissos na questão da informação e quando a ela se referem – como no caso das últimas Constituições, 1990 e [2004] – apenas resgatam a dimensão da comunicação [social] inscrita no âmbito dos preceitos da liberdade de imprensa e eximem-se da questão inerente à [sua] gestão e disseminação [...], bem como do acesso do cidadão à informação. Assim o têm se manifestado também os principais programas governamentais desde a conquista da independência [nacional] em 1975, entre eles, o Plano Prospectivo Indicativo (PPI), o Programa de Reabilitação Económica (PRE), o Programa de Reabilitação Económica e Social (PRES), o Plano para a Reforma do Sector Público (PRSP), incluindo o governo eletrónico, bem como a agenda 2025 que se apresenta como de carácter não governamental (Nharreluga, 2006, p.164).

No caso da última Constituição da República (2004), por exemplo, o já mencionado artigo 48, que consagra as liberdades de expressão e informação, estabelece que “todos os cidadãos têm direito à liberdade de expressão, à liberdade de imprensa, bem como o direito à informação”. Porém, o mesmo artigo, em seus números 1 e 2, esclarece sobre o exercício da liberdade de expressão, que compreende “a faculdade de divulgar o próprio pensamento por todos os meios legais, e o exercício do direito à informação [...]”; da liberdade de imprensa, que compreende “a liberdade de expressão e de criação dos jornalistas, o acesso às fontes de informação, a protecção da independência e do sigilo profissional e o direito de criar jornais, publicações e outros meios de difusão”; mas, omite o conteúdo e a extensão do “direito à informação” (Moçambique, 2004, p.14)

Com a mesma limitação se definiu a chamada *Política e Estratégia de Informação*, aprovada pelo Conselho de Ministros, através da Resolução nº 3/97, de 18 de Fevereiro, como “um conjunto de medidas ou actividades, baseadas no programa do Governo, visando impulsionar o desenvolvimento da Comunicação Social”. Com esse conjunto de medidas, o Governo se propõe a promover e facilitar o desenvolvimento dos órgãos de comunicação social, com vista a “materialização das liberdades de expressão e de imprensa, assim como o direito do povo à informação, para a consolidação da unidade nacional, o aprofundamento da democracia e a promoção do desenvolvimento sócio-económico do País”. Um dos princípios gerais dessa política, segundo o Governo, é a “necessidade de se alcançar uma ampla cobertura do País pelos órgãos de comunicação social e para que os destinatários da informação dela

se sirvam, no interesse da estabilidade e progresso harmonioso da Nação moçambicana” (Moçambique, 1997).

Assim, como corolário também da aprovação da Lei de Imprensa de 1991, Lei no. 18/91, de 10 de Agosto, que dentre outros aspectos, abriu campo para a existência de novos tipos de propriedade (privada, pública, mista) de meios de comunicação no país, nas duas últimas décadas tem se assistido a um crescimento exponencial de órgãos de comunicação social (Rádio, Jornal e Televisão), sobretudo privados e comunitários.

Segundo dados apresentados por Namburete (2003, p.32), existem no país 230 órgãos de imprensa escrita (dos quais 27 jornais e 16 revistas se encontram em circulação), foram licenciadas 43 estações rádio (das quais 28 estão em atividade) e 20 estações de televisão, 10 das quais estão em operação.

Não obstante este crescimento de órgãos de comunicação social, a população moçambicana ainda se depara com “níveis extremamente baixos de acesso à informação pública”, facto que aliado aos altos níveis de analfabetismo e pobreza prevalecentes, compromete a participação cidadã no processo de desenvolvimento sócio-político, econômico e cultural do país (Mattes; Shenga, 2007, p.2).

Nas tabela 7 e 8, abaixo, são apresentados os resultados do Inquérito Demográfico e de Saúde (IDS, 2003) no qual constam dados da exposição e acesso da população moçambicana aos meios de comunicação de massa (jornal, televisão, rádio).

Tabela 8: Acesso aos meios de comunicação de massa pelo menos uma vez por semana pela população moçambicana (mulheres), IDS, 2003 (%).

Características	Jornal	Televisão	Rádio	Todos	Nenhum	Número total de Inqueridos
Idade						
15-19	6.2	24.3	52.8	4.1	42.2	2.454
20-24	4.2	15.0	45.2	2.8	51.6	2.456
25-29	3.7	14.0	48.3	2.4	48.6	2.224
30-34	3.1	10.9	43.9	1.8	53.3	1.792
35-39	3.1	11.8	44.8	2.4	53.1	1.411
40-44	2.7	10.9	42.4	2.0	55.1	1.126
45-49	1.8	7.9	40.3	1.2	57.1	954
Área de residência						
Rural	0.4	1.9	36.9	0.1	62.6	7.870
Urbana	9.9	37.0	62.8	6.9	29.2	4.548
Províncias						
Niassa	3.4	6.6	53.9	2.1	45.1	476
Cabo Delgado	1.3	7.8	44.4	0.8	52.6	1.071
Nampula	2.8	9.2	46.8	1.5	51.6	2.403
Zambézia	0.6	2.6	18.9	0.5	80.8	1.906
Tete	1.0	6.3	44.7	0.6	54.2	1.025
Manica	2.6	10.0	51.9	1.6	47.0	809
Sofala	3.1	10.2	54.6	2.2	43.1	865
Inhambane	3.4	14.9	47.2	2.0	50.6	1.088
Gaza	1.9	7.1	50.7	0.9	48.1	666
Maputo	8.4	35.3	64.9	6.2	30.2	1.050
Maputo cidade	17.0	59.8	62.6	12.2	19.0	1.059

Fonte: Adaptado de INE (2005, p.36).

Tabela 9: Acesso aos meios de comunicação de massa pelo menos uma vez por semana pela população moçambicana (homens), IDS, 2003 (%).

Características	Jornal	Televisão	Rádio	Todos	Nenhum	Número total de Inqueridos
Idade						
15-19	13.1	35.8	77.9	8.8	17.0	673
20-24	19.8	29.6	76.5	11.5	19.3	404
25-29	9.5	21.0	72.7	5.8	23.7	378
30-34	11.2	15.5	78.1	7.3	21.1	329
35-39	10.8	15.1	75.1	5.3	21.5	265
40-44	8.2	21.7	76.3	9.1	22.6	221
45-49	3.6	13.7	72.9	5.9	29.3	221
Área de residência						
Rural	2.2	3.1	68.1	0.4	31.2	1.705
Urbana	24.8	50.1	84.9	17.1	9.0	1.195
Províncias						
Niassa	14.2	10.5	73.1	7.5	25.6	116
Cabo Delgado	2.3	11.8	65.3	1.8	34.1	274
Nampula	11.7	15.8	74.4	7.0	22.8	693
Zambézia	3.9	5.2	71.5	1.2	26.7	463
Tete	2.6	8.6	80.7	1.6	17.9	222
Manica	14.1	17.2	90.3	6.4	9.0	192
Sofala	4.8	30.7	75.0	3.3	22.0	226
Inhambane	12.2	19.4	51.5	8.0	44.6	164
Gaza	3.4	13.0	59.2	2.3	40.3	90
Maputo	22.1	50.1	88.4	12.3	5.1	197
Maputo cidade	38.6	80.3	88.1	30.8	3.0	261

Fonte: Adaptado de INE (2005, p.37).

Segundo os dados acima, o rádio é o meio de comunicação mais predominante em Moçambique, tanto a nível das regiões (rural e urbana) quanto das províncias. As mulheres são as menos expostas a qualquer um dos três meios de comunicação considerados nas tabelas 6 e 7. As mulheres rurais são duas vezes menos expostas aos meios de comunicação do que as urbanas. A concentração dos meios de comunicação social na capital do país (Maputo cidade) explica, em parte, a elevada percentagem de acesso a informação no seio da sua população (em ambos sexos), relativamente as outras províncias.

Esta situação, segundo Namburete (2003, p.33), também justifica a priorização dos assuntos da cidade e província de Maputo, em detrimento dos assuntos das províncias nas coberturas jornalísticas, “dando a idéia de que Moçambique é uma extensão da realidade de Maputo”. Entretanto, de acordo com esse autor, existe um esforço assinalável da Rádio Moçambique (RM), da Televisão de Moçambique (TVM) e do Instituto de Comunicação Social (ICS), de expandir o raio das suas coberturas para as províncias e distritos (zonas rurais), estes últimos considerados pelo Governo como pólos de desenvolvimento nacional.

No quadro dos órgãos de comunicação existentes em Moçambique, a RM é o órgão que “mais e melhor cobre virtualmente todo o território nacional”, a TVM, “recorrendo à incorporação da tecnologia digital atinge quase todas as capitais provinciais e alguns distritos”. Embora sem grande representação nas províncias, os jornais impressos também procuram, através da criação de uma rede de correspondentes, incluir nas suas produções a informação sobre as províncias (ibidem).

Ao nível da imprensa escrita, o órgão de comunicação de maior circulação no país é o Jornal *Notícias*, baseado em Maputo, com uma tiragem média, em Maio de 2008, de 16.000 exemplares, representando para o tamanho da população moçambicana nesse ano, um rácio de um exemplar de jornal para cada 1.250 habitantes. O *Diário de Moçambique*, que é editado na cidade da Beira, capital da província de Sofala, tem uma tiragem de cinco mil exemplares. Até em 2008, os Jornais *Notícias* e *Diário de Moçambique* eram os dois únicos jornais a circular diariamente em nível nacional. Porém, em finais de 2008, um dos semanários em circulação, nomeadamente o jornal *O País*, do grupo SOICO (Sociedade Independente de Comunicação), tornou-se um jornal diário (AfriMAP; OSISA, 2009, p.61-62).

Entretanto, de acordo com Namburete (2003, p.33-34), apesar da liberalização e aumento dos meios de comunicação social, muito pouco se observou em termos de abertura de espaço para a manifestação de ideias do público, para a questão da cidadania e participação cidadã. Pelo contrário, afirma esse autor, “os meios de comunicação nacionais são percebidos como um espaço privilegiado da classe política”. As questões nacionais, “não são debatidas na perspectiva do público, mas sim, na dos partidos políticos”.

Assim, segundo Namburete (2002, p.87), a forma como atuam os órgãos de comunicação social em Moçambique,

[...] propicia a criação de uma pseudo-esfera pública que distrai os leigos da acção política, criando uma esfera de relações públicas, passiva contemplação, no lugar de ser geradora de genuíno debate público. A televisão, a rádio e os jornais restringem este espaço de debate quando apresentam, quase que permanentemente, os mesmo articulistas das questões políticas, económicas e outras, no intuito de estarem a representar as aspirações e preocupações do cidadão comum que não sabe ler nem escrever em português. O cidadão comum não participa neste jogo apenas por não saber falar, ler nem escrever na [língua portuguesa].

É importante salientar, que o fato de praticamente todos órgãos de comunicação social moçambicanos, principalmente os da imprensa escrita, utilizarem exclusivamente a língua portuguesa, reduz o acesso do público a esses meios, já que somente 8% da população utiliza essa língua na comunicação diária, para além das altas taxas de analfabetismo prevalecentes no país. As emissoras provinciais da RM e as rádios comunitárias do ICS e outras rádios provinciais são os órgãos de comunicação que usam algumas línguas nacionais. Por outro lado, algumas pesquisas registraram uma precariedade de circulação dos jornais impressos, “por exemplo, em Nampula, uma das principais cidades ao norte do país, o *Notícias* chega somente ao final da tarde, ou, por vezes, no dia seguinte ao da sua publicação” (Namburete, 2003, p.35; AfriMAP; Open Society Initiative for Southern Africa, 2009, p.61-62).

Nestas condições, os pressupostos para o exercício da cidadania e participação cidadã ficam comprometidos em Moçambique. Pois, soma-se ao quadro de fraco nível de exposição e acesso à informação no seio da população, sobretudo nas zonas rurais, a fragilidade e marginalização institucional dos espaços públicos de informação, quais sejam, arquivos, bibliotecas, centro de documentação e informação. O que ressalta, de acordo com Nharreluga (2006, p.168), a ausência de uma visão clara e abrangente sobre o direito à informação e respectivas políticas e estruturas institucionais de nível nacional e setorial, com vistas à materialização desse direito no país. Ressalta, ao mesmo tempo, a desvalorização do papel da informação e seus múltiplos usos e aplicações como um recurso fundamental para o

desenvolvimento sócio-econômico, político e cultural nos tempos atuais, bem como para a compreensão, expressão e defesa dos direitos e deveres dos cidadãos diante do Estado e/ou Governo.

E, com esses limites, entretanto, o Governo moçambicano está a implementar, desde 2002, a sua proposta de construção da Chamada Sociedade da Informação no país. Uma proposta que, como veremos mais adiante, reproduz o quadro de desprevilégio e marginalização política e institucional de espaços capazes de viabilizar o acesso público à informação, bem como a ausência de políticas públicas e diretrizes coerentes com o quadro constitucional e político sobre o direito dos cidadãos à informação em Moçambique

4.2 A construção da sociedade da informação em Moçambique

4.2.1 Política de Informática e sua estratégia de implementação

A Política de Informática foi aprovada pelo Conselho de Ministros através da Resolução 28/2000, de 12 de Dezembro, e constitui o instrumento através do qual Moçambique apresentou a sua proposta para integração na chamada Sociedade Global da Informação – uma sociedade cuja característica principal assenta na ideia de que o acesso e uso da informação, consubstanciada pelas respectivas tecnologias, são variáveis imprescindíveis para os processos de desenvolvimento econômico, socio-político, científico e cultural, e para afirmação da cidadania nos tempos atuais.

Assim, a referida política estabelece o quadro de princípios e objetivos que permitirão que as TIC sejam o motor impulsionador dos vários aspectos do desenvolvimento nacional; da participação dos cidadãos na Sociedade Global da Informação; da melhoria da governação e aprofundamento da democracia; e da participação do país na economia mundial cada vez mais “assente na informação e no conhecimento” (Moçambique, 2000).

Especificamente, no âmbito da Política de Informática o Governo pretende:

- a) Elevar a consciência nacional sobre o papel e o potencial das novas TIC no desenvolvimento sustentável de Moçambique;

- b) Proporcionar acesso universal à informação a todos os cidadãos para melhorar o seu nível e desempenho na educação, ciência e tecnologia, saúde, cultura, entre outras atividades;
- c) Contribuir para aumentar a eficiência e eficácia dos setores público e privado
- d) Criar um clima favorável à indústria, negócios e investimentos na área das TIC;
- e) Assegurar que os planos e projetos de desenvolvimento em todos os setores possuam uma componente de TIC; e
- f) Potenciar e facilitar a integração do país na economia mundial e na Sociedade Global da Informação.

Para tanto, o Governo identificou seis (6) áreas prioritárias que incluem, nomeadamente, a *educação*; o *desenvolvimento de recursos humanos*; *saúde*; *acesso universal*; *Infra-estrutura Nacional de Suporte às TIC*; e a *Governança*. Vamos detalhar, a seguir, os objetivos estabelecidos para as áreas da *educação*, *acesso universal* e *Infra-estrutura Nacional de Suporte às TIC*.

Na área da *educação*, a Política de Informática propõe (i) incentivar e desenvolver o ensino da informática nos vários níveis do Sistema Nacional de Educação (SNE); (ii) generalizar o uso da Internet nas escolas; (iii) dotar as escolas do país com o equipamento indispensável ao acesso e domínio das TIC; entre outros. Na área de *acesso universal*, reconhecendo o direito do cidadão de ter acesso à informação, ao conhecimento e às novas TIC, a Política de Informática visa: (i) promover o acesso universal no contexto da Sociedade Global da Informação; (ii) criar incentivos para provedores de serviços de telecomunicações em zonas desfavorecidas; (iii) incentivar o acesso à Internet e aos novos serviços da Sociedade Global da Informação; (iv) Apoiar a criação de uma rede nacional de pontos de acesso público às TIC e a preços comportáveis para pessoas de baixos rendimentos; (v) estabelecer uma tarifa comunitária para os serviços de electricidade e telecomunicações que sejam fornecidos aos pontos de acesso universal; entre outros.

Na área de *Infra-estrutura Nacional de Suporte às TIC*, a Política de Informática foi estabelecida com objetivos de: (i) desenhar uma arquitectura moderna para a espinha dorsal da infra-estrutura nacional de

telecomunicações, que assegure o transporte e disponibilização de serviços avançados de telecomunicações; (ii) modernizar a infra-estrutura nacional de energia, para assegurar energia de qualidade tanto nas zonas rurais como nos centros urbanos; (iii) criar uma rede viária que contribua para os programas de desenvolvimento comunitario, particularmente nas zonas rurais; (iv) promover e expandir a utilização de rádio e televisão digitais; entre outros.

Outras áreas mencionadas na Política de Informática são: (a) *Agricultura e Recursos naturais*; (b) *Meio Ambiente e Turismo*; (c) *Protecção do Público*; (d) *Comércio Electrónico e Protecção do Negócio*; (e) *Rede Nacional de Instituições Acadêmicas e de Pesquisa*; (f) *Mulher e Juventude*; (g) *Cultura e Arte*; (h) *Comunicação Social*. Na área de *Rede Nacional de Instituições Acadêmicas e de Pesquisa*, a Política de Informática prevê: (a) promover a informatização das bibliotecas públicas e privadas e a sua ligação *online*; (b) incentivar o desenvolvimento de bibliotecas e arquivos virtuais; entre outros. Na área da *Cultura e Arte*, prevê-se: (a) incentivar a constituição de redes electrónicas de instituições culturais como museus, bibliotecas, arquivos, galerias de arte e artesanato, casas de cultura e outras; (b) proporcionar o acesso dos cidadãos, via Internet, aos acervos bilio-documentais do país e do estrangeiro.

Como pressuposto para o sucesso na implementação desses objetivos, foram estabelecidos papéis e responsabilidades específicas para o Governo e para os seus principais parceiros no âmbito da Política de Informática, nomeadamente, o setor privado, as instituições de ensino superior e de pesquisa, as organizações da sociedade civil (OSC), e agências de cooperação para o desenvolvimento. Nesse sentido, lê-se no documento que,

[...] o sucesso na aplicação da Política de Informática não será possível sem a activa participação de todos os interessados e potenciais beneficiários da mesma; os órgãos do Estado, os sectores público e privado, as instituições de ensino e pesquisa, as organizações não-governamentais e sócio-profissionais, os cidadãos e a comunidade em geral. Todos e cada um devem inscrever as tecnologias de informação e comunicação como uma componente indispensável dos seus planos e programas de desenvolvimento. Trata-se de um desafio ingente para um país nas condições de Moçambique: com limitados recursos, com inadequadas redes de telecomunicações e de energia, e ainda com elevado índice de analfabetismo. Mas [...] trata-se acima de tudo, de uma aposta que não pode ser adiada e em que não se pode falhar. Se é elevado o custo da

implementação de um programa de [promoção do acesso à informação e conhecimento] e informatização, mais elevado ainda será o custo da inacção (MOÇAMBIQUE, 2000).

Em 2002, foi aprovada a Estratégia de implementação da Política de Informática, que constitui o quadro operacional de projetos a curto, médio e longo prazos nas seis áreas prioritárias da Política de Informática, que têm como suporte a utilização das TIC. Tais projetos foram inseridos num “Programa Integrado de Acção”, visando, segundo o Governo, responder às necessidades de criação da capacidade humana, desenvolver e modernizar a infraestrutura, produzir conteúdos e aplicações, elevar a eficácia na governação e criar um ambiente legal propício ao desenvolvimento empresarial.

Na área de *Infraestrutura*, por exemplo, incluem-se projetos de (i) Rede Nacional de Transmissão (longo prazo); (ii) Modernização e Expansão das Centrais Telefónicas Digitais de Trânsito e Locais (Regiões Sul, Centro e Norte) (curto prazo); (iii) Modernização da Rede de Transmissão de Maputo e Arredores (médio prazo); (iv) Redes de Comunicações *Very Small Aperture Terminal* (VSAT)⁷³ (curto prazo); (v) Telecentros (curto prazo); (vi) Agências Digitais (curto prazo); (vii) Estações VSAT (curto prazo); (viii) Correio Electrónico de Baixo Custo (curto prazo); e (ix) TeleMOZ: Projeto de Telecomunicações visando o estabelecimento de *gateways*, Redes dos Governos Provinciais e Acesso à Internet (médio prazo). No âmbito da Política de Informática, os telecentros foram eleitos como a infra-estrutura de referência, “capaz de providenciar acesso às [TIC] ao maior número de pessoas” (Moçambique, 2002, p.3)

Na área de *Conteúdos e Aplicações* constam os projetos de (i) Sistema de Informação sobre HIV/SIDA (médio prazo); (ii) Sistema de Informação Científica (médio prazo); (iii) Ensino à distância (longo prazo); (iv) Observatório de TICs (curto prazo); e (v) Rede de Ciência e Tecnologia. Na área de Governação, destacam-se projetos de (i) Rede Electrónica do Governo (GovNet) (longo prazo); (ii) Portal de Desenvolvimento do País (curto prazo);

⁷³Terminal de pequena dimensão para a recepção de sinais de comunicação via satélite.

(iii) Levantamento sobre o Estado das TICs nas Instituições Públicas (curto prazo).

Consta, ainda, do quadro resumo dos projetos propostos no âmbito da Estratégia de implementação da Política de Informática, um item relativo ao desenvolvimento das TICs nas províncias no qual se destacam dois projetos a curto prazo, nomeadamente, (i) Centros Provinciais de Recursos Digitais (CPRDs); e (ii) Unidades Móveis de TICs. Os CPRDs configuram no quadro das iniciativas nucleares da Estratégia de implementação da Política de Informática em Moçambique, e “são estabelecidos nas províncias pela Unidade Técnica de Implementação da Política de Informática (UTICT), em coordenação com os governos das respectivas províncias, a quem cabe a responsabilidade da sua gestão [...]”⁷⁴. São concebidos como um meio importante de prestação de serviços para as seis áreas prioritárias e para o estímulo da actividade de [TIC] em todo o país. No âmbito da Política de Informática, cabe aos CPRDs “desenvolver capacidades, conteúdos e aplicações, apoiar serviços de *e-government* e o desenvolvimento de pequenas empresas” (Moçambique, p.9).

Prevê-se que em todas as províncias tenha um CPRD, entretanto, até em 2009, sete províncias (Cabo Delgado, Nampula, Zambêzia, Sofala, Tete, Inhambane e Gaza) dispunham desse tipo de instituição. Os CPRDs de Tete e Inhambane foram inaugurados em 2004; os de Cabo Delgado, Nampula, Zambêzia, Sofala e Gaza, em 2007; e o de Manica estava em implementação até ano passado (2009), e tal como o CPRD de Maputo, sua inauguração estava prevista para 2010. Apesar de ter estatuto de província, não se sabe se Maputo cidade terá um CPRD, uma vez que não consta das previsões⁷⁵.

Em nossa proposta de pesquisa, os CPRDs constavam da lista instituições que se supunha terem relações e/ou articularem com as bibliotecas públicas provinciais, objeto empírico do presente trabalho, no âmbito da implementação da sociedade da informação em Moçambique. Entretanto, numa entrevista que tivemos com um funcionário ligado ao CPRD de Nampula, constatamos que não havia nenhuma relação nesse âmbito, entre o CPRD e a biblioteca pública dessa província, não obstante ambas serem instituições

⁷⁴Disponível em: <<http://www.infopol.gov.mz/cprds/cprd.htm>>. Acessado em: 06.jan.2010.

⁷⁵Disponível em: <<http://www.infopol.gov.mz/cprds/cprd.htm>>. Acessado em: 06.jan.2010.

públicas, e serem objetivos gerais dos CPRDs (i) apoiar o Governo na materialização da Política de Informática e respectiva Estratégia de Implementação, e (ii) fomentar o desenvolvimento de redes e conexões tecnológicas que apoiem as diversas organizações públicas, privadas, cívicas e comunitárias no desenvolvimento das suas actividades, de forma autónoma e através da disponibilização de serviços com aplicações sectoriais e da realização dos objectivos de desenvolvimento local⁷⁶.

Se em alguns dos seus objetivos específicos os CPRDs se propõem a promover “o acesso amplo da comunidade à infraestrutura de TICs e à Internet”; e “a troca de informação entre os Governos Provinciais e as Administrações Distritais, escolas, centros de saúde, organizações da sociedade civil, sector privado e cidadãos”, na prática esses centros perseguem objetivos de mercado, o que se reflete nas atividades comerciais de serviços e aplicações de TIC que os mesmos oferecem entre as quais constam (i) formação em informática; (b) manutenção de computadores; (d) acesso à Internet; (e) desenho de páginas web; (f) produção de conteúdos e aplicações sectoriais e multi-funcionais; (g) abertura de contas para correio electrónico (e-mail e webmail); entre outros⁷⁷.

Adstritas aos CPRDs estão as Unidades Móveis de TICs (UMTIC), que também fazem parte dos projetos visando o desenvolvimento das TICs nas províncias, no âmbito da política da sociedade da Informação em Moçambique. As UMTICs consistem em veículos incorporando um contentor transformado em sala de formação móvel, equipado com computadores ligados à Internet, via satélite. Segundo a UTICT, os computadores destinam-se à formação básica e intermédia em informática, assim como comunicação via correio electrónico e pesquisa de informação para estudantes, funcionários, membros dos Conselhos Consultivos Distritais, entre outros interessados.

Para o Governo, as UMTICs são o meio através do qual se pretende promover a inclusão digital, “fazendo das novas tecnologias uma alavanca para a materialização das recomendações da Cimeira Mundial sobre a Sociedade

⁷⁶Disponível em: <<http://www.infopol.gov.mz/cprds/cprd.htm>>. Acessado em: 06.jan.2010.

⁷⁷Disponível em: <<http://www.infopol.gov.mz/cprds/cprd.htm>>. Acessado em: 06.jan.2010.

de Informação e para o alcance dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio [ODM]”⁷⁸.

Entretanto, a constatação de que tanto os serviços oferecidos pelos CPRDs como pelas UMTICS são comerciais (informação coletada na pesquisa de campo em Nampula), e a ausência de um domínio verdadeiramente público no âmbito da Política de Informática e sua Estratégia de implementação, também colocam em dúvida o discurso do Governo sobre a inclusão digital.

Por outro lado, o discurso da inclusão digital apenas corrobora a crítica que tem sido feita à Política de Informática e sua respectiva Estratégia de implementação, por confinarem o debate rumo à Sociedade Global da Informação às questões da infraestrutura tecnológica e comercial, deixando de lado a discussão de componentes relevantes para a inclusão socio-informacional e cidadania. Ressalta esse facto, a exclusão dos espaços públicos de informação (bibliotecas, arquivos, centros de informação e documentação) das prioridades da sociedade da informação em Moçambique.

Ainda que seja feita alguma menção dos referidos espaços no âmbito da implementação da sociedade da informação em Moçambique, os mesmos são confinados, por um lado, à lista de áreas não prioritárias, atreladas a cultura e arte, e por outro lado, é-lhes dado um enfoque estritamente tecnológico.

4.2.2 Críticas ao determinismo tecnológico

É consensual a compreensão de que o desenvolvimento da infraestrutura física e/ou de suporte às TIC (redes elétrica e de telecomunicações) constitui uma das condições essenciais para a integração no contexto da Sociedade Global da informação (Castells, 2007b). Paradoxalmente, nesse aspecto, as condições de Moçambique são precárias, fato que justifica, em parte, as prioridades definidas pelo Governo no âmbito da Política de Informática e respectiva Estratégia de implementação, aprovados, respectivamente, em 2000 e 2002.

Em 2000, ano da aprovação da Política de Informática, Moçambique era considerado o país com um dos mais baixos índices de penetração telefónica a

⁷⁸Disponível em: <<http://www.infopol.gov.mz/unidademovel/oqueuntics.htm>>. Acessado em: 06.jan.2010.

nível dos países da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), com cerca de 80.000 linhas telefónicas e uma teledensidade estimada em somente 0.46%. Na seqüência do 1º Inquérito Nacional sobre a Capacidade de Informática, realizado também em 2000, foram recolhidos dados sobre os indicadores das TIC em uma amostra de 1.155 instituições e empresas no país, tendo os resultados revelado que 8.201 (71%) dos 11.516 computadores existentes nas instituições inquiridas se encontravam na cidade de Maputo enquanto que Cabo Delgado contava apenas com 65 (0.6%) (Moçambique, 2000).

Portanto, a presença de infra-estruturas das TICs, equipamentos e serviços informáticos era não apenas reduzida, em 2000, como também apresentava uma distribuição desigual quer a nível das zonas urbanas e rurais como das províncias do país. As linhas telefónicas, por exemplo, serviam em 98% a população das zonas urbanas e, somente 2% da população rural era beneficiada por esses serviços (Moçambique, 2000).

Hanlon e Smart (*op.cit*) revelam que em 1996, sobretudo devido à guerra civil, “metade da rede de estradas [no país] foi considerada estar em más condições ou completamente intransitável”. E, em 2001, o governo admitiu que só conseguia manter a outra metade da rede de estradas em boas condições. E, apesar da rede de eletricidade estar a registrar uma rápida expansão nas cidades e vilas, através da ligação à hidroelétrica de Cahora Bassa, em 2006, esta só cobria 59 das 128 capitais distritais. Portanto, em geral, a infraestrutura física de suporte às TIC continuava a ser “uma questão crítica”, sobretudo nas vilas e sedes distritais (p.176).

Num estudo publicado em 2009, entretanto, Gaster *et al* apontaram para alguns avanços nessa área. Segundo esses autores, há uma grande evolução da infraestrutura de suporte às TIC em Moçambique desde 2000, consubstanciada por alguns exemplos de inovações tais como a convergência de tecnologias; a instalação de redes de fibra ótica; perspectivas para conectividade de banda larga; Internet e inúmeras opções para a produção e partilha de informação, comunicação e gestão de conhecimento.

Por exemplo, a Rede Nacional de Transmissão das Telecomunicações de Moçambique (TDM) “está paulatinamente a cobrir o país com uma infraestrutura de banda larga, usando um cabo subterrâneo ou submarino de

fibra óptica para criar uma espinha dorsal”. Até maio de 2009, todas as capitais provinciais tinham sido conectadas. A extensão da rede está a registar-se de forma progressiva e prevê-se que até 2011 todos os 128 distritos do País estejam cobertos. Trata-se de um avanço enorme, pois, “a tecnologia de banda larga via fibra óptica permite dar acesso qualitativamente mais rápida à Internet, com maior fiabilidade e a um preço bem inferior às opções actuais, substituindo as ligações via circuito alugado ou VSAT” (Gaster *et al*, 2009, p.18).

No âmbito da Política de Informática e sua respectiva Estratégia de implementação, especificamente, a principal iniciativa na área de Infraestrutura de suporte às TIC tem estado voltada para arquitetura da Rede Electrónica do Governo (GovNet), que funciona como plataforma privativa de comunicação do Governo, visando garantir serviços electrónicos (correio electrónico e da hospedagem das páginas e aplicações) fundamentais para a administração pública. Trata-se de “uma plataforma física de comunicação de dados, que visa conectar os órgãos do sector público entre si, a nível nacional, a fim de garantir a circulação de informação e o acesso a documentos partilhados, de forma segura e fiável e a custos menores” (UTICT, 2008, p.5)

De qualquer modo, em que pese a importância do investimento em infraestruturas de suporte às TIC, em particular a Rede Electrónica do Governo (GovNet), entende-se que as transformações rumo à Sociedade Global da Informação devem permitir, também, a integração de critérios de democratização do acesso à informação aos tecnológicos e económicos usualmente associados à sua prescrição e, desta forma, “colocar à disposição do cidadão caminhos para uma participação ativa na construção [da mesma]”. (Werthein, 2000, p.71; Winocur, 2007).

O determinismo tecnológico, ou seja, a visão segundo a qual as transformações em direcção à Sociedade Global da Informação resultam da tecnologia e/ou seguem uma lógica e técnica e, portanto, fora da interferência de fatores sócio-culturais da informação, de mecanismos de universalização do acesso à informação e de participação (Werthein, 2000, p.72) manifesta na Política de Informática e sua Estratégia de implementação em Moçambique, incorre no risco de criar e/ou acentuar uma situação de info-exclusão, marginalização e manipulação info-tecnológica no país.

Ao mesmo tempo, de acordo com Mangué (2007, p.61), a centralidade da abordagem tecnológica na construção da sociedade da informação em Moçambique exacerba, de forma sucessiva, a importância do progresso tecnológico, leva à consagração das TIC no seio da sociedade, transformando-as em instrumentos de “hegemonia e de alienação”. Incorre-se, assim, no risco de manutenção e/ou agravamento das desigualdades socioeconômicas prevalentes no contexto nacional, evidenciadas também, no nível de utilização das TIC, conforme os dados do Observatório das TICs⁷⁹ referentes aos anos de 2002/03 (tabela 10), que mostram diferenças entre as zonas urbanas e rurais:

Tabela 10: Nível de Utilização das TIC pelos moçambicanos, 2002/03.

1. Acesso em Casa								
	Total	Urbano	Rural					
Percentagem de Famílias com Rádio	45.50 %	54.90 %	41.50 %					
Percentagem de Famílias com Televisão	6.30 %	19.50 %	0.70 %					
Percentagem de Famílias com Telefone Celular	3.60 %	10.90 %	0.50 %					
Percentagem de Famílias com Computador	0.30 %	1.10 %	0.00 %					
Percentagem de Famílias com telefone Fixo	1.70 %	5.50 %	0.10 %					
2. Acesso Público e Comunitário ⁸⁰								
Tipo de Ponto de Acesso	No. de Pontos de acesso	% de Distritos com Centros de acesso	%População com acesso aos Centros	% de centros c/ acesso a Rádio	% de centros c/ acesso a TV	% de centros c/ acesso a Computadores	% de centros c/ acesso a Intrenet	% de centros c/ acesso a Telefone
Acesso Comunitário	49	N/A	N/A	94.00	29.00	29.00	16.00	24.00

Fonte: <<http://www.observatorioict.gov.mz/IndFrmSociedadeCivil.aspx>>.

⁷⁹O Observatório das TICs foi implantado pela UTICT, com o apoio do PNUD. Trata-se de uma base de dados dinâmica de indicadores de TIC), disponível ao público, através da Internet, desde 31 de Maio de 2006. O objectivo principal do Observatório é o de proporcionar ao Governo, ao sector privado, aos parceiros de cooperação e à sociedade em geral o conhecimento da situação das TICs em Moçambique (UTICT, 2004, p.6).

⁸⁰**Ponto de Acesso Público** – Local público onde o cidadão pode aceder aos serviços de ICTs (telefone, Internet e/ou serviços de informática) em moldes comerciais; **Ponto de Acesso Comunitário** – Local dentro das comunidades onde o cidadão pode aceder às TIC (telefone, rádio, televisão, Internet e/ou serviços de informática). Segundo o Observatório das TIC, é uma prestação de serviços sem fins lucrativos, sendo que o valor cobrado visa apenas garantir a sustentabilidade do empreendimento. Disponível em: <<http://www.observatorioict.gov.mz/IndFrmSociedadeCivil.aspx>>. Acessado em: 20.ago.2009.

Segundo os dados da tabela 10, acima, o rádio é a TIC mais acessível ao cidadão moçambicano, tanto em nível doméstico (acesso em casa, 45.5%) como em público (acesso público e comunitário, 94%). A Televisão é a segunda TIC mais acessível cobrindo, respectivamente, 6.30% usuários domésticos (acesso em casa) e 29.00% no espaço público e comunitário. O Computador e a Internet são TIC mais acessíveis em espaços público e/ou comunitário, cobrindo, respectivamente, 29.00 e 16.00%. Vale lembrar, entretanto, que neste caso referem-se aos espaços públicos que oferecem serviços em moldes comerciais, embora com a justificativa de manutenção e sustentabilidade do empreendimento⁸¹.

Com efeito, o quadro de distribuição das TIC no contexto moçambicano sinaliza como afirmamos anteriormente, um risco de manutenção das desigualdades e de exclusão de estratos sociais mais carentes e que não podem pagar para se beneficiar das TIC. No seio desse risco, de acordo com Nharreluga (2006, p.161), reside o ímpeto da exclusão informacional no contexto da sociedade da informação em Moçambique, um fato evidente já a partir da não inclusão dos espaços públicos de informação no quadro das prioridades da Política de Informática e sua Estratégia de implementação, instrumentos através dos quais o país se propõe a integrar na Sociedade Global da Informação.

Da mesma forma, os planos e relatórios de atividades da UTICT, desde 2002, têm ignorado o papel dos espaços públicos de informação como canais para a participação e inclusão social dos cidadãos no âmbito da construção da sociedade da informação no país. O Governo moçambicano contraria, assim, através da UTICT, os Princípios da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (WSIS, 2003; 2005) referentes ao acesso à informação, ao conhecimento e à inclusão nesse contexto. Vale reafirmar, entretanto, que

a capacidade universal de aceder e contribuir com informações, idéias e conhecimento é essencial em uma Sociedade da Informação inclusiva. É possível promover o intercâmbio e o fortalecimento do conhecimento global em favor do desenvolvimento, eliminando as barreiras ao acesso equitativo à informação para as atividades económicas, sociais, políticas, sanitárias, culturais, educacionais e científicas e facilitando o acesso à informação de domínio público. Um domínio público rico é um essencial para o crescimento da Sociedade da Informação, e cria vários benefícios como um público educado, novos empregos, inovação, oportunidades de negócios, e o avanço das ciências. A informação do domínio público deve estar facilmente

⁸¹Disponível em: <<http://www.observatorioict.gov.mz/IndFrmSociedadeCivil.aspx>>.

acessível para dar suporte à Sociedade da Informação, e deve ser protegida da apropriação indébita. Instituições públicas, como bibliotecas e arquivos, museus, coleções culturais e outros pontos de acesso baseados na comunidade devem ser reforçadas de forma a promover a preservação dos registros documentais e o acesso livre e eqüitativo à informação (WSIS, 2003, p.4, tradução livre)

Um dos maiores valores associados à disseminação da informação governamental de domínio público, de acordo com Uhler (2006, p.30) é a ‘transparência’ da governança e a promoção dos ideais democráticos: igualdade, democracia e abertura. “Quanto maior for a quantidade de informação disponível abertamente pelo governo e sobre o governo, menor será a possibilidade de este governo conseguir ocultar atos ilegais, corrupção e má administração”. Nesse sentido, a UNESCO encoraja os Estados Membros a reconhecerem o direito ao acesso às informações de domínio público como um direito relevante para a cidadania. Os Estados-Membros, afirma a Unesco, devem identificar e promover os repositórios de informações e conhecimentos no domínio público e torná-los acessíveis a todos, formando assim ambientes de aprendizagem favoráveis ao desenvolvimento da criatividade e do público. Assim, um financiamento adequado deve ser fornecido para a preservação e digitalização da informação de domínio público (UNESCO, 2003, p.4, tradução livre).

“Há muitos benefícios sociais que podem advir de uma população mais informada”, afirma Uhler (*op.cit.*). E, de acordo com esse autor, uma das manifestações do reconhecimento desses benefícios é “o financiamento público de bibliotecas, arquivos, museus, entidades educacionais e institutos de pesquisa [...]”.

Paradoxalmente, apesar de ser um Estado membro da UNESCO desde 1976, e de ter participado da WSIS de 2005, Moçambique tem atuado de forma contrária à Declaração de Princípios da WSIS e à visão da Unesco relativamente à informação de domínio público. Este fato é evidenciado nos planos e relatórios de actividades inerentes ao processo de construção da sociedade da informação no país, que dão enfoque apenas à infraestrutura tecnológica e aos benefícios económicos como condições para a integração na Sociedade Global da Informação, ignorando, por conseguinte, as ações ligadas ao acesso público à informação e à participação cidadã nesse processo.

Há uma desvalorização e/ou marginalização de espaços públicos de acesso à informação como bibliotecas, arquivos, e centros de documentação e informação no âmbito da política e estratégia de implementação da sociedade da informação em Moçambique. A ausência desses espaços evidencia, por seu turno, os limites do objetivo da Política de Informática em “assegurar o acesso dos cidadãos aos benefícios do saber mundial”, porquanto não são valorizados, no quadro dessa política, os mecanismos e estruturas institucionais voltados para a materialização do referido objetivo.

No capítulo a seguir, será feita uma descrição do caráter exclusivo das políticas nacionais que definem e influenciam, particularmente, a ação das bibliotecas públicas provinciais em Moçambique, objeto empírico da presente dissertação. Para além da Política de Informática e sua estratégia de implementação, foram identificadas e discutidas (i) a Política Cultural e sua Estratégia de implementação; e (ii) a Política e Estratégia de Informação. A situação das bibliotecas públicas provinciais e seus desafios no contexto da sociedade da informação em Moçambique são demonstrados a partir do estudo de caso da biblioteca pública provincial de Nampula.

CAPÍTULO V

POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS E BIBLIOTECA PÚBLICA EM

MOÇAMBIQUE:

um estudo de caso da biblioteca pública provincial de Nampula

Um dos objetivos propostos nesta pesquisa foi analisar e discutir a política da biblioteca pública provincial em Moçambique. Assim, o presente capítulo descreve o caráter exclusivo de algumas políticas nacionais que definem e influenciam a ação da bibliotecas pública no país. Identifica e discute a concepção e a função atribuída a essa instituição na (i) Política Cultural e sua Estratégia de implementação; (ii) Política e Estratégia de Informação; e na (iii) Política de Informática. Esta última, considerada o quadro de referência para o “desenvolvimento harmonioso e sustentável da Sociedade de Informação em Moçambique”.

No segundo momento, para mostrar a situação da biblioteca pública provincial em Moçambique, o capítulo apresenta os resultados do estudo do caso da biblioteca pública provincial de Nampula. O referido estudo de caso serviu para nos proporcionar melhor familiaridade com a situação dessa biblioteca, seus serviços, estrutura e condições institucionais. Serviu, particularmente, para apreender no campo empírico as mudanças operadas no quadro das atividades da biblioteca após a aprovação do Decreto nº 46/2007, de 10 de outubro – que cria as Bibliotecas Públicas Provinciais (BPPs), e aprova o seu Estatuto.

A partir dos dados do estudo do caso da biblioteca pública provincial de Nampula (BPPN) este capítulo visualiza, também, alguns desafios a serem enfrentados por essa instituição, por forma a se posicionar no centro dos processos de mediação, inclusão e democratização informacionais e, quiçá, enquadrar a província num verdadeiro processo de integração à sociedade da informação. Trata-se, na verdade, de uma contribuição da pesquisa para a reflexão da BPP enquanto espaço público de informação, promoção da inclusão informacional e cidadania no país.

5.1 Políticas Governamentais e Biblioteca Públicas em Moçambique

O início da década de 1990 é considerado um marco da entrada da biblioteca pública na agenda das políticas governamentais de Moçambique pós colonial. Não significa, entretanto, que antes desse período essa instituição não jogava um papel social importante no país. Pelo contrário, a contribuição dela desde a independência nacional tem sido de extrema importância, sobretudo no processo educativo, servindo de fonte de informação para a comunidade estudantil e promovendo o gosto pela leitura.

Contudo, como reconheceu o Governo ao aprovar o Diploma Ministerial n.º. 103/92, de 22 de julho – que define o Estatuto Orgânico da Biblioteca Nacional de Moçambique (BNM),

a actividade das bibliotecas no nosso país após a independência nacional não tem merecido o devido apoio, apesar da importância que é reconhecida a estas unidades sociais na elevação de conhecimentos gerais, técnicos e científicos de toda a sociedade. [...] Já se faz sentir a necessidade de se criar um Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas como forma de garantir aqueles objectivos. A Biblioteca Nacional de Moçambique, criada pelo Diploma Legislativo n.º. 2116, de 26 de agosto de 1961, vem cumprindo com a sua função social sem possuir um estatuto específico que defina as suas competências, o que não lhe permite assumir com plenitude a função de coordenação do Sistema de Bibliotecas Públicas que se deseja implantar (Moçambique, 1992).

Assim, o referido Diploma Ministerial se constituiu na primeira ação política de reconhecimento da atividade das bibliotecas públicas após a independência nacional. Com efeito, define-se a BNM como uma “instituição de cultura e investigação” subordinada ao Ministério da Cultura, com as seguintes atribuições principais: a) adquirir, tratar, conservar e difundir a documentação produzida em Moçambique e sobre Moçambique, bem como a considerada de interesse para a cultura e investigação moçambicana independentemente do suporte utilizado; b) superintender os trabalhos do Serviço Nacional de Biblioteca; c) funcionar como biblioteca normativa para as bibliotecas públicas e dar apoio técnico às mesmas.

A definição da BNM como uma “instituição de cultura e investigação” passou, assim, a moldar a função atribuída à biblioteca pública provincial em

outras políticas nacionais relevantes. Cita-se o caso, por exemplo, da Resolução nº. 12/97, de 10 de junho – que aprova a Política Cultural e Estratégia de sua implementação –, atribuindo à biblioteca pública a função de “[...] pesquisa, aquisição, tratamento e difusão de material bibliográfico, cinematográfico, iconográfico e fonográfico para a consulta pelos interessados para **fins de estudo e deleite**” (Moçambique, 1997, grifo nosso).

Portanto, nessa política também, a biblioteca pública é concebida como uma instituição cultural, sendo-lhe atribuída a função exclusiva de difusão de livros e de outros materiais de “estudo e deleite”, e servindo, principalmente, a comunidade estudantil. O componente informacional não integra no quadro das suas atribuições, ou seja, do ponto de vista político, não se atribui à biblioteca pública provincial uma dimensão de espaço público de disseminação, mediação e inclusão informacionais e, portanto, de apoio ao desenvolvimento da cidadania.

Essa concepção política da biblioteca pública tem gerado críticas de alguns autores moçambicanos. Nharreluga (2006; 2009), por exemplo, corrobora a visão segundo a qual a exclusão da componente informacional no quadro das funções não só da biblioteca pública provincial como também de outras unidades de informação (arquivos, centros de documentação e informação, etc) revela “uma forma institucionalizada de controle estatal”, de manutenção das assimetrias de acesso aos recursos informacionais entre o Estado e a sociedade civil, pois, a concepção dessas unidades apenas em sua dimensão cultural não viabiliza uma ação de espaços de acesso à informação de domínio público, e, por conseguinte, de condições institucionais básicas para o desenvolvimento e participação sóciopolítica dos sujeitos enquanto cidadãos.

Do ponto de vista de políticas públicas de informação⁸², a situação das unidades de informação em Moçambique, incluindo da biblioteca pública

⁸² Por política pública de informação entende-se aqui, o estabelecimento de programas e condições pelo poder público que garantam uma infra-estrutura capaz de dar acesso e assegurar a efetivação do direito à informação dos cidadãos (por exemplo, centros comunitários, bibliotecas e arquivos públicos, centros de informação e documentação, etc.). As políticas públicas de informação devem estabelecer-se como instrumentos de planeamento e intervenção social do Estado, com impacto no âmbito do atual discurso da sociedade da informação, refletindo uma preocupação com as estruturas institucionais e processos técnicos em torno da produção, processamento, acesso e uso da informação (Ferreira, 2000, p.5; Rowlands, Eisenschitz, Bawden, 2002, p.32-34; Aun, 2001, p.6-8; Nharregula, 2006, p.38).

provincial denuncia a perspectiva conceitual e institucional restrita ao âmbito da comunicação social e de liberdade de imprensa com que foi estabelecida, por exemplo, a chamada “Política e Estratégia de Informação”. Portanto, desvaloriza-se a ação informacional dos arquivos, bibliotecas, centros de documentação e informação, etc. e os direitos inerentes ao uso da informação de domínio público pelo cidadão comum, sendo vinculados apenas aos órgãos de comunicação social e imprensa.

Se por um lado, a chamada Política e Estratégia de Informação – aprovada pelo Conselho de Ministros através da Resolução nº 3/97 de 18 de fevereiro – exclui e ignora completamente o papel dessas unidades de informação, porquanto seu escopo se restringe apenas ao âmbito da liberdade de imprensa e dos órgãos de comunicação social. Por outro lado, a Política de Informática e sua Estratégia de implementação, aprovadas, respectivamente em 2000 e 2002 –, e consideradas instrumentos através dos quais o Governo moçambicano pretende integrar o país na Sociedade Global da Informação –, reproduzem a concepção cultural dessas unidades, vinculando-as ao âmbito das áreas artística e cultural, portanto, segundo esses documentos, não prioritárias no processo de construção da sociedade da informação em Moçambique.

Da mesma forma, se estabelecem o grosso das políticas e programas governamentais em relação a dimensão institucional da informação: de um lado, as unidades de informação, incluindo a biblioteca pública, são visualizadas como instituições/agências de âmbito cultural, de outro, o acesso à informação de domínio público constitui prerrogativa apenas dos órgãos de comunicação social, apontando para uma situação em que o direito à informação estabelecido na Constituição da República é exercido apenas por intermédio dos meios de comunicação social (Nharreluga, 2006, p.194).

Este fato denota, portanto, a falta de uma visão política abrangente em relação às estruturas e processos informacionais como mecanismos de democratização da informação, de ampliação da esfera pública e de empoderamento dos cidadãos. Aliás, os órgãos e/ou meios de comunicação social, conforme os dados apresentados no subitem 4.1.3, abrangem apenas uma pequena parcela da população, e beneficiam, sobretudo, as zonas

urbanas. Os órgãos de comunicação de maior cobertura, principalmente os estatais, de acordo com Namburete (*op.cit*) e Nharreluga (*op.cit*) acabam sendo “reféns” do poder do Estado e dos partidos políticos, portanto, sem independência para suprir as necessidades informacionais dos cidadãos, como resultado de sua atuação, muitas vezes restrita a linhas editoriais que beneficiam interesses políticos⁸³.

Era suposto, por exemplo, que a Política e respectiva Estratégia de implementação da sociedade da informação em Moçambique promovessem e articulassem uma iniciativa de institucionalização de estruturas e espaços públicos de informação no país. Entretanto, paradoxalmente, acabam ignorando, de forma sucessiva, a dimensão sóciopolítica da informação e suas “precárias” e “desarticuladas” estruturas institucionais (Nharreluga, 2006, p.201-202). As bibliotecas, os arquivos e os centros de documentação e informação permanecem, desse modo, desvinculados dos processos de mediação e inclusão informacionais, processos estes que, aliás, estão completamente ausentes e/ou não são valorizados no contexto de desenvolvimento sóciopolítico, econômico e cultural do país.

No entanto, de acordo com Milanesi (1986, p.13),

torna-se difícil entender o desenvolvimento econômico-social sem que sejam afiadados os instrumentos educativos. Não será uma nação desenvolvida que aprimorará o seu sistema educacional, mas a prioridade ao ensino, **à circulação de informações**, à pesquisa é que propiciará alcançar novos estágios de desenvolvimento. Nesse investimento [...], as bibliotecas deverão ter o incremento compatível ao seu papel. Qualquer projeto na área só chegará ao seu objetivo se tiver uma política de informação que permita o acesso a ela sem restrições.

Portanto, a omissão da componente informacional no quadro das funções que são atribuídas especificamente à biblioteca pública provincial em Moçambique, evidencia, ao mesmo tempo, (i) uma desconsideração do Manifesto da UNESCO (1994) sobre essa instituição, e (ii) uma falta de conhecimento do seu importante papel enquanto espaço público vinculado aos processos de disseminação, mediação e inclusão informacionais, e desenvolvimento de sujeitos cidadãos.

⁸³Ver: Namburete (2002; 2003).

De acordo com o Manifesto da UNESCO (1994), a liberdade, a prosperidade e o desenvolvimento da sociedade e dos indivíduos são valores humanos fundamentais que serão atingidos “quando os cidadãos estiverem na posse da informação que lhes permita exercer os seus direitos democráticos e ter um papel ativo na sociedade”. A “participação construtiva e o desenvolvimento da democracia dependem tanto de uma educação satisfatória, como de um acesso livre e sem limites ao conhecimento, ao pensamento, à cultura e à informação”.

Nesse sentido, a UNESCO deposita confiança na biblioteca pública, enquanto “força viva para a educação, a cultura e a informação; e “porta de acesso local ao conhecimento – [que] fornece as condições básicas para uma aprendizagem contínua, para uma tomada de decisão independente e para o desenvolvimento cultural dos indivíduos e dos grupos sociais”. Ao mesmo tempo, ao proclamar que “os serviços da biblioteca pública devem ser oferecidos com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social”, a UNESCO realça precisamente as características que conferem a essa instituição a dimensão de espaço público: a acessibilidade, a universalidade e a neutralidade (IFLA/UNESCO, 1994; Correia, 2005, p.12-13).

Assim, ao excluir a função informacional no quadro das atribuições das bibliotecas públicas em Moçambique, a Resolução n.º. 12/97, de 10 de junho, desconsidera o importante papel atribuído a essa instituição pela UNESCO –, no sentido de espaço público vinculado aos mecanismos institucionais de materialização do direito à informação como um direito humano e como uma condição básica para o exercício da cidadania e participação no processo democrático.

Se é compreensível a concepção da biblioteca pública na Resolução citada acima, porquanto tratar-se de um instrumento que aprova a “Política Cultural e Estratégia de sua implementação”, o mesmo não se pode dizer relativamente as Resoluções 3/97, de 18 de fevereiro e 28/2000, de 12 de dezembro – que aprovam, respectivamente, a “Política e Estratégia de Informação” e a “Política de Informática”.

Em conjunto, as duas últimas políticas denunciam uma “visão deficiente” do Governo moçambicano relativamente aos quadros conceitual e institucional

da “informação”: se por um lado, a visão de informação do Governo moçambicano é, equivocadamente limitada apenas aos âmbitos de liberdade de imprensa e/ou jornalística, sendo a estrutura institucional da informação em Moçambique vinculado aos respectivos órgãos de comunicação social. Por outro lado, o Governo entende que a integração à chamada Sociedade Global da Informação resulta e segue apenas a lógica vinculada às TIC e à respectiva Infraestrutura, e, dessa forma, exclui espaços/instituições como a biblioteca pública de suas prioridades. Ignora, assim, a potencialidade dessa instituição em possibilitar o acesso livre à informação, “favorecendo a autonomia dos indivíduos e a participação [cidadã]” (UNESCO, 1994; Milanesi, 1986 e Correia, 2005, p.2, Moçambique, 2005).

A retórica do Governo moçambicano tem apregoado o aumento da transparência e a inclusão sóciopolítica, o direito de acesso à informação e a ampliação dos espaços de participação dos cidadãos no processo democrático (Moçambique, 2005). Entretanto, tais espaços na realidade não existem ou não são concebidos com essa finalidade. Exceptuando os órgãos de comunicação social, conhecidos pelas suas “linhas editoriais favoráveis ao governo”, pode se afirmar que, em Moçambique, as estruturas e práticas institucionais públicas vinculadas aos processos de efetivação do direito de acesso à informação são uma miragem, facto que compromete as possibilidades de participação dos cidadãos no processo democrático em voga no país.

De qualquer modo, ao aprovar o Decreto n.º. 46/2007, de 10 de outubro, o Governo moçambicano deu um passo gigantesco no sentido de vincular a biblioteca pública provincial aos processos acima referidos. Trata-se de um instrumento legal que, como veremos a seguir, “cria” a biblioteca pública provincial e aprova o respectivo Estatuto institucional em Moçambique. A presente pesquisa elegeu, assim, a biblioteca pública provincial de Nampula como objeto de observação empírica dos impactos do referido Decreto sobre as atividades dessa instituição, sobretudo em sua dimensão informacional.

5.2 Impactos do Decreto 46/2007

5.2.1 A ampliação das funções das bibliotecas públicas provinciais

Não obstante a manutenção da concepção da bibliotecas pública como instituição pública de carácter cultural, que tem por objetivo proporcionar ao cidadão leitura para apoio à investigação, ao processo de ensino-aprendizagem e auto-formação, o Decreto n.º. 46/2007, de 10 de outubro – que “cria as Bibliotecas Públicas Províncias (BPP) e aprova o respectivo Estatuto” em Moçambique –, já incorpora a dimensão informacional no quadro de objetivos e funções a serem perseguidos por essa instituição no país. O referido Decreto, aprovado pelo Conselho de Ministros, estabelece que as BPP é uma instituição subordinada ao órgão provincial que superintende o sector da Cultura, a quem cabe as seguintes atribuições:

- a) Adquirir, tratar e difundir monografias (livros e brochuras), seriados (jornais, revistas, boletins, publicações periódicas) e outros documentos gráficos e audiovisuais;
- b) Funcionar como biblioteca normativa para as bibliotecas ao nível da província e proporcionar apoio técnico das mesmas;
- c) **Organizar exposições, palestras e debates sobre temas diversos;**
- d) Dar assistência técnica-profissional aos bibliotecários na respectiva província;
- e) Promover acções que contribuam para a criação do gosto e hábito de leitura (Moçambique, 2007, grifo nosso).

Cabe, também, à BPP a persecução dos seguintes objetivos:

- a) Promover o hábito da leitura e **contribuir para a disseminação da informação;**
- b) Apoiar o processo de investigação, ensino-aprendizagem e auto-formação;
- c) Coordenar e dinamizar acções conducentes à implantação e expansão de uma rede de bibliotecas na respectiva província;
- d) Proporcionar leitura de lazer (Ibidem, grifo nosso).

No Artigo 3 do Estatuto da BPP em Moçambique, se estabelece que:

1. A BPP goza de autonomia administrativa e subordina-se ao órgão provincial que superintende o sector da Cultura;
2. A BPP recebe orientações técnicas e metodológicas da Biblioteca Nacional de Moçambique (BNM);
3. No exercício das suas atribuições, quando necessário, a BPP articula e coordena as suas actividades com os órgãos de autarquias locais e

com outras pessoas colectivas públicas e privadas sediadas ou não na respectiva província (Ibidem).

Na prática, vale ressaltar, o Decreto nº. 46/2007 não cria a BPP, mas sim, estabelece o seu quadro legal e/ou normativo, ou seja, a existência legal e as regras de funcionamento dessa instituição. Pois, algumas das BPP existem desde o período colonial, como são os casos das BPP de Inhambane e de Sofala, ambas criadas em 1965, e, praticamente em todas as províncias já funcionava uma biblioteca com a designação de BPP, mesmo antes da aprovação do referido Decreto⁸⁴.

Entretanto, ao incorporar a disseminação da informação e a organização de exposições, palestras e debates sobre temas diversos no quadro das atribuições e objetivos da BPP, o Decreto 46/2006 estabelece e/ou abriu perspectivas para a atuação informacional dessa instituição, no sentido de se constituir não apenas em servidora da comunidade estudantil, quer dizer, promotora de “ações que contribuam para a criação do gosto e hábito de leitura”, ações estas que são importantes, mas também como disseminadora da informação de domínio público.

Nesse sentido, para mostrar a situação da BPP nessa última perspectiva de atuação, a presente pesquisa elegeu a biblioteca pública provincial de Nampula (BPPN) como um estudo de caso. São descritas, a seguir, as atividades desenvolvidas pela biblioteca pública provincial de Nampula (BPPN) considerando os impactos do Decreto 46/2006 e o contexto atual da construção da sociedade da informação em Moçambique.

5.2.2 A Biblioteca Pública Provincial de Nampula à luz do Decreto 46/2007

5.2.2.1 Contexto sóciopolítico, econômico e cultural da Província de Nampula

A província de Nampula situa-se na região norte de Moçambique. Possui uma área de 81.600 km² e cerca de 3.985.613 habitantes, com uma densidade populacional de 48 habitantes por Km². Faz fronteira com as províncias de Cabo Delgado e Niassa, ao norte, das quais está separada pelo rio Lúrio; com

⁸⁴ Veja-se o Diretório de Unidades Documentais publicado em 2003, pelo Fundo Bibliográfico de Língua Portuguesa (FBPL).

a província da Zambézia a sudoeste, separada pelo rio Ligonha; e com o Oceano Índico a este. Em termos administrativos, a província de Nampula consiste em 21 Distritos e 6 Municípios. Configuram a lista dos municípios as cidades de Nampula (capital provincial), Nacala-Porto, Angoche e Ilha de Moçambique, e as vilas de Monapo e Ribáue.

Com base nos resultados do 3º Recenseamento Geral da População e Habitação (Censo de 2007), Nampula é considerada a província mais populosa de Moçambique, com 3.985.613 habitantes (ver tabela 1, na página 79). Um pouco mais da metade (52,6%) dos habitantes da província são considerados pobres. Cerca 73% (2.846.162 habitantes) da população vive em áreas rurais e 27% (1.139.451) em áreas urbanas. A estrutura etária da população é bastante jovem, sendo que 802.214 (20.12%) dos habitantes da província está na faixa de 0 a 4 anos de idade. A taxa de crescimento da população da província de Nampula registrou uma subida de 1.3% (1997) para 2.6% (2007) (INE, 2010).

À semelhança de todo o território nacional, a província de Nampula é caracterizada por uma heterogeneidade sócio-linguística e cultural: é representada em cerca de 90.2% por uma população falante da língua emakhua; 5.6% de falantes da língua portuguesa; 1.9% de falantes da língua ekoti; 0.4% de falantes da língua elomwe; e 1.8% de restantes línguas. Cerca de 39% da população é praticante da religião islâmica; 27.3% católica; 10.8% cristã indeterminada; 1.9% Protestante/Evangélica; 1.3% Sião/Zione; 21.7% outras religiões.

Essa configuração sócio-cultural, lingüística e religiosa da província de Nampula é, de acordo com Newitt⁸⁵ (*apud* Tvedten; Paulo; Tuominen, 2009, p.8) corolário de várias influências externas, entre elas, além do grupo etno-linguístico dominante, de origem Bantu, Macua-Lomué; da chegada dos comerciantes Árabes e Swahili, com a sua fé Islâmica, a partir de 400 depois de Cristo (d.C); e a chegada dos colonizadores Portugueses a partir de 1500 d.C (Moçambique, 2009, Nampula, 2009, Araújo, 2005, p.211).

Relativamente a atividade econômica, refere-se que o grosso da população de Nampula tem como atividade principal a prática a agricultura de subsistência, e, em pequena escala, a produção de culturas de rendimento

⁸⁵NEWITT, Malyn. *A History of Mozambique*. Indiana: Imprensa Universitária de Indiana, 1995.

como algodão, cajú e tabaco, estas últimas culturas são produzidas, sobretudo nos distritos de Meconta, Monapo, Malema, Ribáue, Mogovolas. Na região costeira, onde os solos agrícolas são pobres e arenosos, as fontes de rendimentos são provenientes da pesca e das plantações de coqueiros, é o caso, por exemplo, das regiões que abrangem os distritos de Nacala-Porto, Nacala-à-Velha, Angoche, Moma, e Ilha de Moçambique.

Há poucas indústrias formais na província de Nampula, excetuando algumas fábricas de processamento agrícola (cajú e amendoim) de pequeno porte, e fábricas de refrigerantes e bebidas alcólicas (cerveja e outros tipos de bebidas). Destaca-se, igualmente, a exploração de áreas ricas em pedras preciosas e semipreciosas, nos distritos de Moma, Nacaroa, Monapo, Mecuburi e Nacala-a-Velha, a produção de berilo industrial e a crescente exploração de calcário, no distrito de Nacala-Porto. Em princípios de 2007, entrou em funcionamento a Fábrica de Areias Pesadas de Moma (a Kenmare), tendo, segundo o relatório citado pela Agência de Informação de Moçambique (AIM), produzido, no mesmo ano, 23 mil toneladas de Ilminite, contra as 254 mil toneladas de concentrado de Ilminite, Rutilo e Zircão, em 2008⁸⁶.

Por outro lado, as atividades econômicas informais têm crescido consideravelmente na província, sobretudo nos setores da pequena indústria e do comércio. Têm crescido, também, na província de Nampula, muitos grupos e pequenas associações locais de ajuda mútua entre camponeses, carpinteiros, pescadores, e outros que têm recebido apoio técnico e/ou financeiro do Governo provincial e de ONG nacionais e internacionais que operam na província (Hanlon; Smart, 2008, p.68-69; Tvedten; Paulo; Tuominen, 2009, p.10).

Entretanto, a infraestrutura de comunicações da província é bastante fraca, o que compromete, de acordo com alguns autores, a possibilidade de escoamento da produção agrícola para os mercados de comercialização (centros urbanos). Para além de uma rede de estradas, totalmente precária fora das estradas nacionais principais, o porto de Nacala e o caminho de ferro de Nacala até ao Malawi constituem os mais importantes meios de comunicação na província. Hanlon e Smart (2008, p.183), tomando o exemplo

86

Disponível em: <http://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/news_folder_econom_neg/maio2009/nots_en_133_mai_09/?searchter=quinquenal>. Acessado em: 20.jun.2010.

do distrito de Ribáuè, ilustram bem a situação das vias de comunicação na província de Nampula: “Ribáuè está apenas a 138 kms [da cidade] de Nampula, mas de automóvel são quatro horas para lá chegar. Esta é a principal estrada leste-oeste no norte de Moçambique, mas é estreita e esburacada”.

De qualquer modo, vale frisar que, do ponto de vista de desempenho econômico, a província de Nampula tem se destacado, para além da região norte, da média de crescimento econômico nacional, conforme se pode ver na tabela abaixo, com dados referentes, por exemplo, aos anos de 2001-2006.

Tabela 11: Evolução do PIB da província de Nampula, 2001-2006.

Província/País /Região	Taxas de Crescimento de Volume (%)					
	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Moçambique	12.3	9.2	6.5	7.9	8.4	8.5
Norte	8.7	10.1	9.0	7.0	8.6	9.4
Nampula	7.6	9.7	9.0	4.9	8.5	8.7

Fonte: Adaptado de PNUD, 2006, p.17.

No período em referência (2000-2004), a província de Nampula foi, igualmente, a maior contribuinte para o PIB da região norte, com uma contribuição média de 12.8%, sendo que as restantes províncias contribuíram com entre 2.9% (Niassa) a 4.4% (Cabo Delgado) (PNUD, 2006, p.17-18).

Os dados apresentados pelo INE (2010), referentes aos anos de 1997 e 2007, revelaram uma evolução da província de Nampula em termos de alguns indicadores de desenvolvimento humano. Por exemplo, nesse período, a esperança de vida da população passou de 40 anos (1997) para 53 (2007); a taxa de analfabetismo baixou de 71.7% (1997) para 62.3% (2007); taxa de mortalidade infantil (por mil) caiu de 154 (1997) para 98.2 (2007).

Segundo a então Direção Provincial de Educação e Cultural (DPEC)⁸⁷, em 2007, os dados da província de Nampula nesse setor (educação) eram os seguintes: 1.583 Escolas Primárias do Primeiro Grau (EP1); 236 Escolas Primárias do Segundo Grau (EP2); 28 Escolas Secundárias Gerais do Primeiro Grau (ESG1); e 10 Escolas do Secundárias Gerais do Segundo Grau (ESG2). O número de alunos era, respectivamente, 684.864, 87.015, 38.732 e 5.176. Por outro lado, o efetivo de professores era de, respectivamente, 14.144,

⁸⁷Hoje Direção Provincial de Educação (DPE).

2.462, 1.361, e 239. Em 2007, ainda, o rácio aluno/turma era seguinte: 55.9 para o EP1; 53.9 para EP2; 69.8 (ESG1); e 62.7 para o ESG2 (Nampula, 2008, p.38).

Ao nível do Ensino Superior, a província de Nampula conta, sobretudo na cidade capital, com seis (5) universidades, nomeadamente as universidades Pedagógica (UP), Lúrio (UniLúrio), A Politécnica, Mussa Bin Bique; uma (1) académica, a Académica Militar Marechal Samora Moisés Machel; e um (1) instituto superior, o Instituto Superior de Contabilidade e Gestão (Nacala-Porto), perfazendo, no total, sete (7) instituições de ensino superior.

Politicamente, vale destacar que com a introdução do Estado democrático de Direito em Moçambique, a província de Nampula revelou a particularidade, pelo menos relativamente a muitas outras províncias do país, de se fazer representar (no parlamento), majoritariamente, tanto pelos deputados do maior partido da oposição assim como os do partido no poder⁸⁸.

Por exemplo, nas primeiras eleições multipartidárias de 1994, bem assim nas de 1999, a Renamo, maior partido da oposição, ganhou uma forte posição política em termos de assentos parlamentares em Nampula. Nas eleições legislativas de 1999, a Renamo obteve 26 assentos contra os 24 da Frelimo⁸⁹. O partido Renamo boicotou e não participou das primeiras eleições autárquicas, de 1998, mas participou e elegeu presidentes nas eleições

⁸⁸Alguns autores sugerem que “a relativa equitatividade em Nampula entre os principais partidos (Frelimo e Renamo) traduz uma alegada ausência das elites locais da província de [...] nos diversos níveis de decisão desses mesmos partidos. De qualquer modo, segundo atesta o professor Luis Filipe Pereira (200?), a particularidade política da província de Nampula inicia mesmo com a penetração colonial portuguesa: a ocupação colonial efetiva de Nampula não foi fácil para os Portugueses. As primeiras tentativas fracassaram porque os grandes mwene macuas, os chefes de linhagem Mocutu-Munu, Komalu, Kuphula, Mukapera e os Xeiques da costa articularam-se contra o exército colonial. Os Namarrais no Mossuril ofereceram grande resistência às tropas de Mouzinho de Albuquerque. Todos esses líderes estavam decididos a defender o seu território e os seus interesses, conheciam o terreno e possuíam armas que tinham sido trocadas por outros produtos pelos comerciantes portugueses, franceses e indianos. “A resistência e a ocupação colonial oferecida pelos islamizados do litoral, potentados e reinos swahili e macua manteve-se praticamente até aos princípios do séc.XX”. Só em 1907, os portugueses conseguiram dominar o território da atual província de Nampula. Igualmente, não foi fácil a adesão dos macua de Nampula ao processo da luta armada de libertação nacional nem as ações militares desse processo tiveram lugar na província, não obstante a cidade capital de Nampula ter sido concebida/fundada com “fins de controlo militar, “para servir de centro militar colonial para todo o norte de Moçambique”. (Mucheia, 200?; Pereira, 200?; Araújo, 2005, p.210).

⁸⁹Veja-se também: Mucanheia, F. (200?). Participação no Processo de Tomada de Decisões em Nampula. Disponível em: <http://www.iid.org.mz/Participacao_no_processo_de_tomada_de_decisoess_Nampula_final.pdf>.

autárquicas de 2003, em todos os municípios costeiros, quais sejam Nacala-Porto, Angoche e Ilha de Moçambique.

Na seqüência das eleições gerais (legislativas e presidenciais) de 2004, entretanto, a posição política da Renamo em Nampula inverteu-se, tendo a Frelimo (partido no poder) ganho 27 dos 50 assentos da província nas eleições parlamentares e, Armando Guebuza, candidato da Frelimo à presidência obteve 50% dos votos contra 44% do candidato da oposição, Afonso Dhlakama.

Os resultados das eleições de 2009 fortaleceram a posição da Frelimo na província de Nampula, que obteve 32 dos 50 lugares no parlamento e 67 % de votos (386.375) para o candidato presidencial da Frelimo, Armando Guebuza – embora com uma participação invulgarmente baixa de 39% e um número extraordinariamente elevado de votos inválidos (15,7%). A Frelimo e os seus respectivos candidatos venceram as eleições em todos os seis (6) municípios da província (Monapo, Nacala-Porto, Ilha de Moçambique, Nampula, Ribáuè e Angoche), bem assim as primeiras eleições para a assembleia provincial. Vale referir, que para estas últimas eleições (2009) o número total de eleitores inscritos na província de Nampula era de 1.801.249, o que fez dessa província o maior círculo/colégio eleitoral do país, seguida da província da Zambézia, com 1.770.910 eleitores (CIP/AWEPA, 2009).

A outra particularidade política de Nampula diz respeito ao papel que essa província tem assumido nos processos de reforma, descentralização e modernização do Estado em curso em Moçambique⁹⁰. Nesse sentido, a província de Nampula foi eleita para o início, em 1998 (ano das primeiras eleições municipais), de um projeto piloto do Governo para a descentralização e planificação nos distritos. Em 2005, o presidente da república Armando Guebuza, que acabava de ser eleito, definiu o distrito como a base do desenvolvimento e “deu todo o aval à descentralização ao estilo de Nampula, estendendo-o a todo o país” (Hanlon e Smart, 2008, p.185; Tvedten; Paulo; Tuominen, 2009, p.10).

No âmbito da Estratégia do Governo Eletrónico, a província de Nampula foi selecionada para a implementação da fase piloto do Projecto de Integração Horizontal dos Governos Locais, que inclui o desenho de páginas webs locais,

⁹⁰Sobre a reforma do Estado em Moçambique, ver: Weimer (2002); Cruz (2003).

promoção do uso do correio electrónico, repositório comum de documentos para acesso partilhado, padronização dos fluxogramas, prestação de serviços usando as novas tecnologias e formação de funcionários públicos⁹¹.

Portanto, é importante abordar e/ou entender a questão do acesso público à informação na província de Nampula, não somente pela importância sóciodemográfica (a mais populosa de Moçambique) dessa província, mas, também, pelo seu papel político (maior círculo/colégio eleitoral; objeto de vários projetos inerentes aos processos de reforma e modernização do Estado).

Os dados estatísticos sobre o acesso público à informação na província de Nampula estão incluídos nas tabelas 7 e 8, apresentadas no subitem 4.1.3. À semelhança do território nacional, o rádio é o meio de informação e comunicação mais predominante na província de Nampula. Das 2.403 mulheres inqueridas pelo INE, em 2003, 46.8% tinham acesso ao rádio, 9.2% tinham acesso à televisão, e apenas 2.8% tinham acesso ao jornal. Por sua vez, dos 693 homens inquiridos no mesmo ano, 74.4% tinham acesso ao rádio, 15.8% tinham acesso à televisão, e 11.7% tinham acesso ao jornal. Assim, pode-se inferir que as mulheres são as menos expostas aos meios de informação e comunicação (INE, 2005, p.36-37).

Relativamente aos espaços e/ou órgãos de informação e comunicação existentes ou com cobertura na província de Nampula, destacam-se, para além da biblioteca pública provincial, nosso objeto estudo, as Rádios Moçambique e Encontro, os Jornais Notícias, Diário de Moçambique, O País, Zambeze, Wamphula Fax, Savana e Desafio, e as Televisões de Moçambique (TVM) e Soico Televisão (STV). A província de Nampula dispõe, igualmente, de uma Casa Provincial de Cultura, e domicilia o Museu Nacional de Etnologia (MUSET).

O MUSET é uma instituição pública de âmbito nacional, sem fins lucrativos, de carácter cultural e científico. Inaugurado em 23 de agosto de 1956, encerrado durante muitos anos, e reaberto em 25 de junho de 1993, o MUSET tem a sua sede na cidade de Nampula e exerce funções de coordenação científica e orientação metodológica para a pesquisa, preservação e divulgação

⁹¹ Disponível em: <<http://www.utict.gov.mz/noticias/nampula-debate-estrategia-do-governo-electronico/>>. Acesso em 20.ago.2010.

de testemunhos da cultura material e espiritual do povo moçambicano, inserida no contexto africano e universal.

O MUSET possui uma exposição permanente que retrata o processo de evolução da sociedade desde o homem primitivo aos dias de hoje. A exposição inclui artefatos usados no dia-a-dia pelo Homem, apresentados em sequência num ambiente de vitrinas de estilo artístico. O MUSET possui, ainda, uma exposição de trajes e adornos usados pelos grupos étnicos da cultura Maconde, da província moçambicana de Cabo Delgado. Possui uma sala de vídeos que atrai muitos visitantes, entre adultos e crianças, e goza de uma larga participação das escolas locais nas suas atividades (Kulyumba, 2006; Issak, 2006, p.3).

A província de Nampula dispõe, também, de um CPRD. Inaugurado abril de 2007, o CPRD simboliza e/ou materializa a “participação” da província de Nampula no processo de construção da sociedade de informação em Moçambique, e à semelhança dos existentes em outras províncias, foi concebido com objetivos de “dinamizar as iniciativas de implementação da Política de Informática e da Estratégia do Governo Electrónico na província”. No quadro das suas atividades, destaca-se o desenvolvimento das redes internas de computadores ao nível do Governo provincial, desenvolvimento do Portal do Governo da província, a conectividade das Direcções provinciais com o Balcão Único de Atendimento, e a análise funcional dos processos do balcão único e dos perfis dos distritos em coordenação com o Governo provincial⁹². Paradoxalmente, as páginas na Web tanto do Governo provincial como do próprio CPRD-Nampula estão inoperacionais e/ou com conteúdos desatualizados.

Na prática, conforme as informações coletadas na pesquisa de campo, o CPRD persegue atividades comerciais de formação em informática, designadamente, os cursos de MS Windows e Office, Windows Profissional, MS Word 2003, Excel 2003, Power point 2003, Internet e E-mail. Por esses cursos, o CPRD cobra MZ 1150 (mil cento e cinquenta meticais, o equivalente a cerca cinquenta e sete reais e cinco centavos, ao câmbio de 7 de dezembro de 2010) para estudantes e MZ 1850 (mil oitocentos e cinquenta meticais, cerca

⁹² Disponível em: <<http://www.utict.gov.mz/noticias/nampula-implementa-a-politica-de-informatica/>>. Acesso em 20.ago.2010.

de noventa e dois reais e cinco centavos, ao câmbio de 7 de dezembro de 2010). O centro presta ainda serviços comerciais nas áreas de Hardware, Software e redes informáticas ao custo de MZ 7500 (sete mil quinhentos meticais, o equivalente a cerca de trezentos e setenta e cinco reais, ao câmbio de 7 de dezembro de 2010).

5.2.2.2 A Biblioteca Pública Provincial de Nampula: atuação e desafios

5.2.2.2.1 Estrutura organizacional, recursos humanos e materiais da BPPN

À luz do Decreto 46/2007, de 10 de outubro, uma BPP compreende a seguinte estrutura organizacional: a) Direção; b) Departamento técnico; c) Repartição de Administração e Finanças.

O diretor da BPP é nomeado pelo Governador sob proposta do diretor provincial que superintende a área da cultural. São da competência do diretor da BPP: (i) promover medidas necessárias a prossecução das atribuições da BPP; (ii) dirigir as atividades, os serviços e projetos da BPP; (iii) emitir e aprovar instruções e regulamentos necessários a administração e funcionamento da BPP da provincia; (iv) propor ao órgão provincial que superintende o setor da cultura para aprovação de planos de atividade e orçamentos anuais da BPP; e (v) gerir recursos humanos, financeiros, patrimoniais e materiais da BPP.

Por sua vez, ao chefe de departamento técnico competem, entre outras, as seguintes funções: (i) propor a aquisição de documentos para o enriquecimento do acervo da BPP; (ii) garantir o processamento técnico de documentos em diferentes suportes; (iii) manter em funcionamento um serviço de utentes que garanta o acesso do público à documentação sob a guarda da BPP; (iv) promover atividades concorrentes para incutir no cidadão, sobretudo na camada juvenil, o hábito e gosto pela leitura; (v) proporcionar o apoio técnico as bibliotecas ao nível da provincia; e (vi) proceder ao levantamento e diagnóstico permanente do estado das coleções e garantir a gestão e manutenção do acervo.

Em nossa pesquisa de campo em Nampula, entre os meses de janeiro e fevereiro de 2010, conduzimos uma entrevista em profundidade com o senhor Boaventura Mucage, técnico profissional da cultura, diretor da BPPN e

funcionário dessa instituição há 21 anos, que de ora em diante, será designado apenas por nosso entrevistado.

Para além do Gabinete do diretor, do Departamento técnico e a Repartição de Administração e Finanças, conforme estabelecido pelo Decreto 46/2007 – citado acima –, a estrutura orgânica da BPPN apresentada pelo nosso entrevistado compreende um depósito do acervo da biblioteca, uma secretaria, uma sala de atendimento ao público, duas salas de leitura (geral e infantil), uma sala de informática, e uma cantina.

Na prática, essa estrutura orgânica traduz uma mudança qualitativa das condições institucionais em que a BPPN vinha prestando seus serviços, pelo menos até 2007, ano da aprovação do Decreto 46/2007. Nesse ano, teve início, igualmente, a construção de um edifício de raiz, mais espaçoso e com condições mínimas recomendáveis para o atendimento dos usuários. O referido edifício, cujas obras foram avaliadas em MZ 5.700.000 Mt (cinco milhões e setecentos mil meticais, cerca de duzentos e oitenta e cinco mil reais⁹³, ao câmbio de 7 de dezembro de 2010) e financiadas totalmente pelo Orçamento Geral do Estado (OE), foi inaugurado a 17 de junho de 2010, pelo Ministro da Cultura, o escritor e ex-presidente da Associação Escritores Moçambicanos (AEMO), Armando Artur.

Na seqüência da inauguração do seu novo edifício, a BPPN foi “batizada” com o nome de Marcelino dos Santos, ou Kalungano. Marcelino dos Santos é um conhecido político e poeta moçambicano. Usa o nome de Kulungano como um dos seus pseudónimos. É membro fundador da Frelimo (partido no poder em Moçambique), da qual já foi vice-presidente. Nasceu em Lumbo, província de Nampula, aos 20 de maio de 1929. Algumas fontes referem que a atribuição do nome de Marcelino dos Santos (Kalungano) à biblioteca provincial de Nampula é um “reconhecimento da sua dedicação incansável à causa do povo moçambicano, como um dos fundadores da Frelimo e poeta de projecção “universal”⁹⁴.

⁹³Em virtude deste trabalho ser desenvolvido em território brasileiro, há a necessidade de estabelecer a equivalência da moeda moçambicana (metical) com a desse país, o real.

⁹⁴ Disponível em: <http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2010/06/biblioteca-ostenta-nome-de-marcelino-dos-santos.html>. Acessado em: 20.ago.2010. Sobre a inauguração do novo edifício da BPPN, veja-se também o jornal WAMPHULA FAX de 17 de junho de 2010 (*apud* MOÇAMBIQUE PARA TODOS, 17 de junho de 2010). Disponível em:

De qualquer modo, as figuras abaixo mostram o antigo e o atual edifício da BPPN⁹⁵.



Figura 1: Antigo edifício da BPPN – balcão de atendimento e depósito.

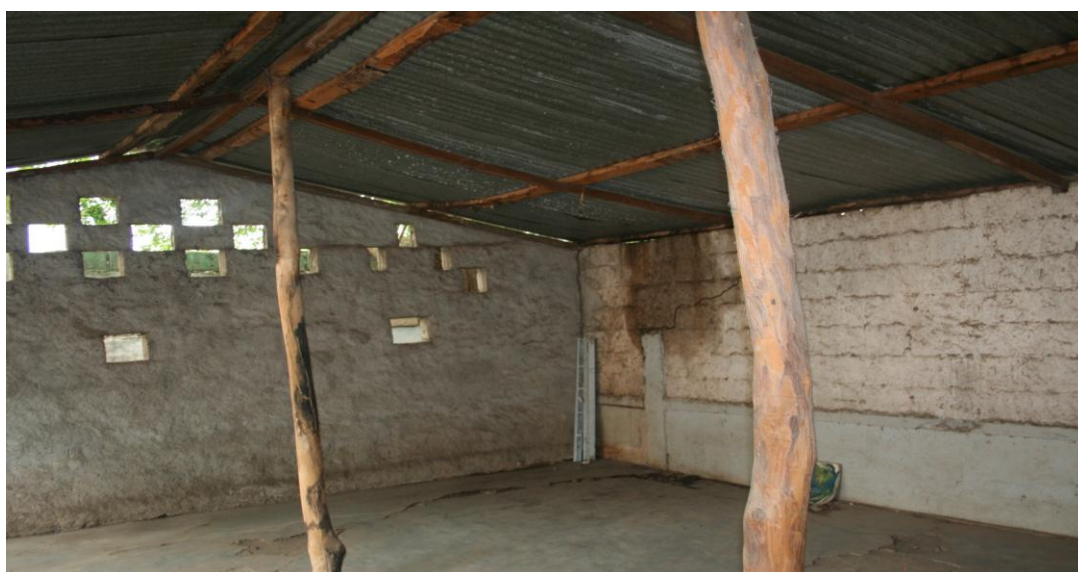


Figura 2: Antigo edifício da BPPN – Sala de leituras.

<http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2010/06/biblioteca-ostenta-nome-de-marcelino-dos-santos.html>. Acesso em: 20.set.2010.

⁹⁵As imagens foram captadas pelo autor do presente trabalho, em janeiro de 2010, quando já tinha sido encerrado, oficialmente, o antigo edifício (que passou a albergar a representação da AEMO em Nampula), e antes da inauguração do atual.



Figura 3: Novo edifício da BPPN: vista frontal.

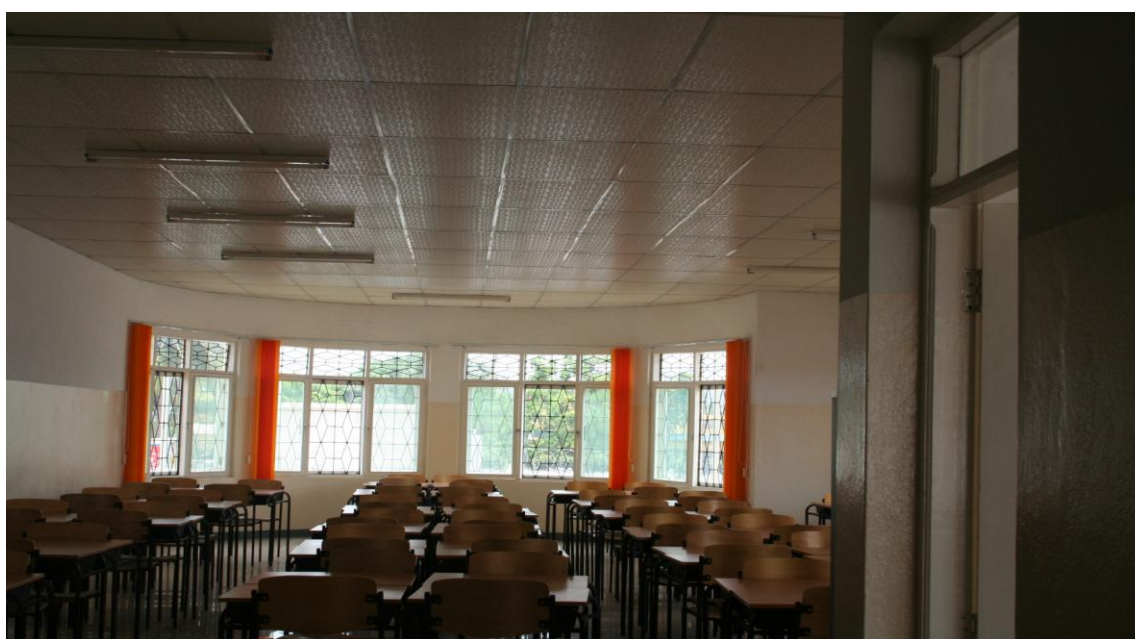


Figura 4: Novo edifício da BPPN: sala de leitura geral.

Como se pode ver na figura 3, o antigo edifício dispunha apenas de um “alependre” que servia de sala de leitura comum, com capacidade de cerca de 20 a 30 leitores. Estima-se que a atual sala de leitura geral da BPPN tenha uma capacidade para 150 leitores simultâneos. Além desta sala, existe uma outra, mais restrita, denominada “sala de investigação”, que deve suportar cerca de 20 leitores/“investigadores” simultaneamente. A sala de leitura infantil tem a capacidade de mais ou menos 50 leitores, em simultâneo. As salas de leitura infantil, de informática, incluindo a “sala de investigação” constituem, entretanto, as grandes novidades da nova infraestrutura da BPPN. Estima-se que a sala de informática tenha a capacidade de 25 computadores. Contudo, durante a nossa pesquisa de campo, talvez porque a BPPN não tinha sido

inaugurada ainda, a sala de informática não tinha sido equipada e estava fechada. E, segundo o nosso entrevistado, essa sala seria equipada com o apoio da empresa moçambicana de telefonia móvel, Moçambique Celular (mcel)⁹⁶, sem certeza, no entanto, se seria a mesma instituição a garantir a assistência técnica e manutenção do equipamento e treinamento dos profissionais da BPPN para o seu manuseio.

A BPPN tem um total de 32 funcionários, cujo perfil, em termos de escolaridade é o seguinte: 3 técnicos superiores N1 (graduados) em Ciências de Educação; 3 técnicos superiores N2 (bacharéis), sendo 1 formado em Inglês e outro em História; 2 técnicos profissionais formados no Instituto Médio de Ciências Documentais (CIDOC); 3 técnicos administrativos; 15 técnicos; e sete 7 serventes/auxiliares. Nestes termos, podemos afirmar que apenas 2 funcionários da BPPN são “realmente” bibliotecários, porquanto têm uma formação na área pelo CIDOC.

Os restantes funcionários da BPPN não têm uma formação específica nas áreas de biblioteconomia e/ou ciência da informação e documentação. Apenas têm se beneficiado de cursos básicos e/ou seminários de curta duração sobre técnicas documentais ministrados ou pela Biblioteca Nacional de Moçambique (BNM), pelo Fundo Bibliográfico para Língua Portuguesa (FBLP) e/ou mesmo pelo CIDOC. O CIDOC é uma instituição subsidiária do FBLP, vocacionada a formação de documentalistas de nível técnico médio, que funciona desde o ano lectivo de 1998/99⁹⁷. O curso de formação no CIDOC tem a duração de 3 anos. Em 2003, o FBLP iniciou um programa denominado Convergindo, que consiste na “realização de encontros entre os trabalhadores de unidades de documentação e informação como os arquivos, as bibliotecas, os centros de documentação e informação e os museus”. O intervalo de tempo para a realização desses encontros é de 5 anos.

⁹⁶ A Moçambique Celular (mcel) é a primeira empresa de telefonia móvel criada em Moçambique. Fundada em Novembro de 1997, a mcel é a única operadora que assegura a cobertura de Norte a Sul de Moçambique, através de mais de 750 antenas. Em meados do mês de março de 2010, a mcel possuía mais de 3 milhões de clientes em todo o País, representando uma quota de mercado estimada em 70%. Disponível em: <http://www.mcel.co.mz/content/view/560/666/lang,pt_PT/>. Acesso em: 20.nov.2010. Para além da mcel

⁹⁷ Disponível em: <<http://arquivo.maputo.co.mz/article/articleprint/1621/-1/4>>. Acesso em: 12.out.2010.

Assim, o primeiro encontro foi realizado em 2003, em Maputo, e “serviu de catalisador para o estabelecimento do que hoje se chama o programa Convergindo”; recomendou-se, entre outras ações, a sua extensão às outras províncias do país. O segundo Convergindo, entretanto, realizado em 2008, também ocorreu em Maputo, e teve como lema “A Construção da Sociedade da Informação em Moçambique”. Por outro lado, em 2004, o FBLP iniciou o Convergindo Regional, composto por dois momentos que se completam: o Curso Básico de Técnicas Documentais, administrado pelo CIDOC, com a duração de sete dias, e um encontro de dois dias em que se debatem diferentes questões que preocupam os profissionais das unidades documentais.

Em 2009, teve início na cidade de Pemba, o segundo ciclo de Convergindo Regional, cobrindo a região norte de Moçambique (Cabo Delgado, Nampula e Niassa), onde teve lugar o 4º Curso Básico de Técnicas Documentais e o 1º Encontro Regional de Bibliotecas Públicas e Escolares e, em Chimoio, em Setembro de 2010, o 5º Curso e o 2º Encontro Regional, com a participação de trabalhadores das bibliotecas das províncias de Manica, Sofala, Zambézia e Tete (região centro) (Issak; Mola, 2010).

Não obstante, a grande maioria dos funcionários vinculados às unidades de informação e documentação em Moçambique, incluindo as bibliotecas públicas provinciais, continua sem formação específica para trabalhar na área. Concorrem, pelo menos, duas razões esse fato: a primeira, é que até em 2009, ano que teve início o curso superior de Ciência da Informação, na Escola de Comunicação e Artes, da Universidade Eduardo Mondlane⁹⁸, o CIDOC era a única instituição de formação, em nível técnico médio, nessa área. A segunda razão refere-se ao fato de tanto o curso do CIDOC (médio) quanto o da UEM (superior) estarem localizados/concentrados na capital do país, cidade de Maputo, comprometendo, assim, as possibilidades de acesso dos profissionais de outras províncias, incluindo os da BPPN.

Entretanto, a BNM, órgão a quem compete orientar técnica e metodologicamente às BPP, promoveu, em setembro de 2010, um seminário nacional com diretores, profissionais e gestores de bibliotecas públicas

⁹⁸Sobre o curso superior de Ciência da Informação da Universidade Eduardo Mondlane, ver: Moura e Silveira (2008b).

provinciais e distritais que teve lugar na cidade de Angoche, província de Nampula, com o objetivo de discutir “formas para a melhoria da qualidade dos serviços prestados ao cidadão e do ensino na aquisição da Ciência e Técnica” .

Um dos assuntos colocados em pauta no referido seminário, e que se mostrou de consenso entre os presentes, foi o fato de haver em Moçambique produção e circulação de muita informação e material bibliográfico que não passa pelas bibliotecas públicas. Por isso, na mesma ocasião, foram exortadas a sociedade civil, empresas editoras, e outras instituições públicas e privadas a “ofertarem livros às bibliotecas públicas” (Notícias, 14/09/2010)⁹⁹.

Segundo Roque Félix, diretor da BNM citado pelo Jornal Notícias (*op.cit.*), a explosão de estabelecimentos de ensino no país, nos diversos níveis, deve ser acompanhada por uma assistência técnica e por uma regulação do funcionamento das bibliotecas públicas provinciais e distritais, o que passa igualmente pelo respectivo apetrechamento em livros e obras literárias nessas instituições. Entretanto, a afirmação desse dirigente, evidencia uma visão de desenvolvimento do acervo das BPP restrito apenas aos livros escolares e/ou obras literárias, em detrimento da informação de domínio público e/ou orgânica –, relevante para a cidadania, como por exemplo, a Constituição de República de Moçambique; os programas e estratégias de desenvolvimento do governo (PARPA, Planos Quinquenais do Governo e Programas e Orçamento Anuais dos Governos central e provinciais) e da sociedade civil (a Estratégia 2025).

O acervo da BPPN, que se estima em mais de 10 mil exemplares/registros, é, na sua grande maioria, composto por livros didáticos e enciclopédicos que cobrem as áreas de política, economia, sociedade, Direito, Meio Ambiente, Saúde Reprodutiva e HIV/Aids e de cultura geral. Também fazem parte do acervo da BPPN, também, exemplares de edições de praticamente todos os jornais (diários e semanais) de circulação na província e cidade de Nampula, entre eles, o Notícias, Diário de Moçambique, Desafio, Wampula Fax, Zambeze, Savana, e O País. São escassos, entretanto, documentos orgânicos e reguladores das instituições públicas nacionais/locais, sobre direitos e deveres dos cidadãos.

99

Disponível

em:

<<http://www.jornalnoticias.co.mz/pls/notimz2/getxml/pt/contentx/1089625/20100914>>.
Acessado em: 14.set.2010.

Segundo o nosso entrevistado, o acervo da BPPN provêm da compra e doações. A compra é suportada por fundos do Estado e as doações são feitas por algumas ONGs que trabalham na província. Apesar de ter se referido que o acervo da BPPN abarcava um pouco de todas áreas, o nosso entrevistado lamentou a falta de informações atualizadas e o moroso processo de aquisição de material com que aquela biblioteca tem se deparado. Em geral, o material bibliográfico da BPPN é adquirido anualmente, excetuando as doações das referidas ONGs e outras instituições, sobretudo estrangeiras.

A Helpo e a Agência das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) foram referidas como instituições que têm doado material bibliográfico para a BPPN. A Helpo é uma ONG para o desenvolvimento, sem fins lucrativos, de Direito Português, fundada a 26 de novembro de 2004. Em Moçambique a Helpo está presente nas províncias de Nampula e Cabo Delgado¹⁰⁰. E, dentre outras formas de intervenção na província de Nampula, a Helpo fornece apoio em equipamento não especificado e material bibliográfico infanto-juvenil a BPPN. Em 2010, a HELPO equipou, com mais de 350 livros e cerca de 20 caixas de jogos, a sala infantil da BPPN¹⁰¹.

O apoio que a BPPN recebe do UNICEF não foi especificado pelo nosso entrevistado. Sabe-se, entretanto, que o Programa de Cooperação do UNICEF com o Governo de Moçambique baseia-se em quatro prioridades: **sobrevivência da criança, educação básica com foco na rapariga, resposta ao HIV/SIDA e protecção da criança** (grifo nosso)¹⁰². Assim, na área da educação o UNICEF trabalha com o ministério de tutela em Moçambique e outras organizações nacionais moçambicanas na provisão de materiais de ensino-aprendizagem, incluindo material didático, carteiras, cadeiras e reabilitação de salas de aula, “para assegurar que todas as crianças em Moçambique tenham acesso à uma educação básica de qualidade”. É, provavelmente, dentro desse quadro de ações que a UNICEF presta apoio a BPPN.

Das instituições nacionais, para além da mcel, a BPPN recebe apoio e/ou mantém relações com os Ministérios da Educação (MINED), através da

¹⁰⁰Disponível em: <<http://www.helpo.pt/Missao.htm>>. Acessado em: 12.out.2010.

¹⁰¹Jornal *Wamphula Fax*, 30.dez.2010.

¹⁰² Disponível em: <<http://www.unicef.org/mozambique/pt/education.html>>. Acesso em: 12.out.2010.

Direção Provincial de Educação de Nampula (DPEN), do qual recebe apoio técnico e material didático/bibliográfico (que constitui a grande parte do acervo da BPPN); e o da Ciência e Tecnologia (MCT), do qual recebe apoio em equipamento informático e formação. Mantém, também relações com outras bibliotecas públicas provinciais como são os casos das BPPs de Sofala (Centro), Cabo Delgado e Niassa (Norte), com as quais estabelece troca de experiências técnicas e de apoio em material bibliográfico.

Vale lembrar, que ao nível provincial o MCT, através da UTICT, tem os CPRDs como unidades implementadoras da política da sociedade da informação em Moçambique. Entretanto, o Gestor do CPRD em Nampula referiu, numa entrevista com o autor do presente trabalho, que não havia nenhuma relação institucional entre aquele centro e a BPPN. Pode ser que o apoio que a BPPN recebe do MCT seja canalizado diretamente à biblioteca e não por intermédio do CPRD.

Igualmente, a BPPN não mantém relações com algumas instituições domiciliadas e/ou representadas na província de Nampula, que no âmbito desta pesquisa foram consideradas relevantes e/ou potenciais nos campos da inclusão informacional e da cidadania. São os casos das delegações provinciais da Liga de Direitos Humanos (LDH) de Moçambique e da Associação Moçambicana de Promoção da Cidadania (AMOPROC). A AMOPROC é uma ONG nacional, sem fins lucrativos, constituída juridicamente em 2003, por docentes, estudantes e membros das comunidades locais. “Posiciona-se como uma organização que visa consolidar a Democracia e promover a Justiça Social com envolvimento de um maior número possível de cidadãos, usando ferramentas participativas e de Advocacia Social no contexto Local, Nacional e Regional”¹⁰³.

O estabelecimento de relações com essas instituições, quiçá, amplia as possibilidades daquela biblioteca na mediação e inclusão informacionais, uma vez que tais instituições, sobretudo a LDH, produzem e dispõem de informações relevantes (Constituição da República, Convenção dos Direitos da Criança, Convenção dos Direitos dos Jovens; Convenção sobre a Corrupção; Declaração Universal dos Direitos Humanos, esta última em emakhua, entre outros) para a cidadania em Moçambique.

¹⁰³Disponível em: <http://www.amoproc.org.mz/index_pt.htm>. Acessado em: 08.mai.2009.

5.2.2.2 Atuação informacional da BPPN: um desafio no contexto da sociedade da informação em Moçambique

Para estimar a importância das bibliotecas públicas, afirma Murison (1971, p.222) em seu livro *The Public Library*, é necessário analisar o que essas instituições estão fazendo para obter da sociedade níveis ou padrões de aceitação, e para impulsionar condições sociais, políticas, culturais e intelectuais da comunidade onde elas estão inseridas. É necessário considerar, de acordo com Murison, como os fins dessas instituições podem ser ajustados aos seus objetivos e, se necessário, atender aos novos desafios e circunstâncias.

A BPPN, objeto empírico do presente estudo, é uma biblioteca normativa das restantes bibliotecas públicas ao nível da província, ou seja, assiste e é referência de uma rede de 80 bibliotecas distribuídas pelos diversos distritos e postos administrativos da província de Nampula. Desse número, entretanto, 60 (75% da rede) foram transformadas em bibliotecas escolares, para dar apoio ao processo de ensino-aprendizagem nos distritos, e apenas 20 (25% da rede) continuam servindo a comunidade em geral, estando atreladas, principalmente, a instituições de caridade (igrejas). Dos 21 distritos existentes na província de Nampula, apenas cinco (5) distritos possuem bibliotecas distritais, entre eles, Angoche, Ilha de Moçambique, Monapo, Eráti, e Nacala Porto, portanto, uma cobertura de apenas 1.05% do total dos distritos.

O presente trabalho, apesar de considerar, em alguns momentos, a atribuição da BPPN como biblioteca normativa para as restantes bibliotecas públicas ao nível da província, analisou apenas os serviços dessa instituição na cidade de Nampula (cidade capital), considerando a sua atuação informacional, sem, no entanto, desconsiderar outros serviços desenvolvidos pela instituição.

Considerando o quadro dos objetivos e atribuições da BPPN, conforme estabelecido pelo Decreto 46/2007 – de 10 de outubro –, a pesquisa de campo constatou que para além de questões técnico-administrativas pertinentes –, essa biblioteca tem privilegiado, em larga medida as atividades de (i) apoio aos processos de ensino-aprendizagem e investigação; (ii) promoção do livro e do hábito de leitura; e (iii) disseminação da informação jornalística.

Há uma predominância de atividades voltadas ao atendimento, quase que exclusivamente, das necessidades informacionais de alunos dos ensinos secundário e/ou universitário. Dados confirmados pela BPPN revelam, inclusive, que alunos de diversos níveis de ensino e a camada juvenil (na faixa dos 15 a 35 anos) constituem os principais usuários daquela biblioteca. Com a inauguração da sala de leitura infantil, frequentam, também, crianças, que são normalmente acompanhadas pelos mais velhos. Segundo o nosso entrevistado, a sala de leitura infantil é frequentada por 50 crianças, em média diária.

Igualmente, os estudos sobre necessidades informacionais de usuários da BPPN, feitos por essa mesma instituição, têm sido geralmente dirigidos às escolas, faculdades e outros estabelecimentos de ensino existentes na cidade de Nampula, e não a todos os potenciais usuários da biblioteca (para além das crianças e jovens que não freqüentam a biblioteca, os adultos, trabalhadores, desempregados, donas de casa, entre outros), o que implica na parcialidade da biblioteca pública enquanto espaço público –, ou seja, no conceito de biblioteca pública baseado na igualdade de acesso à informação e conhecimento, independentemente do grau de escolaridade, *status* social, idade, raça, sexo, preferência política ou religiosa, etc.

Vale ressaltar, igualmente, as chamadas “tardes culturais”, promovidas anualmente pela BPPN, e que consistem na exposição do material literário existente nas bibliotecas (provincial e distritais), e na declamação de poemas em forma de concurso. Contudo, desde seu início, as referidas “tardes culturais” foram realizadas apenas na cidade de Nampula, e nos distritos de Angoche e Monapo, perfazendo, portanto, um alcance de apenas 0.63%, dos 21 distritos existentes na província de Nampula.

De qualquer modo, entende-se que a prioridade de atividades vinculadas ao processo educativo na BPPN reflete, por um lado, a carência de material bibliográfico nas bibliotecas escolares existentes, e, por outro lado, a concepção que se tem das bibliotecas públicas em países como Moçambique. Em outras palavras, de acordo Martins¹⁰⁴ (2002 *apud* Dias, 2007, p.129), se nos países ocidentais mais desenvolvidos (Inglaterra, Alemanha, Dinamarca,

¹⁰⁴MARTINS, Wilson. *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*. São Paulo: Editora Afiliada, 2002.

Holanda, França, incluindo Estados Unidos da América do Norte, por exemplo), as bibliotecas se tornaram públicas no sentido pleno da palavra, “na África negra, ao contrário, **o papel primordial da biblioteca pública é o de contribuir para o esforço nacional de educação**” (grifo nosso).

Nos países mais desenvolvidos, reforça Milanesi (1997, p.107), as bibliotecas públicas evoluíram ao desenvolvimento da sociedade como um todo. Porém, nos países menos desenvolvidos, como Moçambique, essas instituições “estancaram em sua definição ao pé da letra: um acervo literário. Só”. Nos países africanos, entretanto, essa situação é corolário da herança de analfabetismo e iliteracia no seio da sua população no período a seguir às independências nacionais; e das altas taxas de analfabetismo que ainda prevalecem em muitos países do continente. No caso específico de Moçambique, basta lembrar, conforme os dados apresentados no subitem 4.1.2, que apenas 38.7% da população adulta (15 anos e mais) é alfabetizada.

Assim, a predominância de atividades educativas (apoio ao processo de ensino-aprendizagem e promoção do hábito de leitura) na BPPN pode ser justificada em função dos fatores expostos acima e, especialmente, em função dos esforços do Governo moçambicano em alcançar os ODM, mormente “o ensino básico universal” (ODM 2). Em torno desse objetivo, alguns dos desafios que prevalecem em Moçambique dizem respeito a falta de professores qualificados, escassez de vagas, falta de salas de aulas e bibliotecas melhoradas nas escolas públicas, elevados índices de reprovações e a falta de equidade de género (em consequência do abandono da escola pela rapariga).

Um relatório sobre os ODM em Moçambique, apresentado pelo PNUD em 2006, refere que as meninas continuam sendo as que mais reprovam, repetem e desistem da escola no país. Esse fato foi reconhecido no Programa Quinquenal do Governo (2005-2009), que apontou para a importância e urgência de, entre outros, se “promover maior efectividade e eficiência dos serviços da educação e se elevar a sua qualidade, reduzir as desistências e repetências e assegurar a redução das disparidades de género” (*apud* PNUD, 2006, p.47).

Não obstante, em 2010, ao nível da província de Nampula, particularmente, o ano letivo escolar arrancou com um déficit de cerca de cem

(100) professores, sendo que o número de vagas criadas pelo setor de educação na província nesse ano letivo ultrapassou os 1.140 mil para o ensino básico, secundário geral e técnico profissional. Apesar de se ter registrado um crescimento do corpo docente na ordem de 16%, que passou de 14.085 mil em 2009 para 16.272 mil em 2010, o déficit de 100 professores acima referido sinalizou o comprometimento das promessas do Governo provincial em melhorar a qualidade de ensino¹⁰⁵.

Quanto as salas de aulas, do total de 9.495 mil unidades existentes nesse ano, cerca de 5.333 mil foram edificadas com base em material não convencional, isto é, à base de paus, estacas e com cobertura de capim. Em termos de material bibliográfico, em 2010, foram distribuídos gratuitamente nas escolas de Nampula, 2.180.577 mil livros contra o planificado de 2.447.380 mil, o que representa 89% do nível de execução do plano da província (ibidem).

Nesse quadro, e retomando a nossa análise sobre a atuação BPPN, podemos afirmar que para além da visão e prioridades dos respectivos dirigentes (que priorizam material escolar e/ou literário) sobre o desenvolvimento de acervo, os esforços em prol do alcance dos ODM, o déficit de material bibliográfico e de bibliotecas escolares, explicam, em parte, a predominância de atividades voltadas para fins educacionais, de apoio aos processos de ensino-aprendizagem e de promoção do hábito de leitura na BPPN. Nesse sentido, portanto, é grande a utilidade da BPPN para a população estudantil local, em todos os níveis (primário, secundário, pré-universitário e universitário).

A utilidade da BPPN foi, também, observada em termos de acesso público à informação jornalística. Nesse sentido, localmente, a BPPN é considerada um espaço privilegiado de acesso público à informação. A população estudantil, pesquisadores, jovens e alguns adultos são os principais usuários desse tipo de informação na BPPN. Segundo o nosso entrevistado, os primeiros (estudantes e pesquisadores) demandam por informações sobre os seus trabalhos escolares e/ou de pesquisa; e os segundos, sobretudo jovens e

¹⁰⁵ Jornal @verdade, segunda-feira, 18 de janeiro de 2010. Disponível em: <<http://www.verdade.co.mz/nacional/7991-nampula-longo-da-qualidade-de-ensino>>. Acesso em 22.nov.2010.

adultos desempregados demandam por informação utilitária¹⁰⁶ sobre vagas e/ou concursos para emprego, publicações oficiais/legais (Boletins da República), cultura e lazer.

Entretanto, considerando o contexto de construção da sociedade da informação no país, observou-se que a atuação informacional da BPPN, ou seja, a sua configuração em um espaço público de disseminação, mediação e inclusão informacionais constitui ainda um desafio a enfrentar. Trata-se de um desafio que passa por considerar e reforçar, respectivamente, as potencialidades e o papel da BPPN como um espaço privilegiado de acesso público à informação e sua contribuição no processo de construção e desenvolvimento da cidadania.

Para além do contexto mais amplo de construção da sociedade da informação em Moçambique, as particularidades sociodemográfica e política da província de Nampula, referidas no subitem 5.2.2.1, – e, mais especificamente, as mudanças institucionais que a BPPN registrou após a aprovação do Decreto 46/2007 – de 10 de outubro –, reforçam a necessidade de se abranger novos perfis de usuários, de se criar e/ou retomarem serviços e ações capazes de estreitar os vínculos dessa a biblioteca com a comunidade local.

Por exemplo, o nosso entrevistado fez referência a um serviço de extensão que a BPPN desenvolveu durante a década de 1990, que consistia nas chamadas “bicicletas-biblioteca”, e que por esse meio (bicicleta) a biblioteca divulgava e aproximava seus serviços a todos os Postos Administrativos da cidade de Nampula. Trata-se, portanto, de uma experiência de aproximação entre a BPPN e/ou seus serviços com a comunidade local, uma experiência que essa biblioteca pode e deve retomar. Na realidade atual, quiçá não somente com recurso a bicicletas, mas também com recurso a carros-biblioteca.

Cabe ressaltar, que a cidade de Nampula, que desde 1998 constitui um município, é a capital da província mais populosa de Moçambique. Com uma população estimada em 413.929 (Censo de 2007), ocupando uma área de 404

¹⁰⁶ Por informação utilitária entende-se toda informação que auxilia na solução de problemas que aparecem no cotidiano das pessoas, desde os mais simples aos mais complexos. Aquela informação que abrange, por exemplo, assuntos ligados à educação, emprego, legislação, direitos humanos, saúde, segurança, e outros (Campello, 1998, p.35).

km², é formada por seis (6) postos administrativos que englobam e dezoito (18) bairros. O quadro 1, abaixo, mostra, com alguns detalhes, a divisão administrativa da cidade de Nampula.

Quadro 1: Divisão Administrativa da cidade de Nampula

Postos Administrativos urbanos	Bairros
Central	Bombeiros; 25 de Setembro; 1 de Maio; Limoeiros; Liberdade; Militar
Muatala	Muatala; Mutauanha
Muhala	Muhala; Namutequeliua; Muahivire
Namicopo	Namicopo; Mutava-Rex
Napipine	Napipine; Carrupeia
Natikiri	Natikiri; Murrapaniua; Marrere

Fonte: Araújo (2005, p.213).

A BPPN está localizada na fronteira entre os bairros de Muhala (Posto Administrativo urbano de Muhala) e Bombeiros (Posto Administrativo urbano Central). De acordo com Araújo (*op.cit*), o Posto Administrativo urbano Central constitui o centro geográfico, econômico, administrativo e urbano da cidade de Nampula, e corresponde a ‘cidade de cimento’, onde se situam as principais infraestruturas econômicas, sociais e administrativas. O Posto Administrativo urbano de Muhala, localizado a sudeste da cidade de Nampula, engloba os dois bairros mais populares e conhecidos da cidade, nomeadamente, Muahivire e Namutequeliua. E, juntamente com os restantes Postos Administrativos urbanos (Namicopo, Napipine, e Natikiri) cerca o Posto Administrativo urbano Central e constitui a ‘cidade caniço’, atualmente em plena transformação e expansão.

Uma das características importantes da cidade de Nampula, de acordo com o autor citado acima, é o crescimento rápido da sua população. Por exemplo, de 1970 (cinco anos antes da independência nacional) a 1997, a cidade sextuplicou a sua população. Ou seja, se em 1970, a população da cidade de Nampula era apenas de 23.072 residentes; em 1980, já viviam na urbe 1445.722 habitantes, correspondendo a 6.5% da população da província, e a uma taxa de crescimento de 20.2%. Em 1991, a cidade de Nampula tinha

232.167 habitantes. Em 1997, os resultados do II Recenseamento Geral da População (Censo 1997) indicaram uma população de 303.346 habitantes na cidade Nampula, representando 10.2% da população residente na província. Atualmente, segundo os resultados do Censo 2007, residem na cidade de Nampula, 413.929 habitantes, o equivalente a 16.5% da população total da província (INE, 2010; Araújo, 2005, p.214).

Aliada a essa característica, a posição sócio-política peculiar da província de Nampula reforça a necessidade de uma atuação informacional mais abrangente e dinâmica da BPPN; uma atuação capaz de posicionar essa instituição no centro dos processos de mediação e inclusão informacionais, contribuindo, assim, para a participação dos cidadãos no processo de construção da sociedade da informação no país. Em outras palavras, e contextualizando a fala de Suaiden (2000, p.60) supõe-se, nesse sentido, que

[...] à medida que a biblioteca pública se vincular adequadamente com a comunidade, ela passará a ser o caminho que possibilitará a participação efetiva na sociedade da informação. Isso é de extraordinária importância em um país onde a desinformação atinge altas proporções, e, sem essa oportunidade, milhares de pessoas jamais terão oportunidade de entender e de ter noção dos seus direitos e deveres em uma sociedade globalizada, pois o acesso à informação, nos novos tempos, significa o investimento adequado para diminuir as desigualdades sociais e [novas] formas de dominação [...].

Como vimos acima, a província de Nampula (à semelhança do país como um todo) não escapa da categoria de província com alto nível de desinformação, sem uma cultura sólida de leitura e informação, conseqüentemente, com um nível extremamente baixo de exercício de cidadania no seio da população¹⁰⁷.

A BPPN, como já foi mencionado, é um espaço privilegiado de acesso público à informação ao nível da cidade de Nampula, para além de constituir a biblioteca de referência e normativa das restantes bibliotecas na província. Entretanto, ao restringir a sua atuação ao âmbito de uma biblioteca escolar, privilegiando apenas atividades de promoção da leitura e apoio ao processo de ensino aprendizagem, exime-se de dar a sua contribuição como veículo para a participação da população na construção da sociedade da informação no país.

¹⁰⁷Veja-se Mattes e Shenga (Op. cit.).

Assim, será necessário que a BPPN considere e dinamize seus objetivos e atribuições, mormente contribuir para a disseminação da informação e organizar palestras e debates sobre temas diversos (Moçambique, 2007) se posicionando, como fizemos menção acima, no centro dos processos de inclusão e mediação informacionais, processos de promoção da participação dos cidadãos nesse contexto

Para tanto, é imprescindível que a BPPN atue de forma conjunta e coordenada com outras instituições, públicas e privadas, ONGs e Organizações da Sociedade Civil (OSCs) relevantes nos campos da informação e cidadania. É imprescindível, recorrendo às palavras de Carvalho e Kaniski (2000, 37), o compartilhamento de recursos informacionais, o trabalho em rede¹⁰⁸, entre a BPPN e outras instituições relevantes no campo da inclusão informacional e cidadania, minimizando pontos deficitários e eliminando barreiras. Nesse sentido, as TIC representam a possibilidade mais concreta para expandir a cooperação interinstitucional e com isso ampliar e diversificar os pontos de acesso à informação. Portanto, para assumir a posição de provedora de acesso à informação, a BPPN precisa rever seus processos, repensando a dimensão dos serviços e produtos desenvolvidos.

Por exemplo, urge a necessidade de a BPPN, em cumprimento das diretrizes da IFLA e considerando o contexto de construção da sociedade da informação em Moçambique, se fazer presente na web. Trata-se, segundo a IFLA, de um caminho para colocar os serviços da biblioteca pública no século XXI, através do recurso às novas TICs. A IFLA sublinha a necessidade de as bibliotecas públicas criarem uma sabedoria global – *World Wide Wisdom* –, conhecimento e entendimento capazes de transpor barreiras ao diálogo entre diferentes culturas. De fazer da biblioteca pública um espaço de encontro da comunidade, no qual coexistam os papéis de biblioteca, arquivo, museu e centro de cultura, criando a “biblioteca combinada” (IFLA/UNESCO, 2009, p.1-2).

¹⁰⁸O uso da metodologia de análise de redes sociais para a compreensão do fenômeno do acesso à informação e sua importância para o desenvolvimento sócio-político, econômico e cultural de comunidades, grupos sociais e instituições vem se difundindo rapidamente, nos últimos anos, trazendo contribuições significativas, inclusive, para a Ciência da Informação. As redes são entendidas aqui como sistemas compostos por “nós” e conexões entre eles que, nas ciências sociais, são representados por sujeitos sociais (indivíduos, grupos, organizações etc.) conectados por algum tipo de relação (Marteleto; Silva, 2004). Ver também:

Nesse sentido, se faz necessário o estreitamento das relações entre a BPPN e o CPRD, pois, este último, como já foi referido, tem por objetivos promover o acesso amplo à infraestrutura das TICs e à Internet, e à informação entre os Governos provinciais e Administrações distritais, organizações públicas, privadas, cívicas e comunitárias, e os cidadãos em geral. Em se tratando de um espaço privilegiado de acesso público à informação ao nível local, a BPPN deverá buscar se munir da infraestrutura da TICs e Internet, permitindo, assim, que os cidadãos tenham acesso a essas infraestruturas e suas vantagens no contexto da sociedade da informação.

É imperioso, também, que recursos humanos da BPPN estejam preparados para este desafio e tenham ciência do seu importante papel na formação de sujeitos cidadãos, através da disseminação, inclusão e mediação informacionais. Nesse sentido, há que se ultrapassar a visão de que a informação a ser disseminada pela BPPN é a que é produzida apenas pelos órgãos de comunicação social (jornais), enciclopédica, literatura e material escolar. Deve-se assumir, portanto, o desafio de disseminar, igualmente, a informação de domínio público e/ou orgânica, aquela informação produzida pelo Legislativo (Boletins da República), pelos Governos central, provincial, distrital e municipal (programas quinquenais, planos e orçamentos anuais, entre outros). É essa informação, que de acordo com Uhlir (*op.cit*) concorre para a “‘transparência’ da governança e a promoção dos ideais democráticos: igualdade, democracia e abertura”, portanto para a promoção e desenvolvimento da cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o contexto de construção da sociedade da informação em Moçambique, a presente dissertação buscou analisar o papel e os desafios da biblioteca pública provincial nos campos da informação e cidadania nesse contexto.

Iniciado em 2000, com a aprovação da Política de Informática, o processo de construção da sociedade da informação em Moçambique assumiu características de determinismo tecnológico ao atribuir prioridade, em sua estratégia de implementação, aprovada em 2002, a projetos vinculados apenas a utilização das TIC: Centros Provinciais de Recursos Digitais – CPRD, extensão da infra-estrutura tecnológica e, particularmente um conjunto de aplicações voltado para a arquitetura da Rede Electrónica do Governo (GovNet).

Assim, formalmente, os aspectos sóciopolíticos e culturais da informação, considerados nesta pesquisa como sendo relevantes para a materialização e/ou desenvolvimento dos direitos e deveres de cidadania não fazem parte das prioridades no âmbito da construção da sociedade da informação em Moçambique.

Os relatórios da Unidade Técnica de Implementação da Política de Informática (UTICT) focalizam apenas questões inerentes à infraestrutura tecnológica, mais especificamente, à Rede Electrónica do Governo. Os CPRD, estabelecidos pela UTICT em coordenação com os governos provinciais para implementar programas e projetos no âmbito das seis (6) áreas prioritárias da Política de Informática (educação; desenvolvimento de recursos humanos; saúde; acesso universal; infra-estrutura nacional de suporte às TIC; Governança) perseguem atividades comerciais de formação em informática, designadamente, os cursos de MS Windows e Office, Windows Profissional, MS Word 2003, Excel 2003, Power point 2003, Internet e E-mail; e de arquitetura de redes e programas informáticos (Hardware e Software) para empresas, cobrando valores que vão de 1150 MT (mil cento e cinquenta meticais, o equivalente a cerca de cinquenta e sete reais e cinco centavos, ao câmbio de 7 de dezembro de 2010) a 7500 MT (sete mil quinhentos meticais, o equivalente a cerca de trezentos e setenta e cinco reais, ao câmbio de 7 de dezembro de 2010).

Portanto, trata-se de uma situação que denuncia a prevalência de critérios tecnológico e econômico no processo de implementação dessa sociedade em Moçambique.

Em face da ausência de um domínio público de acesso à informação e às TIC no âmbito da política e estratégia de implementação da sociedade da informação em Moçambique, a presente pesquisa considerou a biblioteca pública provincial como instituição com grande potencial para propiciar condições adequadas de acesso e uso da informação e das novas TIC, e, desse modo, capaz de contribuir para a participação e reforço da cidadania nesse contexto.

Assim, buscou analisar e discutir a política e atuação informacional dessa instituição. Nesse sentido, foi discutido o caráter exclusivo de algumas políticas nacionais que definem e/ou influenciam a ação da bibliotecas pública provincial. Trata-se da (i) Política Cultural e sua Estratégia de implementação; (ii) Política e Estratégia de Informação; e da (iii) Política de Informática. Esta última, como foi referido acima, considerada o quadro de referência para o “desenvolvimento [...] da sociedade de informação em Moçambique”.

A análise revelou, por um lado, que a Política e Estratégia de Informação – aprovada pelo Conselho de Ministros através da Resolução nº 3/97 de 18 de fevereiro –, exclui e ignora completamente o papel da biblioteca pública provincial, porquanto seu escopo se restringe apenas ao âmbito da liberdade de imprensa e dos órgãos de comunicação social. Por outro lado, a Política de Informática e sua estratégia de implementação, aprovadas, respectivamente em 2000 e 2002, reproduzem a concepção cultural da biblioteca pública provincial vigente na Resolução nº. 12/97, de 10 de junho – que aprova a Política Cultural e Estratégia de sua implementação.

Assim, considerou-se que no âmbito das políticas citadas acima a biblioteca pública provincial desempenha a função exclusiva de difusão de livros e de outros materiais de “estudo e deleite”. Não é atribuída a essa instituição a função informacional, ou seja, a dimensão de um espaço público de disseminação, mediação e inclusão informacionais e, dessa forma, de apoio ao desenvolvimento da cidadania.

Essa concepção política da biblioteca pública tem gerado críticas de autores como Nharreluga (2006; 2009), que corrobora a visão segundo a qual a exclusão da componente informacional no quadro das funções não só das biblioteca pública provincial como também de outras unidades de informação (arquivos, centros de documentação e informação, etc) revela “uma forma institucionalizada de controle estatal”, de manutenção das assimetrias de acesso aos recursos informacionais entre o Estado e a sociedade civil, já que a concepção dessas unidades apenas em sua dimensão cultural não viabiliza uma ação de espaços de acesso à informação de domínio público, e, por conseguinte, potencialidades e condições básicas para o desenvolvimento e participação sócio-política dos sujeitos enquanto cidadãos.

Do ponto de vista de políticas públicas de informação, a situação das unidades de informação em Moçambique, incluindo da biblioteca pública provincial denuncia a perspectiva conceitual e institucional restrita ao âmbito da comunicação social e de liberdade de imprensa com que foi estabelecida, por exemplo, a chamada “Política e Estratégia de Informação”. Portanto, desvaloriza-se a ação informacional dos arquivos, bibliotecas, centros de documentação e informação, etc. e os direitos inerentes ao uso da informação de domínio público pelo cidadão comum, estes últimos vinculados apenas aos órgãos de comunicação social e imprensa.

A política e estratégia de implementação da sociedade da informação em Moçambique ignoram, também, de forma sucessiva, a dimensão sócio-política da informação e suas “precárias” e “desarticuladas” estruturas institucionais. Em face disso, e considerando a aprovação, em 2007, do Decreto no. 46/2007, de 10 de outubro – que cria as Bibliotecas Públicas Províncias (BPP) e aprova o respectivo Estatuto em Moçambique –, a pesquisa elegeu a biblioteca pública provincial de Nampula para um estudo de caso.

Não obstante a manutenção da concepção das bibliotecas públicas como “instituições públicas de carácter cultural, que tem por objetivo proporcionar ao cidadão leitura para apoio à investigação, ao processo de ensino-aprendizagem e auto-formação”, o referido Decreto incorpora a dimensão informacional no quadro de objetivos e funções a serem perseguidos por essas instituições no país. É precisamente nessa dimensão que foi analisada a atuação da biblioteca pública provincial de Nampula.

A pesquisa de campo constatou que para além de questões técnico-administrativas pertinentes –, a biblioteca pública provincial de Nampula privilegia, em larga medida, as atividades de (i) apoio aos processos de ensino-aprendizagem e investigação; (ii) promoção do livro e do hábito de leitura; e (iii) disseminação da informação jornalística.

Ao mesmo tempo, há uma predominância de atividades voltadas para o atendimento, quase que exclusivamente das necessidades informacionais de alunos dos ensinos secundário e/ou universitário. Dados confirmados pela biblioteca pública provincial de Nampula revelam, inclusive, que alunos de diversos níveis de ensino e a camada juvenil (na faixa dos 15 a 35 anos) constituem os principais usuários daquela biblioteca. Com a inauguração da sala de leitura infantil, frequentam, também, crianças, que são normalmente acompanhadas pelos mais velhos. A sala de leitura infantil é frequentada por 50 crianças, em média diária.

Os estudos sobre as necessidades informacionais de usuários da biblioteca pública provincial de Nampula, feitos por essa instituição têm sido geralmente dirigidos às escolas, faculdades e outros estabelecimentos de ensino existentes na cidade de Nampula, e não à todos os potenciais usuários da biblioteca (os adultos, trabalhadores, desempregados, donas de casa, entre outros), o que implica na parcialidade da biblioteca pública enquanto espaço público –, ou seja, no conceito de biblioteca pública baseado na universalidade, igualdade de acesso à informação e conhecimento, independentemente do grau de escolaridade, *status* social, idade, raça, sexo, preferência política ou religiosa, etc.

De qualquer modo, a pesquisa revelou uma grande importância da biblioteca pública provincial de Nampula como um espaço de acesso público à informação jornalística. Nesse sentido, essa biblioteca é considerada um espaço local privilegiado de acesso público à informação. A população estudantil, pesquisadores, jovens e alguns adultos são os principais usuários desse tipo de informação. Os primeiros (estudantes e pesquisadores) demandam por informações sobre os seus trabalhos escolares e/ou de pesquisa; e os segundos, sobretudo jovens e adultos desempregados demandam por informação utilitária, sobre vagas e/ou concursos para emprego.

Entretanto, considerando o atual contexto de construção da sociedade da informação no país, será necessário que a biblioteca pública provincial de Nampula considere e dinamize, também, outros dos seus objectivos e atribuições, mormente a contribuição para a disseminação da informação de domínio público e a organização palestras e debates sobre temas relevantes para a cidadania nesse contexto.

Para tanto, a biblioteca pública provincial deverá ultrapassar a visão segundo a qual a informação a ser disseminada por ela é restrita apenas àquela que é produzida pelos órgãos de comunicação social (jornais) e/ou para fins escolares (material didático, enciclopédias, literatura etc.). Deve, portanto, assumir o desafio de disseminar, igualmente, a informação de domínio público e/ou orgânica, aquela informação produzida pelo Legislativo (Boletins da República), Governos central, provincial, distrital e municipal (programas quinquenais de governo, planos e orçamentos anuais de governos a diversos níveis, etc). Essa informação concorre para a transparência da governança e a promoção dos ideais democráticos: igualdade, democracia e abertura, por conseguinte, para a promoção e desenvolvimento da cidadania.

Apesar das mudanças institucionais observadas na biblioteca pública provincial de Nampula, mormente a construção de um novo edifício para o seu funcionamento, os resultados da pesquisa de campo relevaram que a mesma não mantém relações com algumas instituições domiciliadas e/ou representadas na província de Nampula, e que no âmbito desta pesquisa foram consideradas relevantes e/ou potenciais nos campos da inclusão informacional e da cidadania. São os casos, por exemplo, das delegações provinciais da Liga de Direitos Humanos (LDH) de Moçambique e da Associação Moçambicana de Promoção da Cidadania (AMOPROC).

O estabelecimento de relações com essas instituições, quiçá amplia as possibilidades daquela biblioteca de disseminação, mediação e inclusão informacionais, uma vez que tais instituições, sobretudo a LDH, produzem e dispõem de informações relevantes (Constituição da República, Convenção dos Direitos da Criança, Convenção dos Direitos dos Jovens; Convenção sobre a Corrupção; Declaração Universal dos Direitos Humanos, esta última em emakhua, entre outros) para a cidadania em Moçambique, nem sempre disponível no acervo da biblioteca.

Por outro lado, para que a biblioteca pública provincial de Nampula desenvolva produtos e serviços informacionais relevantes para a cidadania, será necessário que o Governo, o setor privado, e as Organizações da Sociedade Civil locais envolvam essa instituição em ações sociopolíticas e culturais que lhe assegurem condições de oferta desses produtos e serviços. É possível, como julga a literatura que trata da biblioteca pública no contexto da sociedade da informação, que à medida que a mesma se vincular adequadamente com a sociedade, se torne o caminho para a participação cidadã nesse contexto.

Finalmente, podemos considerar que a presente pesquisa proporcionou uma compreensão maior das atividades desenvolvidas pela biblioteca pública provincial de Nampula, seu papel e desafios nos campos da informação e da cidadania. No entanto, não podemos deixar de reconhecer a necessidade de futuras pesquisas, capazes de ampliar essa compreensão.

Um dos procedimentos metodológicos propostos na presente pesquisa, mas que ficou em aberto, referia-se a aplicação de um questionário aos usuários reais da biblioteca pública provincial de Nampula. O ponto de vista do usuário, quiçá ampliaria a compreensão do papel e importância socio-informacional atribuída essa biblioteca. Um estudo futuro deverá, entretanto, não apenas considerar o ponto de vista do usuário real, mas também o potencial, com vistas a alargar o universo da avaliação e/ou da importância atribuída aos serviços oferecidos pela biblioteca. Será interessante, igualmente, que futuras pesquisas abranjam bibliotecas públicas de outras províncias e/ou regiões de Moçambique.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros, artigos de periódicos e comunicações

ABRAHAMSSON, Hans; NILSSON, Anders. *Ordem mundial futura e Governança nacional em Moçambique...* Maputo: CEEI/ISRI, 1998.

ALBRELLO, Luc et al. *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais...* Lisboa: Gradiva, 2005.

ALI, Momade A. *Bibliotecas Públicas, emergência da Sociedade da Informação e Cidadania em Moçambique...* In: 2º. SEMINÁRIO NACIONAL DE ARQUIVOS, BIBLIOTECAS, CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MUSEUS, 23-25 de Abril de 2008a. Maputo - Moçambique.

_____. *Reforma do Sector Público, Arquivos e Serviços de Documentação e Informação em Moçambique...* In: 2º. SEMINÁRIO NACIONAL DE ARQUIVOS, BIBLIOTECAS, CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MUSEUS, 23-25 de Abril de 2008b. Maputo - Moçambique.

ALLRED, John R. "The purpose of the public library: historical view. In: TOTTERDELL, Barry (ed.). *Public library purpose: a reader*. London: Clive Bingley, 1978. pp.15-32.

ALMEIDA, Maria Christina Barbosa de. *Planejamento de bibliotecas e serviços de informação*. Brasília DF: Briquet Lemos, 2005.

ALMEIDA Jr., Oswaldo Francisco de. *Biblioteca Pública: avaliação de serviços*. Londrina - PR: Eduel, 2003.

AQUINO, Mirian Albuquerque. A ciência da informação: novos rumos sociais para um pensar reconstrutivo no mundo contemporâneo. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 36, n. 3, p. 9-16, set./dez. 2007.

ARAÚJO, Eliany A de. "Informação, sociedade e cidadania: gestão da informação no contexto das organizações não-governamentais (ONGs) brasileiras". *Ciência da Informação*, Brasília, v.29, n.2, pp.155-167, maio/ago.1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v28n2/28n2a08.pdf>>. Acesso em: 28.out.2007.

_____; OLIVEIRA, Marlene. A produção de conhecimentos e a origem das bibliotecas. In: OLIVEIRA, Marlene. *Ciência da Informação e Biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação*. Belo Horizonte: UFMG, 2005. pp.29-43.

ARAÚJO, Manuel Mendes de. Cidade de Nampula: a rainha do norte de Moçambique. *Finisterra*, XL, n.79, p.209-222, 2005.

ARAÚJO, Vânia Rodrigues H. de. Sistemas de Informação: nova abordagem teórico-conceitual. *Ci. Inf.*, Brasília, v.24, n.1, p.54-76, jan./abril, 1995.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 7 ed. São Paulo: Forense universitária, 1995.

ARNALDO, Carlos. *Fecundidade e seus determinantes próximos em Moçambique*. Maputo: Texto Editores, 2007.

ARRUDA, Guilhermina M. *As práticas da Biblioteca pública a partir das suas quatro funções básicas*. (2000). Disponível em: <http://br.geocities.com/biblioestudantes/texto_24.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2007.

AVRITZER, Leonardo. Entre o diálogo e a reflexividade: a modernidade tardia e a mídia. In: _____; DOMINGUES, José Maurício. (Org.). *Teoria social e modernidade no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2000. pp. 61-83.

AVRITZER, Leonardo; COSTA, Sérgio. Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. In: MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Ceres Pimenta Spínola. (Org.). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: UFMG, 2006. pp.63-90.

BÁEZ, Fernando. *História universal da destruição dos livros: das tábuas sumérias à guerra do Iraque*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

BAPTISTA, Sofia Galvão; Cunha, Murilo Bastos da. Estudos de usuários: uma visão global dos métodos de coleta de dados. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v.12, n.2, p.168-184, maio/ago. 2007.

BARRETO, Aldo Albuquerque. A condição da informação. In: STAREC, Cláudio; GOMES, Elisabeth Braz; BEZERRA, Jorge. *Gestão estratégica da informação e inteligência competitiva*. São Paulo: Saraiva, 2005. pp.3-16.

BARRETO, Angela Maria; PARADELLA, Maria Dulce; ASSIS, Sônia. Bibliotecas públicas e telecentros: ambientes democráticos e alternativos para a inclusão social. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 37, n. 1, p. 27-36, jan./abr. 2008.

BARROS, Paulo. *A Biblioteca Pública e sua contribuição social para a educação do cidadão*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002. (Coleção trabalhos acadêmico-científicos. Série de mestado; 36).

BATLLES, Matthew. *A conturbada história das bibliotecas*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2003.

_____. *Library: an unique history*. New York: W. W. Norton & Company Ltd., 2004

BELL, Daniel. *O advento da sociedade pós-industrial: uma tentativa de previsão social*. São Paulo: Cultrix, 1978.

BENDIX, Reinhard. *Construção nacional e cidadania: estudos da nossa ordem social em mudança*. São Paulo: Edusp, 1996.

BETANCOURT, Valeria. A Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação: processo e temas debatidos. In: SELAIMEN, Graciela; LIMA, Paulo Henrique. *Cúpula Mundial da Sociedade da Informação: um tema de tod@s*. Rio de Janeiro: Rits, 2004. pp.29-41. Disponível em: <<https://acesseseguro.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/670130.PDF>>. Acesso em: 18.maio.2009.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BORGES, Maria Célia; DALBERIO, OSVALDO. Aspectos metodológicos e filosóficos que orientam as pesquisas em educação. *Revista Ibero-americana de Educación*, v.5, n.43, jul./2007. Disponível em: <<http://www.rieoei.org/deloslectores/1645Borges.pdf>>. Acessado em: 21.ago.2009.

- BRAMAN, Sandra. *Change of State: Information, Policy and Power*. Cambridge: Mit Press, 2006.
- BELKIN, N. J. *Anomalous states of knowledge as a basis for information retrieval*. *Canadian Journal of Information Science*. v. 5, p. 133-143, 1980.
- BELKIN, N.J., ODDY, R.N., BROOKS, H.M. Ask for information retrieval. Part I: background and theory. *Journal of Documentation*, v. 38, n. 2, p. 61-71, 1982a.
- BELKIN, N.J.; ODDY, R.N.; BROOKS, H.M. ASK for information retrieval. Part II: results of a design study. *Journal of Documentation*, v. 38, n. 3, p. 145-164, 1982b.
- BROWNE, Mairéad. The field of information policy: 1 fundamental concepts. *Journal of Information Science*, Brighton, v.23, n.4, p.261-275, 1997.
- BROWNE, Mairéad. The field of information policy: 2 Redefining the boundaries and methodologies. *Journal of Information Science*, Brighton, v.23, n.5, p.339-351, 1997.
- BUCKLAND, Michael K. Information as thing. *Journal of the American Society for Information Science*, New York, v.45, n.5, p.351-360, 1991.
- CABAÇO, José Luís. Políticas de identidade no Moçambique colonial. In: MAGGIE, Yvonne; REZENDE, Claudia Barcellos (Org.). *Raça como retórica: a construção da diferença*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. pp.353-408.
- CABRAL, Ana Maria Rezende. A Ciência da Informação, a cultura e a sociedade informacional. In: REIS, Alcenir Soares dos; CABRAL, Ana Maria Rezende (Orgs.). *Informação, Cultura e Sociedade: interlocuções e perspectivas*. Belo Horizonte: Novatus, 2007. pp.29-48.
- CAHEN, Michael. Unicidade, Unidade ou o Pluralismo. In: MAGODE, José (ed.). *Moçambique: etnicidades, nacionalismo e o Estado – Trasmigração inacabada*. Maputo: CEGRAF, 1996. pp.18-39.
- CAMPHELLO, Bernadete Santos. Fontes de informação utilitária em bibliotecas públicas. *R. Bibliotecon*. Brasília, v.22, p.35-46, jan./jun. 1998.
- CAMPOS, Luiz Fernando de Barros; VENÂNCIO, Ludmila Salomão. O objeto de estudo da ciência da informação: a morte do indivíduo. *Informação & Informação*, Londrina, v. 11, n. 1, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1720/1471>> Acesso em: 20 mai. 2009.
- CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. Tradução de Ana Maria Pereira Cardoso; Maria da Glória Achtschin Ferreira; Marco Antônio de Azevedo. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v.12, n.1, p.148-207, jan./abr. 2007.
- CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5, 2003. **Anais...** Belo Horizonte: Escola Ciência da Informação/UFMG, 2003. Disponível em: <http://www.capurro.de/enancib_p.htm>. Acesso em: 10 jun. 2009.
- CARDOSO, Ana Maria Pereira. Retomando possibilidades conceituais: uma contribuição à sistematização do campo da informação social. *Rev. Esc. Biblioteconomia*, UFMG, Belo Horizonte, v.23, n.2, p.107-114, jul./dez., 1994.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania: tipos e percursos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 18, p. 1-21, 1996. Disponível em: <http://cce.udesc.br/titosena/Arquivos/Artigos_textos_sociologia/Cidadania.pdf>. Acesso em: 17.ago.2009.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. In:_____. *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 2007a. v.1

_____. Fim do Milênio. In:_____. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007b. v.3

CEPIK, Marco. Direito à informação: situação legal e desafios. Disponível em: <<http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/index.php/buscalegis/article/view/31106/30413>>. Acesso em: 15.ago.2009.

CHICHAVA, Sérgio. “Discurso político e pobreza em Moçambique. Uma análise crítica”. Disponível: <http://www.cean.cinquentenaire.sciencespobordeaux.fr/chichava_comunicacion_en_portugais.pdf>. Acessado em 07.abr.2009.

CORTINA, Adela. *Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania*. São Paulo: Loyola, 2005.

CORNELIUS, Ian. Theorizing Information form Information Science. *Annual review of information science and technology*, v.36, n.1, p.395-425, 2005.

CORREIA, Zita P. a Biblioteca Pública como espaço da cidadania. Disponível em: <http://www.evora.net/BPE/2005Bicentenario/dias/27_out05/textos/zita.pd>. Acesso em: 10.ago.2009.

COUTINHO, Maria de Sousa Pereira. Racionalidade comunicativa e desenvolvimento humano em Jürgen Habermas: Bases de um processo educacional. (resenha crítica) *Revista lusófona de educação*, Lisboa, 2002. Disponível em: <http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/10437/306/1/critica2_maria.pdf>. Acessado em: 15.09.2009.

CRUZ, Adelino Jaime da. A Reforma do Setor Público. In: MACUANE, José Jaime; WEIMER, Bernhard. *Governos locais em Moçambique: desafios da capacitação institucional*. Maputo: Imprensa Universitária (UEM), 2003. p.53-64.

CUNHA, Vanda A. da. A Biblioteca pública no cenário da sociedade da informação. *Biblios, Revista Electrónica de Bibliotecología, Archivología y Museología*, vol.4, n.15, abril/jun, 2003, p.66-76. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/bitstream/10760/5540/1/2003_014.pdf>. Acessado em: 28.nov.2007.

CUNHA, Vanda A. da; SANTOS, Levi A. dos. (2005). Sociedade do Conhecimento, Políticas Públicas de Informação e as Bibliotecas Públicas Municipais de Salvador. Disponível em: <http://www.cinforma.ufba.br/v_anais/artigos/vandacunha.html.pdf>. Acessado em: 28.nov.2007.

CYRANEK, Gunther. *A Visão da Unesco sobre a Sociedade da Informação*. Artigo apresentado na Conferencia do Grupo 9.4 da Federação Internacional de Processamento da Informação, 24-26 de Maio de 2000. Cape Town – África do Sul. Disponível em: <http://www.ip.pbh.gov.br/ANO3_N1_PDF/ip0301cyranek.pdf>. Acessado em: 15.ago.2009.

- DAHL, Robert A. *Sobre a democracia*. Brasília DF: UnB, 2001.
- DALLARI, *Direitos Humanos e Cidadania*. São Paulo: Moderna, 1998.
- DARNTON, Robert. O poder das bibliotecas. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, domingo, 15 de abril de 2001, pp.4-6.
- DEMO, Pedro. *Cidadania tutelada e cidadania assistida*. São Paulo: Autores Associados, 1995.
- _____; OLIVEIRA, Liliane Lúcia Nunes de. *Cidadania e Direitos Humanos – sob olhar das Políticas Públicas*. Texto para discussão n.391. Rio de Janeiro: IPEA, 1995.
- EAGLETON, Terry. *Marx e a liberdade*. São Paulo: Unesp, 1999.
- GIDDENS, Anthony. *Capitalismo e moderna teoria social*. Lisboa: Ed. Presença, 2005.
- FAITE, Olívia Maria.(2003). “Moçambique: As Metamorfoses da cidadania ou em busca de uma Cidadania?”. *Profer*, (FBLP), Maputo: Moçambique. Disponível: <http://www.achegas.net/numero/dezoito/olivia_faite_18.htm>. Acesso em: 21.nov.2007.
- FATHEUER, Thomas; FÜKS, Ralf; DROSSOU, Olga. Introdução. In: SELAIMEN, Graciela; LIMA, Paulo Henrique. *Cúpula Mundial da Sociedade da Informação: um tema de tod@s*. Rio de Janeiro: Rits, 2004. pp.1-8. Disponível em: <<https://acessoseguro.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/670130.PDF>>. Acesso em: 18.maio.2009.
- FELICIANO, Antonio Marcos et al. Inclusão Digital: o lado social das Tecnologias da Informação e da Comunicação. *Informática Pública*, v.9, n.2, p.71-81, 2007.
- FERREIRA, Mary. (200?). INFORMAÇÃO E DESIGUALDADE SOCIAL: Desafios para pensar o Estado democrático a partir das bibliotecas públicas maranhenses. Disponível em: <<http://www.badinfo.apbad.pt/Congresso9/COM72.pdf>>. Acesso em: 28.jan.2009.
- FLORENZANO, Modesto. Sobre as origens e o desenvolvimento do Estado moderno no ocidente. *Lua Nova*, São Paulo, 71, 2007, pp.11-39. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n71/01.pdf>>. Acesso em: 12.abr.2010.
- FLOWER, Derek Adie. *Biblioteca de Alexandria: as histórias da maior biblioteca da Antiguidade*. São Paulo: Nova Alexandria, 1999.
- FOSKETT, A. C. *Abordagem temática da informação* São Paulo: Polígono, 1973.
- _____. Features of an information retrieval system. In: _____. *The subject approach to information*. 5th ed. London: Library Association, p. 12-31.
- FROTA, Maria Guiomar da Cunha; QUINTÃO, Paula Gomes. Os países latino-americanos e a implementação da Convenção dos Direitos da Criança: direitos humanos e responsabilização social no século XXI. In: *32º Encontro Anual da ANPOCS*, 2008, Caxambu. ANPOCS, 2008.

FROTA, Maria Guiomar da Cunha. *Informação e direitos humanos na sociedade globalizada*. Comunicação apresentada no 2º. Seminário Nacional de Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus, 23-25 de Abril de 2008. Maputo - Moçambique.

FUNARI, Pedro Paulo. A cidadania entre os romanos. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2005. pp.49-79.

GARCIA, German. *La biblioteca publica*. Buenos Aires: Ministerio de educacion, 1957.

GENTILI, A. M. *O leão e o caçador: uma história da África subsahariana, séculos XIX e XX*. Maputo: AHM, 1999.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GLASER, B. G; STRAUSS, A. *The discovery of ground theory: strategies for qualitative research*. Chicago: Aldine Publishing, 1967.

GONZÁLES DE GOMEZ, Maria Nélide. O objeto de estudo da Ciência da Informação: paradoxos e desafios. *Ciência da Informação*, Brasília, v.19, n. 2, p. 117-22, jul./dez., 1990.

GÓMEZ GONZÁLEZ, Maria Nélide de. Novos cenários políticos para a informação. *Ci. Inf.*, Brasília, v.31, n.1, p.27-40, jan./abr. 2002.

GOMES, Sônia de Conti. Biblioteca e sociedade: uma abordagem sociológica. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v.11, n.1, p.14-21, mar. 1982.

GOMES, Wilson. Apontamentos sobre o conceito de esfera pública política. In: MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Ceres Pimenta Spínola. (Org.). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: UFMG, 2006. pp.49-61.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Cidades-estado na antiguidade clássica. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2005. pp.29-47.

GIDDENS, Anthony. *Capitalismo e moderna teoria social*. Lisboa: Ed. Presença, 2005.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HABERMAS, Jürgen. *Teoria de La acción comunicativa: racionalidad de la acción y racionalización social*. Bogotá: Taurus, 1987.

HANLON, Joseph. *Mozambique: who calls the shots?* Bloomington: Indiana University Press, 1991.

_____. *Peace without profit: how the IFM blocks rebuilding in Mozambique*. Oxford: Currey, 1996.

_____. *Is Poverty Decreasing in Mozambique?* Conference Paper no. 14, 2007. Disponível em: <<http://www.iese.ac.mz/>>. Acessado em: 07.abr.2009.

_____ ; SMART, Teresa. *Há mais bicicletas – mas há desenvolvimento?* Maputo: CIEDIMA, 2008.

HENRY, Carol. (Ed). *The Public library service: IFLA/UNESCO guidelines for development.* München: Saur, 2001. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/VII/s8/proj/publ97.pdf>>. Acessado em: 20.nov.2008.

IFLA/UNESCO Public Libraries Section. *10 ways to make a public library work / Update your libraries.* Disponível em: <<http://rcbp.dglb.pt/pt/ServProf/Documentacao/Documents/10-ways-to-make-a-public-library-work.pdf> >. Acessado em: 28.set.2009.

ISSAK, Aissa. *Museus como Unidades Documentais: seu papel na educação da comunidade.* Comunicação apresentada no 3º Seminário Regional de Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus, 18-27 de outubro de 2006, Xai-Xai.

_____ ; MOLA, Henriqueta. IDEIAS - O ponto de encontro entre os profissionais de informação e documentação em Moçambique, *Jornal Notícias*, Maputo, Quarta-Feira, 1 de Dezembro de 2010. Disponível em: <<http://www.jornalnoticias.co.mz/pls/notimz2/getxml/pt/contentx/1137293>>. Acesso em: 1.dez.2010.

KAUNGAMNO, Ezekiel E. Books and libraries in the third world: problemas and prospects. In: ROGERS, A. Robert; McCHESNEY, Kathryn. *The library in society.* Littleton, Colorado: Libraries Unlimited, Inc, 1984. pp.255-277.

KEENAM, Teresa M. Model comparasion paper. 2005. Disponível em: <http://rioghail.com/portfolio%20for%20graduation/pdf_files/modelcomparasionpaper.pdf> Acesso em: 10 mai. 2009.

KOREN, Marian. Access to libraries of all ages for people of all ages: the right to information. Disponível em: <http://www.evora.net/BPE/2005Bicentenario/dias/27_out05/textos/koren.pdf>. Acessado: 28.jan.2009.

KULYUMBA, Pedro Guilherme. *Museu Nacional de Etnologia: 50 anos preservando nossa história.* Maputo: CIEDIMA, 2006.

KUMAR, Krishan. *Da sociedade pós-industrial à sociedade pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo.* 2ed./ampl. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas.* Porto Alegre: Artmed, 1999.

LE COADIC, Yves-François. *A ciência da informação.* 2ed. Brasília DF: Briquet Lemos, 2004.

LIMA, Paulo Henrique. Sociedade da informação, democracia e igualdade. In: SELAIMEN, Graciela; LIMA, Paulo Henrique. *Cúpula Mundial da Sociedade da Informação: um tema de tod@s.* Rio de Janeiro: Rits, 2004. pp.8-18. Disponível em: <<https://acessoseguro.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/670130.PDF>>. Acesso em: 18.maio.2009

LOPES, José de Sousa Miguel. *Cultura acústica e letramento em Moçambique: em busca de fundamentos antropológicos para uma educação intercultural.* São Paulo: Educ, 2004.

- LOWY, Michael. *Ideologias e ciências social: elementos para uma análise marxista*. 17 ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- LUNDIN, Iraê Baptista. “uma leitura analítica dos espaços sociais que Moçambique abriu para acolher e cultivar a paz”. In: MAZULA, Brazão (coord.). *Moçambique: dez anos de Paz*. Maputo: CEDE, 2002, pp.96-138.
- LUNDIN, Iraê Baptista. Eleições Gerais – Um Eleitorado Ausente. In: MAZULA, Brazão (Dir.). *Moçambique: Eleições Gerais 2004 – um olhar do Observatório Eleitoral*. Maputo: Imprensa Universitária, 2006. pp. 51-121.
- MALISKA, Marcos Augusto. Max Weber e o Estado Racional Moderno. *Revista Eletrônica do CEJUR*, v. 1, n. 1, p.15-28, ago./dez. 2006.
- MARCIAL, Elaine Coutinho, et al. Epistemologia da ciência da informação: a presença do paradigma social de Capurro na literatura. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8, 2007. Anais... Salvador, Bahia: UFBA, 2007. Disponível em: <<http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT1--231.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2009.
- MARIO, Mouzinho, Nandja, Debora. A alfabetizacao em Mocambique: desafios da educacao para todos. [s/l: s/ed, 2006].
- MARTIN, Nuria Belloso. *Os novos desafios da cidadania*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005.
- MARTELETO, Regina Maria; SILVA, António Braz de Oliveira e. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 33, n. 3, p.41-49, set./dez. 2004.
- MARSHALL, T. H. *Class, Citizenship and Social development*. New York: Anchor Books, 1965.
- MARSHALL, T. H. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MARX, Karl. *Manifesto do Partido Comunista*. 4ed. São Paulo: Global editora, 1984.
- MATTES, Robert; SHENGA, Carlos. ‘Uncritical citizenship’ in “low-information’ society: Mozambicans in comparative perspective. In: CONFERÊNCIA INAUGURAL DO IESE, 19 de setembro de 2007, Maputo, *Conference paper no. 23*...Maputo, 2007, pp. 1-41.
- MASSENSINI, Rogério Luís; REIS, Alcenir Soares dos. Inclusão digital no Centro Vocacional Tecnológico Henfil: os desafios à implantação do letramento informacional. Comunicação apresentada no *XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação*. Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010.
- MAZULA, Brazão. Paz e democracia desafiantes. In.:_____ (Coord.). *Moçambique: 10 anos de paz*. Maputo: CEDE, 2002, p.17-34.
- MBILANA, Guilherme. Processos eleitorais em Moçambique: experiências e desafios. In: MAZULA, Brazão (Dir.). *Moçambique: Eleições Gerais 2004 – um olhar do Observatório Eleitoral*. Maputo: Imprensa Universitária, 2006. pp. 21-49.

- MILANESI, Luís. *Ordenar para desordenar*. Centros de cultura e bibliotecas públicas. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- _____. *O que é Biblioteca*. 4 ed. São Paulo, 1986.
- _____. *A casa da Invenção*. São Paulo: Ateliê Editorial, 1997.
- _____. *Biblioteca*. São Paulo: Ateliê editorial, 2002.
- MINTER, William. *Os contra do Apartheid*: as raízes da guerra em Angola e Moçambique. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1998.
- MOLE, Paulo Nicua. O impacto social do Programa de Ajustamento Estrutural. In: CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno (Org.). *Moçambique*: perspectivas econômicas. Maputo: UEM/Imprensa Universitária, 1994.
- MOTA, Luís Gonzaga da. A Cidadania e os Meios de Comunicação. In: TEIXEIRA, João Gabriel Lima. *A Construção da Cidadania*. Brasília, DF: Universidade da Brasília/Departamento de Sociologia, 1986. pp.237-240.
- MORIGI, Valdir José; VANZ, Samile Andréa de S; GALDINO, Karina. O Bibliotecário e suas práticas na construção da cidadania. *Rev. ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*, v. 7, n. 1, pp.134-147, 2002.
- MORIN, Edgar. *Para sair do século XX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- MOURA, Maria Aparecida. Organização da Informação em ambientes digitais: estudos e perspectivas. In: 2º. SEMINÁRIO NACIONAL DE ARQUIVOS, BIBLIOTECAS, CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MUSEUS, 23-25 de Abril de 2008a. Maputo – Moçambique.
- _____; SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Ciência da Informação em Moçambique. In: 2º. SEMINÁRIO NACIONAL DE ARQUIVOS, BIBLIOTECAS, CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MUSEUS, 23-25 de Abril de 2008b. Maputo – Moçambique.
- MUCANHEIA, Francisco Ussene. Participação no Processo de Tomada de Decisões em Nampula. Maputo: Cruzeiro Sul, 200?. Disponível em: <http://www.iid.org.mz/Participacao_no_processo_de_tomada_de_deciso es_N_ampa ula_final.pdf>. Acesso em: 20.ago.2010.
- MURISON, W.J. *The Public Library*: its origins, purpose, and significance. 2ed.rev.ampl. London: George G. Harrap & Co, 1971.
- NAMBURETE, Eduardo. Os *Medias*, Paz e Democracia. In: MAZULA, Brazão.(Coord.). *Moçambique*: 10 anos de Paz. Maputo: CEDE, 2002. pp.81-95.
- _____. A Comunicação Social em Moçambique: da independência à liberdade. ANUÁRIO INTERNACIONAL DE COMUNICAÇÃO LUSÓFONA, 2003, pp. 25-38. Disponível em: <<http://revcom.portcom.intercom.org.br/index.php/anuariolusofono/article/viewFile/1137/885>>. Acessado em: 20.abr.2010.
- NIPASSA, Orlando. Ajuda Externa e Desenvolvimento em Moçambique: Uma Perspectiva Crítica. Conference Paper N°36. II CONFERENCIA DO IESE, “DINÂMICAS DA POBREZA E PADRÕES DE ACUMULAÇÃO EM MOÇAMBIQUE”, Maputo, 22 a 23 de Abril de 2009.

OLIVEIRA, Marlene de. Origens e evolução da ciência da informação. In: _____. (Coord.). *Ciência da Informação e Biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação*. Belo Horizonte: UFGM, 2005. pp.9-28.

PAVIA, José F. *Economia e política: Moçambique e as instituições de Bretton Woods*. Lisboa: Assírio Baceleu, 2000.

PEREIRA, Luis Filipe. A dinâmica das transformações no espaço da província de Nampula. Maputo: Cruzeiro Sul, 2007.

PEREIRA, F. C. M. A equação fundamental da ciência da Informação de Brookes e sua importância para o campo da ciência da informação. *Informação & Informação*, v. 13, n. 1, p.15-31, 2008.

PEREIRA, Frederico César Mafra; CABRAL, Ana Maria Rezende. O conceito de informação e de conhecimento no contexto empresarial: do cognitivismo ao paradigma sócio-cognitivo. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8, 2007. Anais... Salvador, Bahia: UFBA, 2007. Disponível em: <www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT1--136.pdf> Acesso em: 20 mai. 2009.

PINSKY, Jaime. Introdução. In: _____; PINSKY, Carla Bassanezi. *História da cidadania*. São Paulo, 2005. pp.9-13.

_____. Os profetas sociais e o deus da cidadania. In: In: _____; PINSKY, Carla Bassanezi. *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2005.

POOLE, Hilary (org.). *Direitos Humanos: referências essenciais*. São Paulo: Edusp, 2007.

PRETTO, Nelson; BONILLA, Maria Helena. Sociedade da informação: democratizar o quê? *Jornal do Brasil*, Quinta-feira, 22 de Fevereiro de 2001. Disponível em: <<http://disciplinas.dcc.ufba.br/pub/MATA68/Tema1/Texto4-SocInfo.pdf>>. Acesso em: 18.09.2009.

REIS, Alcenir Soares dos. Retórica-ideologia-informação: questões pertinentes ao cientista da informação? *Perspect. cienc. inf.*, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 145 - 160, jul./dez.1999.

REIS, Alcenir Soares dos. Informação, Cultura e Sociedade no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação: contrapontos e perspectivas. In: _____; CABRAL, Ana Maria Rezende. (Orgs.). *Informação, Cultura e Sociedade: interlocuções e perspectivas*. Belo Horizonte: Novatus, 2007. pp.13-28.

REIS, Elisa. Cidadania: história, teoria e utopia. *Cidadania, justiça e violência*, [s.l.], pp. _____, 1997. Disponível em: <<http://www.comunidadessegura.org/files/cidadaniahistoriateoriaeutopia.pdf>>. Acesso em: 07.abr.2009.

ROBREDO, Jaime. *Da ciência da informação revisitada aos sistemas humanos de informação*. Brasília DF: Thesaurus, 2003.

ROJAS, Miguel Ángel Rendón. Relación entre los conceptos: información, conocimiento y valor. Semejanzas y diferencias. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 34, n. 2, p. 52-61, maio/ago. 2005.

ROSÁRIO, Lourenço do. “Contribuição para uma reflexão sobre a idéia de identidade e cidadania em Moçambique”, in L. Do Rosário, *Singularidades – estudos africanos*, Lisboa: Edições universitárias Lusófonas, 1996.

ROZADOS, Helen Beatriz Frota. A Ciência da Informação em sua aproximação com as ciências cognitivas. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 79-94, jan./jun. 2003.

Disponível em: <<http://ojs.portcom.intercom.org.br/index.php/revistaemquestao/article/viewFile/3625/3413>>. Acesso em: 20 maio. 2009.

ROWLANDS, Ian; EISENSCHITZ, Tamara; BAWDEN, David. Frame analysis as a tool for understanding information policy. *Journal of Information Science*, v.28, n.1, 2002, pp. 31–38.

SANTOS, Laymert G. dos. *Alienação e capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v.1, n.1, P.41-62, jan./jun. 1996.

_____. Information Science. *Journal of the American Society For Information Science*, v.50, n.12, p.1051–1063, 1999.

SATHLER, Luciano. Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação: desafios para a Sociedade Civil. *Mídia Cidadã*, novembro, 2005, pp.1-11.

SELAIMEN, Graciela. Onde entra a comunicação na sociedade da informação? In: _____; LIMA, Paulo Henrique. *Cúpula Mundial da Sociedade da Informação: um tema de tod@s*. Rio de Janeiro: Rits, 2004. pp.20-29. Disponível em: <<https://acessoseguro.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/670130.PDF>>. Acesso em: 18.maio.2009.

SILVA, Josué Pereira da. Cidadania e reconhecimento. In: AVRITZER, Leonardo; DOMINGUES, José Maurício. (Org.). *Teoria social e modernidade no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2000. pp. 123-135.

SILVA, Armando Malheiro da. *A Informação: da compreensão do fenômeno e construção do objecto científico*. Porto: Afrontamento, 2006.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. *O Bibliotecário como agente histórico: do “humanista” ao “Moderno Profissional da Informação”*. In: 2º. SEMINÁRIO NACIONAL DE ARQUIVOS, BIBLIOTECAS, CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MUSEUS, 23-25 de Abril de 2008. Maputo - Moçambique.

SIMÕES, Adriana Machado. O processo de produção e distribuição de informação enquanto conhecimento: algumas reflexões. *Perspec. Ci. Inf.*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 81-86, jan./jun. 1996.

SITOE, Eduardo J. Abstencões: perspectivas e desafios para a consolidação da Democracia. In: MAZULA, Brazão (Dir.). *Moçambique: Eleições Gerais 2004 – um olhar do Observatório Eleitoral*. Maputo: Imprensa Universitária, 2006. pp. 151-183.

SORJ, Bernardo. *A democracia inesperada: cidadania, direitos humanos e desigualdade social*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

STEENBERGEN, Bart van. The condition of citizenship: an introduction. In.: _____(ed.). *The condition of citizenship*. London: SAGE Publications, 1994. p.1-9.

SUAIDEN, Emir. *Biblioteca Pública e Informação à Comunidade*. São Paulo, 1995.

SUAIDEN, Emir J. “A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação”. In: *Ciência da Informação*, v.29, n.2, Brasília, maio/ago. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a07v29n2.pdf>>. Acessado em 28.out.2007.

TELLO, Filipe Meneses. Bibliotecas y Sociedad: reflexiones desde uma perspectiva sociológica. *Revista Interamericana de Bibliotecologia*, v.28, n.2, jul./dec., 2005, p.117-133.

TURNER, Bryan S. Postmodern culture/modern citizens. In.: STEENBERGEN, Bart van (ed.). *The condition of citizenship*. London: SAGE Publications, 1994. pp.153-168.

TOLLENAERE, Marc. Democracia e eleições em Moçambique: teoria e prática. In.: MAZULA, Brazão.(Coord.). *Moçambique: 10 anos de Paz*. Maputo: CEDE, 2002. pp.227-251. v.1.

UHLIR, Paul F. *Diretrizes políticas para o desenvolvimento e a promoção da informação governamental de domínio público*. Brasília: UNESCO, 2006.

UUSI-VIDENOJA, Hannu. Bibliotecas públicas finlandesas, pioneiras da nova sociedade de informação. In: FÓRUM DE COOPERAÇÃO CULTURAL INTERNACIONAL, [s/n], 16-18 de março de 2004, Fortaleza. Disponível em: <http://www.minedu.fi/export/sites/default/OPM/Kirjastot/kansainvaelineen_ja_eu-yhteistyoe/Materials/Portuguese_Uusi-Videnoja_2004.pdf>. Acesso em: 03.maio.2010.

VALÁ, Salim Cripton. “A riqueza está no campo: economia rural, financiamento aos empreendedores e fortalecimento institucional”. *Conference paper*. Disponível em: <<http://www.iese.ac.mz/>>. Acessado em 07.abr.2009.

VARELA, Aida. *Informação e construção da cidadania*. Brasília: Thesaurus, 2007.

VIEIRA, Liszt. *Os argonautas da cidadania: a sociedade civil na globalização*. São Paulo: Record, 2001.

VIEIRA, Liszt. *Cidadania e globalização*. São Paulo: Record, 2005.

WEBSTER, Frank. *Theories of the Information Society*. 3ed. New York: Routledge, 2006.

WEIMER, Bernhard. Dez anos de Paz – Democracia, Governação e Reforma. In: MAZULA, Brazão (coord.). *Moçambique: dez anos de Paz*. Maputo: CEDE, 2002: 55-81.

WELLMER, G. *Southern African Development Community: Between regional integration and reciprocal free trade with the European Union*. Bielefeld, s/ed.1999.

WERTHEIN, Jorge. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 29, n. 2, p. 71-77, maio/ago. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a09v29n2.pdf>>. Acessado em: 29.jan.2009.

WINOCUR, Rosalia. A apropriação das tecnologias da informação e comunicação: mitos e realidades. In: MACIEL, Maria Lucia; ALBAGLI, Sarita (Orgs.). *Informação e desenvolvimento: conhecimento, inovação e apropriação social*. Brasília, 2007. pp.71-88.

Relatórios, Monografias, Dissertações e Teses

AFRIMAP; OPEN SOCIETY INITIATIVE for Southern Africa. *Moçambique: Democracia e Participação Política*. Londres: AfriMAP/Open Society Foundation, 2009.

ALBERTO, Serafim Adriano. *Fatores associados à mortalidade infantil em Moçambique, 1998 a 2003*. 2010. 84 f. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

APARÍCIO, Maria Alexandra Miranda. *A sociedade da informação: perspectivas para Angola*. 2006. 273 f. Orientador: António Lisboa de Carvalho Miranda. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

ARNDT, Channing; JONES, Sam; TARP, Finn. *Aid and Development: The Mozambican Case*. Discussion papers No. 27E. Maputo: Direcção Nacional de Estudos e Análise de Políticas (DNEAP)/Ministério de Planificação e Desenvolvimento (MPD), 2006.

AUN, Marta Pinheiro. *Antigas Nações, Novas Redes: as transformações do processo de construção de políticas de informação*. 2001. Orientadora: Rosali Fernandez de Souza. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

BATLEY, Richard; BJØRNESTAD, Liv; CUMBI, Amélia. *Avaliação Conjunta do Apoio Orçamental Geral, 1994-2004 – Relatório de Moçambique*. Birmingham: International Development Department/University of Birmingham, 2006.

BRAMAN, Sandra. *Information Technology, National Identity, & Social Cohesion: a report of the project on technology futures and global power, wealth, and conflict*. Washington: CSIS (Center of Strategic and International Studies), 2005.

BRETTAS, Aline Pinheiro. *A Sociedade Literária de Belo Horizonte: um legado cultural da Biblioteca Municipal para a cidade*. 2007. 227 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

CHICONELA, Jacinto. *Estimativas e Perfil da Pobreza em Moçambique*. Discussion papers. No. 7P. Maputo: Direcção Nacional de Estudos e Análise de Políticas (DNEAP)/Ministério de Planificação e Desenvolvimento (MPD), 2006.

DIAS, Adélio Segredo. *A atuação informacional do Instituto de Camões no processo de construção da cidadania moçambicana: o caso do Maputo*. 2007. 189 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

FRANCISCO, António et al. *Índice da Sociedade Civil em Moçambique, 2007*. Maputo: FDC, 2008.

FROTA, Maria Guiomar da Cunha. *Associativismo e participação social: desafios de âmbito local e global na implementação dos direitos da criança*. 2004. 200 f. Orientador: Renato Raul Boschi. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

GASTER, Polly et al. *Inclusão digital em Moçambique: um desafio para todos*. Maputo: CIUEM, 2009. Disponível em: <http://www.ngopulse.org/files/mozambique_em_portugues.pdf>. Acesso em: 05.set.2009.

LUBENOW, Jorge Adriano. *A categoria de esfera pública em Jürgen Habermas*. 2006. 257 f. Orientador: Marcos Nobre. Tese (Doutorado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

MANGUE, Manuel Valentim. *Consolidação do Processo de Informatização em Sistemas de Bibliotecas Universitárias da África do Sul, Brasil e Moçambique*. 2007. 307 f. Orientadora: Helena Maria Tarchi Crivellari. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

MANGUE, Denise Catarina S. *(In) formação, um caminho para a participação política? Um estudo de caso sobre o programa de educação para a cidadania da ALMG*. 2008. 215 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

MOÇAMBIQUE. Instituto Nacional de Estatística. *Inquérito demográfico e de saúde 2003*. Maputo, 2005.

_____. Instituto Nacional de Estatística. *Resultados definitivos do III recenseamento geral da população e habitação 2007*. Disponível em: <<http://www.ine.gov.mz/censo2007/rdcenso09/nacionais/c0700q1>>. Acesso em: 19 jul. 2010.

_____. Instituto Nacional de Estatística. *O país – Nampula*. Disponível em: <http://www.ine.gov.mz/o_pais/nampula/>. Acesso em: 20.nov.2010.

NHARRELUGA, Rafael Simone. *O Governo eletrônico em Moçambique: uma reflexão sobre políticas públicas de informação*. 2006. 213 f. Dissertação de (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto de Arte e Comunicação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

ROSÁRIO, Carmeliza; TVEDTEN, Inge; PAULO, Margarida. *‘Mucupuki’– Relações Sociais da Pobreza Rural-Urbana no Centro de Moçambique*. Relatórios CMI. Bergen: Chr. Michelsen Institute, 2008.

OBSERVATÓRIO das TICs. *Acesso aos serviços das TICs em Moçambique (2002/2003)* – Sociedade Civil (Cidadão). Disponível em:

<<http://www.observatorioict.gov.mz/FrmIntroducaoObservatorio.aspx>>.

Acessado em: 29.01.2009.

PAULO, Margarida; ROSÁRIO, Carmeliza; TVEDTEN, Inge. *"Xiculungo" – Relações Sociais da Pobreza Urbana em Maputo, Moçambique*. Relatórios CMI. Bergen: Chr. Michelsen Institute, 2007.

PNUD. Moçambique. *Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano, 1998*. Maputo: PNUD, 1998.

_____. *Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano, 2000*. Maputo: PNUD, 2000.

_____. *Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano, 2005*. Maputo: PNUD, 2006.

_____. *Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano, 2008*. Maputo: PNUD, 2008.

SANTOS, Ester Laodiceia. O profissional da informação em atividades de inteligência competitiva. 2009. 153f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

SILVA, Sandra Cristina da. Informação Pública e Consciência Crítica para a cidadania... 2005. 278 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

SOCIAL WATCH Moçambique e LIGA Moçambicana de Direitos Humanos. *Relatório Social de Moçambique 2008*. Disponível em: <http://www.africancourtcoalition.org/content_files/files/Restorio_po.pdf>. Acessado em: 23.agosto.2009.

TAKASE, Sonia. Impacto da Revolução Tecnológica na dimensão humana da informação. 2007. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

TEIXEIRA, Elenaldo. *O local e o global: limites e desafios da participação cidadã*. 2ed. São Paulo: Cortez, 2001.

TVEDTEN, Inge; PAULO, Margarida; ROSÁRIO, Carmeliza. *Monitoria e Avaliação da Estratégia de Redução da Pobreza (PARPA) de Moçambique 2006-2008*. Relatórios CMI. Bergen: Chr. Michelsen Institute, 2009.

TVEDTEN, Inge; PAULO, Margarida; TUOMINEN, Minna. *"Se homens e mulheres fossem iguais, todos nós seríamos simplesmente pessoas": Género e Pobreza no Norte de Moçambique*. Relatórios CMI. Bergen: Chr. Michelsen Institute, 2009.

VIEIRA, João Luciano. O Desenvolvimento de Novos Serviços de Informação em Bibliotecas Públicas. 2003a. 176 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Informação) - Faculdade de Engenharia, Universidade do Porto, Porto, 2003.

Leis, Decretos, Resoluções, Planos e Estratégias

ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Universal dos Direitos do Homem*, 10/12/1948. Disponível em: <<http://www.faimi.edu.br/v8/RevistaJuridica/Edicao5/Declara%C3%A7ao%20Universal%20dos%20Direitos%20Humanos%20da%20ONU.pdf>>. Acessado em: 28.out.2007.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Bibliotecas públicas: princípios e diretrizes*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2000.

MOÇAMBIQUE. Ministério da Cultura. Diploma Ministerial no. 103/92 – Aprova o Estatuto Orgânico da Biblioteca Nacional. In: *Boletim da República* no. 30 (I), de 22 de Julho de 1992.

_____. Resolução nº 28/2000 – Aprova a Política de Informática. In: *Boletim da República* no. 49 (I), de 12 de Dezembro de 2000. Maputo: Imprensa Nacional, 2000.

_____. Estratégia de implementação da Política de Informática. Aprovada pelo Conselho de Ministro, em 27 de Junho de 2002. Disponível em: <http://www.portaldogoverno.gov.mz/docs_gov/estrategia/teclInfo/estrateg_impl_pol_inf/estg_pt.pdf>. Acessado em: 28.06.2007.

_____. *Plano de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta (2005-2009) (PARPA II)*. Maputo, 2006.

_____. Resolução nº. 16/2005 - Aprova o Programa Quinquenal do Governo para 2005- 2009. In: *Boletim da República* no. 19 (I), de 11 de Maio de 2005. Disponível em: <http://www.portaldogoverno.gov.mz/docs_gov/programa/Plano_Quinquenal_%20do_Gov_Moc_2005_2009.pdf>. Acessado em: 28.06.2007.

_____. Decreto-lei nº 46/2007 – Cria as Bibliotecas Públicas Províncias e aprova o seu Estatuto-Tipo. In: *Boletim da República* no. 49 (I), de 10 de Outubro de 2007. Maputo: Imprensa Nacional, 2007.

_____. *Plano Económico e Social para 2009*. Maputo, 2008. Disponível em: <http://www.pap.org.mz/downloads/pes_2009.pdf>. Acessado em: 29.jan.2009.

NAMPULA. *Plano Económico e Social – Orçamento para 2008*. Nampula, 2007. Disponível em: <<http://www.nampula.gov.mz/documentos/programas/PESOP.pdf>>. Acesso em: 20.ago.2010.

TAKAHASHI, Tadao. *Sociedade da Informação no Brasil – Livro Verde*. Brasília: Ministério de Ciência e Tecnologia/Programa Sociedade da Informação (SocInfo), 2000.

UNESCO. *Recommendation on the Promotion and Use of Multilingualism and Universal Access to Cyberspace and Report by the Director-General*, (31 C/25). Paris: UNESCO, 2003.

WORLD SUMMIT ON THE INFORMATION SOCIETY (WSIS). *Report of the African Regional Conference for WSIS*. Bamako, 28-30 May 2002 (WSIS/PC-2/DOC/4-E 15 January 2003). Disponível em: <http://www.itu.int/dms_pub/itu-s/md/03/wsispc2/doc/S03-WSISPC2-DOC-0004!!PDF-E.pdf>. Acesso em: 16.out.2010.

_____. *Declaration of Principles: building the Information Society: a global challenge in the new Millennium*. Geneva, 2003a (WSIS, 2003/GENEVA/DOC/9-E, 12 December 2003). Disponível em: <http://www.itu.int/dms_pub/itu-s/md/03/wsis/doc/S03-WSIS-DOC-0004!!PDF-E.pdf>. Acesso em: 16.out.2010.

_____. *Plan of Action*. Geneva, 2003b (WSIS 03/GENEVA/DOC/5-E 12 December 2003). Disponível em: <http://www.itu.int/dms_pub/itu-s/md/03/wsis/doc/S03-WSIS-DOC-0005!!PDF-E.pdf>. Acesso em: 16.out.2010.

_____. *Tunis Commitment*. Tunis, 2005a (WSIS-05/TUNIS/DOC/7-E, 18 November 2005). Disponível em: <<http://www.itu.int/wsis/docs2/tunis/off/7.pdf>>. Acesso em: 16.out.2010.

_____. *Tunis Agenda for the Information Society*. Tunis, 2005b (WSIS-05/TUNIS/DOC/6(Rev.1)-E 18 November 2005). Disponível em: <<http://www.itu.int/wsis/docs2/tunis/off/6rev1.pdf>>. Acesso em: 16.out.2010.

Apêndice A

ROTEIRO DA ENTREVISTA COM DIRETOR DA BIBLIOTECA PÚBLICA PROVINCIAL DE NAMPULA

FINALIDADE DA ENTREVISTA: PESQUISA ACADÊMICA

PERFIL DO ENTREVISTADO

Nome (opcional): _____

Sexo: M ____ F ____

Unidade orgânica

(Departamento/Serviço): _____

Tempo de trabalho na instituição:

Profissão/Cargo:

Categoria:

Técnico Superior N1		Técnico	
Técnico Superior N2		Auxiliar	
Técnico-Profissional		Servente	
Técnico-Administrativo		Operário	

DADOS SOBRE A INSTITUIÇÃO: BIBLIOTECA PÚBLICA PROVINCIAL

1. Pode nos falar da estrutura da biblioteca pública provincial de Nampula (BPPN) em termos setoriais?
2. Quantos funcionários trabalham na Biblioteca?
3. Qual é o perfil académico dos funcionários da BPPN? Quantos Técnico Superior N1/N2? Técnicos-Profissionais? Técnico-Administrativos? Técnicos? Auxiliares? Serventes? Operários? Quais são as áreas de formação? Quantos funcionários tem formação em Técnicas Documentais ou Biblioteconomia?

4. Quais são as principais atividades da biblioteca?
5. Que assuntos fazem parte do acervo bibliográfico da biblioteca?
6. Qual é a forma de aquisição (compra, doação, permuta) do material bibliográfico da biblioteca? Se for compra, quem cobre as despesas (Estado, instituições financeiras privadas – ONGs, e outros)?
7. Qual é a periodicidade de aquisição do material (livros, jornais, vídeos, etc.) da Biblioteca?
 - Diária _____
 - Semana _____
 - Mensal _____
 - Anual _____
8. Quais são os títulos de jornais que a BPPN recebe? Com que periodicidade?
9. Do conjunto de material bibliográfico que faz parte do acervo da BPPN, qual é mais demandado pelos utentes: Jornal? Livros didáticos? Outros? Quais: _____
10. Em algum momento da história da BPPN o senhor falou de uma rede de bibliotecas nos distritos, inclusive nas aldeias, que eram assistidas pela BPPN. Essa rede ainda existe? No momento quantas bibliotecas são assistidas pela BPPN? Em que distritos? Quais são os serviços desenvolvidos no âmbito dessa assistência: formação técnica? Difusão de livros? Promoção do hábito de leitura?
11. A BPPN mantém relações com bibliotecas congêneres, isto é, de outras províncias do país? Quais? Quais são as atividades desenvolvidas no âmbito dessa relação?
12. A Biblioteca promove palestras e debates? Com que periodicidade? Quais são as temáticas potencializadas: saúde, política, educação, cultura, direitos humanos e cidadania, emprego, etc? Qual é a abrangência dos temas: locais (%), nacionais (%) e internacionais (%)? Existe algum critério de seleção das temáticas?
13. A Biblioteca já promoveu alguma palestra sobre o direito à informação em Moçambique? E sobre a relação entre acesso e uso da informação e direitos humanos em Moçambique? Qual foi a última palestra promovida na BPPN? Em que data?

- 14.** Qual é o perfil dos usuários da bibliotecas: alunos/estudantes? Funcionários? Pesquisadores? Como tem sido a relação com os usuários? Em qual período tem havido maior demanda deles (dos usuários)? Pode descrever a principal característica (perfil) dos usuários da Biblioteca?
- 15.** Em sua opinião, a Biblioteca tem conseguido satisfazer as necessidades informacionais dos usuários?
- 16.** A Biblioteca tem feito estudos sobre as necessidades informacionais dos usuários? E estudos estatísticos de uso de materiais da Biblioteca? Quais são os resultados do estudo?
- 17.** Que tipo de informações a Biblioteca dissemina: jornalística? Educacional? Sobre órgãos do Estado (Constituição da República e Funcionamento da Administração Pública). Qual destas informações é mais demandada pelos utentes da biblioteca?
- 18.** A Biblioteca dissemina informações sobre instituições e/ou organismos oficiais (Constituição, Presidência, Procuradoria e Assembléia da República, Ministérios, Governos Provinciais, Distritais e Municipais, etc.)? Biografias de personalidades nacionais e internacionais (políticos, artistas, pintores, escritores, escultores, músicos, etc.)? Informações educativas (onde estudar, bolsas de estudo, universidades, institutos técnicos e científicos, etc.)? Calendários de eventos (congressos, espetáculos, jogos, etc.)? Atividades culturais (museus, bibliotecas, galerias de arte, centros de exposições, monumentos históricos, teatros, televisão, cinema, etc.)? Assistência jurídica (tribunais, centros de assistência jurídica gratuitos, prisões, etc.)? Assistência social (assistência a menores, ao idoso, a pessoas com deficiência, à mulher, etc.)?
- 19.** Existe algum meio de divulgação do acervo bibliográfico da biblioteca? Quais são?
- 20.** Para além da língua portuguesa (língua nacional), que outras línguas são utilizadas na Biblioteca para a divulgação dos materiais e atividades (palestras, debates, promoção do hábito de leitura, etc.)?
- 21.** A Biblioteca tem parcerias e/ou contactos de trabalho com outras instituições? Quais instituições? Como tem sido essas parcerias: apoio técnico profissional ou formação? Oferta de materiais?
- 22.** Já ouviu falar da política de implementação da Sociedade da Informação em Moçambique (Política de Informática)? Como a Biblioteca Pública Provincial

de Nampula, enquanto instituição pública e social que trabalha com a informação, tem se posicionado nesse contexto? Existem programas, planos e parcerias de inclusão informacional/digital sendo desenvolvidos pela Biblioteca nesse contexto? Pode falar sobre eles?

23. Há alguma questão que gostaria de acrescentar?

Muito obrigado pela colaboração!

Anexos

Anexo 1



Ref. Document WSIS/PC-1/DOC/7

Document WSIS/PC-2/DOC/4-E
15 January 2003
Original: English

Note by the WSIS Executive Secretariat

**REPORT OF THE AFRICAN REGIONAL CONFERENCE FOR WSIS
(Bamako, 28-30 May 2002)**

The attached report, received by the WSIS Executive Secretariat, is hereby transmitted to the second meeting of the Preparatory Committee of the World Summit on the Information Society.

Annex: 1

Y:\APP\PDF_SERVER\ALL-USER\IN\COORDUNIT\004E_AFRIQUE.DOC

28.01.03

28.01.03
www.itu.int/wsis

ANNEX

**AFRICA REGIONAL CONFERENCE FOR WSIS
(Bamako, 28-30 May 2002)**

FINAL DECLARATION

The Africa Regional Meeting Preparatory to the World Summit on the Information Society was held at the Palais des Congrès in Bamako, Republic of Mali from 28 to 30 May 2002. Participating in the Conference were representatives of 51 African countries, delegates from many other countries and people representing African and global organizations, the private sector and civil society.

Opening statements were made by His Excellency Mr Alpha Oumar Konare, President of the Republic of Mali and by His Excellency Mr. Abdoulaye Wade, President of the Republic of Senegal and current Chairman of ECOWAS.

A welcome statement from Mr Kofi Annan, Secretary General of the United Nations was read on his behalf by Ms. Karima Bounemra Ben Soltane of ECA.

Opening statements were also made by

Mr. Yoshio Utsumi,	Secretary General of ITU
Mr. Boutros Boutros-Ghali,	Secretary General of the Agence internationale de la francophonie
Mr. A W Khan,	Deputy Director General of UNESCO
Mr. Carlos Trojan,	Ambassador of the European Commission in Geneva
Mr. Gerard Dega,	CEO of Alcatel France
Mr. Noah Samara,	CEO of WorldSpace and
Mr. Amadou Top,	CEO of OSIRIS Anais Network, representing civil society organizations

Closing statements were also made by:

Mr. Walter Fust,	Director, Swiss Cooperation and Representative of GKP
Mr. G.O. Segond,	Special Ambassador of the World Summit
Mr. Ahmed Mahjoub,	State Secretary, Special Representative of Tunisia

The Conference elected Mali as Chair, together with a bureau composed of five government officials representing five African states (Senegal, Tunisia, Cameroon, South Africa and Rwanda), three representatives of civil society, two representatives of the private sector and a General Rapporteur (ECA).

Following the opening ceremony, Head of delegations from African countries and regional institutions, including the African Development Bank (ADB) made official statements.

The following 14 preconference workshops and other activities were organised on 25, 26 and 27 May 2002:

- Local initiatives
- NICI strategies,
- African languages and internet
- Media and ICT forum
- Gender and ICTs
- Cultural diversity and knowledge ownership
- African NGO consultation
- Review and appraisal of ICT impact: Scan-ICT Project
- Private sector forum
- Free software: the stakes for Africa
- Law and the Web
- Local communities and ICTs
- Training of Least Developed Countries (LDCs) for their participation in WSIS activities
- The National strategy of Mali

The Africa Regional Conference organised 4 workshops and a round table, namely:

- What the Information Society brings to Africa;
- What Africa brings to the Information Society;
- What Africa wants to preserve in the Information Society;
- How Africa can benefit from the Information Society: Round Table on the digital divide;
- Round Table on Africa's image in the media.

The reports of these preconference activities, the four workshops and Round Table are attached and complement the present **Declaration**.

On the basis of the outcome of the workshops and plenary discussions, **the Africa Regional Conference** adopts the following Declaration:

We, participants in the Africa Regional Conference, representing African Governments, the private sector and civil society organizations meeting in Bamako, Republic of Mali from 28 to 30 May 2002 in the presence of many invited government representatives and observers from international, governmental and non governmental organizations, do solemnly affirm that:

- The Global Information Society should address the interests of all nations, most particularly, the interests of the developing countries;
- The creation of local content should be accorded high priority;
- Communication, forming as it does the basis of individual and societal existence, should be managed in a manner that secures the fair, balanced and harmonious development of all the people of the world with particular attention to the needs and aspirations of the most disadvantaged in society and those of African people in particular;

- All partners, public, private sector and civil society organizations, more specifically small and medium size enterprises, have a stake in the development of communications and should be fully involved in decision making at the local, national, regional and international levels;
- As a matter of vital necessity, global and regional available resources should be pooled in order to extend the benefits of ICTs to all inhabitants of the world.

In this connection, the representatives of African governments, civil society and the private sector, having noted the potential of ICTs to be harnessed for African development, maintain that the following principles should guide all the thinking, which goes into articulating a common vision of the information society. These principles are of particular importance to the developing countries, especially the African countries.

1. All citizens should be provided with the means of using ICT networks as a public service;
2. Every citizen should be guaranteed freedom of expression and protected access to information in the worldwide public domain as part of their inalienable right to freely accessing the information constituting the heritage of man kind which is disseminated in all media including new multimedia systems;
3. Technology supply should be diversified through:
 - The removal of regulatory, political and financial obstacles to the development of communication facilities and tools so as to meet the specific needs of citizens in all circumstances;
 - The implementation of an operational plan of action geared to the cultural and linguistic specificities of all countries, in particular those in Africa;
 - The development of data bases on experiences concerning the introduction of new technologies that address the needs of rural areas and their capacity to pay;
 - The promotion of open source software packages that extend the life of investment and user training. Because they are provided free of charge, implementation of open source software programmes is done with minimum cost;
 - The use of voice and touch screen applications that enable a greater number of people to participate in the information society.
4. Investment and funding strategies should be pursued through assistance with content creation and democratisation of access with particular emphasis to women and the youth;
5. Multilingualism should be promoted and cultural diversity maintained as the driving force for the process of developing content for local and international use;
6. The full participation of the civil society and the private sector should be elicited at all levels of local, national, regional and international decision making related to the information society. These should be pursued by:
 - Forging new forms of partnership based on complementarities among the various categories of public, private sector and civil society stakeholders;
 - Establishing and/or strengthening at the local, national, regional and international levels, institutions that will create greater coherence and achieve better synergy in developing the information society.

7. Cooperation and collaboration should be enhanced through:
 - Networking on best practices and experiences as a way of building the type of knowledge needed for the harmonious development of new technologies;
 - The development of applications and content suited to local needs;
 - The development of training plans that familiarise people with new technologies, their use and the legal framework of the information society;
 - The strengthening of decentralised cooperation as one way of leveraging the reduction of the digital divide;
 - The strengthening of networks that can increase individual participation in local, national, regional and international democracy.
8. Institutional, human and administrative capacity should be strengthened at the local, national, regional and international levels in order to achieve greater complementarities among all initiatives being taken to build the information society.
9. Democratic debate should be instituted on the new institutional and regulatory arrangements being made to define the social, cultural, economic, technical and ethical challenges posed by the new information and communication technologies.
10. All these principles and plans of action should be pursued within competent institutions so that the building of information society can be managed with the full participation of all the relevant stakeholders.

In this context, the **Africa Regional Conference** reiterates its full support for those global initiatives that have been adopted at the global as well as regional and continental levels.

It particularly requests the international community to give its full support to the African Information Society Initiative (AISI), the recommendations of the African Development Forum (ADF'99) and the ICT component of the New Partnership for Africa's Development (NEPAD). In this connection, the ICT programme of NEPAD should federate all the ICT initiatives of the continent and mobilize resources for funding of the major African projects.

It further requests that the various networks and foundations working to promote the use of new information and communication technologies and to narrow the digital divide, especially the Global Knowledge Partnership and the ANAIS network be given the support and resources they need.

In view of the preparations for the World Summit on the Information Society, the Africa Regional Conference of Bamako has considered:

A. What the information society could bring to Africa:

In that context, the Africa Regional Conference requests that:

- Africa should benefit, in the framework of NEPAD from the immediate, massive and coordinated mobilisation of all the development partners to provide such financing as would guarantee public service, universal access and content creation that address the essential needs of the people of Africa;
- The establishment before the second Prepcum meeting of the Geneva Summit of:
 - a) a training fund that would familiarise participants with all the issues concerning the development of the information society;

- b) a “high level scientific committee” that will make recommendations to the second Prepcom meeting about the challenges facing the information society particularly when it comes to developing countries, especially those in Africa;
 - c) an information and advisory structure that would facilitate the participation of African civil society organisations and SMEs in the preparation of the World Summit;
 - d) a solidarity fund to secure the full and effective participation of African civil society organisations and SMEs in the preparatory process.
- The study and promotion of relevant solutions adapted to the environment for ICTs, especially in the rural areas;
 - The development of solutions and the promotion of ICT initiatives to sustain local African creativity;
 - Establishment of public access points and the creation of an African backbone using innovative communication infrastructure;
 - A set of concrete proposals for ICT use in education and training in Africa should be developed for submission to the second Prepcom meeting;
 - The full and effective involvement of civil society and local stakeholders in developing new ICT applications should be secured;
 - Pilot studies should be promoted for replication at the local, national and regional levels with the view to securing access to new ICTs at affordable cost, particularly in the rural areas.

B. What Africa can contribute to the information society

In this connection, the Africa Regional Conference particularly requests that :

- The rich cultural diversity of Africa should be showcased and widely disseminated in cyberspace;
- Support should be provided to the ICT activities of the African Language Academy;
- A special fund should be set up for digitizing African archives and libraries which form the cultural heritage of the continent and can be part of Africa’s contribution to the information society;
- Among other things, African fora and seminars should be organised with the objective of collecting and showcasing local experiences for the benefit of all stakeholders;
- Systematically, the specific features of Africa should be taken into account in international decision making.

C. Narrowing the digital divide

In this area, the Africa Regional Conference :

- Is of the opinion that narrowing the digital divide must go with the development of telecommunication infrastructure suited to the need of African people and citizens;
- Welcomes the regional and global initiatives being taken to narrow the digital divide particularly from ECA, ATU, ITU, the G8, the UN ICT Task Force, UNDP, UNCTAD, the Francophony Agency, OECD, the World Bank, the Commonwealth Telecommunication Organisation, bilateral and multilateral cooperation agencies, NGOs and civil society organisations;

- Invites the traditional partners of Africa to heighten the priority to narrowing the digital divide in their development policy, particularly with the European Union under the Cotonou Agreement;
- Invites partners to study how best to optimize the cost of access to ICTs with the view to identifying the rules for organising the international connectivity market and the sharing of markets at the national level.

The Conference further requests that:

a) African States should:

- Contribute fully to the preparations for both phases of WSIS, namely Geneva 2003 and Tunis 2005;
- adopt policies to stimulate the building of ICT infrastructure and providing universal access particularly in rural and remote areas through innovative and Africa-friendly solutions;
- fully involve African civil society organisations in the formulation of the operational strategy and implementation of the ICT component of NEPAD;
- remove duties levied on ICT hardware and software until the second phase of WSIS takes place in Tunis in 2005;
- formulate coherent national and regional policies and strategies for ICTs development (taking into account the multimedia convergence) which are likely to attract private national and international investments;
- adopt the “African charter” on radio broadcasting as a framework for the development of policies and legislations regarding information technologies and broadcasting in Africa;
- set up national committees bringing together the three components of the information society, namely the public sector, the private sector and civil society;
- actively involve the youth in national and regional ICT activities;
- ensure better gender balance in ICT use while instituting specific programmes that address the need of women particularly those aimed at rural and disenfranchised areas;
- recreate the “African news exchange”;
- establish a multilateral African television network;
- invest in African media content as well as new technologies;
- develop independent production.

b) The World Summits in Geneva and Tunis should, respectively:

- adopt in Geneva, in December 2003 a plan of action for developing infrastructure suited to the needs of people and citizens of developing countries, with particular attention to African and other least developed countries (LDCs);
- adopt in Tunis, in 2005 any other additional plan of action for narrowing the digital gap that would address the needs of developing countries, particularly those in Africa;

- c) Bilateral and multilateral funding agencies should:
- pay particular attention to financing infrastructure facilities and content suited to the needs of the people and citizens;
 - pay particular attention to the involvement of the representatives of the civil society in all decisions relating to ICT development.
- d) Development partners:
- pay particular attention to human resources training and development, particularly teachers and students so as to promote content and infrastructure development with the view to facilitate the emergence of an African service industry based on ICTs;
 - contribute to the forging of innovative and constructive partnerships among donors, public authorities, the private sector and civil society in order to develop ICTs and content and build the infrastructure.
- e) Intergovernmental and non-governmental organizations should:
- actively and effectively promote and implement concrete projects in their respective areas of competence so that African people and citizens can fully benefit from ICTs;
 - in particular:
 - ECA should continue to pursue the implementation of AISI in terms of the formulation and implementation of National Information and Communication Infrastructure (NICI) policies and strategies and the related sectoral plans;
 - ITU should pay particular attention to Africa in the implementation of Istanbul declaration and plan of action on the digital divide by taking into account those priority areas set out in the Yaounde Declaration;
 - UNESCO should mobilize all its national committees with the view to secure the participation of all stakeholders, especially civil society organisations, in the WSIS preparatory process by requesting them to submit proposals that will help the preparatory process along;
 - UNITAR should mobilize its teams and partners to propose training plans in consult with local stakeholders (within the context of the international centre for training local stakeholders), associations, international organizations and academic institutions in the member countries concerned;
 - The Executive Secretariat of WSIS should:
 - take special care to secure the participation of African civil society in the preparation of the Summit by:
 - keeping all African NGOs permanently informed in their working languages of progress made in the preparation of WSIS;
 - securing the participation of civil society representative in all the national, regional or global events leading up to World Summit.
 - make sure that the bureau of the **Africa Regional Conference** is able to monitor all the preparations leading to the Prepcom and the World Summit in close collaboration with the bureau of the PrepCom.

D. Instituting new forms of cooperation

As a way of narrowing the digital divide, participants in the Africa Regional Conference request that the local initiatives and experiences of local authorities in the more advanced countries should be shared with the local authorities of African countries. For that to happen, the Africa Regional Conference requests the competent bodies of local authority, particularly the World Federation of Local Authorities and the International Union of Local Authorities to commit all their members to developing decentralised forms of cooperation that will narrow the digital divide.

In this regard, the **Africa Regional Conference** welcomes the initiatives taken by the cities of Lyon, Geneva, Bamako and Tunis to promote e-governance locally and commends the Lyon initiative to organise the World Summit of Local Authorities on the Information Society to be held before the Geneva Summit in 2003. The Conference urges all bilateral and multilateral funding agencies and private corporations to give this initiative their full support.

Noting the personal commitment of H.E. Mr. Alpha Oumar Konare, in promoting the harnessing of ICTs for development, the **Africa Regional Conference** requests President Konare to be so kind as to accept to preside over, as Africa's candidate, under the aegis of NEPAD, the preparatory activities leading to the Geneva Summit of 10-12 December 2003 and the Tunis Summit of the year 2005.

The **Africa Regional Conference** expresses its appreciation for the support extended by the Economic Commission for Africa (ECA) and The Fondation du Devenir to make this Regional Conference a success. It would like to single out the Swiss authorities and the European Union Commission for their financial contribution which proved crucial for the organisation of this first Regional Conference in the WSIS preparatory process. Its appreciation goes to the Telecommunication Development Bureau of ITU, UNESCO, UNDP, UNITAR, the Agence internationale de la francophonie, the World Bank, the GKP, USAID, France, Sweden and the Republic and Canton of Geneva for their contribution.

Last but not least, the participants would like to express their appreciation to the Malian Authorities for convening this Regional Conference and the Secretariat of Bamako 2002 for organizing this event which has enabled all African States, civil society organisations and businesses to plug fully into the WSIS preparatory process (Geneva 2003, Tunis 2005).

Bamako, 30 May 2002



Document WSIS-03/GENEVA/DOC/4-E
12 December 2003
Original: English

Declaration of Principles

Building the Information Society: a global challenge in the new Millennium

A. Our Common Vision of the Information Society

1. **We, the representatives of the peoples of the world, assembled in Geneva from 10-12 December 2003 for the first phase of the World Summit on the Information Society**, declare our common desire and commitment to build a people-centred, inclusive and development-oriented Information Society, where everyone can create, access, utilize and share information and knowledge, enabling individuals, communities and peoples to achieve their full potential in promoting their sustainable development and improving their quality of life, premised on the purposes and principles of the Charter of the United Nations and respecting fully and upholding the Universal Declaration of Human Rights.
2. **Our challenge** is to harness the potential of information and communication technology to promote the development goals of the Millennium Declaration, namely the eradication of extreme poverty and hunger; achievement of universal primary education; promotion of gender equality and empowerment of women; reduction of child mortality; improvement of maternal health; to combat HIV/AIDS, malaria and other diseases; ensuring environmental sustainability; and development of global partnerships for development for the attainment of a more peaceful, just and prosperous world. We also reiterate our commitment to the achievement of sustainable development and agreed development goals, as contained in the Johannesburg Declaration and Plan of Implementation and the Monterrey Consensus, and other outcomes of relevant United Nations Summits.
3. **We reaffirm** the universality, indivisibility, interdependence and interrelation of all human rights and fundamental freedoms, including the right to development, as enshrined in the Vienna Declaration. We also reaffirm that democracy, sustainable development, and respect for human rights and fundamental freedoms as well as good governance at all levels are interdependent and mutually reinforcing. We further resolve to strengthen respect for the rule of law in international as in national affairs.
4. **We reaffirm**, as an essential foundation of the Information Society, and as outlined in Article 19 of the Universal Declaration of Human Rights, that everyone has the right to freedom of opinion and expression; that this right includes freedom to hold opinions without interference and to seek, receive and impart information and ideas through any media and regardless of frontiers. Communication is a fundamental social process, a basic human need and the foundation of all social organization. It is central to the Information Society. Everyone, everywhere should have the

opportunity to participate and no one should be excluded from the benefits the Information Society offers.

5. **We further reaffirm** our commitment to the provisions of Article 29 of the Universal Declaration of Human Rights, that everyone has duties to the community in which alone the free and full development of their personality is possible, and that, in the exercise of their rights and freedoms, everyone shall be subject only to such limitations as are determined by law solely for the purpose of securing due recognition and respect for the rights and freedoms of others and of meeting the just requirements of morality, public order and the general welfare in a democratic society. These rights and freedoms may in no case be exercised contrary to the purposes and principles of the United Nations. In this way, we shall promote an Information Society where human dignity is respected.

6. In keeping with the spirit of this declaration, **we rededicate ourselves** to upholding the principle of the sovereign equality of all States.

7. **We recognize** that science has a central role in the development of the Information Society. Many of the building blocks of the Information Society are the result of scientific and technical advances made possible by the sharing of research results.

8. **We recognize** that education, knowledge, information and communication are at the core of human progress, endeavour and well-being. Further, Information and Communication Technologies (ICTs) have an immense impact on virtually all aspects of our lives. The rapid progress of these technologies opens completely new opportunities to attain higher levels of development. The capacity of these technologies to reduce many traditional obstacles, especially those of time and distance, for the first time in history makes it possible to use the potential of these technologies for the benefit of millions of people in all corners of the world.

9. **We are aware** that ICTs should be regarded as tools and not as an end in themselves. Under favourable conditions, these technologies can be a powerful instrument, increasing productivity, generating economic growth, job creation and employability and improving the quality of life of all. They can also promote dialogue among people, nations and civilizations.

10. **We are also fully aware** that the benefits of the information technology revolution are today unevenly distributed between the developed and developing countries and within societies. We are fully committed to turning this digital divide into a digital opportunity for all, particularly for those who risk being left behind and being further marginalized.

11. **We are committed** to realizing our common vision of the Information Society for ourselves and for future generations. We recognize that young people are the future workforce and leading creators and earliest adopters of ICTs. They must therefore be empowered as learners, developers, contributors, entrepreneurs and decision-makers. We must focus especially on young people who have not yet been able to benefit fully from the opportunities provided by ICTs. We are also committed to ensuring that the development of ICT applications and operation of services respects the rights of children as well as their protection and well-being.

12. **We affirm** that development of ICTs provides enormous opportunities for women, who should be an integral part of, and key actors, in the Information Society. We are committed to ensuring that the Information Society enables women's empowerment and their full participation on the basis on equality in all spheres of society and in all decision-making processes. To this end, we should mainstream a gender equality perspective and use ICTs as a tool to that end.

13. In building the Information Society, **we shall pay particular attention** to the special needs of marginalized and vulnerable groups of society, including migrants, internally displaced persons and

refugees, unemployed and underprivileged people, minorities and nomadic people. We shall also recognize the special needs of older persons and persons with disabilities.

14. **We are resolute** to empower the poor, particularly those living in remote, rural and marginalized urban areas, to access information and to use ICTs as a tool to support their efforts to lift themselves out of poverty.

15. In the evolution of the Information Society, particular attention must be given to the special situation of indigenous peoples, as well as to the preservation of their heritage and their cultural legacy.

16. **We continue to pay** special attention to the particular needs of people of developing countries, countries with economies in transition, Least Developed Countries, Small Island Developing States, Landlocked Developing Countries, Highly Indebted Poor Countries, countries and territories under occupation, countries recovering from conflict and countries and regions with special needs as well as to conditions that pose severe threats to development, such as natural disasters.

17. **We recognize** that building an inclusive Information Society requires new forms of solidarity, partnership and cooperation among governments and other stakeholders, i.e. the private sector, civil society and international organizations. Realizing that the ambitious goal of this Declaration—bridging the digital divide and ensuring harmonious, fair and equitable development for all—will require strong commitment by all stakeholders, we call for digital solidarity, both at national and international levels.

18. Nothing in this Declaration shall be construed as impairing, contradicting, restricting or derogating from the provisions of the Charter of the United Nations and the Universal Declaration of Human Rights, any other international instrument or national laws adopted in furtherance of these instruments.

B. An Information Society for All: Key Principles

19. **We are resolute** in our quest to ensure that everyone can benefit from the opportunities that ICTs can offer. We agree that to meet these challenges, all stakeholders should work together to: improve access to information and communication infrastructure and technologies as well as to information and knowledge; build capacity; increase confidence and security in the use of ICTs; create an enabling environment at all levels; develop and widen ICT applications; foster and respect cultural diversity; recognize the role of the media; address the ethical dimensions of the Information Society; and encourage international and regional cooperation. We agree that these are the key principles for building an inclusive Information Society.

1) The role of governments and all stakeholders in the promotion of ICTs for development

20. Governments, as well as private sector, civil society and the United Nations and other international organizations have an important role and responsibility in the development of the Information Society and, as appropriate, in decision-making processes. Building a people-centred Information Society is a joint effort which requires cooperation and partnership among all stakeholders.

2) Information and communication infrastructure: an essential foundation for an inclusive information society

21. Connectivity is a central enabling agent in building the Information Society. Universal, ubiquitous, equitable and affordable access to ICT infrastructure and services, constitutes one of the challenges of the Information Society and should be an objective of all stakeholders involved in

building it. Connectivity also involves access to energy and postal services, which should be assured in conformity with the domestic legislation of each country.

22. A well-developed information and communication network infrastructure and applications, adapted to regional, national and local conditions, easily-accessible and affordable, and making greater use of broadband and other innovative technologies where possible, can accelerate the social and economic progress of countries, and the well-being of all individuals, communities and peoples.

23. Policies that create a favourable climate for stability, predictability and fair competition at all levels should be developed and implemented in a manner that not only attracts more private investment for ICT infrastructure development but also enables universal service obligations to be met in areas where traditional market conditions fail to work. In disadvantaged areas, the establishment of ICT public access points in places such as post offices, schools, libraries and archives, can provide effective means for ensuring universal access to the infrastructure and services of the Information Society.

3) Access to information and knowledge

24. The ability for all to access and contribute information, ideas and knowledge is essential in an inclusive Information Society.

25. The sharing and strengthening of global knowledge for development can be enhanced by removing barriers to equitable access to information for economic, social, political, health, cultural, educational, and scientific activities and by facilitating access to public domain information, including by universal design and the use of assistive technologies.

26. A rich public domain is an essential element for the growth of the Information Society, creating multiple benefits such as an educated public, new jobs, innovation, business opportunities, and the advancement of sciences. Information in the public domain should be easily accessible to support the Information Society, and protected from misappropriation. Public institutions such as libraries and archives, museums, cultural collections and other community-based access points should be strengthened so as to promote the preservation of documentary records and free and equitable access to information.

27. Access to information and knowledge can be promoted by increasing awareness among all stakeholders of the possibilities offered by different software models, including proprietary, open-source and free software, in order to increase competition, access by users, diversity of choice, and to enable all users to develop solutions which best meet their requirements. Affordable access to software should be considered as an important component of a truly inclusive Information Society.

28. We strive to promote universal access with equal opportunities for all to scientific knowledge and the creation and dissemination of scientific and technical information, including open access initiatives for scientific publishing.

4) Capacity building

29. Each person should have the opportunity to acquire the necessary skills and knowledge in order to understand, participate actively in, and benefit fully from, the Information Society and the knowledge economy. Literacy and universal primary education are key factors for building a fully inclusive information society, paying particular attention to the special needs of girls and women. Given the wide range of ICT and information specialists required at all levels, building institutional capacity deserves special attention.

30. The use of ICTs in all stages of education, training and human resource development should be promoted, taking into account the special needs of persons with disabilities and disadvantaged and vulnerable groups.

31. Continuous and adult education, re-training, life-long learning, distance-learning and other special services, such as telemedicine, can make an essential contribution to employability and help people benefit from the new opportunities offered by ICTs for traditional jobs, self-employment and new professions. Awareness and literacy in ICTs are an essential foundation in this regard.

32. Content creators, publishers, and producers, as well as teachers, trainers, archivists, librarians and learners, should play an active role in promoting the Information Society, particularly in the Least Developed Countries.

33. To achieve a sustainable development of the Information Society, national capability in ICT research and development should be enhanced. Furthermore, partnerships, in particular between and among developed and developing countries, including countries with economies in transition, in research and development, technology transfer, manufacturing and utilization of ICT products and services are crucial for promoting capacity building and global participation in the Information Society. The manufacture of ICTs presents a significant opportunity for creation of wealth.

34. The attainment of our shared aspirations, in particular for developing countries and countries with economies in transition, to become fully-fledged members of the Information Society, and their positive integration into the knowledge economy, depends largely on increased capacity building in the areas of education, technology know-how and access to information, which are major factors in determining development and competitiveness.

5) Building confidence and security in the use of ICTs

35. Strengthening the trust framework, including information security and network security, authentication, privacy and consumer protection, is a prerequisite for the development of the Information Society and for building confidence among users of ICTs. A global culture of cyber-security needs to be promoted, developed and implemented in cooperation with all stakeholders and international expert bodies. These efforts should be supported by increased international cooperation. Within this global culture of cyber-security, it is important to enhance security and to ensure the protection of data and privacy, while enhancing access and trade. In addition, it must take into account the level of social and economic development of each country and respect the development-oriented aspects of the Information Society.

36. While recognizing the principles of universal and non-discriminatory access to ICTs for all nations, we support the activities of the United Nations to prevent the potential use of ICTs for purposes that are inconsistent with the objectives of maintaining international stability and security, and may adversely affect the integrity of the infrastructure within States, to the detriment of their security. It is necessary to prevent the use of information resources and technologies for criminal and terrorist purposes, while respecting human rights.

37. Spam is a significant and growing problem for users, networks and the Internet as a whole. Spam and cyber-security should be dealt with at appropriate national and international levels.

6) Enabling environment

38. An enabling environment at national and international levels is essential for the Information Society. ICTs should be used as an important tool for good governance.

39. The rule of law, accompanied by a supportive, transparent, pro-competitive, technologically neutral and predictable policy and regulatory framework reflecting national realities, is essential for building a people-centred Information Society. Governments should intervene, as appropriate, to correct market failures, to maintain fair competition, to attract investment, to enhance the development of the ICT infrastructure and applications, to maximize economic and social benefits, and to serve national priorities.

40. A dynamic and enabling international environment, supportive of foreign direct investment, transfer of technology, and international cooperation, particularly in the areas of finance, debt and trade, as well as full and effective participation of developing countries in global decision-making, are vital complements to national development efforts related to ICTs. Improving global affordable connectivity would contribute significantly to the effectiveness of these development efforts.

41. ICTs are an important enabler of growth through efficiency gains and increased productivity, in particular by small and medium sized enterprises (SMEs). In this regard, the development of the Information Society is important for broadly-based economic growth in both developed and developing economies. ICT-supported productivity gains and applied innovations across economic sectors should be fostered. Equitable distribution of the benefits contributes to poverty eradication and social development. Policies that foster productive investment and enable firms, notably SMEs, to make the changes needed to seize the benefits from ICTs, are likely to be the most beneficial.

42. Intellectual Property protection is important to encourage innovation and creativity in the Information Society; similarly, the wide dissemination, diffusion, and sharing of knowledge is important to encourage innovation and creativity. Facilitating meaningful participation by all in intellectual property issues and knowledge sharing through full awareness and capacity building is a fundamental part of an inclusive Information Society.

43. Sustainable development can best be advanced in the Information Society when ICT-related efforts and programmes are fully integrated in national and regional development strategies. We welcome the New Partnership for Africa's Development (NEPAD) and encourage the international community to support the ICT-related measures of this initiative as well as those belonging to similar efforts in other regions. Distribution of the benefits of ICT-driven growth contributes to poverty eradication and sustainable development.

44. Standardization is one of the essential building blocks of the Information Society. There should be particular emphasis on the development and adoption of international standards. The development and use of open, interoperable, non-discriminatory and demand-driven standards that take into account needs of users and consumers is a basic element for the development and greater diffusion of ICTs and more affordable access to them, particularly in developing countries. International standards aim to create an environment where consumers can access services worldwide regardless of underlying technology.

45. The radio frequency spectrum should be managed in the public interest and in accordance with principle of legality, with full observance of national laws and regulation as well as relevant international agreements.

46. In building the Information Society, States are strongly urged to take steps with a view to the avoidance of, and refrain from, any unilateral measure not in accordance with international law and the Charter of the United Nations that impedes the full achievement of economic and social development by the population of the affected countries, and that hinders the well-being of their population.

47. Recognizing that ICTs are progressively changing our working practices, the creation of a secure, safe and healthy working environment, appropriate to the utilisation of ICTs, respecting all relevant international norms, is fundamental.

48. The Internet has evolved into a global facility available to the public and its governance should constitute a core issue of the Information Society agenda. The international management of the Internet should be multilateral, transparent and democratic, with the full involvement of governments, the private sector, civil society and international organizations. It should ensure an equitable distribution of resources, facilitate access for all and ensure a stable and secure functioning of the Internet, taking into account multilingualism.

49. The management of the Internet encompasses both technical and public policy issues and should involve all stakeholders and relevant intergovernmental and international organizations. In this respect it is recognized that:

- a) Policy authority for Internet-related public policy issues is the sovereign right of States. They have rights and responsibilities for international Internet-related public policy issues;
- b) The private sector has had and should continue to have an important role in the development of the Internet, both in the technical and economic fields;
- c) Civil society has also played an important role on Internet matters, especially at community level, and should continue to play such a role;
- d) Intergovernmental organizations have had and should continue to have a facilitating role in the coordination of Internet-related public policy issues;
- e) International organizations have also had and should continue to have an important role in the development of Internet-related technical standards and relevant policies.

50. International Internet governance issues should be addressed in a coordinated manner. We ask the Secretary-General of the United Nations to set up a working group on Internet governance, in an open and inclusive process that ensures a mechanism for the full and active participation of governments, the private sector and civil society from both developing and developed countries, involving relevant intergovernmental and international organizations and forums, to investigate and make proposals for action, as appropriate, on the governance of Internet by 2005.

7) ICT applications: benefits in all aspects of life

51. The usage and deployment of ICTs should seek to create benefits in all aspects of our daily life. ICT applications are potentially important in government operations and services, health care and health information, education and training, employment, job creation, business, agriculture, transport, protection of environment and management of natural resources, disaster prevention, and culture, and to promote eradication of poverty and other agreed development goals. ICTs should also contribute to sustainable production and consumption patterns and reduce traditional barriers, providing an opportunity for all to access local and global markets in a more equitable manner. Applications should be user-friendly, accessible to all, affordable, adapted to local needs in languages and cultures, and support sustainable development. To this effect, local authorities should play a major role in the provision of ICT services for the benefit of their populations.

8) Cultural diversity and identity, linguistic diversity and local content

52. Cultural diversity is the common heritage of humankind. The Information Society should be founded on and stimulate respect for cultural identity, cultural and linguistic diversity, traditions and religions, and foster dialogue among cultures and civilizations. The promotion, affirmation and preservation of diverse cultural identities and languages as reflected in relevant agreed United Nations documents including UNESCO's Universal Declaration on Cultural Diversity, will further enrich the Information Society.

53. The creation, dissemination and preservation of content in diverse languages and formats must be accorded high priority in building an inclusive Information Society, paying particular attention to the diversity of supply of creative work and due recognition of the rights of authors and artists. It is essential to promote the production of and accessibility to all content—educational, scientific, cultural or recreational—in diverse languages and formats. The development of local content suited to domestic or regional needs will encourage social and economic development and will stimulate participation of all stakeholders, including people living in rural, remote and marginal areas.

54. The preservation of cultural heritage is a crucial component of identity and self-understanding of individuals that links a community to its past. The Information Society should harness and preserve cultural heritage for the future by all appropriate methods, including digitisation.

9) Media

55. We reaffirm our commitment to the principles of freedom of the press and freedom of information, as well as those of the independence, pluralism and diversity of media, which are essential to the Information Society. Freedom to seek, receive, impart and use information for the creation, accumulation and dissemination of knowledge are important to the Information Society. We call for the responsible use and treatment of information by the media in accordance with the highest ethical and professional standards. Traditional media in all their forms have an important role in the Information Society and ICTs should play a supportive role in this regard. Diversity of media ownership should be encouraged, in conformity with national law, and taking into account relevant international conventions. We reaffirm the necessity of reducing international imbalances affecting the media, particularly as regards infrastructure, technical resources and the development of human skills.

10) Ethical dimensions of the Information Society

56. The Information Society should respect peace and uphold the fundamental values of freedom, equality, solidarity, tolerance, shared responsibility, and respect for nature.

57. We acknowledge the importance of ethics for the Information Society, which should foster justice, and the dignity and worth of the human person. The widest possible protection should be accorded to the family and to enable it to play its crucial role in society.

58. The use of ICTs and content creation should respect human rights and fundamental freedoms of others, including personal privacy, and the right to freedom of thought, conscience, and religion in conformity with relevant international instruments.

59. All actors in the Information Society should take appropriate actions and preventive measures, as determined by law, against abusive uses of ICTs, such as illegal and other acts motivated by racism, racial discrimination, xenophobia, and related intolerance, hatred, violence, all forms of child abuse, including paedophilia and child pornography, and trafficking in, and exploitation of, human beings.

11) International and regional cooperation

60. We aim at making full use of the opportunities offered by ICTs in our efforts to reach the internationally agreed development goals, including those contained in the Millennium Declaration, and to uphold the key principles set forth in this Declaration. The Information Society is intrinsically global in nature and national efforts need to be supported by effective international and regional cooperation among governments, the private sector, civil society and other stakeholders, including the international financial institutions.

61. In order to build an inclusive global Information Society, we will seek and effectively implement concrete international approaches and mechanisms, including financial and technical assistance. Therefore, while appreciating ongoing ICT cooperation through various mechanisms, we invite all stakeholders to commit to the "Digital Solidarity Agenda" set forth in the Plan of Action. We are convinced that the worldwide agreed objective is to contribute to bridge the digital divide, promote access to ICTs, create digital opportunities, and benefit from the potential offered by ICTs for development. We recognize the will expressed by some to create an international voluntary "Digital Solidarity Fund", and by others to undertake studies concerning existing mechanisms and the efficiency and feasibility of such a Fund.

62. Regional integration contributes to the development of the global Information Society and makes strong cooperation within and among regions indispensable. Regional dialogue should contribute to national capacity building and to the alignment of national strategies with the goals of this Declaration of Principles in a compatible way, while respecting national and regional particularities. In this context, we welcome and encourage the international community to support the ICT-related measures of such initiatives.

63. We resolve to assist developing countries, LDCs and countries with economies in transition through the mobilization from all sources of financing, the provision of financial and technical assistance and by creating an environment conducive to technology transfer, consistent with the purposes of this Declaration and the Plan of Action.

64. The core competences of the International Telecommunication Union (ITU) in the fields of ICTs—assistance in bridging the digital divide, international and regional cooperation, radio spectrum management, standards development and the dissemination of information—are of crucial importance for building the Information Society.

C. Towards an Information Society for All Based on Shared Knowledge

65. **We commit ourselves** to strengthening cooperation to seek common responses to the challenges and to the implementation of the Plan of Action, which will realize the vision of an inclusive Information Society based on the Key Principles incorporated in this Declaration.

66. **We further commit ourselves** to evaluate and follow-up progress in bridging the digital divide, taking into account different levels of development, so as to reach internationally agreed development goals, including those contained in the Millennium Declaration, and to assess the effectiveness of investment and international cooperation efforts in building the Information Society.

67. **We are firmly convinced** that we are collectively entering a new era of enormous potential, that of the Information Society and expanded human communication. In this emerging society, information and knowledge can be produced, exchanged, shared and communicated through all the networks of the world. All individuals can soon, if we take the necessary actions, together build a new Information Society based on shared knowledge and founded on global solidarity and a better mutual understanding between peoples and nations. We trust that these measures will open the way to the future development of a true knowledge society.

Plan of Action

A. Introduction

1. The common vision and guiding principles of the Declaration are translated in this Plan of Action into concrete action lines to advance the achievement of the internationally-agreed development goals, including those in the Millennium Declaration, the Monterrey Consensus and the Johannesburg Declaration and Plan of Implementation, by promoting the use of ICT-based products, networks, services and applications, and to help countries overcome the digital divide. The Information Society envisaged in the Declaration of Principles will be realized in cooperation and solidarity by governments and all other stakeholders.

2. The Information Society is an evolving concept that has reached different levels across the world, reflecting the different stages of development. Technological and other change is rapidly transforming the environment in which the Information Society is developed. The Plan of Action is thus an evolving platform to promote the Information Society at the national, regional and international levels. The unique two-phase structure of the World Summit on the Information Society (WSIS) provides an opportunity to take this evolution into account.

3. All stakeholders have an important role to play in the Information Society, especially through partnerships:

a) Governments have a leading role in developing and implementing comprehensive, forward looking and sustainable national e-strategies. The private sector and civil society, in dialogue with governments, have an important consultative role to play in devising national e-strategies.

b) The commitment of the private sector is important in developing and diffusing information and communication technologies (ICTs), for infrastructure, content and applications. The private sector is not only a market player but also plays a role in a wider sustainable development context.

c) The commitment and involvement of civil society is equally important in creating an equitable Information Society, and in implementing ICT-related initiatives for development.

d) International and regional institutions, including international financial institutions, have a key role in integrating the use of ICTs in the development process and making available necessary resources for building the Information Society and for the evaluation of the progress made.

B. Objectives, goals and targets

4. The objectives of the Plan of Action are to build an inclusive Information Society; to put the potential of knowledge and ICTs at the service of development; to promote the use of information and knowledge for the achievement of internationally agreed development goals, including those contained in the Millennium Declaration; and to address new challenges of the Information Society, at the national, regional and international levels. Opportunity shall be taken in phase two of the WSIS to evaluate and assess progress made towards bridging the digital divide.

5. Specific targets for the Information Society will be established as appropriate, at the national level in the framework of national e-strategies and in accordance with national development policies, taking into account the different national circumstances. Such targets can serve as useful benchmarks for actions and for the evaluation of the progress made towards the attainment of the overall objectives of the Information Society.

6. Based on internationally agreed development goals, including those in the Millennium Declaration, which are premised on international cooperation, indicative targets may serve as global references for improving connectivity and access in the use of ICTs in promoting the objectives of the Plan of Action, to be achieved by 2015. These targets may be taken into account in the establishment of the national targets, considering the different national circumstances:

- a) to connect villages with ICTs and establish community access points;
- b) to connect universities, colleges, secondary schools and primary schools with ICTs;
- c) to connect scientific and research centres with ICTs;
- d) to connect public libraries, cultural centres, museums, post offices and archives with ICTs;
- e) to connect health centres and hospitals with ICTs;
- f) to connect all local and central government departments and establish websites and email addresses;
- g) to adapt all primary and secondary school curricula to meet the challenges of the Information Society, taking into account national circumstances;
- h) to ensure that all of the world's population have access to television and radio services;
- i) to encourage the development of content and to put in place technical conditions in order to facilitate the presence and use of all world languages on the Internet;
- j) to ensure that more than half the world's inhabitants have access to ICTs within their reach.

7. In giving effect to these objectives, goals and targets, special attention will be paid to the needs of developing countries, and in particular to countries, peoples and groups cited in paragraphs 11-16 of the Declaration of Principles.

C. Action Lines

C1. The role of governments and all stakeholders in the promotion of ICTs for development

8. The effective participation of governments and all stakeholders is vital in developing the Information Society requiring cooperation and partnerships among all of them.

- a) Development of national e-strategies, including the necessary human capacity building, should be encouraged by all countries by 2005, taking into account different national circumstances.
- b) Initiate at the national level a structured dialogue involving all relevant stakeholders, including through public/private partnerships, in devising e-strategies for the Information Society and for the exchange of best practices.
- c) In developing and implementing national e-strategies, stakeholders should take into consideration local, regional and national needs and concerns. To maximize the benefits of initiatives undertaken, these should include the concept of sustainability. The private sector should be engaged in concrete projects to develop the Information Society at local, regional and national levels.
- d) Each country is encouraged to establish at least one functioning Public/Private Partnership (PPP) or Multi-Sector Partnership (MSP), by 2005 as a showcase for future action.
- e) Identify mechanisms, at the national, regional and international levels, for the initiation and promotion of partnerships among stakeholders of the Information Society.
- f) Explore the viability of establishing multi-stakeholder portals for indigenous peoples at the national level.

g) By 2005, relevant international organizations and financial institutions should develop their own strategies for the use of ICTs for sustainable development, including sustainable production and consumption patterns and as an effective instrument to help achieve the goals expressed in the United Nations Millennium Declaration.

h) International organizations should publish, in their areas of competence, including on their website, reliable information submitted by relevant stakeholders on successful experiences of mainstreaming ICTs.

i) Encourage a series of related measures, including, among other things: incubator schemes, venture capital investments (national and international), government investment funds (including micro-finance for Small, Medium-sized and Micro Enterprises (SMMEs), investment promotion strategies, software export support activities (trade counseling), support of research and development networks and software parks.

C2. Information and communication infrastructure: an essential foundation for the Information Society

9. Infrastructure is central in achieving the goal of digital inclusion, enabling universal, sustainable, ubiquitous and affordable access to ICTs by all, taking into account relevant solutions already in place in developing countries and countries with economies in transition, to provide sustainable connectivity and access to remote and marginalized areas at national and regional levels.

a) Governments should take action, in the framework of national development policies, in order to support an enabling and competitive environment for the necessary investment in ICT infrastructure and for the development of new services.

b) In the context of national e-strategies, devise appropriate universal access policies and strategies, and their means of implementation, in line with the indicative targets, and develop ICT connectivity indicators.

c) In the context of national e-strategies, provide and improve ICT connectivity for all schools, universities, health institutions, libraries, post offices, community centres, museums and other institutions accessible to the public, in line with the indicative targets.

d) Develop and strengthen national, regional and international broadband network infrastructure, including delivery by satellite and other systems, to help in providing the capacity to match the needs of countries and their citizens and for the delivery of new ICT-based services. Support technical, regulatory and operational studies by the International Telecommunication Union (ITU) and, as appropriate, other relevant international organizations in order to:

- i) broaden access to orbital resources, global frequency harmonization and global systems standardization;
- ii) encourage public/private partnership;
- iii) promote the provision of global high-speed satellite services for underserved areas such as remote and sparsely populated areas;
- iv) explore other systems that can provide high-speed connectivity.

e) In the context of national e-strategies, address the special requirements of older people, persons with disabilities, children, especially marginalized children and other disadvantaged and vulnerable groups, including by appropriate educational administrative and legislative measures to ensure their full inclusion in the Information Society.

f) Encourage the design and production of ICT equipment and services so that everyone, has easy and affordable access to them including older people, persons with disabilities, children, especially marginalized children, and other disadvantaged and vulnerable groups, and promote the development of technologies, applications, and content suited to their needs, guided by the Universal Design Principle and further enhanced by the use of assistive technologies.

g) In order to alleviate the challenges of illiteracy, develop affordable technologies and non-text based computer interfaces to facilitate people's access to ICT,

h) Undertake international research and development efforts aimed at making available adequate and affordable ICT equipment for end users.

- i) Encourage the use of unused wireless capacity, including satellite, in developed countries and in particular in developing countries, to provide access in remote areas, especially in developing countries and countries with economies in transition, and to improve low-cost connectivity in developing countries. Special concern should be given to the Least Developed Countries in their efforts in establishing telecommunication infrastructure.
- j) Optimize connectivity among major information networks by encouraging the creation and development of regional ICT backbones and Internet exchange points, to reduce interconnection costs and broaden network access.
- k) Develop strategies for increasing affordable global connectivity, thereby facilitating improved access. Commercially negotiated Internet transit and interconnection costs should be oriented towards objective, transparent and non-discriminatory parameters, taking into account ongoing work on this subject.
- l) Encourage and promote joint use of traditional media and new technologies.

C3. Access to information and knowledge

10. ICTs allow people, anywhere in the world, to access information and knowledge almost instantaneously. Individuals, organizations and communities should benefit from access to knowledge and information.

- a) Develop policy guidelines for the development and promotion of public domain information as an important international instrument promoting public access to information.
- b) Governments are encouraged to provide adequate access through various communication resources, notably the Internet, to public official information. Establishing legislation on access to information and the preservation of public data, notably in the area of the new technologies, is encouraged.
- c) Promote research and development to facilitate accessibility of ICTs for all, including disadvantaged, marginalized and vulnerable groups.
- d) Governments, and other stakeholders, should establish sustainable multi-purpose community public access points, providing affordable or free-of-charge access for their citizens to the various communication resources, notably the Internet. These access points should, to the extent possible, have sufficient capacity to provide assistance to users, in libraries, educational institutions, public administrations, post offices or other public places, with special emphasis on rural and underserved areas, while respecting intellectual property rights (IPRs) and encouraging the use of information and sharing of knowledge.
- e) Encourage research and promote awareness among all stakeholders of the possibilities offered by different software models, and the means of their creation, including proprietary, open-source and free software, in order to increase competition, freedom of choice and affordability, and to enable all stakeholders to evaluate which solution best meets their requirements.
- f) Governments should actively promote the use of ICTs as a fundamental working tool by their citizens and local authorities. In this respect, the international community and other stakeholders should support capacity building for local authorities in the widespread use of ICTs as a means of improving local governance.
- g) Encourage research on the Information Society, including on innovative forms of networking, adaptation of ICT infrastructure, tools and applications that facilitate accessibility of ICTs for all, and disadvantaged groups in particular.
- h) Support the creation and development of a digital public library and archive services, adapted to the Information Society, including reviewing national library strategies and legislation, developing a global understanding of the need for "hybrid libraries", and fostering worldwide cooperation between libraries.
- i) Encourage initiatives to facilitate access, including free and affordable access to open access journals and books, and open archives for scientific information.
- j) Support research and development of the design of useful instruments for all stakeholders to foster increased awareness, assessment, and evaluation of different software models and licences, so as to ensure an optimal choice of appropriate software that will best contribute to achieving development goals within local conditions.

C4. Capacity building

11. Everyone should have the necessary skills to benefit fully from the Information Society. Therefore capacity building and ICT literacy are essential. ICTs can contribute to achieving universal education worldwide, through delivery of education and training of teachers, and offering improved conditions for lifelong learning, encompassing people that are outside the formal education process, and improving professional skills.

a) Develop domestic policies to ensure that ICTs are fully integrated in education and training at all levels, including in curriculum development, teacher training, institutional administration and management, and in support of the concept of lifelong learning.

b) Develop and promote programmes to eradicate illiteracy using ICTs at national, regional and international levels.

c) Promote e-literacy skills for all, for example by designing and offering courses for public administration, taking advantage of existing facilities such as libraries, multipurpose community centres, public access points and by establishing local ICT training centres with the cooperation of all stakeholders. Special attention should be paid to disadvantaged and vulnerable groups.

d) In the context of national educational policies, and taking into account the need to eradicate adult illiteracy, ensure that young people are equipped with knowledge and skills to use ICTs, including the capacity to analyse and treat information in creative and innovative ways, share their expertise and participate fully in the Information Society.

e) Governments, in cooperation with other stakeholders, should create programmes for capacity building with an emphasis on creating a critical mass of qualified and skilled ICT professionals and experts.

f) Develop pilot projects to demonstrate the impact of ICT-based alternative educational delivery systems, notably for achieving Education for All targets, including basic literacy targets.

g) Work on removing the gender barriers to ICT education and training and promoting equal training opportunities in ICT-related fields for women and girls. Early intervention programmes in science and technology should target young girls with the aim of increasing the number of women in ICT careers. Promote the exchange of best practices on the integration of gender perspectives in ICT education.

h) Empower local communities, especially those in rural and underserved areas, in ICT use and promote the production of useful and socially meaningful content for the benefit of all.

i) Launch education and training programmes, where possible using information networks of traditional nomadic and indigenous peoples, which provide opportunities to fully participate in the Information Society.

j) Design and implement regional and international cooperation activities to enhance the capacity, notably, of leaders and operational staff in developing countries and LDCs, to apply ICTs effectively in the whole range of educational activities. This should include delivery of education outside the educational structure, such as the workplace and at home.

k) Design specific training programmes in the use of ICTs in order to meet the educational needs of information professionals, such as archivists, librarians, museum professionals, scientists, teachers, journalists, postal workers and other relevant professional groups. Training of information professionals should focus not only on new methods and techniques for the development and provision of information and communication services, but also on relevant management skills to ensure the best use of technologies. Training of teachers should focus on the technical aspects of ICTs, on development of content, and on the potential possibilities and challenges of ICTs.

l) Develop distance learning, training and other forms of education and training as part of capacity building programmes. Give special attention to developing countries and especially LDCs in different levels of human resources development.

m) Promote international and regional cooperation in the field of capacity building, including country programmes developed by the United Nations and its Specialized Agencies

n) Launch pilot projects to design new forms of ICT-based networking, linking education, training and research institutions between and among developed and developing countries and countries with economies in transition.

o) Volunteering, if conducted in harmony with national policies and local cultures, can be a valuable asset for raising human capacity to make productive use of ICT tools and build a more inclusive Information Society. Activate volunteer programmes to provide capacity building on ICT for development, particularly in developing countries.

p) Design programmes to train users to develop self-learning and self-development capacities.

C5. Building confidence and security in the use of ICTs

12. Confidence and security are among the main pillars of the Information Society.

a) Promote cooperation among the governments at the United Nations and with all stakeholders at other appropriate fora to enhance user confidence, build trust, and protect both data and network integrity; consider existing and potential threats to ICTs; and address other information security and network security issues.

b) Governments, in cooperation with the private sector, should prevent, detect and respond to cyber-crime and misuse of ICTs by: developing guidelines that take into account ongoing efforts in these areas; considering legislation that allows for effective investigation and prosecution of misuse; promoting effective mutual assistance efforts; strengthening institutional support at the international level for preventing, detecting and recovering from such incidents; and encouraging education and raising awareness.

c) Governments, and other stakeholders, should actively promote user education and awareness about online privacy and the means of protecting privacy.

d) Take appropriate action on spam at national and international levels.

e) Encourage the domestic assessment of national law with a view to overcoming any obstacles to the effective use of electronic documents and transactions including electronic means of authentication.

f) Further strengthen the trust and security framework with complementary and mutually reinforcing initiatives in the fields of security in the use of ICTs, with initiatives or guidelines with respect to rights to privacy, data and consumer protection.

g) Share good practices in the field of information security and network security and encourage their use by all parties concerned.

h) Invite interested countries to set up focal points for real-time incident handling and response, and develop a cooperative network between these focal points for sharing information and technologies on incident response.

i) Encourage further development of secure and reliable applications to facilitate online transactions.

j) Encourage interested countries to contribute actively to the ongoing United Nations activities to build confidence and security in the use of ICTs.

C6. Enabling environment

13. To maximize the social, economic and environmental benefits of the Information Society, governments need to create a trustworthy, transparent and non-discriminatory legal, regulatory and policy environment. Actions include:

a) Governments should foster a supportive, transparent, pro-competitive and predictable policy, legal and regulatory framework, which provides the appropriate incentives to investment and community development in the Information Society.

b) We ask the Secretary General of the United Nations to set up a working group on Internet governance, in an open and inclusive process that ensures a mechanism for the full and active participation of governments, the private sector and civil society from both developing and developed countries, involving relevant intergovernmental and international organizations and forums, to investigate and make proposals for action, as appropriate, on the governance of Internet by 2005. The group should, *inter alia*:

i) develop a working definition of Internet governance;

ii) identify the public policy issues that are relevant to Internet governance;

- iii) develop a common understanding of the respective roles and responsibilities of governments, existing intergovernmental and international organisations and other forums as well as the private sector and civil society from both developing and developed countries;
 - iv) prepare a report on the results of this activity to be presented for consideration and appropriate action for the second phase of WSIS in Tunis in 2005.
- c) Governments are invited to:
- i) facilitate the establishment of national and regional Internet Exchange Centres;
 - ii) manage or supervise, as appropriate, their respective country code top-level domain name (ccTLD);
 - iii) promote awareness of the Internet.
- d) In cooperation with the relevant stakeholders, promote regional root servers and the use of internationalized domain names in order to overcome barriers to access.
- e) Governments should continue to update their domestic consumer protection laws to respond to the new requirements of the Information Society.
- f) Promote effective participation by developing countries and countries with economies in transition in international ICT forums and create opportunities for exchange of experience.
- g) Governments need to formulate national strategies, which include e-government strategies, to make public administration more transparent, efficient and democratic.
- h) Develop a framework for the secure storage and archival of documents and other electronic records of information.
- i) Governments and stakeholders should actively promote user education and awareness about online privacy and the means of protecting privacy.
- j) Invite stakeholders to ensure that practices designed to facilitate electronic commerce also permit consumers to have a choice as to whether or not to use electronic communication.
- k) Encourage the ongoing work in the area of effective dispute settlement systems, notably alternative dispute resolution (ADR), which can promote settlement of disputes.
- l) Governments, in collaboration with stakeholders, are encouraged to formulate conducive ICT policies that foster entrepreneurship, innovation and investment, and with particular reference to the promotion of participation by women.
- m) Recognising the economic potential of ICTs for Small and Medium-Sized Enterprises (SMEs), they should be assisted in increasing their competitiveness by streamlining administrative procedures, facilitating their access to capital and enhancing their capacity to participate in ICT-related projects.
- n) Governments should act as model users and early adopters of e-commerce in accordance with their level of socio-economic development.
- o) Governments, in cooperation with other stakeholders, should raise awareness of the importance of international interoperability standards for global e-commerce.
- p) Governments, in cooperation with other stakeholders, should promote the development and use of open, interoperable, non-discriminatory and demand-driven standards.
- q) ITU, pursuant to its treaty capacity, coordinates and allocates frequencies with the goal of facilitating ubiquitous and affordable access.
- r) Additional steps should be taken in ITU and other regional organisations to ensure rational, efficient and economical use of, and equitable access to, the radio-frequency spectrum by all countries, based on relevant international agreements.

C7. ICT applications: benefits in all aspects of life

14. ICT applications can support sustainable development, in the fields of public administration, business, education and training, health, employment, environment, agriculture and science within the framework of national e-strategies. This would include actions within the following sectors:

15. E-government

- a) Implement e-government strategies focusing on applications aimed at innovating and promoting transparency in public administrations and democratic processes, improving efficiency and strengthening relations with citizens.
- b) Develop national e-government initiatives and services, at all levels, adapted to the needs of citizens and business, to achieve a more efficient allocation of resources and public goods.
- c) Support international cooperation initiatives in the field of e-government, in order to enhance transparency, accountability and efficiency at all levels of government.

16. E-business

- a) Governments, international organizations and the private sector, are encouraged to promote the benefits of international trade and the use of e-business, and promote the use of e-business models in developing countries and countries with economies in transition.
- b) Through the adoption of an enabling environment, and based on widely available Internet access, governments should seek to stimulate private sector investment, foster new applications, content development and public/private partnerships.
- c) Government policies should favour assistance to, and growth of SMMEs, in the ICT industry, as well as their entry into e-business, to stimulate economic growth and job creation as an element of a strategy for poverty reduction through wealth creation.

17. E-learning (see section C4)

18. E-health

- a) Promote collaborative efforts of governments, planners, health professionals, and other agencies along with the participation of international organizations for creating a reliable, timely, high quality and affordable health care and health information systems and for promoting continuous medical training, education, and research through the use of ICTs, while respecting and protecting citizens' right to privacy.
- b) Facilitate access to the world's medical knowledge and locally-relevant content resources for strengthening public health research and prevention programmes and promoting women's and men's health, such as content on sexual and reproductive health and sexually transmitted infections, and for diseases that attract full attention of the world including HIV/AIDS, malaria and tuberculosis.
- c) Alert, monitor and control the spread of communicable diseases, through the improvement of common information systems.
- d) Promote the development of international standards for the exchange of health data, taking due account of privacy concerns.
- e) Encourage the adoption of ICTs to improve and extend health care and health information systems to remote and underserved areas and vulnerable populations, recognising women's roles as health providers in their families and communities.
- f) Strengthen and expand ICT-based initiatives for providing medical and humanitarian assistance in disasters and emergencies.

19. E-employment

- a) Encourage the development of best practices for e-workers and e-employers built, at the national level, on principles of fairness and gender equality, respecting all relevant international norms.
- b) Promote new ways of organizing work and business with the aim of raising productivity, growth and well-being through investment in ICTs and human resources.

c) Promote teleworking to allow citizens, particularly in the developing countries, LDCs, and small economies, to live in their societies and work anywhere, and to increase employment opportunities for women, and for those with disabilities. In promoting teleworking, special attention should be given to strategies promoting job creation and the retention of the skilled working force.

d) Promote early intervention programmes in science and technology that should target young girls to increase the number of women in ICT carriers.

20. E-environment

a) Governments, in cooperation with other stakeholders are encouraged to use and promote ICTs as an instrument for environmental protection and the sustainable use of natural resources.

b) Government, civil society and the private sector are encouraged to initiate actions and implement projects and programmes for sustainable production and consumption and the environmentally safe disposal and recycling of discarded hardware and components used in ICTs.

c) Establish monitoring systems, using ICTs, to forecast and monitor the impact of natural and man-made disasters, particularly in developing countries, LDCs and small economies.

21. E-agriculture

a) Ensure the systematic dissemination of information using ICTs on agriculture, animal husbandry, fisheries, forestry and food, in order to provide ready access to comprehensive, up-to-date and detailed knowledge and information, particularly in rural areas.

b) Public-private partnerships should seek to maximize the use of ICTs as an instrument to improve production (quantity and quality).

22. E-science

a) Promote affordable and reliable high-speed Internet connection for all universities and research institutions to support their critical role in information and knowledge production, education and training, and to support the establishment of partnerships, cooperation and networking between these institutions.

b) Promote electronic publishing, differential pricing and open access initiatives to make scientific information affordable and accessible in all countries on an equitable basis.

c) Promote the use of peer-to-peer technology to share scientific knowledge and pre-prints and reprints written by scientific authors who have waived their right to payment.

d) Promote the long-term systematic and efficient collection, dissemination and preservation of essential scientific digital data, for example, population and meteorological data in all countries.

e) Promote principles and metadata standards to facilitate cooperation and effective use of collected scientific information and data as appropriate to conduct scientific research.

C8. Cultural diversity and identity, linguistic diversity and local content

23. Cultural and linguistic diversity, while stimulating respect for cultural identity, traditions and religions, is essential to the development of an Information Society based on the dialogue among cultures and regional and international cooperation. It is an important factor for sustainable development.

a) Create policies that support the respect, preservation, promotion and enhancement of cultural and linguistic diversity and cultural heritage within the Information Society, as reflected in relevant agreed United Nations documents, including UNESCO's Universal Declaration on Cultural Diversity. This includes encouraging governments to design cultural policies to promote the production of cultural, educational and scientific content and the development of local cultural industries suited to the linguistic and cultural context of the users.

b) Develop national policies and laws to ensure that libraries, archives, museums and other cultural institutions can play their full role of content—including traditional knowledge—providers in the Information Society, more particularly by providing continued access to recorded information.

c) Support efforts to develop and use ICTs for the preservation of natural and, cultural heritage, keeping it accessible as a living part of today's culture. This includes developing systems for ensuring continued access

to archived digital information and multimedia content in digital repositories, and support archives, cultural collections and libraries as the memory of humankind.

d) Develop and implement policies that preserve, affirm, respect and promote diversity of cultural expression and indigenous knowledge and traditions through the creation of varied information content and the use of different methods, including the digitization of the educational, scientific and cultural heritage.

e) Support local content development, translation and adaptation, digital archives, and diverse forms of digital and traditional media by local authorities. These activities can also strengthen local and indigenous communities.

f) Provide content that is relevant to the cultures and languages of individuals in the Information Society, through access to traditional and digital media services.

g) Through public/private partnerships, foster the creation of varied local and national content, including that available in the language of users, and give recognition and support to ICT-based work in all artistic fields.

h) Strengthen programmes focused on gender-sensitive curricula in formal and non-formal education for all and enhancing communication and media literacy for women with a view to building the capacity of girls and women to understand and to develop ICT content.

i) Nurture the local capacity for the creation and distribution of software in local languages, as well as content that is relevant to different segments of population, including non-literate, persons with disabilities, disadvantaged and vulnerable groups especially in developing countries and countries with economies in transition.

j) Give support to media based in local communities and support projects combining the use of traditional media and new technologies for their role in facilitating the use of local languages, for documenting and preserving local heritage, including landscape and biological diversity, and as a means to reach rural and isolated and nomadic communities.

k) Enhance the capacity of indigenous peoples to develop content in their own languages.

l) Cooperate with indigenous peoples and traditional communities to enable them to more effectively use and benefit from the use of their traditional knowledge in the Information Society.

m) Exchange knowledge, experiences and best practices on policies and tools designed to promote cultural and linguistic diversity at regional and sub-regional levels. This can be achieved by establishing regional, and sub-regional working groups on specific issues of this Plan of Action to foster integration efforts.

n) Assess at the regional level the contribution of ICT to cultural exchange and interaction, and based on the outcome of this assessment, design relevant programmes.

o) Governments, through public/private partnerships, should promote technologies and R&D programmes in such areas as translation, iconographies, voice-assisted services and the development of necessary hardware and a variety of software models, including proprietary, open source software and free software, such as standard character sets, language codes, electronic dictionaries, terminology and thesauri, multilingual search engines, machine translation tools, internationalized domain names, content referencing as well as general and application software.

C9. Media

24. The media—in their various forms and with a diversity of ownership—as an actor, have an essential role in the development of the Information Society and are recognized as an important contributor to freedom of expression and plurality of information.

a) Encourage the media—print and broadcast as well as new media—to continue to play an important role in the Information Society.

b) Encourage the development of domestic legislation that guarantees the independence and plurality of the media.

c) Take appropriate measures—consistent with freedom of expression—to combat illegal and harmful content in media content.

- d) Encourage media professionals in developed countries to establish partnerships and networks with the media in developing ones, especially in the field of training.
- e) Promote balanced and diverse portrayals of women and men by the media.
- f) Reduce international imbalances affecting the media, particularly as regards infrastructure, technical resources and the development of human skills, taking full advantage of ICT tools in this regard.
- g) Encourage traditional media to bridge the knowledge divide and to facilitate the flow of cultural content, particularly in rural areas.

C10. Ethical dimensions of the Information Society

25. The Information Society should be subject to universally held values and promote the common good and to prevent abusive uses of ICTs.

- a) Take steps to promote respect for peace and to uphold the fundamental values of freedom, equality, solidarity, tolerance, shared responsibility, and respect for nature.
- b) All stakeholders should increase their awareness of the ethical dimension of their use of ICTs.
- c) All actors in the Information Society should promote the common good, protect privacy and personal data and take appropriate actions and preventive measures, as determined by law, against abusive uses of ICTs such as illegal and other acts motivated by racism, racial discrimination, xenophobia, and related intolerance, hatred, violence, all forms of child abuse, including paedophilia and child pornography, and trafficking in, and exploitation of, human beings.
- d) Invite relevant stakeholders, especially the academia, to continue research on ethical dimensions of ICTs.

C11. International and regional cooperation

26. International cooperation among all stakeholders is vital in implementation of this plan of action and needs to be strengthened with a view to promoting universal access and bridging the digital divide, *inter alia*, by provision of means of implementation.

- a) Governments of developing countries should raise the relative priority of ICT projects in requests for international cooperation and assistance on infrastructure development projects from developed countries and international financial organizations.
- b) Within the context of the UN's Global Compact and building upon the United Nations Millennium Declaration, build on and accelerate public-private partnerships, focusing on the use of ICT in development.
- c) Invite international and regional organizations to mainstream ICTs in their work programmes and to assist all levels of developing countries, to be involved in the preparation and implementation of national action plans to support the fulfilment of the goals indicated in the declaration of principles and in this Plan of Action, taking into account the importance of regional initiatives.

D. Digital Solidarity Agenda

27. The Digital Solidarity Agenda aims at putting in place the conditions for mobilizing human, financial and technological resources for inclusion of all men and women in the emerging Information Society. Close national, regional and international cooperation among all stakeholders in the implementation of this Agenda is vital. To overcome the digital divide, we need to use more efficiently existing approaches and mechanisms and fully explore new ones, in order to provide financing for the development of infrastructure, equipment, capacity building and content, which are essential for participation in the Information Society.

D1. Priorities and strategies

a) National e-strategies should be made an integral part of national development plans, including Poverty Reduction Strategies.

b) ICTs should be fully mainstreamed into strategies for Official Development Assistance (ODA) through more effective donor information-sharing and co-ordination, and through analysis and sharing of best practices and lessons learned from experience with ICT-for-development programmes.

D2. Mobilizing resources

a) All countries and international organizations should act to create conditions conducive to increasing the availability and effective mobilization of resources for financing development as elaborated in the Monterrey Consensus.

b) Developed countries should make concrete efforts to fulfil their international commitments to financing development including the Monterrey Consensus, in which developed countries that have not done so are urged to make concrete efforts towards the target of 0.7 per cent of gross national product (GNP) as ODA to developing countries and 0.15 to 0.20 per cent of GNP of developed countries to least developed countries.

c) For those developing countries facing unsustainable debt burdens, we welcome initiatives that have been undertaken to reduce outstanding indebtedness and invite further national and international measures in that regard, including, as appropriate, debt cancellation and other arrangements. Particular attention should be given to enhancing the Heavily Indebted Poor Countries initiative. These initiatives would release more resources that may be used for financing ICT for development projects.

d) Recognizing the potential of ICT for development we furthermore advocate:

- i) developing countries to increase their efforts to attract major private national and foreign investments for ICTs through the creation of a transparent, stable and predictable enabling investment environment;
- ii) developed countries and international financial organisations to be responsive to the strategies and priorities of ICTs for development, mainstream ICTs in their work programmes, and assist developing countries and countries with economies in transition to prepare and implement their national e-strategies. Based on the priorities of national development plans and implementation of the above commitments, developed countries should increase their efforts to provide more financial resources to developing countries in harnessing ICTs for development;
- iii) the private sector to contribute to the implementation of this Digital Solidarity Agenda.

e) In our efforts to bridge the digital divide, we should promote, within our development cooperation, technical and financial assistance directed towards national and regional capacity building, technology transfer on mutually agreed terms, cooperation in R&D programmes and exchange of know-how.

f) While all existing financial mechanisms should be fully exploited, a thorough review of their adequacy in meeting the challenges of ICT for development should be completed by the end of December 2004. This review shall be conducted by a Task Force under the auspices of the Secretary-General of the United Nations and submitted for consideration to the second phase of this summit. Based on the conclusion of the review, improvements and innovations of financing mechanisms will be considered including the effectiveness, the feasibility and the creation of a voluntary Digital Solidarity Fund, as mentioned in the Declaration of Principles.

g) Countries should consider establishing national mechanisms to achieve universal access in both underserved rural and urban areas, in order to bridge the digital divide.

E) Follow-up and evaluation

28. A realistic international performance evaluation and benchmarking (both qualitative and quantitative), through comparable statistical indicators and research results, should be developed to follow up the implementation of the objectives, goals and targets in the Plan of Action, taking into account different national circumstances.

a) In cooperation with each country concerned, develop and launch a composite ICT Development (Digital Opportunity) Index. It could be published annually, or every two years, in an ICT Development Report. The index could show the statistics while the report would present analytical work on policies and their implementation, depending on national circumstances, including gender analysis.

b) Appropriate indicators and benchmarking, including community connectivity indicators, should clarify the magnitude of the digital divide, in both its domestic and international dimensions, and keep it under regular assessment, and tracking global progress in the use of ICTs to achieve internationally agreed development goals, including those of the Millennium Declaration.

c) International and regional organizations should assess and report regularly on universal accessibility of nations to ICTs, with the aim of creating equitable opportunities for the growth of ICT sectors of developing countries.

d) Gender-specific indicators on ICT use and needs should be developed, and measurable performance indicators should be identified to assess the impact of funded ICT projects on the lives of women and girls.

e) Develop and launch a website on best practices and success stories, based on a compilation of contributions from all stakeholders, in a concise, accessible and compelling format, following the internationally-recognized web accessibility standards. The website could be periodically updated and turned into a permanent experience-sharing exercise.

f) All countries and regions should develop tools so as to provide statistical information on the Information Society, with basic indicators and analysis of its key dimensions. Priority should be given to setting up coherent and internationally comparable indicator systems, taking into account different levels of development.

F) Towards WSIS phase 2 (Tunis)

29. Recalling General Assembly Resolution 56/183 and taking into account the outcome of the Geneva phase of the WSIS, a preparatory meeting will be held in the first half of 2004 to review those issues of the Information Society which should form the focus of the Tunis phase of the WSIS and to agree on the structure of the preparatory process for the second phase. In line with the decision of this Summit concerning its Tunis phase, the second phase of the WSIS should consider, *inter alia*:

a) Elaboration of final appropriate documents based on the outcome of the Geneva phase of the WSIS with a view to consolidating the process of building a global Information Society, and reducing the Digital Divide and transforming it into digital opportunities.

b) Follow-up and implementation of the Geneva Plan of Action at national, regional and international levels, including the United Nations system, as part of an integrated and coordinated approach, calling upon the participation of all relevant stakeholders. This should take place, *inter alia*, through partnerships among stakeholders.



Document WSIS-05/TUNIS/DOC/7 -E

18 November 2005

Original: English

TUNIS COMMITMENT

- 1. We, the representatives of the peoples of the world,** have gathered in Tunis from 16-18 November 2005 for this second phase of the World Summit on the Information Society (WSIS) to reiterate our unequivocal support for the Geneva Declaration of Principles and Plan of Action adopted at the first phase of the World Summit on the Information Society in Geneva in December 2003.
- 2. We reaffirm** our desire and commitment to build a people-centred, inclusive and development-oriented Information Society, premised on the purposes and principles of the Charter of the United Nations, international law and multilateralism, and respecting fully and upholding the Universal Declaration of Human Rights, so that people everywhere can create, access, utilize and share information and knowledge, to achieve their full potential and to attain the internationally agreed development goals and objectives, including the Millennium Development Goals.
- 3. We reaffirm** the universality, indivisibility, interdependence and interrelation of all human rights and fundamental freedoms, including the right to development, as enshrined in the Vienna Declaration. **We also reaffirm** that democracy, sustainable development, and respect for human rights and fundamental freedoms as well as good governance at all levels are interdependent and mutually reinforcing. **We further resolve** to strengthen respect for the rule of law in international as in national affairs.
- 4. We reaffirm** paragraphs 4, 5 and 55 of the Geneva Declaration of Principles. **We recognize** that freedom of expression and the free flow of information, ideas, and knowledge, are essential for the Information Society and beneficial to development.
- The Tunis Summit represents a unique opportunity to raise awareness of the benefits that Information and Communication Technologies (ICTs) can bring to humanity and the manner in which they can transform people's activities, interaction and lives, and thus increase confidence in the future.
- 6. This Summit is an important stepping-stone in the world's efforts to eradicate poverty and to attain the internationally agreed development goals and objectives, including the Millennium Development Goals. By the Geneva decisions, we established a coherent long-term link between the WSIS process, and other relevant major United Nations conferences and summits. We call upon** governments, private sector, civil society and international organizations to join together to implement the commitments set forth in the Geneva Declaration of Principles and Plan

of Action. In this context, the outcomes of the recently concluded *2005 World Summit on the review of the implementation of the Millennium Declaration* are of special relevance.

7. **We reaffirm the commitments made in Geneva** and build on them in Tunis by focusing on financial mechanisms for bridging the digital divide, on Internet governance and related issues, as well as on follow-up and implementation of the Geneva and Tunis decisions, as referenced in the Tunis Agenda for the Information Society.

8. While reaffirming the important roles and responsibilities of all stakeholders as outlined in paragraph 3 of the Geneva Plan of Action, **we acknowledge** the key role and responsibilities of governments in the WSIS process.

9. **We reaffirm our resolution** in the quest to ensure that everyone can benefit from the opportunities that ICTs can offer, by recalling that governments, as well as private sector, civil society and the United Nations and other international organizations, should work together to: improve access to information and communication infrastructure and technologies as well as to information and knowledge; build capacity; increase confidence and security in the use of ICTs; create an enabling environment at all levels; develop and widen ICT applications; foster and respect cultural diversity; recognize the role of the media; address the ethical dimensions of the Information Society; and encourage international and regional cooperation. **We confirm** that these are the key principles for building an inclusive Information Society, the elaboration of which is found in the Geneva Declaration of Principles.

10. **We recognize** that access to information and sharing and creation of knowledge contributes significantly to strengthening economic, social and cultural development, thus helping all countries to reach the internationally agreed development goals and objectives, including the Millennium Development Goals. This process can be enhanced by removing barriers to universal, ubiquitous, equitable and affordable access to information. **We underline** the importance of removing barriers to bridging the digital divide, particularly those that hinder the full achievement of the economic, social and cultural development of countries and the welfare of their people, in particular, in developing countries.

11. Furthermore, ICTs are making it possible for a vastly larger population than at any time in the past to join in sharing and expanding the base of human knowledge, and contributing to its further growth in all spheres of human endeavour as well as its application to education, health and science. ICTs have enormous potential to expand access to quality education, to boost literacy and universal primary education, and to facilitate the learning process itself, thus laying the groundwork for the establishment of a fully inclusive and development-oriented Information Society and knowledge economy which respects cultural and linguistic diversity.

12. **We emphasize** that the adoption of ICTs by enterprises plays a fundamental role in economic growth. The growth and productivity enhancing effects of well-implemented investments in ICTs can lead to increased trade and to more and better employment. For this reason, both enterprise development and labour market policies play a fundamental role in the adoption of ICTs. **We invite** governments and the private sector to enhance the capacity of Small, Medium and Micro Enterprises (SMMEs), since they furnish the greatest number of jobs in most economies. **We shall work together**, with all stakeholders, to put in place the necessary policy, legal and regulatory frameworks that foster entrepreneurship, particularly for SMMEs.

13. **We also recognize** that the ICT revolution can have a tremendous positive impact as an instrument of sustainable development. In addition, an appropriate enabling environment at national and international levels could prevent increasing social and economic divisions, and the widening of the gap between rich and poor countries, regions, and individuals—including between men and women.

14. **We also recognize** that in addition to building ICT infrastructure, there should be adequate emphasis on developing human capacity and creating ICT applications and digital content in local language, where appropriate, so as to ensure a comprehensive approach to building a global Information Society.

15. Recognizing the principles of universal and non-discriminatory access to ICTs for all nations, the need to take into account the level of social and economic development of each country, and respecting the development-oriented aspects of the Information Society, **we underscore** that ICTs are effective tools to promote peace, security and stability, to enhance democracy, social cohesion, good governance and the rule of law, at national, regional and international levels. ICTs can be used to promote economic growth and enterprise development. Infrastructure development, human capacity building, information security and network security are critical to achieve these goals. **We further recognize** the need to effectively confront challenges and threats resulting from use of ICTs for purposes that are inconsistent with objectives of maintaining international stability and security and may adversely affect the integrity of the infrastructure within States, to the detriment of their security. It is necessary to prevent the abuse of information resources and technologies for criminal and terrorist purposes, while respecting human rights.

16. **We further commit ourselves** to evaluate and follow up progress in bridging the digital divide, taking into account different levels of development, so as to reach internationally agreed development goals and objectives, including the Millennium Development Goals, and to assess the effectiveness of investment and international cooperation efforts in building the Information Society.

17. **We urge governments**, using the potential of ICTs, to create public systems of information on laws and regulations, envisaging a wider development of public access points and supporting the broad availability of this information.

18. **We shall strive** unremittingly, therefore, to promote universal, ubiquitous, equitable and affordable access to ICTs, including universal design and assistive technologies, for all people, especially those with disabilities, everywhere, to ensure that the benefits are more evenly distributed between and within societies, and to bridge the digital divide in order to create digital opportunities for all and benefit from the potential offered by ICTs for development.

19. The international community should take necessary measures to ensure that all countries of the world have equitable and affordable access to ICTs, so that their benefits in the fields of socio-economic development and bridging the digital divide are truly inclusive.

20. To that end, **we shall pay particular attention** to the special needs of marginalized and vulnerable groups of society including migrants, internally displaced persons and refugees, unemployed and underprivileged people, minorities and nomadic people, older persons and persons with disabilities.

21. To that end, **we shall pay special attention** to the particular needs of people of developing countries, countries with economies in transition, Least Developed Countries, Small Island Developing States, Landlocked Developing Countries, Highly Indebted Poor Countries, countries and territories under occupation, and countries recovering from conflict or natural disasters.

22. In the evolution of the Information Society, particular attention must be given to the special situation of indigenous peoples, as well as to the preservation of their heritage and their cultural legacy.

23. **We recognize** that a gender divide exists as part of the digital divide in society and **we reaffirm our commitment** to women's empowerment and to a gender equality perspective, so that we can overcome this divide. **We further acknowledge** that the full participation of women in

the Information Society is necessary to ensure the inclusiveness and respect for human rights within the Information Society. **We encourage** all stakeholders to support women's participation in decision-making processes and to contribute to shaping all spheres of the Information Society at international, regional and national levels.

24. We recognize the role of ICTs in the protection of children and in enhancing the development of children. **We will strengthen action** to protect children from abuse and defend their rights in the context of ICTs. In that context, **we emphasize** that the best interests of the child are a primary consideration.

25. We reaffirm our commitment to empowering young people as key contributors to building an inclusive Information Society. **We will actively engage** youth in innovative ICT-based development programmes and widen opportunities for youth to be involved in e-strategy processes.

26. We recognize the importance of creative content and applications to overcome the digital divide and to contribute to the achievement of the internationally agreed development goals and objectives, including the Millennium Development Goals.

27. We recognize that equitable and sustainable access to information requires the implementation of strategies for the long-term preservation of the digital information that is being created.

28. We reaffirm our desire to build ICT networks and develop applications, in partnership with the private sector, based on open or interoperable standards that are affordable and accessible to all, available anywhere and anytime, to anyone and on any device, leading to a ubiquitous network.

29. Our conviction is that governments, the private sector, civil society, the scientific and academic community, and users can utilize various technologies and licensing models, including those developed under proprietary schemes and those developed under open-source and free modalities, in accordance with their interests and with the need to have reliable services and implement effective programmes for their people. Taking into account the importance of proprietary software in the markets of the countries, **we reiterate** the need to encourage and foster collaborative development, interoperative platforms and free and open-source software, in ways that reflect the possibilities of different software models, notably for education, science and digital inclusion programmes.

30. Recognizing that disaster mitigation can significantly support efforts to bring about sustainable development and help in poverty reduction, **we reaffirm our commitment** to leveraging ICT capabilities and potential through fostering and strengthening cooperation at the national, regional, and international levels.

31. We commit ourselves to work together towards the implementation of the Digital Solidarity Agenda, as agreed in paragraph 27 of the Geneva Plan of Action. The full and quick implementation of that agenda, observing good governance at all levels, requires in particular a timely, effective, comprehensive and durable solution to the debt problems of developing countries where appropriate, a universal, rule-based, open, non-discriminatory and equitable multilateral trading system, that can also stimulate development worldwide, benefiting countries at all stages of development, as well as, to seek and effectively implement concrete international approaches and mechanisms to increase international cooperation and assistance to bridge the digital divide.

32. We further commit ourselves to promote the inclusion of all peoples in the Information Society through the development and use of local and/or indigenous languages in ICTs. **We will continue** our efforts to protect and promote cultural diversity, as well as cultural identities, within the Information Society.

33. **We acknowledge** that, while technical cooperation can help, capacity building at all levels is needed to ensure that the required institutional and individual expertise is available.

34. **We recognize the need for, and strive to mobilize resources**, both human and financial, in accordance with chapter two of the Tunis Agenda for the Information Society, to enable us to increase the use of ICT for development and realize the short-, medium- and long-term plans dedicated to building the Information Society as follow-up and implementation of the outcomes of WSIS.

35. **We recognize** the central role of public policy in setting the framework in which resource mobilization can take place.

36. **We value** the potential of ICTs to promote peace and to prevent conflict which, *inter alia*, negatively affects achieving development goals. ICTs can be used for identifying conflict situations through early-warning systems preventing conflicts, promoting their peaceful resolution, supporting humanitarian action, including protection of civilians in armed conflicts, facilitating peacekeeping missions, and assisting post conflict peace-building and reconstruction.

37. **We are convinced** that our goals can be accomplished through the involvement, cooperation and partnership of governments and other stakeholders, i.e. the private sector, civil society and international organizations, and that international cooperation and solidarity at all levels are indispensable if the fruits of the Information Society are to benefit all.

38. **Our efforts** should not stop with the conclusion of the Summit. The emergence of the global Information Society to which we all contribute provides increasing opportunities for all our peoples and for an inclusive global community that were unimaginable only a few years ago. **We must harness** these opportunities today and support their further development and progress.

39. **We reaffirm** our strong resolve to develop and implement an effective and sustainable response to the challenges and opportunities of building a truly global Information Society that benefits all our peoples.

40. **We strongly believe** in the full and timely implementation of the decisions we took in Geneva and Tunis, as outlined in the Tunis Agenda for the Information Society.

Manifesto da Unesco sobre Bibliotecas Públicas

A liberdade, a prosperidade e o progresso da sociedade e dos indivíduos são valores humanos fundamentais. Só serão atingidos quando os cidadãos estiverem na posse das informações que lhes permitam exercer os seus direitos democráticos e ter um papel activo na sociedade. A participação construtiva e o desenvolvimento da democracia dependem tanto de uma educação satisfatória como de um acesso livre e sem limites ao conhecimento, ao pensamento, à cultura e à informação. A biblioteca pública-porta de acesso local ao conhecimento -fornece as condições básicas para a aprendizagem ao longo da vida, para uma tomada de decisão independente e para o desenvolvimento cultural do indivíduo e dos grupos sociais.

Este Manifesto proclama a confiança que a **UNESCO** deposita na Biblioteca Pública, enquanto força viva para a educação, cultura e informação, e como agente essencial para a promoção da paz e do bem-estar espiritual através do pensamento dos homens e mulheres. Assim, a UNESCO encoraja as autoridades nacionais e locais a apoiar activamente e a comprometerem-se no desenvolvimento das bibliotecas públicas.

A biblioteca pública é o centro local de informação, tornando prontamente acessíveis aos seus utilizadores o conhecimento e a informação de todos os géneros. Os serviços da biblioteca pública devem ser oferecidos com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social. Serviços e materiais específicos devem ser postos à disposição dos utilizadores que, por qualquer razão, não possam usar os serviços e os materiais correntes, como por exemplo minorias linguísticas, pessoas com deficiências, hospitalizadas ou reclusas. Todos os grupos etários devem encontrar documentos adequados às suas necessidades. As colecções e serviços devem incluir todos os tipos de suporte e tecnologias modernas apropriados assim como materiais tradicionais. É essencial que sejam de elevada qualidade e adequadas às necessidades e condições locais. As colecções devem reflectir as tendências actuais e a evolução da sociedade, bem como a memória do esforço e da imaginação da humanidade. As colecções e os serviços devem ser isentos de qualquer forma de censura ideológica, política ou religiosa e de pressões comerciais.

As seguintes missões-chave, relacionadas com a informação, a literacia, a educação e a cultura deverão ser a essência dos serviços da biblioteca pública:

- Criar e fortalecer hábitos de leitura nas crianças, desde a primeira infância;
- Apoiar a educação individual e a autoformação, assim como a educação formal a todos os níveis;
- Oferecer possibilidades de um criativo desenvolvimento pessoal;
- Estimular a imaginação e criatividade das crianças e jovens;
- Promover o conhecimento sobre a herança cultural, o apreço pelas artes e pelas realizações e inovações científicas;
- Facilitar o acesso às diferentes formas de expressão cultural das manifestações artísticas;
- Fomentar o diálogo inter-cultural e, em especial, a diversidade cultural;
- Apoiar a tradição oral; Assegurar o acesso dos cidadãos a todos os tipos de informação à comunidade;

- Proporcionar serviços de informação adequados às empresas locais, associações e grupos de interesse;
- Facilitar o desenvolvimento da capacidade de utilizar a informação e a informática;
- Apoiar, participar e, se necessário, criar programas e actividades de alfabetização para os diferentes grupos etários.

Os serviços da biblioteca pública devem, por princípio, ser gratuitos. A biblioteca pública é da responsabilidade das autoridades locais e estatais. Deve ser objecto de uma legislação específica e financiada pelos governos nacionais e locais. Tem de ser uma componente essencial de qualquer estratégia a longo prazo para a cultura, o acesso à informação, a literacia e a educação. Para assegurar a coordenação e cooperação das bibliotecas, a legislação e os planos estratégicos devem ainda definir e promover uma rede nacional de bibliotecas, baseada em padrões de serviço previamente acordados. A rede de bibliotecas públicas deve ser criada em relação com as bibliotecas nacionais, regionais, de investigação e especializadas, assim como com as bibliotecas escolares e universitárias. Deve ser formulada uma política clara, definindo objectivos, prioridades e serviços, relacionados com as necessidades da comunidade local. A biblioteca pública deve ser eficazmente organizada e mantidos padrões profissionais de funcionamento. Deve ser assegurada a cooperação com parceiros relevantes, por exemplo, grupos de utilizadores e outros profissionais a nível local, regional, nacional e internacional. Os serviços têm de ser fisicamente acessíveis a todos os membros da comunidade. Isto pressupõe a existência de edifícios bem situados, boas condições para a leitura e o estudo, assim como o acesso a tecnologias adequadas e horários convenientes para os utilizadores. Implica igualmente serviços destinados àqueles a quem é impossível frequentar a biblioteca. Os serviços da biblioteca devem ser adaptados às diferentes necessidades das comunidades das zonas urbanas e rurais. O bibliotecário é um intermediário activo entre os utilizadores e os recursos disponíveis. A formação profissional contínua do bibliotecário é indispensável para assegurar serviços adequados. Têm de ser levados a cabo programas de formação de utilizadores de forma a fazê-los beneficiar de todos os recursos.

Aos que têm poder de decisão, em nível nacional e local, e à comunidade bibliotecária, em todo o mundo, pede-se que apliquem os princípios expressos no presente Manifesto.

*Documento preparado em cooperação com a Federação Internacional das Associações de Bibliotecários e de Bibliotecas **IFLA** e aprovado em novembro de 1994.*

Por: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Publicada em: 19/05/2006



BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

3.º SUPLEMENTO

IMPrensa NACIONAL DE MOÇAMBIQUE

AVISO

A matéria a publicar no «Boletim da República» deve ser remetida em cópia devidamente autenticada, uma por cada assunto, donde conste, além das indicações necessárias para esse efeito, o averbamento seguinte, assinado e autenticado: Para publicação no «Boletim da República»

SUMÁRIO

Conselho de Ministros:

Resolução nº 28/2000:

Aprova a Política de Informática.

CONSELHO DE MINISTROS

Resolução nº 28/2000

de 12 de Dezembro

O mundo vive hoje a revolução da informação, na qual é o domínio e o uso das tecnologias de informação e comunicação que, cada vez mais, determinam o ritmo de desenvolvimento e a relevância e competitividade das nações à escala mundial.

Para que as tecnologias de informação e comunicação desempenhem a sua função catalítica no quadro dos esforços nacionais para a erradicação da pobreza absoluta e melhoria das condições de vida, para o desenvolvimento educacional, científico e tecnológico, para o acesso universal aos benefícios do saber mundial, para a maior eficácia e eficiência das instituições, para a melhoria da governação e da participação dos cidadãos no exercício democrático, impõe-se a aprovação de uma política de informática como quadro de referência para a área.

Nestes termos, usando da competência que lhe é conferida pela alínea e) do nº 1 do artigo 153 da Constituição da República, o Conselho de Ministros determina:

Único. É aprovada a Política de Informática, em anexo, que constitui parte integrante da presente Resolução.

Aprovada pelo Conselho de Ministros.

Publique-se.

O Primeiro-Ministro. — Pascoal Manuel Mocumbi.

Política de Informática

1. Missão

O mundo de hoje está profundamente marcado pela revolução das tecnologias de informação e comunicação, dando origem à Sociedade Global de Informação, que tem na Internet o seu expoente mais alto e na qual a informação e o conhecimento circulam com uma rapidez sem precedentes, afectando todos os aspectos da vida e da actividade económica, política e sócio-cultural. Nesta era da informação, é a capacidade de utilizar eficaz e eficientemente as tecnologias de informação e comunicação que, cada vez mais, determina a competitividade e relevância de um país na economia global.

Moçambique não pode ficar à margem desta revolução mundial, por isso, o Governo adopta uma Política de Informática que visa:

- Contribuir para o combate à pobreza e para o melhoramento das condições de vida dos moçambicanos;
- Assegurar o acesso dos cidadãos aos benefícios do saber mundial;
- Elevar a eficácia e eficiência das instituições do Estado e de utilidade pública na prestação dos seus serviços;
- Melhorar a governação e a administração pública;
- Fazer de Moçambique um produtor e não um mero consumidor das tecnologias de informação e comunicação; e
- Elevar Moçambique ao nível de parceiro relevante e competitivo na Sociedade Global de Informação.

2. Introdução

Ficou o século XIX conhecido na História como o século da Revolução Industrial; o século XX é, indubitavelmente, o século da Revolução da Informação, da revolução das tecnologias de informação e comunicação, quíçá mais profunda e poderosa que a primeira!

Ao longo do presente documento, são utilizados, quase indistintamente, o termo *informática* e a expressão *tecnologias de informação e comunicação* (acrónimo *ICTs*, do inglês *information and communication technologies*) como confluência e convergência de tecnologias que ou não existiam anteriormente ou funcionavam como áreas totalmente separadas: computadores pessoais e redes de computadores, televisão e rádio, linhas de telefones com operadores ou com sistemas automatizados de resposta, máquinas de fax, cartões inteligentes, correio electrónico, Internet, sistemas de conferência vídeo, aplicações comerciais (processadores de textos, folhas de cálculo, bases de dados, etc.) e aplicações proprietárias como sistemas de apoio à tomada de decisões e sistemas de gestão de informação.

As tecnologias de informação e comunicação (ICTs) têm permitido a difusão do saber e a partilha da informação, experiências e recursos com uma velocidade nunca antes vista. E a experiência mostra que o acesso e o uso efectivos destas tecnologias são factores determinantes para o desenvolvimento económico e social de indivíduos, comunidades e nações, e para o aumento da sua relevância e capacidade competitiva na vida e economia mundiais.

O advento e crescimento exponencial da Internet — hoje a maior rede de comunicação electrónica no mundo — sintetiza e epitomiza a realidade da Sociedade Global de Informação, em que a troca de ideias e as trocas comerciais se processam em tempo real, ultrapassando fronteiras físicas entre países e outro tipo de barreiras.

Infelizmente, o que se tornou a principal característica da vida moderna em praticamente todo o mundo mal se sente em Moçambique e na maioria dos países africanos, que continuam a ter as mais baixas teledensidades, com o menor número de computadores, com os mais baixos números de utilizadores de Internet, sonhando aos cidadãos o que, em outros pontos do globo, é acessível ao toque de uma tecla ou ao clique de um "rato"! Para o país ser competitivo, há que alterar profundamente esta situação.

Não se pode, porém, deixar de reconhecer que, nos últimos anos, o país tem conhecido um crescimento considerável no domínio da informática. Só que a ausência de uma política contendo as linhas orientadoras do desenvolvimento nesta área tem levado, em certos casos, à adopção de soluções incompatíveis umas com as outras (por vezes dentro da mesma instituição), à duplicação desnecessária de esforços e à concentração dos poucos recursos em certas zonas, assim acentuando, ao invés de reduzir, desequilíbrios e assimetrias regionais.

A Política de Informática vem, assim, fornecer o quadro de princípios e objectivos que permitirão que as tecnologias de informação e comunicação sejam o motor impulsionador dos vários aspectos do desenvolvimento nacional, contribuindo para a erradicação da pobreza absoluta e melhoria geral da vida dos moçambicanos, para a mais ampla participação dos cidadãos na Sociedade Global de Informação, para a elevação da eficácia e eficiência na prestação de serviços, para a melhoria da governação e aprofundamento da democracia, para fazer do país produtor e não mero consumidor das tecnologias de informação e comunicação, e para a sua participação na economia mundial, cada vez mais assente na informação e no conhecimento.

A Política de Informática é abrangente, em termos de escopo, isto é, diz respeito à totalidade das áreas de interesse para o desenvolvimento sócio-económico do país; não é, contudo, exaustiva em termos de enumeração das áreas a considerar no programa de informatização do país. Por isso, são identificadas seis áreas como prioritárias para o estabelecimento da Sociedade de Informação em Moçambique, por forma a contribuir eficazmente para a materialização dos grandes objectivos e prioridades do Governo de reduzir a pobreza absoluta, promover e estimular o desenvolvimento económico, e aprofundar a democracia; tais áreas são a **educação, o desenvolvimento dos recursos humanos, a saúde, o acesso universal, a infra-estrutura e a governação.**

A definição de áreas prioritárias visa, por um lado, alinhar a Política de Informática com os objectivos e prioridades da governação do país e, por outro lado, reconhecer que, com os recursos limitados disponíveis, não é possível realizar tudo ao mesmo tempo. Não são, no entanto, descuradas ou ignoradas as outras áreas, que têm um papel a desempenhar para o desenvolvimento global do país. Por isso, áreas que igualmente merecem um tratamento específico no documento da Política de Informática incluem a **agricultura e os recursos naturais, o meio ambiente e o turismo, o comércio electrónico e a protecção do negócio, a protecção do público, a rede de instituições**

académicas e de pesquisa, a mulher e a juventude, a cultura e arte, e a comunicação social. O enquadramento destas e outras áreas dependerá da iniciativa, criatividade e empenho dos interessados, por um lado, e das oportunidades que se forem criando, por outro lado.

Sublinhe-se, desde já, que o sucesso na aplicação da Política de Informática não será possível sem a activa participação de todos os interessados e potenciais beneficiários da mesma; os órgãos do Estado, os sectores público e privado, as instituições de ensino e pesquisa, as organizações não-governamentais e sócio-profissionais, os cidadãos e a comunidade em geral.

Todos e cada um devem inscrever as tecnologias de informação e comunicação como uma componente indispensável dos seus planos e programas de desenvolvimento. Trata-se de um desafio ingente para um país nas condições de Moçambique: com limitados recursos, com inadequadas redes de telecomunicações e de energia, e ainda com elevado índice de analfabetismo. Mas trata-se, acima de tudo, de uma aposta que não pode ser adiada e em que não se pode falhar. Se é elevado o custo da implementação de um programa de informatização, mais elevado ainda será o custo da inacção.

3. O Estado da Informática em Moçambique

Com o 1º Inquérito Nacional sobre a Capacidade Informática do País, realizado no ano 2000, ficou demonstrado que Moçambique está, gradualmente, a entrar na Sociedade Global de Informação, se bem que mais de 50% do parque informático nacional esteja concentrado na cidade capital.

Os dados que se seguem revelam o ponto de que se está a partir para o ambicioso programa de informatização do país:

Dados de base sobre o país

Localização: África Austral

Países Limítrofes: Tanzânia, Malawi, Zâmbia, Zimbábue, Suazilândia e África do Sul

Superfície: 799 380 km²

Estatísticas populacionais (1997)

- Total: 16 917 000
- Taxa de crescimento: 2,72%
- Rácio homens/100 mulheres: 92
- Densidade populacional (hab/km²): 21

Onde vive população

- Na cidade: 29%
- No campo: 71%

Taxa de analfabetismo (1997)

- Total: 60,5%
- Urbana: 33%
- Rural: 72,2%

Esperança de vida à nascença

- Média: 42 anos
- Homens: 41 anos
- Mulheres: 44 anos

P.I.B. em biliões USD: 2,4 (1997)

Índice de Desenvolvimento Humano: 0,341 (PNUD 1997)

Ranking no IDH: 169 de 174 países (PNUD 1997)

Fontes: *Censo 1997* (CD-ROM do Instituto Nacional de Estatística, 1999) e *Human Development Report (UNDP 1998)*

Olhando especificamente para a área das telecomunicações, temos o seguinte quadro:

Designação	1997	1998	1999
Capacidade instalada em comutação telefónica (LDR)	104 556	105 612	113 606
Capacidade da rede nacional de interligação (circuito)	8 745	8 995	8 995
Capacidade da rede exterior primária (par)	126 049	129 424	136 459
Capacidade da rede exterior secundária (par)	171 107	176 177	185 917
Linhas de rede instaladas	9 423	13 319	13 616
Linha de redes ligadas ao assinante	65 606	75 354	78 072
Telemóveis (celulares)	2 500	6 725	12 243

Fonte: Relatório de 1998 do Conselho de Administração das TDM e actualização em relação a 1999

Se considerarmos que, de 1997 para 1999, a área das telecomunicações cresceu de 65 606 para 78 072 linhas para assinantes e de 2 500 para 12 243 telemóveis, diremos que o sector está a conhecer um crescimento considerável, especialmente na área de celulares que, durante esse período, cresceu em 307% (contra os 15,5% das linhas de rede ligadas ao assinante), esperando-se que ultrapasse os 35 000 utilizadores até finais de 2000.

No entanto, olhando para a taxa nacional de cobertura, verifica-se que, com uma teledensidade de 0,46 apenas, o país tem um dos índices mais baixos da região em termos de cobertura telefónica.

Dados recolhidos durante o Inquérito Nacional sobre a Capacidade Informática do País, numa amostra de 1,155 instituições e empresas fornecem o seguinte quadro em alguns indicadores:

Designação	Cabo Delgado	Niassa	Nampula	Zambézia	Tete	Manica	Sofala	Inhambane	Gaza	Maputo Província	Maputo Cidade	Totais
Computadores existentes	65	172	402	337	348	203	880	79	118	712	8 201	11 516
Técnicos de Informática	12	9	32	82	37	13	154	3	5	25	693	1 064
Acesso ao E-mail	18	16	66	90	13	122	110	13	17	768	4 024	5 257
Acesso à Internet	9	15	50	36	13	17	78	11	14	64	2 229	2 536

Como evidenciado pela tabela antecedente, com 8 201 (71%) dos 11 516 computadores existentes nas instituições inquiridas em todo o país, a Cidade de Maputo possui mais computadores do que todas as províncias combinadas!

Quanto ao acesso à Internet— hoje um dos indicadores mais óbvios da pertença ou não à Sociedade Global de Informação — Moçambique passou de um provedor de serviços de Internet (ISP) e menos de 100 utilizadores em 1995 para dez ISPs e cerca de 10 000 utilizadores em 1999, o que dá uma média de 1 utilizador em cada 1 700 habitantes (melhor que a média africana de 1/5 000, mas muito a baixo, por exemplo, da média sul-africana de 1/65, para não falar da média europeia e norte-americana de 1,4. (Tomando em linha de conta que a partilha de "contas" de subscrição da Internet é bastante frequente, o número real de pessoas com acesso à Internet em Moçambique pode considerar-se bastante mais elevado que o referido acima!).

Estes dados mostram claramente a longa caminhada que Moçambique, como tantos outros países em África, tem pela frente, para alterar radicalmente a sua situação de subdesenvolvimento. Um sinal sem dúvida muito encorajador é o facto de, apesar de todos os seus problemas e limitações de ordem financeira, infra-estrutural e técnica, Moçambique estar a tomar uma atitude muito afirmativa em relação à adopção e domesticação das tecnologias de informação e comunicação para um desenvolvimento nacional sustentável e para a sua participação efectiva na Sociedade Global de Informação.

4. Objectivos da Política de Informática

A ausência de uma política ou quadro de referência comum levou a que a adopção das tecnologias de informação e comunicação no país fosse acontecendo de forma casual, desordenada e

descoordenada, com todas as consequências negativas daí advinentes: duplicações de esforços, inadequação e incompatibilidade de algumas soluções, e custos desnecessariamente elevados.

É, assim, objectivo geral da Política de Informática fornecer o quadro de referência para o desenvolvimento harmonioso e sustentável da Sociedade de Informação em Moçambique, constituindo doravante a base principal para a legislação e planos de desenvolvimento e acção.

São objectivos específicos da Política de Informática:

- Elevar a consciência nacional sobre o papel e o potencial das tecnologias de informação e comunicação no desenvolvimento sustentável de Moçambique;
- Contribuir para a erradicação da pobreza absoluta e para a melhoria das condições de vida dos moçambicanos;
- Proporcionar acesso universal à informação a todos os cidadãos para melhorar o seu nível e desempenho na educação, ciência e tecnologia, saúde, cultura, entretenimento e nas suas actividades em geral;
- Expandir e desenvolver o ensino da informática no Sistema Nacional de Educação;
- Encorajar e apoiar a formação em Informática de dirigentes, líderes comunitários, mulheres, jovens e crianças;
- Contribuir para aumentar a eficiência e eficácia dos sectores público e privado;
- Contribuir para que o país seja produtor e não apenas consumidor das tecnologias de informação e comunicação;
- Criar um clima favorável à indústria, negócios e investimentos na área das tecnologias de informação e comunicação;

- i) Assegurar que os planos e projectos de desenvolvimento em todos os sectores possuam uma componente de tecnologias de informação e comunicação.
- j) Contribuir para reduzir e gradualmente eliminar as assimetrias regionais, as diferenças entre a cidade e o campo, e entre os vários segmentos da sociedade, no acesso às oportunidades de desenvolvimento;
- k) Criar um ambiente propício para a cooperação e parceria nas tecnologias de informação e comunicação entre os sectores público e privado, e entre todos os interessados ao nível nacional, regional e internacional; e
- l) Potenciar e facilitar a integração do país na economia mundial e na Sociedade Global de Informação.

5. Papel do Governo e seus parceiros no desenvolvimento da Sociedade de Informação em Moçambique Nunca será demais sublinhar que o sucesso da implementação dos objectivos da Política de Informática dependerá, em grande medida, da colaboração e sinergias que se estabeleçam entre o Governo e os seus principais parceiros, com base numa definição clara das responsabilidades específicas de cada um. São principais parceiros do Governo, neste processo, o sector privado, as instituições de ensino superior e de pesquisa, as organizações da sociedade civil e as agências de cooperação para o desenvolvimento.

5.1. Papel do Governo

O papel fundamental do Governo em relação ao desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação e ao seu uso para o desenvolvimento sustentável do país consiste, por um lado, em traçar a visão, a política e o quadro legal que regulará a intervenção e articulação de todos os interessados — sectores público e privado, indústria e serviços de informação e comunicação, organizações não-governamentais e sócio-profissionais, sociedade civil em geral — e, por outro lado, em disponibilizar os recursos necessários à implementação de tal visão e política, avaliando sistematicamente os seus resultados.

Isto é particularmente importante numa altura em que o desenvolvimento da infra-estrutura da informação exige cada vez mais que se passe da situação "tradicional" de monopólio do Estado na área das telecomunicações para um ambiente de serviços oferecidos numa base competitiva.

Por outro lado, na situação actual de um sector privado nacional ainda fraco, embora em franco crescimento, o Estado terá de desempenhar um papel chave na angariação e canalização de recursos a investir na infra-estrutura de suporte às tecnologias de informação e comunicação, de parceria com o empresariado nacional e estrangeiro, cujos empreendimentos muito têm a ganhar no futuro.

Entre os principais constrangimentos a enfrentar contam-se:

- A falta ainda generalizada de uma cultura e tradição de uso das tecnologias de informação e comunicação;
- A limitação dos recursos humanos, técnicos e financeiros disponíveis para impulsionar o desenvolvimento do sector.

Neste contexto, o Governo irá, em estreita colaboração com o sector privado e os demais parceiros:

- a) Aprovar, com celeridade, a legislação necessária à implementação dos objectivos preconizados na presente Política de Informática;
- b) Adoptar uma Estratégia de implementação da Política de Informática que integre os seus objectivos e metas no programa de governação;
- c) Dedicar todos os recursos possíveis ao desenvolvimento da infra-estrutura nacional de suporte às tecnologias de informação e comunicação;
- d) Promover a generalização do uso das tecnologias de informação e comunicação especialmente a nível dos serviços e instituições do Estado;

- e) Criar pacotes de incentivos para o investimento na indústria nacional de informática;
- f) Promover e apoiar a produção de conteúdos para a Internet que reflectam a realidade e os interesses nacionais; e
- g) Mobilizar outros países, organizações e agências de cooperação para apoiarem o programa de informatização do país.

5.2. Papel do Sector Privado

Nos países industrializados, é indubitavelmente o sector privado a grande força motriz do desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação.

Em Moçambique, como em muitos países de África e do terceiro mundo, o sector privado é igualmente chamado a ter um papel catalítico na constituição e consolidação da Sociedade de Informação, designadamente através de:

- Estímulo do crescimento económico e participação no desenvolvimento da infra-estrutura nacional de informação; e
- Aproveitamento das oportunidades de negócios resultantes da implementação da Sociedade de Informação.

Assim, no âmbito desta Política de Informática e em estreita colaboração com o Governo e demais parceiros, o sector privado é encorajado a:

- a) Explorar ao máximo as novas oportunidades de negócio oferecidas pelas tecnologias de informação e comunicação;
- b) Disseminar o uso das ICTs como alavanca de desenvolvimento empresarial, em especial das pequenas e médias empresas;
- c) Empenhar-se no melhoramento dos seus produtos e serviços para garantir a sua competitividade no mercado global;
- d) Apoiar e participar em esforços nacionais que contribuam para generalizar a educação informática e o uso das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento; e
- e) Desenvolver projectos com vista à produção nacional das tecnologias de informação e comunicação.

5.3. Papel das Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa

As instituições de ensino superior e de pesquisa assumem, nos países desenvolvidos, um papel de vanguarda no desenvolvimento da ciência e da tecnologia. São elas que fazem a investigação fundamental e aplicada, sendo os seus resultados transformados pela indústria em soluções científicas e tecnológicas que contribuem para o desenvolvimento económico e para o bem-estar dos cidadãos.

De igual modo, em Moçambique, as instituições de ensino superior e de pesquisa deverão assumir um papel preponderante na procura e implementação de soluções e metodologias que permitam expandir a utilização das tecnologias de informação e comunicação e trazer os benefícios da sua utilização para os processos de produção, disponibilização de serviços, melhoramento do ensino e aprendizagem, investigação, etc., para a melhoria das condições de vida dos cidadãos.

Assim, no âmbito da Política de Informática, são as instituições de ensino superior e de pesquisa encorajadas a empreender as seguintes iniciativas, em estreita colaboração com o Governo, o sector privado, a sociedade civil e outros parceiros:

- a) Expandir e consolidar a utilização das tecnologias de informação e comunicação;
- b) Dar destaque à formação em informática nos currículos de ciência e tecnologia;
- c) Utilizar as tecnologias de informação e comunicação para expandir o acesso ao ensino superior.

- d) Assumir a liderança na testagem das novas tecnologias de informação e comunicação, recomendando as acções apropriadas ao Governo, ao sector privado e à sociedade civil em geral;
- e) Aplicar as tecnologias para o benefício dos cidadãos através da elaboração e implementação de projectos;
- f) Criar equipas especializadas e multi-disciplinares de pesquisa sobre as tecnologias de informação e comunicação;
- g) Produzir soluções avançadas que respondam aos desafios do desenvolvimento nacional;
- h) Publicar e divulgar sistematicamente os resultados da pesquisa e experimentação pelos meios tradicionais e utilizando as novas tecnologias de informação e comunicação, especialmente a Internet; e
- i) Manter relações de cooperação e intercâmbio de informação com instituições de ensino superior e de pesquisa de outros países.

5.4. Papel da Sociedade Civil

A sociedade civil, representada por organizações de massas, organizações não-governamentais e sócio-profissionais, organizações sindicais, organizações de base da comunidade, etc., têm desempenhado um papel importante no desenvolvimento social e económico do país. Ela é elemento fundamental na manutenção da paz e no desenvolvimento e consolidação da democracia. É neste contexto que, no processo de desenvolvimento da Sociedade de Informação em Moçambique, ela é chamada a desempenhar um papel preponderante.

Os desafios que se colocam à sociedade civil nesta matéria relacionam-se com:

- Baixo nível de escolarização;
- Infra-estruturas de telecomunicações, energia e rede viária deficientes; e
- Fraca coordenação entre os diferentes intervenientes.

Assim, a sociedade civil é encorajada a empreender as seguintes iniciativas, em coordenação com o Governo e outros parceiros:

- a) Explorar as potencialidades das ICTs na disseminação de informação e conhecimentos;
- b) Disseminar o uso das ICTs na realização de programas comunitários;
- c) Usar as ICTs como veículo de transporte e disseminação de informação nos programas de desenvolvimento; e
- d) Incorporar a componente de ICTs nos programas de desenvolvimento comunitário e nos programas de cooperação com organizações internacionais e de outros países.

5.5. Papel das Agências de Cooperação para o Desenvolvimento

O impacto económico e social das tecnologias de informação e comunicação na vida das nações é hoje um ponto de destaque nas agendas das organizações e foros internacionais. A entrada de Moçambique na Sociedade Global de Informação resulta da vontade do país mas não será possível sem o decisivo apoio das agências de cooperação, que são chamadas a responder às estratégias traçadas pelo país e não a impor estratégias produzidas fora, com base em limitado conhecimento e compreensão da realidade nacional.

As agências de cooperação não são encaradas apenas como fontes de financiamento mas também como fontes de disseminação de conhecimentos e boas práticas.

Assim, o Governo espera que as agências de cooperação, como parceiras para o desenvolvimento sustentável de Moçambique, tomem iniciativas no sentido de:

- a) Ajudar, entre outros, na formulação da Política de Informática e da sua Estratégia de Implementação;

- b) Apoiar financeira e tecnicamente os projectos e programas visando a materialização dos objectivos da Política de Informática;
- c) Mobilizar apoios de outros parceiros para programas nas áreas fundamentais da educação, formação de quadros, infra-estrutura e acesso universal, saúde, governação, investigação científica, comércio electrónico e outras;
- d) Facilitar o estabelecimento de ligações e relações de peritos e instituições nacionais com instituições e peritos de outros países e da diáspora;
- e) Apoiar programas de transferência de informação e de tecnologia para o país, e de retenção de quadros qualificados no país; e
- f) Apoiar a participação do país em foros internacionais de debate sobre a utilização das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento.

6. Áreas Prioritárias da Política de Informática

Conforme indicado na introdução, a Política de Informática tem carácter abrangente, significando isso que abarca todas as áreas de interesse para o desenvolvimento nacional, não sendo, no entanto, possível enumerar todas neste documento. A exiguidade dos recursos humanos, técnicos e financeiros susceptíveis de serem mobilizados para a implementação da Política de Informática impõe que sejam claramente definidas prioridades de intervenção.

Por isso, neste capítulo, são identificadas as áreas julgadas prioritárias, as quais tomam como base as prioridades definidas no Programa do Governo de:

- Reduzir os níveis de pobreza absoluta;
- Promover o crescimento económico rápido e sustentável através da criação de um ambiente favorável à acção do sector privado e tendo em atenção as necessidades específicas das zonas rurais; e
- Participar na revolução mundial da informação, através da produção de soluções científicas para os problemas específicos do país, incluindo a incorporação do conhecimento científico e técnico na administração pública e na governação.

No capítulo seguinte, serão incorporadas as outras áreas que, embora não definidas como prioritárias, são um complemento indispensável à intervenção global no domínio das tecnologias de informação e comunicação.

6.1. Educação

Falar da educação é falar de um sector chave para o desenvolvimento de qualquer área e as tecnologias de informação e comunicação têm um papel importante a jogar para uma melhor e mais eficaz prestação de serviços na área educacional.

Os grandes desafios que se colocam hoje ao sector podem caracterizar-se como sendo:

- O elevado índice de analfabetismo da população moçambicana, situado em 60%;
- A insuficiente rede escolar, apesar de, nos últimos anos, ter sido possível repor e ultrapassar o número de escolas existentes antes da intensificação da guerra;
- A limitação dos recursos financeiros e técnicos para fazer face aos problemas existentes;
- A existência de uma faixa importante da sociedade sem acesso à escola, especialmente nas zonas rurais;
- A insuficiência de material de apoio ao processo de ensino/aprendizagem, tanto para os professores como para os alunos.

São, porém, várias as oportunidades que as tecnologias de informação e comunicação oferecem ao sector da educação (especialmente as decorrentes da Internet) e incluem:

- Sistemas de apoio à administração da educação, desde as matrículas, exames, movimentação de professores, até à gestão financeira.

- Redes de escolas ligadas electronicamente (*SchoolNet*), partilhando recursos e assegurando a troca de informações entre professores e alunos, e mesmo entre professores e pais ou encarregados de educação;
- Ensino à distância ou "escola virtual", utilizando tecnologias multimédia e tornando possível a interação de um professor situado num ponto com milhares de alunos localizados em diferentes pontos do país, como que eliminando a distância física;
- Disponibilização, via Internet, de materiais de estudo e apoio para alunos e professores, directamente para as escolas ou para telecentros e outros pontos de acesso comunitário.

A par da utilização das tecnologias de informação e comunicação na educação formal, o Governo promoverá o seu uso mesmo na educação informal, expondo e explicando os méritos e deméritos de crenças, mitos e ritos tradicionais.

A exiguidade dos recursos disponíveis exigirá que se proceda de forma progressiva, mobilizando todas as capacidades nacionais e a comunidade internacional.

Para se tirar o melhor partido deste potencial das ICTs, o Governo, em colaboração com os vários parceiros, tomará as seguintes medidas, no âmbito da Política de Informática:

- a) Incentivar e desenvolver o ensino da informática nos vários níveis do Sistema Nacional de Educação;
- b) Generalizar o uso da Internet nas escolas;
- c) Preparar professores para serem promotores de tecnologias de informação e comunicação nas escolas;
- d) Promover a realização de concursos e exposições nacionais de tecnologias de informação e comunicação para jovens cientistas;
- e) Dotar progressivamente as escolas do país com o equipamento indispensável ao acesso e domínio das tecnologias de informação e comunicação.

6.2. Desenvolvimento dos Recursos Humanos

O desenvolvimento da economia e de qualquer outro sector num país depende, em primeiro lugar e acima de tudo, da qualidade dos seus recursos humanos. O "milagre económico" dos "tigres" da Ásia, por exemplo, encontra a sua explicação na alta prioridade que colocaram no capital humano, na educação e formação de quadros à altura das suas necessidades de desenvolvimento.

Entre os principais desafios que se colocam hoje em Moçambique, podem-se destacar:

- A existência de uma reserva limitada, tanto em termos quantitativos como em termos qualitativos, de profissionais bem qualificados na área das tecnologias de informação e comunicação;
- A fraca qualidade dos cursos de formação de técnicos informáticos, sendo os perfis oferecidos geralmente de nível inferior aos padrões internacionalmente aceites;
- A falta de uma indústria nacional de *hardware* e *software* que estimule a formação e especialização nestas áreas;
- A ausência de perfis profissionais e de sistemas de avaliação e certificação dos diferentes cursos oferecidos na área informática.

Assim, o Governo, em estreita colaboração com os vários parceiros, adoptará as seguintes medidas de política:

- a) Definir perfis profissionais para as tecnologias de informação e comunicação;
- b) Normar a actividade e funcionamento dos centros de formação nesta área;
- c) Encorajar a generalização no país de formação e certificação de profissionais de informática que tenham reconhecimento universal;

- d) Criar centros de excelência tanto na formação de profissionais de informática como na aplicação de soluções informáticas;
- e) Estabelecer formas de reconhecimento e valorização dos profissionais das ICTs;
- f) Definir programas mínimos de formação em informática para dirigentes governamentais e líderes comunitários;
- g) Promover concursos e prémios para aqueles que se distingam na inovação e aplicação das tecnologias de informação e comunicação para a solução de problemas do país;
- h) Promover a formação em informática através do ensino a distância;
- i) Definir a formação de profissionais informáticos de qualidade como alta prioridade e condição indispensável para o desenvolvimento da área.

6.3. Saúde

Conjuntamente com a educação, a saúde é um dos indicadores do desenvolvimento humano de um país e, por isso, constitui uma das áreas sociais prioritárias no programa de desenvolvimento de Moçambique.

Apesar da reposição quase completa da rede sanitária nos cinco primeiros anos do pós-guerra, a situação da saúde ainda se caracteriza por:

- Insuficiente rede sanitária e longa distância para os centros sanitários para grande parte da população;
- Baixo nível de esperança de vida;
- Elevada mortalidade infantil e materna na altura do parto;
- Prevalência de epidemias e expansão rápida do HIV/SIDA, com todos os perigos para a economia e as gerações futuras.

Neste contexto, são várias e imensas as oportunidades que as ICTs oferecem ou podem oferecer à saúde, incluindo:

- Melhoramento e modernização da administração dos serviços de saúde através de sistemas informáticos;
- Elevação do rigor de exames e diagnósticos médicos através da colaboração dos especialistas mais experientes via telemedicina;
- Melhoramento do acesso dos profissionais de saúde a informações actualizadas sobre doenças e seu tratamento, e troca de informações entre profissionais através de uma rede electrónica de saúde;
- Disseminação pública, através da Internet, da informação sanitária, especialmente métodos de prevenção de doenças infecto-contagiosas, como as DTS, SIDA, a tuberculose e outras, assim como os cuidados básicos de saúde e de saneamento do meio ambiente;
- Encaminhamento rápido de dados para laboratórios clínicos e de sinais biológicos, arquivos clínicos e de imagem;
- Criação de redes de farmácias que tornem possível a informação rápida sobre os fármacos disponíveis e/ou esgotados;
- Informatização dos bancos de sangue e do sistema de atendimento público.

Neste contexto, o Governo irá, em estreita colaboração com os seus parceiros:

- a) Informatizar tanto quanto possível a administração dos serviços de saúde;
- b) Estender a telemedicina a todos os hospitais centrais e provinciais;
- c) Criar uma rede electrónica da saúde, com as informações fundamentais para os profissionais do sector;
- d) Divulgar, através da Internet, as informações básicas de interesse para a educação pública sobre a natureza das doenças infecto-contagiosas, especialmente as DTS e o HIV/SIDA, e as melhores formas de as prevenir;

- e) Criar uma rede informatizada das farmácias do Estado, com informação actualizada sobre os fármacos disponíveis e em falta;
- f) Divulgar junto dos profissionais de saúde os benefícios e vantagens da utilização das tecnologias de informação e comunicação no sector;
- g) Disseminar as histórias de sucesso sobre a utilização das ICTs na saúde;
- h) Encorajar os profissionais de saúde a adquirir os conhecimentos essenciais que os habilitem a utilizar eficientemente as ICTs no seu trabalho.

6.4. Acesso Universal

Dos cerca de 17 milhões de habitantes que Moçambique possui, 70% vivem em zonas rurais, sendo algumas delas remotas e de difícil acesso. A distribuição da população é bastante irregular, vivendo a maior parte ao longo da extensa costa de cerca de 3 000 km.

O Estado reconhece e protege o direito do cidadão de ter acesso à informação e aos conhecimentos veiculados através das tecnologias de informação e comunicação, pelo que intervém, através da Política de Informática e outros meios, no sentido de garantir o gozo deste direito, apelando à participação dos vários sectores em prol deste objectivo.

Outros grandes desafios e obstáculos à promoção do acesso universal são a limitada infra-estrutura das telecomunicações, especialmente a rede telefónica, os elevados custos das telecomunicações para a maioria da população, com rendimentos bastante baixos, e a deficiente cobertura da rede de energia.

Para fazer face a estes desafios, o Governo, em colaboração com os seus parceiros, propõe-se:

- a) Promover o acesso universal no contexto da Sociedade Global de Informação;
- b) Criar um fundo de serviço universal para o qual contribuam operadores e prestadores públicos e privados de serviços de telecomunicações;
- c) Criar incentivos para provedores de serviços de telecomunicações em zonas desfavorecidas, onde os lucros não são suficientemente atractivos para o sector privado;
- d) Incentivar o acesso à Internet e aos novos serviços da Sociedade Global de Informação;
- e) Apoiar a criação de uma rede nacional de pontos de acesso público às ICTs dentro de uma distância razoável da residência e a preços comportáveis para pessoas de baixos rendimentos;
- f) Isentar das taxas de importação o equipamento informático e de comunicações que se destine ao acesso universal;
- g) Adotar medidas que conduzam à redução do custo de tarifas de acesso telefónico em favor da extensão da rede ao maior número de utentes;
- h) Estabelecer uma tarifa única para chamadas a ISPs de qualquer ponto do país igual ao custo de uma chamada local;
- i) Estabelecer uma tarifa comunitária para os serviços de electricidade e telecomunicações que sejam fornecidos aos pontos de acesso universal;
- j) Explorar outras tecnologias modernas e mais apropriadas à situação do país.

6.5. Infra-estrutura Nacional de Suporte às ICTs

Com cerca de 80 000 linhas telefónicas e uma teledensidade estimada em 0,46 somente, Moçambique possui um dos mais baixos índices de penetração telefónica a nível da SADC. A agravar ainda mais a situação, 98% das linhas telefónicas servem apenas a população dos centros urbanos, ficando as populações rurais quase completamente a descoberto!

De acordo com estudos especializados, para se atingir uma situação satisfatória, seria necessária uma teledensidade de 35,49%, o que, com os actuais ritmos de crescimento, equivaleria a uma espera de duas gerações. Trata-se de um desafio simplesmente colossal, porquanto o país não pode esperar tanto!

Por outro lado, as várias áreas da actividade económica estão fortemente influenciadas pela excelência que o acesso ao Oceano Índico proporciona, potenciando o desenvolvimento dos corredores rodoviários e ferroviários que ligam Moçambique aos países do *hinterland*. Trata-se de um pressuposto e uma consideração primordial tanto no desenho e planeamento como no investimento em soluções para o futuro, que continuarão a ter como vectores principais:

- A potenciação e facilitação do desenvolvimento económico;
- O aumento da competitividade da economia a nível regional;
- A atracção do investimento estrangeiro; e
- O reforço do sector privado nacional.

Estando o desenvolvimento e o uso das tecnologias de informação e comunicação tão intimamente ligados à expansão da infra-estrutura telefónica e das redes de energia e viária, impõe-se a expansão e desenvolvimento coordenado destes sectores, com recurso a soluções modernas e de menor custo, preferindo-se a tecnologia digital à analógica, sempre que viável, e encorajando-se o uso da energia solar e da tecnologia *wireless*.

Com vista a consolidar e expandir a infra-estrutura de suporte às tecnologias de informação e comunicação, o Governo, em estreita colaboração com os seus parceiros, propõe-se intervir tanto a nível de políticas sectoriais como a nível operacional e tecnológico, nomeadamente:

- a) Instituir um quadro jurídico-legal que potencie o desenvolvimento equilibrado e equitativo da infra-estrutura de suporte às tecnologias de informação e comunicação;
- b) Desenhar uma arquitectura moderna para a espinha dorsal da infra-estrutura nacional de telecomunicações, que assegure o transporte e disponibilização de serviços avançados de telecomunicações;
- c) Modernizar a infra-estrutura nacional de energia, para assegurar energia de qualidade tanto nas zonas rurais como nos centros urbanos;
- d) Criar uma rede viária que contribua para os programas de desenvolvimento comunitário, particularmente nas zonas rurais;
- e) Promover e expandir a utilização de rádio e televisão digitais;
- f) Criar um ambiente favorável à participação do sector privado no desenvolvimento das infra-estruturas de telecomunicações, energia, viária e de outros serviços de valor acrescentado; e
- g) Atrair investidores e parceiros internacionais para o desenvolvimento da infra-estrutura nacional de suporte às ICTs.

6.6. Governança

Hoje em dia, aponta-se cada vez com maior frequência e insistência a centralidade da boa governança como elemento chave e catalítico dos esforços para estender as conquistas da ciência e os benefícios do progresso económico à universalidade dos cidadãos. Mas o que é governança, em primeiro lugar?

Isso tem sido objecto de entendimentos diversos, sendo o mais comum o de que é o processo através do qual, por um lado, as instituições públicas realizam da melhor forma a sua missão de servir o interesse público e, por outro lado, instituições de negócios e grupos de cidadãos articulam os seus interesses, exercem os seus direitos e obrigações, e resolvem as suas diferenças.

São vários os problemas e desafios ainda enfrentados na área da governação em Moçambique, entre os quais se destacam:

- A burocracia, lentidão e pouca eficácia com que, geralmente, as instituições do Estado e públicas respondem às interpelações e solicitações dos cidadãos;
- Os elevados custos associados à forma como os serviços públicos são dispensados;
- A falta de ligação e comunicação rápida entre os órgãos e departamentos centrais do Estado entre si, e entre estes e os provinciais;
- A falta de bases de dados centralizados, com informação uniforme e consistente, o que origina frequentes discrepâncias de departamento para departamento a respeito do mesmo tipo de informação;
- A pouca educação informática da maioria dos dirigentes do Estado e instituições públicas e a consequente indiferença ou apatia em relação ao papel que as tecnologias de informação e comunicação podem desempenhar na melhoria geral dos serviços.

Nestas circunstâncias, devem-se envidar todos os esforços no sentido de divulgar as melhores práticas e experiências nacionais e internacionais sobre as oportunidades sem paralelo que o uso efectivo das tecnologias de informação e comunicação tem oferecido para a melhoria das operações dos governos, a nível central e local, por forma a oferecer aos cidadãos serviços melhores e mais rápidos, colocar a informação pública ao dispor dos cidadãos e facilitar a comunicação entre estes e os seus governantes. A experiência mundial aponta para exemplos impressionantes nas áreas de educação, saúde, combate à corrupção, comunicação electrónica entre cidadãos e seus dirigentes, promoção da imagem de um país, atracção de investimentos, melhoria do clima de negócios e melhoria do nível competitivo.

Assim, com vista a tirar o melhor partido do potencial das tecnologias de informação e comunicação para melhorar a sua acção a todos os níveis, o Governo adoptará as seguintes medidas, em colaboração com os seus parceiros:

- a) Elaborar um plano de informatização dos serviços do Estado;
- b) Definir um plano geral e perfis de formação básica em informática para dirigentes do Estado a todos os níveis, membros das assembleias, autarcas e líderes comunitários;
- c) Estabelecer uma rede que ligue os órgãos e departamentos centrais do Estado entre si e com as suas direcções ou delegações nas províncias;
- d) Tornar obrigatória a presença dos órgãos e departamentos centrais do Estado na Internet;
- e) Disponibilizar, através da Internet, as informações de grande procura por parte dos cidadãos, incluindo impressos e formulários para fins diversos;
- f) Encorajar o contacto entre os dirigentes e os cidadãos através do correio electrónico e Internet, sem que isto se possa substituir o contacto vivo;
- g) Introduzir gradualmente a votação electrónica e outras formas de automatização dos processos eleitorais; e
- h) Criar sistemas electrónicos de apoio à tomada de decisões.

7. Outras Áreas da Política de Informática

Como já referido acima, a definição de prioridades de intervenção em relação à Política de Informática não significa a exclusão daquelas que não caibam no conjunto das prioridades. O presente capítulo cobre, assim, outras áreas a considerar no programa de informatização do país.

7.1. Agricultura e Recursos Naturais

A população de Moçambique vive maioritariamente no campo, sendo a sua actividade principal a agricultura, sobretudo a de pequena escala. Assim, o seu abastecimento depende em larga

medida da rentabilidade e da qualidade dos produtos que advém deste sector. Sendo a produção agrícola a nível nacional tão diversificada, de província para província, torna-se necessário instalar um sistema de troca de informações que permita maior comunicação e complementaridade interprovincial.

Como em outras áreas, são vários os desafios que aqui também se colocam:

- A falta de bancos de dados com informações referentes às potencialidades agrícolas do país;
- A insuficiência dos instrumentos de previsão do tempo, para a prevenção de desastres naturais;
- A falta de um sistema de controlo, maneo e acompanhamento das migrações faunísticas.

Entre as oportunidades que as ICTs podem trazer para os sectores da agricultura e recursos naturais, destaca-se:

- A divulgação via Internet, em colaboração com instituições de pesquisa, de programas sobre técnicas de conservação e preparação da terra;
- A promoção de troca de informações, via Internet, sobre as espécies faunísticas em risco, assim melhorando a gestão de tais recursos;
- A possibilidade de divulgar amplamente a informação do país, com o uso das tecnologias de GIS;
- A criação duma rede nacional de computadores ligada a redes regionais e internacionais, com o objectivo de promover a troca de experiências e a complementaridade entre os países.

Assim, com vista a tirar o maior proveito das oportunidades que as ICTs oferecem, o Governo irá, em colaboração com os seus parceiros:

- a) Estabelecer um programa de apoio às associações de camponeses e aos extensionistas rurais através da colocação na Internet de informações actualizadas sobre técnicas agrícolas e de gestão de recursos naturais;
- b) Assistir os telecentros nos seus programas de oferta de formação básica em informática para agricultores e populações rurais;
- c) Encorajar os agricultores e as suas associações a divulgar os seus produtos e a comercializá-los através da Internet;
- d) Criar um sistema moderno de informação geográfica (GIS);
- e) Criar sistemas electrónicos de controlo da fauna nos parques e reservas nacionais;
- f) Estabelecer modelos apoiados por tecnologias de informação e comunicação de gestão comunitária de recursos naturais.

7.2. Meio Ambiente e Turismo

Pela sua actividade, o homem tem contribuído para melhorar as suas condições de vida no planeta. Muitas vezes, porém, com a sua acção, o homem contribui para a degradação do meio ambiente, piorando as situações graves originadas por desastres naturais como ciclones, inundações, secas, etc., para os quais não existem ainda sistemas adequados de prevenção e combate.

Por outro lado, muitas das maravilhas da Natureza que, em países desenvolvidos, constituiriam atracções irresistíveis para turistas nacionais e estrangeiros, jazem ainda na penumbra do desconhecido por não serem suficientemente divulgadas.

As tecnologias de informação e comunicação constituem um novo instrumento para fazer face àqueles desafios e fornecem novas oportunidades a serem exploradas.

Assim, no contexto da Política de Informática, o Governo procurará, em colaboração com os seus parceiros:

- a) Usar as tecnologias de informação e comunicação incluindo o Sistema de Informação Geográfica (GIS), para a preservação do meio ambiente.

- b) Estabelecer um sistema electrónico moderno de aviso sobre o tempo, para melhor prevenção de desastres naturais;
- c) Criar um sistema computarizado de acompanhamento e aviso sobre deflorestação e sobre degradação do meio ambiente, que permita a tomada de medidas apropriadas;
- d) Divulgar, através da Internet, as potencialidades turísticas, assim atraindo mais investimentos para o sector;
- e) Colocar em portais de Internet com prestígio internacional dados turísticos sobre os destinos e as infra-estruturas existentes no país;
- f) Encorajar os operadores turísticos a oferecerem aos seus visitantes serviços de informação e telecomunicações de alta qualidade.

7.3. Protecção do Público

Os benefícios associados com uma adopção planificada das tecnologias de informação e comunicação, com particular destaque para a Internet, foram suficientemente expostos e demonstrados nas secções precedentes.

Importa, no entanto, sublinhar que, não poucas vezes, é a adopção das ICTs acompanhada de dissabores e desencantos, especialmente onde e quando as tecnologias não são enquadradas numa perspectiva e política que avalie de forma sistemática o seu impacto e adequação às realidades e necessidades.

Assim, como resultado de erros ou de propósito malicioso e utilização abusiva das ICTs, muitos são os danos causados ou que podem por estas ser causados, pondo em causa os benefícios a que se tem vindo a fazer referência. Invasão do foro privado das pessoas, exposição pública não autorizada de dados pessoais em poder de instituições (por exemplo, endereços e formas de contacto), extorsões e operações ou transacções fraudulentas, pornografia e abuso sexual de menores via Internet, promoção de racismo, xenofobia e neo-nazismo: tudo isto são apenas alguns dos fenómenos a que se tem assistido com frequência no mundo de hoje, servindo-se os prevaricadores do imenso poder das tecnologias de informação e comunicação.

Mensagens comerciais enviadas electronicamente, conhecidas na gíria informática como *spam*, invadem milhões de sistemas de utilizadores da Internet que nunca as solicitaram.

As ICTs não encerram em si um antídoto ou panaceia que possa ser aplicado universalmente com eficácia infalível. Mas importa que o Estado, na sua qualidade de guardião do bem público e garante do bem-estar e tranquilidade dos cidadãos, tome as necessárias providências para assegurar não só o armazenamento, processamento, transmissão e melhoramento da qualidade, credibilidade e integridade da informação e sistemas de informação, mas também a protecção e segurança dos cidadãos contra falcaturas, extorsão, sabotagem, terrorismo, espionagem e violação dos seus direitos fundamentais, melhorando a legislação existente ou criando nova legislação.

Assim, com vista a assegurar ou melhorar a protecção do público contra as diferentes formas de abuso e de crime electrónico, o Governo em colaboração com os seus parceiros tomará, entre outras, as seguintes medidas de política:

- a) Garantir a protecção dos dados pessoais na infra-estrutura nacional de informação;
- b) Adohtar soluções e códigos criptográficos menos susceptíveis de serem violados;
- c) Combater as violações dos direitos dos cidadãos e os atentados contra a ordem pública e os valores sócio-culturais, especialmente a pornografia, violência e abuso contra a mulher e os menores, através da Internet;
- d) Estimular e apoiar a produção e disseminação de conteúdos que reflectam os valores da sociedade moçambicana;
- e) Trabalhar com as organizações não-governamentais e outras instituições da sociedade civil para o tratamento cível e criminal das ofensas que se verificarem.

7.4. Comércio Electrónico e Protecção do Negócio

A Internet hoje não é apenas a maior rede mundial de telecomunicações mas é verdadeiramente um mercado electrónico global.

O comércio electrónico ou *e-commerce* pode simplesmente definir-se como a troca ou transacção electrónica de serviços e/ou produtos, incluindo leilões, através da Internet.

O comércio electrónico oferece bastantes vantagens:

- Elimina praticamente a distância física entre quem vende e quem compra;
- Elimina intermediários;
- Permite uma ampla escolha de produtos e de fornecedores do mesmo produto;
- Tem baixos custos de operação, contribuindo para reduzir o preço dos bens e serviços; e
- Não exige, em geral, grande investimento inicial.

O crescimento e expansão rápida do comércio electrónico não acontece, porém, sem problemas, os quais vão desde como aplicar taxas aduaneiras e outras imposições que recaem sobre produtos importados até como normalizar assinaturas digitais por forma a validar, se necessário junto de instâncias judiciais, os compromissos e contratos feitos através da Internet.

A efectivação do comércio electrónico em Moçambique, como em vários países de África, é uma oportunidade rodeada de vários desafios: não se tratará apenas de saber que bens e serviços poderão estar envolvidos, ou quem vende e quem compra e onde se encontra cada um deles; os problemas e obstáculos que se colocam têm igualmente a ver com a infra-estrutura, que não é suficiente nem adequada, com o fraco poder de compra e o uso muito limitado de cartões de crédito.

Mas, se o país quer ser participante activo e relevante na Sociedade Global de Informação, não tem outra alternativa senão adoptar os novos paradigmas e as novas formas de relação comercial na era da informação. Para o efeito, no âmbito desta política, e em colaboração com os seus parceiros, o Governo irá:

- a) Empreender acções de esclarecimento e educação sobre a natureza, benefícios e riscos associados com o comércio electrónico;
- b) Apoiar iniciativas empresariais, principalmente de pequenas e médias empresas, que pretendam enveredar pelo comércio electrónico;
- c) Empreender as necessárias reformas na legislação comercial, por forma a acomodar as novas exigências decorrentes do comércio electrónico;
- d) Actualizar as disposições legais referentes à protecção da propriedade intelectual, por forma a contemplar os aspectos específicos associados ou relacionados com o comércio electrónico;
- e) Encorajar e apoiar a criação de associações nacionais de provedores e utilizadores de serviços de Internet e de *software*;
- f) Estabelecer os mecanismos de segurança sobre transacções electrónicas.

7.5. Rede Nacional de Instituições Académicas e de Pesquisa

No mundo moderno, o nível e a velocidade do desenvolvimento depende do processo de produção do conhecimento, que é apoiado pela pesquisa e investigação científicas.

No contexto moçambicano, são vários os desafios que se colocam para dar corpo a uma pesquisa e investigação de qualidade, destacando-se entre eles:

- A necessidade de satisfazer a grande procura da literatura actualizada em todas as áreas científicas;
- A pouca informação pública sobre os trabalhos científicos realizados a nível do ensino superior;
- A falta de hábito de troca de informações bibliográficas a nível nacional; e
- A falta de uma rede nacional de computadores que permita a comunicação contínua entre os investigadores nas diversas áreas científicas.

Neste quadro, são várias as oportunidades que as ICTs oferecem ao sector de pesquisa, especialmente as que resultam da instalação de redes de computadores de abrangência local (ou metropolitana) e nacional, com acesso a redes a nível internacional. Estas oportunidades incluem:

- A criação de uma rede nacional de instituições de pesquisa ligadas *online*, permitindo aos cientistas e académicos nacionais o acesso, em tempo útil, aos trabalhos e publicações de carácter científico;
- O estabelecimento de uma rede electrónica de pesquisa bibliográfica, para facilitar a circulação da literatura existente a nível nacional e regional; e
- A promoção de discussões sobre temas de dissertação nas diversas áreas científicas, de modo a garantir a continuidade da investigação voltada para o desenvolvimento do país.

Com vista a tirar vantagem da aplicação das ICTs à investigação, o Governo adoptará as seguintes medidas, em colaboração com os seus parceiros:

- a) Incentivar a criação de bases de dados sobre a bibliografia nacional e internacional em todas as instituições académicas;
- b) Promover a informatização das bibliotecas públicas e privadas e a sua ligação *online*;
- c) Incentivar o desenvolvimento de bibliotecas e arquivos virtuais; e
- d) Incentivar a informatização dos institutos de investigação científica e a sua ligação electrónica entre si e com instituições similares da região e do mundo.

7.6. Mulher e Juventude

A mulher e a juventude constituem segmentos da sociedade muitas vezes marginalizados, se não excluídos, dos processos e centros de decisão sobre o futuro da sociedade.

O Programa do Governo sublinha ser necessário, para o real desenvolvimento do país, que a mulher assuma o protagonismo que merece nas várias esferas da sociedade e que o país se preocupe com a preparação e enquadramento dos jovens na vida activa, com espírito e orgulho patrióticos.

Como já o demonstra a experiência recente de alguns países em desenvolvimento, as tecnologias de informação e comunicação podem constituir meios poderosos para se alcançar o objectivo de igualdade de acesso às oportunidades de desenvolvimento para as mulheres e de integração dos jovens nos programas nacionais de reconstrução e desenvolvimento.

Assim, no contexto da Política de Informática, o Governo, em colaboração com o sector privado, a sociedade civil e outros parceiros, procurará:

- a) Inscrever a perspectiva do género como uma dimensão dos projectos e programas de desenvolvimento no domínio das tecnologias de informação e comunicação;
- b) Promover o uso das ICTs como instrumento para reduzir e eliminar as desigualdades entre o homem e a mulher no acesso às oportunidades de educação, emprego, terra e outros benefícios sociais;
- c) Incentivar a integração de mulheres e jovens nos órgãos e processos de planificação e decisão sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação;
- d) Estabelecer programas especiais de formação e qualificação de raparigas e jovens no domínio das tecnologias de informação e comunicação;
- e) Apoiar o desenvolvimento de aplicações e serviços que respondam às necessidades específicas das mulheres e dos jovens, e promovam o auto-emprego especialmente no sector informal;
- f) Promover a utilização das capacidades da Internet e do comércio electrónico para facilitar o acesso das mulheres e dos jovens às oportunidades de negócio; e
- g) Promover a criação de redes electrónicas e *web sites* de organizações e associações empenhadas no avanço das mulheres e jovens.

7.7. Cultura e Arte

A cultura é um elemento fundamental da identidade e personalidade de um povo, sendo a sua valorização um imperativo para os Governos, as instituições públicas e privadas, a sociedade civil e os cidadãos em geral.

Entre os obstáculos enfrentados, podem-se destacar a falta de recursos para a preservação da herança e património culturais, a insuficiência de técnicos qualificados, a insuficiente divulgação do património cultural e artístico nacional e o pouco contacto e intercâmbio com outras culturas.

As tecnologias de informação e comunicação constituem novos instrumentos para a preservação e valorização do património cultural e artístico nacional, para a divulgação dos valores nacionais no mundo e para a promoção do intercâmbio e cooperação com os povos de outros países e continentes.

No contexto desta Política de Informática, o Governo trabalhará com o sector privado, as organizações da sociedade civil e outros parceiros no sentido de:

- a) Promover a utilização das tecnologias de informação e comunicação para, em combinação com os métodos tradicionais, preservar e valorizar o património cultural e artístico nacional;
- b) Incentivar a constituição de redes electrónicas de instituições culturais como museus, bibliotecas, arquivos, galerias de arte e artesanato, casas de cultura e outras;
- c) Proporcionar o acesso dos cidadãos, via Internet, aos acervos biblio-documentais do país e do estrangeiro;
- d) Encorajar, apoiar e regular a disponibilização e venda de artigos culturais e artísticos via Internet e em CDs ou outros tipos de suporte de informação;
- e) Velar pela observância dos direitos sobre a propriedade intelectual e combater todas as formas de pirataria e violação; e
- f) Promover o intercâmbio cultural e artístico entre as várias regiões do país e com o estrangeiro, utilizando as modernas tecnologias de informação e comunicação.

7.8. Comunicação Social

Os meios de comunicação social — especialmente a rádio, a televisão e a imprensa escrita — têm sido instrumentos poderosos no sentido de manter o público informado sobre as questões fundamentais da vida nacional e internacional e têm contribuído para maior transparência e responsabilidade na gestão política, social e económica.

As novas tecnologias de informação e comunicação, especialmente a Internet, vieram aumentar a força da comunicação e criar maiores oportunidades para a materialização do direito de todos à informação.

Assim, no contexto da materialização da Política de Informática, o Governo, em colaboração com os meios de comunicação social e outros parceiros, procurará:

- a) Promover a combinação ou integração das tecnologias tradicionais com as novas tecnologias de informação e comunicação para assegurar o mais amplo acesso à informação por todos os cidadãos;
- b) Consolidar e desenvolver o ambiente livre, independente e pluralístico de expressão e comunicação;
- c) Trabalhar para reduzir a concentração e dominância da comunicação pelas agências dos países desenvolvidos estimulando a produção de conteúdos informativos com relevância nacional;
- d) Providenciar aos profissionais da comunicação social a formação requerida para a utilização eficiente das tecnologias de informação e comunicação no seu trabalho;
- e) Estimular a presença na Internet de todos os órgãos de informação, com as notícias mais actuais e de interesse para o público;

- f) Promover o diálogo e cooperação entre as multinacionais de comunicação, os órgãos públicos e privados de informação, as indústrias de telecomunicações e as comunidades; e
- g) Encorajar a publicação electrónica por organizações da comunidade de notícias e boletins informativos que reflectam os seus interesses e preocupações.

8. Financiamento da Política de Informática

Pouco ou nenhum será o valor da Política de Informática se ela não puder ser implementada. O grande desafio é que a implementação da base ou infra-estrutura das ICTs envolve elevados custos, quando o país se encontra numa situação económica em desenvolvimento e dependente de investimento e ajuda externos.

Entre os grandes obstáculos e desafios no tocante ao financiamento de um programa de informatização, situam-se os seguintes:

- A limitação dos recursos financeiros do país;
- A insuficiente consciência sobre a importância e o papel que as tecnologias de informação e comunicação podem desempenhar para tirar o país do seu atraso e torná-lo mais competitivo na arena mundial; e
- A falta de um programa nacional de informatização baseado no consenso e apoio dos principais interessados e que seja parte integrante do plano de desenvolvimento nacional.

Assim, reconhecendo o papel decisivo que as tecnologias de informação e comunicação podem e devem desempenhar no desenvolvimento acelerado, equilibrado e sustentável do país, o Governo vai, em colaboração com os seus parceiros:

- a) Adoptar um programa nacional integrado para a informatização do país, como parte do plano nacional de desenvolvimento;
- b) Mobilizar recursos para o financiamento do programa de informatização do país;
- c) Criar um ambiente favorável e pacotes de incentivos para quem invista nas tecnologias de informação e comunicação, incluindo o desenvolvimento de recursos humanos para o sector;
- d) Orientar o investimento por forma a promover um desenvolvimento harmonioso e equilibrado, direccionando os novos recursos para as áreas mais carentes e os segmentos mais desfavorecidos da sociedade;
- e) Tomar a infra-estrutura nacional de telecomunicações como a espinha dorsal do desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação e a primeira prioridade para o investimento no sector; e
- f) Orientar o investimento no sentido de fazer de Moçambique produtor e não apenas consumidor das tecnologias de informação e comunicação.

9. Cooperação Internacional

A cooperação internacional no domínio das tecnologias de informação e comunicação enquadra-se dentro dos objectivos da política externa de Moçambique.

A integração regional dos países africanos é a melhor via para o desenvolvimento rápido e sustentável do continente, sendo por essa razão que surgem comunidades regionais como a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), a Comunidade Económica Africana e outras iniciativas.

A adopção, em Addis Abeba, da Resolução 812 (XXXI), em Maio de 1996, sobre a Implementação da Iniciativa da Sociedade Africana de Informação (AIS), sob a égide da Comissão Económica para África (ECA) e a aprovação do documento *A SADC no Próximo Milénio: As Oportunidades e Desafios da*

Tecnologia de Informação pela Conferência Consultiva da SADC, realizada em Lusaka em Fevereiro de 1999, são indicativos claros da determinação do continente africano em geral e da África Austral em particular de fazer das ICTs um instrumento catalisador do desenvolvimento.

Para a materialização destes altos objectivos, importa que, para além da vontade política, exista uma infra-estrutura e um conjunto de serviços de informação e comunicação capazes de potenciar e facilitar a integração regional.

Por ser a saída mais natural para o mar para os países do *hinterland*, Moçambique encontra-se numa posição privilegiada como nó dos principais sistemas de comunicação da região, sendo essa uma das razões principais para ter sido escolhido como coordenador do sector de transportes e comunicações da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC).

Se são enormes os desafios a vencer no domínio das ICTs, entre os quais a fraca cobertura da rede de comunicações e os seus elevados custos, maiores são ainda as oportunidades que estas oferecem, tais como a aceleração da efectiva integração económica regional, a redução dos desníveis de desenvolvimento actualmente existentes entre os países e a participação efectiva no concerto das nações e na economia global.

Neste contexto, com vista a promover a cooperação regional e internacional no domínio das tecnologias de informação e comunicação, Moçambique propõe-se:

- a) Participar activamente nos organismos regionais e internacionais de consulta sobre telecomunicações tais como a Comissão dos Transportes e Comunicações da África Austral (SATCC), a União Internacional das Telecomunicações (ITU) e outras;
- b) Participar activamente em iniciativas e projectos de cariz supra-nacional (especialmente os de âmbito africano) visando explorar o potencial das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento, tais como a Universidade Virtual Africana, o Fórum Africano de Desenvolvimento (ADF), a Parceria para o Saber Mundial (GKP — *Global Knowledge Partnership*);
- c) Celebrar acordos, convénios ou protocolos, a nível regional e internacional, com vantagens mútuas no domínio das tecnologias de informação e comunicação;
- d) Reforçar a parceria com as instituições internacionais de normação, finanças e cooperação para o desenvolvimento, como a Organização Internacional de Padrões (ISO), as instituições de Bretton Woods, as agências da ONU, etc, com vista a elevar o apoio às iniciativas nacionais e regionais no domínio das ICTs;
- e) Encorajar e apoiar todos os esforços dos sectores público e privado, da sociedade civil e outros interessados, que visem melhorar a integração regional; e
- f) Promover a ampla divulgação a nível nacional das melhores experiências e práticas de outros países no uso das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento.

10. Estratégia de Implementação

A Estratégia de Implementação é o conjunto de directrizes que orientarão a programação das intervenções ou actividades visando assegurar a materialização da Política de Informática. Assim, com base nos objectivos e prioridades da Política de Informática, a Estratégia de Implementação estabelece:

- Os objectivos específicos da implementação;
- Os princípios e metodologia a seguir na definição dos programas e projectos de implementação;
- As etapas para a implementação da Política de Informática;
- Os mecanismos de participação de todos os interessados não só na definição mas também no acompanhamento e avaliação dos programas e projectos de implementação da Política de Informática.

Um documento detalhado visando operacionalizar a Estratégia de Implementação da Política de Informática será elaborado subsequentemente à aprovação desta.

10.1 Objectivos Específicos da Estratégia de Implementação

Muito em conformidade com a missão e objectivos da Política de Informática, a Estratégia de Implementação tem como objectivo geral assegurar a criação e desenvolvimento da Sociedade de Informação em Moçambique, fazendo das tecnologias de informação e comunicação uma alavanca para atingir, entre outros, os seguintes objectivos específicos:

- a) Erradicar a pobreza absoluta e melhorar a vida dos moçambicanos;
- b) Combater o analfabetismo e acelerar o desenvolvimento dos recursos humanos;
- c) Proporcionar o acesso universal dos cidadãos à informação e ao saber mundial;
- d) Elevar a eficiência e eficácia das instituições públicas e privadas;
- e) Melhorar a governação e a administração pública;
- f) Criar um ambiente legal e de negócios favorável à produção e disseminação das tecnologias de informação e comunicação; e
- g) Fazer de Moçambique um parceiro activo e competitivo na Sociedade Global de Informação e na economia mundial.

10.2. Princípios e Metodologia para a Elaboração dos Programas e Projectos de Implementação

A implementação da Política de Informática basear-se-á, tanto quanto possível, em programas e projectos de âmbito nacional, sectorial ou regional, cuja implementação caberá a vários sectores e instituições do Estado, do sector privado e das organizações da sociedade civil e outros interessados. É, por isso, importante que sejam definidos princípios e metodologias que assegurem um tratamento relativamente uniforme dos assuntos.

10.2.1. Participação dos Interessados

À semelhança do que aconteceu com a definição da própria Política de Informática, a definição dos programas e projectos de implementação deve ser altamente participativa e recolher os pontos de vista dos intervenientes e beneficiários, por forma a que estes se sintam verdadeiramente donos dos mesmos e se empenhem activamente na sua execução.

10.2.2. Tecnologias de Informação e Comunicação como dimensão necessária dos programas

Todos os sectores e instituições de foro público ou privado devem inscrever as tecnologias de informação e comunicação como uma componente necessária dos seus projectos e programas de actividade, dados os benefícios daí resultantes. Assim, em qualquer programa ou projecto, os sectores e instituições responsáveis devem, sempre que possível, inscrever metas a atingir no domínio das tecnologias de informação e comunicação, em forma de indicadores quantificáveis e mensuráveis.

10.2.3. Responsabilização e Parceria

Na definição de programas e projectos, deve ser claramente indicada a pessoa ou instituição com a responsabilidade principal ou primária pela execução, assim como os outros intervenientes ou parceiros e o seu quinhão de responsabilidade. Deste modo, será possível estabelecer sistemas de controlo e níveis de prestação de contas.

10.2.4. Outros aspectos

Entre outros aspectos importantes a ter em consideração, podem citar-se a fundamentação, a definição de um calendário para as actividades, o orçamento requerido e fontes de financiamento para as acções programadas.

10.3. Etapas da Estratégia de Implementação

Tendo em atenção o ponto de partida para o programa de informatização do país, assim como a vastidão e complexidade do mesmo, os programas, projectos e acções a empreender terão de ser enquadrados numa visão a curto, médio e longo prazos;

- **Curto Prazo:** Acções, projectos e programas a serem realizados nos dois primeiros anos após a aprovação da Política de Informática (2001-2002);
- **Médio Prazo:** Acções, projectos e programas a serem realizados no período de 2003-2004; e
- **Longo Prazo:** Acções, projectos e programas a iniciar ou a concluir depois do ano 2004.

As acções, projectos e programas a curto e médio prazos constituirão parte integrante do Programa Quinquenal do Governo (2000-2004).

10.4. Principais Vectores da Estratégia de Implementação

Os principais vectores da Estratégia de Implementação da Política de Informática baseiam-se nas prioridades desta, as quais por seu turno têm como base os objectivos e prioridades do Governo. Assim, constituem vectores principais:

A. Em relação às áreas prioritárias

- **Educação:** Expansão e consolidação da Rede Electrónica das Escolas (SchoolNet), ensino à distância ou escola virtual; formação de formadores para o ensino da informática; bibliotecas virtuais; administração escolar.
- **Saúde:** Rede de informação da Saúde; telemedicina; administração hospitalar; rede de farmácias.
- **Desenvolvimento de recursos humanos:** Estabelecimento de centros, institutos e academias de formação em informática de padrões internacionalmente aceitáveis; generalização da formação básica em informática para dirigentes; definição de carreiras e qualificadores profissionais para técnicos de informática.
- **Acesso universal:** Expansão e consolidação de telecentros e estabelecimento de novos pontos de acesso público ou comunitário; criação de parques de informática; adopção de medidas de estímulo.
- **Infra-estrutura:** Redesenho da arquitectura da infra-estrutura das telecomunicações, para convergência e integração de voz, vídeo e dados; expansão da infra-estrutura às zonas rurais; potenciação da rede para a rádio e televisão.
- **Governação:** Rede Electrónica de todos os órgãos e departamentos centrais do Governo e dos Governos Provinciais; presença na Internet dos Ministérios e outras agências do Estado; bases de dados centralizadas e uniformes relativas a pessoal, contabilidade pública, património, legislação.

B. Em relação às outras áreas

- **Agricultura e recursos naturais:** divulgação via Internet de técnicas de trabalho agrícola e gestão comunitária dos recursos naturais, sistemas electrónicos de controlo das migrações da fauna nas reservas naturais.
- **Meio ambiente e turismo:** Sistemas de informação geográfica (GIS) sobre as variações climáticas e o meio ambiente; divulgação das potencialidades turísticas.
- **Protecção do público:** Adopção de medidas legais contra abusos e violações de direitos via Internet e outros meios electrónicos.
- **Comércio electrónico:** Reforma da legislação comercial de forma a torná-la consentânea com as novas exigências do comércio electrónico, encorajamento e apoio aos empresários para enveredar pelo comércio electrónico.
- **Rede de Instituições Académicas e de Pesquisa:** universidade virtual; centros biblio-documentais *online*.
- **Mulher e juventude:** Iniciativas especiais de integração da mulher e dos jovens nas tecnologias de informação e comunicação.

- **Cultura e Arte:** Redes electrónicas ligando instituições culturais como bibliotecas, museus, casas de cultura, galerias de arte, integração e venda da arte moçambicana através da *Internet*, promoção electrónica do turismo cultural.
- **Comunicação Social:** Produção de conteúdos relevantes para colocação na *Internet*, presença na *Internet* dos principais órgãos de comunicação social.

Para cobrir os custos associados com implementação do Programa de Informatização do País, o Governo empreenderá o esforço financeiro necessário e mobilizará os parceiros internacionais de cooperação para que financiem áreas específicas do programa.

10.5. Acompanhamento e Avaliação

Com vista a assegurar a realização, acompanhamento e avaliação sistemáticos da implementação da Política de Informática, várias medidas serão tomadas, entre as quais se destacam as seguintes:

- Reforço da entidade ou instituição coordenadora do desenvolvimento da Sociedade de Informação em Moçambique.
- Constituição de um fórum consultivo envolvendo representantes do Estado, dos sectores público e privado, das instituições de ensino superior e de pesquisa, da indústria e serviços de informática, das organizações não-governamentais e sócio-profissionais, e da sociedade civil em geral. Este fórum realizará duas reuniões ordinárias por ano, durante as quais:
 - Apreciará os informes da Comissão para a Política de Informática ou de outra entidade sobre a implementação da Política de Informática; e
 - Fará as recomendações julgadas mais apropriadas sobre as medidas a tomar e os reajustamentos necessários.

Lista de Acrónimos

- ADF — *African Development Forum* (Fórum de Desenvolvimento Africano)
- AISI — *African Information Society Initiative* (Iniciativa da Sociedade Africana de Informação)
- CD-ROM — *Compact Disc Read-Only Memory* (Disco compacto para armazenamento e leitura de informação em formato digital, no qual não se pode gravar mais informação)
- DTS — Doenças de Transmissão Sexual
- ECA — *Economic Commission for Africa* (Comissão Económica para África)
- GIS — *Geographical Information System* (Sistema de Informação Geográfica)
- GKP — *Global Knowledge Partnership* (Parceria para o Saber Mundial)
- HIV — *Human Immunodeficiency Virus* (Vírus de Imunodeficiência Humana)
- ICTs — *Information and Communication Technologies* (Tecnologias de Informação e Comunicação)
- ISP — *Internet Service Provider* (Provedor de Serviços de Internet)
- ITU — *International Telecommunication Union* (União Internacional de Telecomunicações)
- LDR — Linha de Rede
- PIB — Produto Interno Bruto
- PNUD — Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- SADC — *Southern African Development Community* (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral)
- (SATCC) — *Southern African Transport and Telecommunications Commission* (Comissão de Transportes e Comunicações da África Austral)
- SIDA — Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
- TDM — Telecomunicações de Moçambique

Glossário de Termos

No documento da Política de Informática, procurou-se, tanto quanto possível, evitar termos técnicos de difícil compreensão para os não profissionais da área. Há, porém, termos e expressões que não foi possível evitar e para os quais se apresentam as explicações que se seguem:

Acesso Universal. Este conceito exprime a necessidade de existência de um telefone dentro duma distância razoável da residência.

Código Criptográfico. Conjunto de símbolos e sinais cuja combinação permite assegurar, de certo modo, a inviolabilidade da informação enviada electronicamente.

Comutação Telefónica. Expressão utilizada para designar o conjunto de protocolos (procedimentos electrónicos) associados à infra-estrutura (centrais telefónicas), que permite o roteamento manual ou automático do tráfego na rede.

Digital. Referente ao equipamento electrónico que opera sobre informação representada sob a forma de dígitos associados a impulsos eléctricos.

E-Commerce. Comércio electrónico. Também designado por *E-business*.

Encriptar. Codificar os dados, de forma a só poderem ser lidos através de uma chave.

Hinterland. Região territorial do interior, que não tem comunicação directa com o mar.

Hardware. Engloba todos os elementos físicos que fazem parte de um computador (teclado, monitor, processador, etc. e/ou seus periféricos).

Hipertexto. Texto que contém várias ligações (links) a outros textos. Estando dependente da vontade do utilizador, que pode ou não servir-se das ligações como guias de leitura, não necessita de ser lido do princípio ao fim de uma forma sistemática.

Home Page. Primeira página ou página principal num sítio da *World Wide Web* (*www*) que contém índices e ligações para outras páginas.

Hiperligação. Referência (ligação) utilizada em documentos, como por exemplo em HTML, que consiste em palavras ou imagens (ou outro tipo de elementos) realçadas, que possibilitam o acesso a outro lugar no próprio documento ou noutros documentos.

Internet. Rede que, através de um protocolo de comunicação próprio, permite estabelecer contacto electrónico entre computadores espalhados por todo o mundo. A *Internet* tem uma série de aplicações — lúdicas, culturais e profissionais — tais como o correio electrónico, os grupos de discussão e o acesso remoto à informação armazenada em computadores.

Informática. No sentido mais restrito, Informática é o conjunto de ciência e técnica que tem por objecto o tratamento de dados relativos à informação por processos racionais e automáticos que implicam a utilização de um computador e aparelhos complementares deste. No documento da Política de Informática, usa-se o termo em sentido mais amplo, significando a confluência ou convergência de tecnologias que ou não existiam anteriormente ou funcionavam como áreas totalmente separadas: computadores pessoais e redes de computadores, televisão e rádio, linhas de telefones com operadores ou com sistemas automatizados de resposta, máquinas de fax, cartões inteligentes, correio electrónico, *Internet*, sistemas de conferência vídeo, aplicações comerciais (processadores de textos, folhas de cálculo, bases de dados, etc.) e aplicações proprietárias como sistemas de apoio a decisão e sistemas de gestão de informação.

Intranet. Rede interna de computadores duma empresa ou organização que utiliza a mesma tecnologia TCP/IP que a *Internet*, oferecendo funcionalidades idênticas, podendo estar ou não ligadas à *Internet*. Se as empresas permitirem o acesso de empresas exteriores, esta torna-se uma *extranet*.

Multimédia. Combinação de dois ou mais meios (som, vídeo, animação e gráficos) numa aplicação. As grandes quantidades de informação que os ficheiros multimédia utilizam obriga à utilização de dispositivos de armazenamento de alta capacidade. O CD-ROM e o DVD são os meios mais utilizados actualmente para as aplicações multimédia devido à capacidade de armazenamento e rapidez de acesso que estes dispositivos permitem. Existem, no entanto, outras vias de apresentação multimédia, como é o caso da *World Wide Web*.

Online. Termo inglês usado para designar uma ligação electrónica com acesso permanente.

Rato. Acessório que permite ao utilizador fazer diversas operações e comandar o computador com base em opções oferecidas pela interface gráfica do mesmo.

Rede. Dois ou mais computadores ligados por meio de cabos ou modem (através da linha telefónica) com o intuito de partilharem informação, assim como partilharem dispositivos periféricos (impressoras, scanners, etc.). É frequente a utilização da expressão

“A rede” (The Net) como referência à Internet.

Software. Qualquer programa estruturado capaz de funcionar num meio lógico (computador).

Spam. Termo inglês usado para denominar mensagem de carácter comercial ou publicitário enviada indiscriminadamente por via electrónica a vários destinatários, com ou sem o consentimento destes.

Tecnologias Wireless. Esta expressão refere-se às tecnologias de comunicação sem recurso ao meio físico (fio eléctrico), sendo este substituído por sistemas de radiocomunicação ou de satélite (VSAT), etc.

Teledensidade. Número de linhas telefónicas por cada cem habitantes.

Web. Interface gráfica para a Internet, constituída por servidores que permitem o acesso a dezenas de milhares de páginas, muitas das quais contêm gráficos, fotografias combinadas com texto e mesmo *clips* de som e de vídeo.

Resolução nº 3/97
de 18 de Fevereiro

Política e Estratégia de Informação

1. POLÍTICA DE INFORMAÇÃO

A. Necessidade e significado da Política de Informação

O Governo tem adoptado políticas para diversas áreas de desenvolvimento sócio-económico do País. O êxito da implementação dessas políticas pressupõe a integração entre as partes intervenientes – o aparelho de Estado, os agentes económicos e a sociedade.

A comunicação é o processo através do qual os seres humanos criam mensagens, trocam informações e estabelecem o diálogo entre si possibilitando, assim, a organização da sociedade. Na comunicação social utilizam-se diversos meios ou órgãos de informação, ao mesmo tempo veículos e parte integrante do processo de desenvolvimento nacional.

A Política de Informação refere-se ao conjunto de medidas ou actividades, baseadas no programa do Governo, visando impulsionar o desenvolvimento da Comunicação Social.

É política do Governo promover e facilitar o desenvolvimento sustentável dos órgãos de comunicação social, com vista a materialização das liberdades de expressão e de imprensa, assim como o direito do povo à informação, para a consolidação da unidade nacional, o aprofundamento da democracia e a promoção do desenvolvimento sócio-económico do País.

A definição de uma política da Informação visa:

- a) Precisar os objectivos e prioridades deste sector no quadro do programa do Governo;
- b) Ampliar as bases de um diálogo permanente e construtivo entre o Governo e a sociedade através dos órgãos de Informação;
- c) Definir o papel do Governo no desenvolvimento da informação.

B. Princípios gerais da Política de Informação

A Política da Informação assenta nos seguintes princípios definidos no programa do Governo:

- a) A defesa do pluralismo na comunicação social, assente nos princípios da liberdade de imprensa como parte das liberdades individuais consagradas na Constituição, incluindo o direito dos cidadãos à liberdade de expressão, o direito à informação e a ausência de censura;
- b) A atribuição de comunicação social de um papel destacado na mobilização e canalização do esforço dos moçambicanos para a reconstrução do País, para a normalização da vida, a consolidação da unidade nacional e a reconciliação;
- c) A valorização da observância dos princípios de deontologia e ética profissional, assim como a responsabilidade de investigação dos jornalistas;
- d) A importância do papel da comunicação social na promoção dos valores nacionais, tendo em conta as especificidades sócio-económicas e culturais que constituem o património comum da moçambicanidade;
- e) A necessidade de se alcançar uma ampla cobertura do País pelos órgãos de comunicação social e para que os destinatários da informação dela se sirvam, no interesse da estabilidade e progresso harmonioso da Nação moçambicana.

C. Objectivos gerais da Política de Informação

A Política de Informação orienta-se para os seguintes objectivos

- a) O aperfeiçoamento da comunicação entre o Governo e os cidadãos, através dos órgãos de informação;
- b) A cobertura efectiva do território nacional pelos órgãos de informação do sector público;
- c) A melhoria do acesso dos cidadãos aos meios de comunicação social, particularmente nas zonas rurais;
- d) O aumento do fluxo de informação sobre o País a nível interno e internacional.

D. Prioridades da Política de Informação

Na Política de Informação, o Governo prioriza:

- a) O reforço do serviço público de radiodifusão;
- b) A promoção da comunicação para o desenvolvimento;
- c) As iniciativas visando a criação e desenvolvimento de jornais e rádio comunitárias e o desenvolvimento de línguas nacionais;
- d) A capacitação técnico - profissional dos quadros da comunicação social dos sectores públicos e comunitários;
- e) O estabelecimento de um sistema alargado e eficiente de divulgação de informações sobre o País ao nível interno e no estrangeiro.

2. ESTRATÉGIAS DE INFORMAÇÃO

A. Necessidade da estratégia da informação

Para a materialização da Política de Informação, impõe-se a adopção de medidas adequadas ao desenvolvimento do sector e capazes de ultrapassar os constrangimentos que presentemente se verificam.

A estratégia da informação é o conjunto de directrizes que orientarão a programação e o desenvolvimento das actividades do sector.

B. Vectores principais de actuação estratégica

1. Consolidação do sector público

O Governo prioriza o sector público de comunicação social. Em relação a difusão radiofónica e televisiva, a estratégia orientar-se-á para:

- a) O apoio aos planos de desenvolvimento da Rádio Moçambique e da Televisão de Moçambique;
- b) O incentivo a utilização das línguas mais faladas nas áreas de cobertura radiofónica e televisiva;
- c) A elevação do nível dos jornalistas e outros quadros do sector público;
- d) A estabilização das empresas públicas, através da participação financeira do Estado e dos cidadãos.

Ainda no sector público, será privilegiada a criação e desenvolvimento da agência noticiosa nacional, prevista na Lei de Imprensa.

2. Reforço institucional

Serão privilegiadas medidas que visem reforço institucional, para assegurar que o Estado cumpra as suas obrigações de apoio ao desenvolvimento da comunicação social, entre as quais:

- a) A dinamização, suporte e seguimento de actividades do sector público da comunicação social;
- b) A fiscalização e acompanhamento da execução dos contratos-programa assinados entre o Governo e as empresas públicas de comunicação social;
- c) A promoção de iniciativas comunitárias no âmbito da comunicação social;
- d) A elaboração de propostas para a actualização e o enquadramento jurídico-legal de actividades de comunicação social;
- e) A divulgação de informações sobre o País e as actividades do Governo, através de meios tecnológicos de comunicação mais eficientes.

3. Enquadramento jurídico-legal

O Governo elaborará propostas de legislação para o enquadramento de actividades no âmbito da comunicação social, assim como propostas de actualização de legislação em vigor. Destacam-se entre as acções prioritárias:

- a) A preparação do código de publicidade;
- b) O enquadramento legal das rádios comunitárias;
- c) A preparação da lei sobre radiodifusão e televisão;
- d) A revisão da Lei de Imprensa, destacando-se entre outros os seguintes aspectos:
 - (i) acesso às fontes oficiais de informação;
 - (ii) condições de participação do capital estrangeiro em empresas nacionais de comunicação social;
 - (iii) definição dos deveres e direitos dos jornalistas;
 - (iv) princípios de ética e deontologia profissional.
- e) A regulamentação do Decreto n.º 9/93, de 22 de Junho, sobre condições de participação dos sectores cooperativo, misto e privado na radiodifusão e televisão, atendendo-se particularmente a:

- (i) definição do espectro radioelétrico reservado aos serviços público de radiodifusão e televisão e ao estado;
- (ii) modalidades de atribuição de frequências radiofónicas e canais de televisão a entidades privadas.

4. Divulgação de informação sobre o País e actividades do Governo

A criação e desenvolvimento de um sistema eficaz de divulgação de informações sobre o País e as actividades do Governo é uma medidas estratégicas da política de informação. Além do esforço institucional, priorizar-se-ão esforços visando:

- a) A edição de uma publicação regular sobre as actividades do Governo, a ser distribuída pelos ministérios, governos provinciais, embaixadas, organizações não governamentais e órgãos de comunicação;
- b) A criação, gestão e manutenção de uma página multimédia (*web site*), para a divulgação de informações oficiais e de outros dados de interesse para agentes económicos, jornalistas, governantes e outros utilizadores do sistema informático de comunicação através de redes globais de computadores interligados (*Internet*);
- c) A publicação regular e sistemática de relatórios e outros documentos oficiais, folhetos, desdobráveis, brochuras e monografias sobre o País, assim como biografias sobre as principais figuras do públicas;
- d) A melhoria do sistema de comunicação entre o Governo e os órgãos de informação, através de:
 - (i) criação e funcionamento eficiente de gabinetes de imprensa;
 - (ii) designação, capacitação e acompanhamento do trabalho de assessores de imprensa e porta – vozes oficiais nos ministérios e Governos provinciais;
 - (iii) contactos regulares entre dirigentes governamentais e jornalistas, sob a forma de entrevistas, conversas informais e conferências de imprensa.

- e) Aprofundamento e actualização permanentes de conhecimentos dos membros do Governo sobre as estratégias, táticas e técnicas de informação, através de cursos, seminários e *workshop*.

5. Apoio ao desenvolvimento da informação

O Governo incentiva a criação e desenvolvimento de órgãos de informação privados de âmbito nacional, regional ou local, em prol da liberdade de imprensa, da unidade nacional, da democracia e do pluralismo informativo.

A estratégia de implementação da Política de Informação em apoio ao sector privado envolve as seguintes linhas de orientação:

- a) A participação do Estado no capital social de empresas jornalísticas, com base em critérios de interesse público e em termos do artigo 6, nº4 da Lei nº18/91, de 10 de Agosto (Lei de Imprensa);
- b) Benefícios fiscais, nos termos da legislação em vigor, na importação e equipamentos necessários à produção de jornais e revistas, informatização das redacções e modernização dos sistemas de distribuição de imprensa;
- c) O estímulo à produção nacional de imagem em vídeo, promovendo a sua utilização pelo serviço público de televisão, sem prejuízo da qualidade e custos do produto;
- d) A utilização eficiente da capacidade instalada no parque gráfico nacional, em particular das empresas equipadas para produção de jornais e revistas

6. Cooperação regional e internacional

Na política da Informação, o Governo prioriza acções que visam:

- a) O reforço da cooperação regional, a nível da comunicação social, através da Comissão de Coordenação dos Programas de Informação e Cultura da SADC (CCPIC) e de outras instituições regionais;
- b) A cooperação com outros países membros da UA, Commonwealth e de outras organizações internacionais de que o País é membro;

- c) A coordenação de actividades de desenvolvimento da comunicação social com a UNESCO, o PNUD e outras agências internacionais.

3. IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA E ESTRATÉGIA DA INFORMAÇÃO

Para a implementação da política e estratégia da informação serão elaborados planos de actividades e programas específicos, cobrindo as seguintes áreas prioritárias:

- a) Reforço das instituições estatais de comunicação social, tais como: Conselho Superior de Comunicação Social, Gabinete de Informação, Bureau de Informação Pública, Instituto de Comunicação Social, Centro de Desenvolvimento e Formação Fotográfica e Escola de Jornalismo.
- b) Viabilização económico-financeira do sector público da comunicação social, garantindo-se, ao mesmo tempo, a sua independência editorial e a defesa dos interesses da maioria dos cidadãos;
- c) Criação e desenvolvimento de um sistema de divulgação de informações sobre o país e actividades do Governo a nível nacional e no estrangeiro;
- d) Capacitação dos membros do Governo em técnicas e tácticas de comunicação através dos órgãos de informação;
- e) Apoio ao sector privado;
- f) Financiamento das actividades da responsabilidade do Governo, no domínio da comunicação social, assim como de outras estratégias para a execução da presente Política da Informação.



BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

IMPrensa NACIONAL DE MOÇAMBIQUE

AVISO

A matéria a publicar no «Boletim da República» deve ser remetida em cópia devidamente autenticada, uma por cada assunto, donde conste, além das indicações necessárias para esse efeito, o averbamento seguinte, assinado e autenticado: Para publicação no «Boletim da República».

SUMÁRIO

Conselho de Ministros:

Decreto n.º 46/2007:

→ Cria as Bibliotecas Públicas Provinciais, abreviadamente designadas por BPP, e aprova o respectivo Estatuto-Tipo.

Decreto n.º 47/2007:

Aprova o Regulamento da Inspeção dos Edifícios do Estado.

Ministérios das Finanças, do Interior, da Justiça e dos Transportes e Comunicações:

diploma Ministerial n.º 133/2007:

Aprova o Regulamento de Organização e Funcionamento do Balcão Único de Atendimento na Importação e Exportação Definitivas de Veículos Automóveis e Reboques, a funcionar nas Terminais Internacionais Automóvel (TIAUTO).

CONSELHO DE MINISTROS

Decreto n.º 46/2007

de 10 de Outubro

Havendo a necessidade de criação das Bibliotecas Públicas Provinciais e de estabelecer regras básicas da sua organização e funcionamento, ao abrigo do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 204 da Constituição da República, o Conselho de Ministros decreta:

ARTIGO 1

(Criação)

São criadas as Bibliotecas Públicas Provinciais, abreviadamente designadas por BPP, e aprovado o respectivo Estatuto-Tipo, em anexo ao presente Decreto, que dele faz parte integrante.

ARTIGO 2

(Natureza, objectivo e subordinação)

A BPP é uma instituição pública de carácter cultural que tem por objectivo proporcionar ao cidadão leitura para apoio à investigação, ao processo de ensino-aprendizagem e auto-formação, subordinada ao órgão provincial que superintende o sector da Cultura.

ARTIGO 3

(Atribuições)

São atribuições da BPP:

- a) Adquirir, tratar e difundir monografias (livros e brochuras), seriados (jornais, revistas, boletins, publicações periódicas) e outros documentos gráficos e audiovisuais;
- b) Funcionar como biblioteca normativa para as bibliotecas a nível da província e proporcionar apoio técnico às mesmas;
- c) Organizar exposições, palestras e debates sobre temas diversos;
- d) Dar assistência técnica-profissional aos bibliotecários na respectiva província;
- e) Promover acções que contribuam para a criação do gosto e hábito de leitura.

ARTIGO 4

(Regulamentos Internos das BPP)

1. Compete ao Ministro que superintende a área da Cultura aprovar o Regulamento Interno da Biblioteca Pública Provincial, até seis meses após a publicação do presente Decreto.
2. Compete ainda ao Ministro que superintende a área da Cultura, estabelecer a classificação das Bibliotecas por níveis, bem como os critérios de escalonamento das mesmas.

ARTIGO 5

(Bibliotecas Públicas Distritais)

Compete ao Governador Provincial criar Bibliotecas Públicas Distritais e outras, sempre que se tornar necessário, a nível da Administração Local, aprovando os respectivos regulamentos.

Aprovado pelo Conselho de Ministros, aos 28 de Agosto de 2007.

Publique-se.

A Primeira-Ministra, *Lúsa Dias Diogo*.

Statuto-Tipo das Bibliotecas Públicas Provinciais

CAPÍTULO I

Princípios gerais

ARTIGO 1

(Natureza)

A Biblioteca Pública Provincial, abreviadamente designada por BPP, é uma instituição de carácter cultural que tem por objectivo proporcionar ao cidadão leitura para apoio à investigação, ao processo de ensino-aprendizagem, auto-formação e para o lazer.

ARTIGO 2

(Subordinação e articulação)

1. A BPP goza de autonomia administrativa e subordina-se ao órgão provincial que superintende o sector da Cultura.

2. A BPP recebe orientações técnicas e metodológicas da Biblioteca Nacional de Moçambique.

3. No exercício das suas atribuições, quando necessário, a BPP articula e coordena as suas actividades com os órgãos de autarquias locais e com outras pessoas colectivas publicas e privadas sediadas ou não na respectiva provincia.

ARTIGO 3

(Objectivos)

A BPP tem como objectivos:

- a) Promover o hábito da leitura e contribuir para a disseminação de informação;
- b) Apoiar o processo de investigação, de ensino-aprendizagem e auto-formação;
- c) Coordenar e dinamizar acções conducentes à implantação e expansão de uma rede de bibliotecas na respectiva provincia;
- d) Proporcionar leitura de lazer.

ARTIGO 4

(Atribuições)

São atribuições da BPP:

- a) Adquirir, tratar e difundir monografias (livros e brochuras), seriados (jornais, revistas, boletins, publicações periódicas) e outros documentos gráficos e audiovisuais;
- b) Funcionar como biblioteca normativa para as bibliotecas públicas a nível da provincia e proporcionar apoio técnico às mesmas;
- c) Organizar exposições, palestras e debates sobre temas diversos;
- d) Dar assistência técnica-profissional aos bibliotecários;
- e) Promover acções que contribuam para a criação do gosto e hábito de leitura.

CAPÍTULO II

Estrutura Orgânica

ARTIGO 5

(Estrutura da BPP)

A BPP possui a seguinte estrutura:

- a) Direcção;
- b) Departamento Técnico;
- c) Repartição de Administração e Finanças.

ARTIGO 6

(Direcção)

A BPP é dirigida por um Director, nomeado pelo Governador Provincial sob proposta do Director Provincial que superintende a área da Cultura.

ARTIGO 7

(Competências do director)

1. Compete ao Director da BPP:

- a) Promover a adopção de medidas necessárias à prossecução das atribuições da BPP;
- b) Dirigir os serviços, orientar as actividades e projectos da BPP e representar a instituição, dentro e fora do país;
- c) Emitir e aprovar instruções e regulamentos necessários à administração e funcionamento da BPP da provincia;
- d) Propor ao órgão provincial que superintende o sector da Cultura para aprovação de planos de actividade e orçamentos anuais da BPP;
- e) Gerir recursos humanos, financeiros, patrimoniais e materiais da BPP.

2. O Director poderá delegar o exercício de parte das suas funções ao chefe do departamento.

ARTIGO 8

(Departamento Técnico)

São funções do Departamento Técnico:

- a) Propor a aquisição de documentos para o enriquecimento do acervo da BPP;
- b) Garantir o processamento técnico das espécies documentais em diferentes suportes;
- c) Manter em funcionamento um serviço de utentes que garanta o acesso do público à documentação sob guarda da BPP;
- d) Promover actividades concorrentes para incutir no cidadão, sobretudo na camada juvenil, o hábito e gosto pela leitura;
- e) Proporcionar o apoio técnico às bibliotecas ao nível da provincia;
- f) Propor e executar acções de reciclagem para profissionais das BPP e das bibliotecas públicas distritais;
- g) Proceder ao levantamento e diagnóstico permanente do estado das colecções e garantir a gestão e manutenção do acervo;
- h) Elaborar os planos e programas anuais e plurianuais e proceder avaliação da sua execução;
- i) Realizar estudos e projectos para a criação de novas bibliotecas;
- j) Proceder a recolha, sistematização e à divulgação de dados estatísticos.

ARTIGO 9

(Repartição de Administração e Finanças)

São funções da Repartição de Administração e Finanças:

- a) Proceder à recepção, e registo de entrada e saída da correspondência, e sua distribuição pelos sectores;
- b) Preparar e executar o orçamento da BPP;
- c) Assegurar o arquivo geral da documentação administrativa;
- d) Garantir a limpeza, conservação e manutenção das instalações e dos respectivos bens móveis e imóveis;